

# REVISTA

DO

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO E.S.



Nº 53

**EIH**  
EDITORA INSTITUTO HISTÓRICO

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO  
E GEOGRÁFICO DO ESPÍRITO SANTO

Vitória-ES

n. 53

Ano 2000

## **INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO ESPÍRITO SANTO**

Léa Brígida Rocha de Alvarenga Rosa (Presidente); Sebastião Teixeira Sobreira, José Hygino de Oliveira, Érico de Freitas Machado, Antônio da Silva Monteiro (Vice-presidentes); João Bonino Moreira (Tesoureiro Geral); Paulo Stuck Moraes (Tesoureiro Adjunto); Vitor Biasutti (Secretário Geral); Zoel Corrêa Fonseca (Secretário Adjunto); Aylton Rocha Bermudes, Neida Lúcia Moraes, Ferdinand Berredo de Menezes (Oradores); Maria José Salles de Sá (Curadora da Casa Elmo Elton); Windsor Eisenhower Tristão Fernandes (Coordenador de Relações Públicas); Sebastião Teixeira Sobreira (Coordenador Jurídico); Renato José Costa Pacheco, Adelpho Poli Monjardim, Ormando Moraes, Annibal de Athayde Lima (Presidentes de Honra).

### **Conselho Editorial**

Anésio Otto Fiedler, José Hygino de Oliveira, Renato José Costa Pacheco, Ivan Borgo, Adriana Pereira Campos, Francisco Aurelio Ribeiro, João Bonino Moreira, Iryson da Silva, Windsor Eisenhower Tristão Fernandes.

### **Editor**

Marien Calixte

### **Capa**

João Bonino Moreira

### **Revisão**

Reinaldo Santos Neves

### **Projeto Gráfico e Editoração**

Maria Clara Medeiros Santos Neves

### **Impressão**

Grafitusa

Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo / Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo. — n. 53 (mar. 2000). — Vitória : IHGES, 2000-Semestral.

1. Espírito Santo (Estado) — História — Periódico. 2. Ensaio brasileiro — Periódico. I. Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo.

CDU: 981.52 (05)

## **INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO ESPÍRITO SANTO**

Av. República, 374, Centro, Vitória-ES, CEP 29060-620 - Caixa Postal: 1561

Tel.: 223-5934 - E-mail: ihges.vix@zaz.com.br

## SUMÁRIO



### APRESENTAÇÃO

#### I - ESTUDOS E ENSAIOS

- O céu no pavilhão nacional. *Ricardo Brunow Costa*, 9  
Santa Teresa. *Conferência de Luiz Carlos Biasutti*, 23  
As farsas de boneco, exemplificadas no teatro de Federico Garcia Lorca e Ariano Suassuna. *Ester Abreu Vieira de Oliveira*, 33  
Rui Barbosa — Sesquicentenário. *Mario Pires*, 41  
Rui, o gênio. *Américo Barbosa de Menezes*, 49  
Colonização e pequena lavoura cafeeira: A colônia de Rio Novo. *Fernando Achiamé*, 57  
O rio São Francisco: Transposição das águas, privatização da CHESF. *Olavo de Freitas Machado*, 79  
Loja maçônica “União e Progresso”. *José Hygino de Oliveira*, 84  
Os índios botocudo do Espírito Santo. *Leonardo Pinto Silva*, 91  
Uma cena muito liberal. *Ivan Borgo*, 119  
Origem da historiografia capixaba. *Luiz Guilherme Santos Neves*, 126

#### II - MISCELÂNEA

- Milagre do sabugo. *Érico de Freitas Machado*, 149  
Eleição à moda própria. *Érico de Freitas Machado*, 151  
O padre velho. *Érico de Freitas Machado*, 152  
Um domingo para sempre. *Berredo de Menezes*, 154  
Museu Histórico do Espírito Santo. *Ormando Moraes*, 167  
Figuras da nossa história: Bolivar de Abreu. *Gracinha Braga de Abreu*, 169  
O vinho do Porto. *José Lugon*, 172  
Reminiscências literárias. *A. Isaias Ramires*, 174  
Milton O'Reilly de Souza. *Arivaldo Fontes*, 176  
Mario Gurgel: o advogado dos excluídos. *Windsor Tristão Calmon Fernandes*, 179  
Abordagem literária. *Humberto Del Maestro*, 182

### III - RESENHAS BIBLIOGRÁFICAS

As chamas de *As Chamas na Missa*. Marilena V. Soneghet Bergmann, 261

A alegoria de *Joaninha Faceira*. Aylton Rocha Bermudes, 263

Léa Brígida e as ferrovias. José Sebastião Witter, 265

*Fantasmas da infância*. Carmen Schneider Guimarães, 267

### IV - TRANSCRIÇÕES

Os imigrantes “turcos”. Ângela Moulin Simões Penalva Santos, 271

Modernizar depende de diretrizes. Entrevista com Geert Arent Banck, 274

A construção do futuro. Armando Marques Vieira, 278

Estado ganha título mundial de biodiversidade. Márcio Castilho, 281

## APRESENTAÇÃO



O número 53 da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo é o primeiro após o falecimento repentino de nosso presidente Miguel Depes Tallon, ocorrido em agosto passado.

O período da gestão de Miguel já foi classificado como um “tempo feliz”, tanto pela quantidade de realizações no campo próprio da atuação do Instituto, como pela maneira jovial e amiga que ele conseguia imprimir ao seu trabalho.

O IHGES publicou recentemente, em livro, depoimentos sobre nosso pranteado ex-presidente, e fica aqui o registro da comovida homenagem da Revista a esse amigo que deixou enorme saudade por sua figura humana exemplar.

\*\*\*

Este número engloba estudos e ensaios, resenhas bibliográficas, transcreve matérias já publicadas em outros órgãos de divulgação relacionadas com temas de interesse do Instituto e publica ainda uma seção de assuntos variados, procurando assim manter o crescente interesse que a Revista vem despertando junto ao seu seletor público.

Conselho Editorial.



## I - ESTUDOS E ENSAIOS





# O CÉU NO PAVILHÃO NACIONAL



Ricardo Brunow Costa\*

## 1 Introdução

O estudo detalhado e profundo sobre a bandeira de uma nação ou de um país qualquer tem, com toda certeza, uma grande variedade de facetas que podem e devem ser levadas em consideração, o que, forçosamente, ocorre quando o estudioso quer debruçar-se sobre assunto tão amplo e variado. Aspectos históricos, psicológicos, políticos, sociais, além de conhecimentos aprofundados nos domínios da heráldica, são alguns dos itens científicos a serem estudados por quem pretenda ter a noção exata da origem dos pavilhões criados, desde tempos imemoriais, em todas as latitudes do planeta.

Ora, não é este o objetivo deste desprezioso trabalho, evidentemente. Queremos apenas, nesta oportunidade, apresentar nada mais do que algumas informações sobre o projeto da nossa Bandeira Nacional, quando da época da implantação do Governo Republicano no nosso país. Não vamos portanto, aqui, adentrar os aspectos de índole variada que antecederam à criação do pavilhão nacional como, por exemplo, a própria bandeira monarquista e a colonial, que tiveram alguma influência na atual bandeira. Queremos, isto sim, nos deter apenas em certas controvérsias havidas entre as lideranças favoráveis e os intelectuais contrários ao projeto da bandeira para, em seguida, nos ocupar um pouco mais com as controvérsias, no que diz respeito à representação do céu no nosso pavilhão. Em seguida procuraremos explicar um pouco mais a questão que deu título a este trabalho: o céu representado na nossa bandeira.

---

\* Membro do IHGES.

Antes, porém, de iniciarmos a parte 2 deste estudo queremos alinhar algumas considerações acerca dos antecedentes primitivos que deram origem ao que hoje denominamos bandeira *lato sensu* e isto veremos no item seguinte.

## 2 Antecedentes históricos das bandeiras

Desde os tempos mais recuados da história da humanidade, quando os homens atingiram “a fase psicológica da linguagem ideográfica e o estágio social da horda eles criaram os seus símbolos como meios de comunicação social”, que puderam ser “usados para identificar a união do grupo em suas atividades.”<sup>1</sup> Aí está a origem incipiente, naqueles remotos tempos, daquilo que nós conhecemos hoje como bandeira.

O arqueólogo inglês Leonard Woolley, no ano de 1927, em escavações realizadas no local onde existiu a cidade de Ur, na Caldéia (hoje Iraque), nas proximidades do rio Eufrates, localiza o famoso estandarte de mosaico de Ur. Segundo o descobridor, tal achado, de 55 centímetros de comprimento por 22,5 centímetros de largura, dataria do ano 3.500 a.C. Tal estandarte, na verdade, é constituído de dois painéis retangulares presos a uma lança e levados em cortejo. Neles estão impressas imagens representando cenas de banquete; a condução de animais ao sacrifício; grupo de prisioneiros, de guerreiros e carros de guerra. Trata-se de documento que nos mostra já uma adiantada evolução e organização social. É forçoso admitir que as formas de bandeiras devem ter desabrochado muito tempo antes com os sumérios.<sup>2</sup>

Povos bem primitivos, em estado de horda, no intuito de se fazerem diferenciados na caça e em atividades festivas, usaram feixes de ervas amarrados em hastes, tarefa fácil de ser realizada para a obtenção de uma insígnia. Era, por assim dizer, o surgimento da bandeira. Era o forte laço existente entre o homem e a terra.<sup>3</sup>

Tal acontecimento deve ter ocorrido certamente em regiões as mais variadas do globo, embora com maior possibilidade de ocorrência no oriente.

## 3 Controvérsias sobre a Bandeira Nacional

Temos por objetivo neste item, sucintamente, discorrer sobre algumas controvérsias surgidas entre as vozes que se puseram contra as características da Bandeira Nacional idealizada pelos positivistas — quando

da Proclamação da República — e os defensores da Bandeira, todos, de ambas as partes, homens ilustres e de cultura vasta.

Pelo decreto n.º 04, de 19 de novembro de 1889, foi adotado o nosso pavilhão nacional atual, quando o Brasil passou a adotar o regime republicano de governo, em 15 de novembro daquele ano.

O nosso pendão foi idealizado por Raimundo Teixeira Mendes, poeta, filósofo e positivista ferrenho, e por Miguel Lemos, outro defensor do pensamento de Auguste Comte no Brasil.<sup>4</sup> Ao professor Manuel Pereira Reis, catedrático de astronomia da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, deve-se a representação do aspecto do céu no pendão nacional, tendo em vista que a aludida representação baseou-se na carta celeste de sua autoria.<sup>5</sup>

O desenho foi executado por Décio Vilares.

Benjamim Constant foi o intermediário entre os autores do projeto da bandeira e o Governo Provisório.

Ficou na história o nome de Flora Simas de Carvalho como a pessoa que bordou em pano de algodão a primeira bandeira republicana.<sup>6</sup>

Na época em que estava sendo arquitetada a nova bandeira havia um forte movimento antiimperial principalmente nos grandes centros urbanos (Rio-São Paulo) e, sendo assim, nada mais natural que os projetistas do pavilhão republicano procurassem adotar modificações na bandeira proveniente do império. Também procuraram evitar influência do pendão norte-americano, embora deste tenham ficado as estrelas, porém com um detalhe bem distinto, pois, enquanto as estrelas do nosso lábaro representam os nossos Estados e têm correspondência com estrelas reais do nosso firmamento, as estrelas da bandeira norte-americana são apenas desenhos de estrelas representando os Estados daquele país.

Até que se chegasse ao projeto final da nossa bandeira os embates foram muitos devido à ocorrência de uma situação política instável, onde era forte a corrente monarquista, como também muitos eram os republicanos ilustres e além do mais proliferavam os ideais positivistas nos grandes centros.

A bandeira, diziam muitos dos contendores, estava causando discórdia entre os brasileiros, quando ela deveria ser o símbolo de união do povo.<sup>7</sup>

Grandes nomes formavam o grupo de defensores do nosso símbolo maior, e dentre eles podemos mencionar como principais, primeiramente, os idealizadores já citados antes: Teixeira Mendes e Miguel Lemos. A esses devemos acrescentar outros nomes que foram grandes defensores da bandeira: José Feliciano, Alípio Bandeira, Barbosa Lima, Eurico Coelho e Lauro Sodré.

Entre os elementos contrários, entre outros grandes nomes, estão: Afonso Celso, Couto de Magalhães, Eduardo Prado, Eurico de Góis, José Veríssimo, Júlio Maria, Medeiros de Albuquerque, Osório Duque Estrada (autor do Hino Nacional), Quintino Bacaiúva, Ramiz Galvão, Santos Dumont, Visconde de Taunay, Sílvio Romero, Francisco Pereira Lessa.<sup>8</sup>

Os antagonistas afirmavam ser a bandeira proveniente de um grupo sectário, tanto que Santos Dumont, o pai da aviação, não desfraldava o nosso pavilhão em suas notáveis experiências, preferindo usar uma flâmula verde e amarela. É o *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro, edição de 27 de novembro de 1906, que diz, referindo-se ao nosso símbolo maior: “Longe de exprimir um pensamento geral da nação brasileira, é o emblema de uma seita e nada mais.”<sup>9</sup>

Outro insigne brasileiro, Rui Barbosa, apesar de ter redigido e também assinado com outros membros do Governo o decreto de instituição da bandeira, jamais procurou defender o modelo do pavilhão nacional após a publicação do livro de Eduardo Prado intitulado *A Bandeira Nacional*, nos idos de 1903, e do trabalho *Os Símbolos Nacionais*, de Eurico de Góis, em 1908.

A pressão contra o modelo do pendão pátrio foi tão grande que se pensou mesmo em submetê-lo a uma reformulação. Houve várias propostas, cada uma delas tentando mudar esse ou aquele aspecto do pavilhão nacional, ora o desenho, ora a disposição do traçado, ora a legenda etc. Citamos aqui apenas os nomes dos autores de cada projeto de reformulação, na impossibilidade de explicar os detalhes de cada projeto de per si, para não nos estender em demasia neste item. Foram os seguintes os pretendidos reformuladores: Júlio Ribeiro, Floriano Peixoto, Alencar Araripe, barão do Rio Branco, Lopes Trovão, Oliveira Valadão, Celso de Souza (deputado), Coelho Rodrigues, Venceslau Escobar, Solano Carneiro da Cunha, Eurico Góis, Luís Sucupira, Mansueto Bernardi.

Foram apresentadas pelos opositores muitas observações importantes que mostravam aspectos negativos no projeto, desde o desprezo pela tradição, o caráter positivista da legenda, a substituição da Cruz pelo Cruzeiro do Sul, a falta de observâncias heráldicas, os erros na representação astronômica, até mesmo símbolos sem fundamento e outros itens mais.

Não há dúvida de que houve certas incongruências quando da formulação da bandeira. Não há como negar que ela está impregnada de princípios positivistas embora, nos nossos dias, as pessoas não façam a correlação destes fatos. Entretanto, não se pode esquecer que, afinal, o autor principal do projeto da bandeira foi chefe positivista no Brasil.

Também é oportuno frisar que aqueles que acusavam os autores da bandeira de desprezo pela tradição eram principalmente os simpatizantes monárquicos, que propugnavam por uma bandeira preservada na sua quase totalidade.

Objetivamente, o que foi realmente mudado na concepção do novo pavilhão quando da passagem para o regime republicano?

Eis aqui algumas das principais modificações a serem consideradas:

- A cruz da Ordem Militar de Cristo foi substituída pelo Cruzeiro do Sul;
- O globo azul substituiu a esfera armilar;
- A faixa branca foi introduzida juntamente com a legenda “Ordem e Progresso”. Diga-se de passagem que esta legenda é o resumo da frase de Auguste Comte “O amor por princípio e a ordem por base; o progresso por fim”;
- A figuração estrela-estado não constituiu novidade, pois já existia na bandeira monarquista, embora na nova bandeira a disposição seja diferente, assunto ao qual nos reportaremos de maneira detalhada mais adiante;
- As cores foram em essência conservadas.

Os adversários argumentavam que a bandeira antiga deveria ser conservada, fazendo-se apenas pequenas modificações necessárias. Citavam como exemplo a existência de vários países em que as bandeiras foram preservadas mesmo depois de determinadas mudanças políticas, como na Inglaterra, nos Estados Unidos, na Turquia, na República Sul Africana. Acrescentavam ainda que, se o Hino Nacional Brasileiro fora conservado na passagem para a fase republicana, por que a bandeira também não poderia seguir o mesmo caminho ou, mais precisamente, sofrer apenas uma leve mudança no estritamente essencial?

Mas, apesar de todos os argumentos contrários à nova bandeira e de todos os projetos e estudos de reforma considerados e apresentados desde 1889 até a terceira década deste século (1933), a bandeira republicana originalmente concebida terminou consolidada e aceita pelo povo brasileiro.

#### 4 O céu no pavilhão brasileiro

Já tivemos oportunidade de aludir linhas atrás ao diploma legal que instituiu nossa Bandeira — decreto nº 04, de 19 de Novembro de 1889. Tal documento jurídico mostra claramente que as estrelas simbolizam os Estados e o Município Neutro do Brasil, hoje Distrito Federal. Entretanto,

dito documento não discrimina quais as estrelas que simbolizam tais Estados. Essa discriminação só veio ulteriormente ao decreto e não por via oficial, mas através dos escritos de Teixeira Mendes e José Feliciano, que discorreram sobre o assunto. Foi realizado um grande esforço a fim de se obter um escalonamento entre os Estados e as magnitudes das estrelas representadas no pavilhão republicano. O resultado desse escalonamento foi severamente criticado pelos opositores do modelo da bandeira, que mostraram os casos de desproporções gritantes existentes no aludido escalonamento.

Foram escolhidas as estrelas não isoladamente, mas como elas figuram reunidas nas suas constelações. É este fato que bem diferencia a representação estelar adotada no nosso pendão daquelas encontradas tanto na bandeira imperial brasileira como na dos Estados Unidos da América do Norte.

Assim sendo, de acordo com a intensidade do seu brilho, a estrela representa este ou aquele Estado de superfície maior ou menor. Essa foi a idéia. Os Estados, sendo desiguais, serão portanto representados por estrelas de magnitudes diferentes.

Outras particularidades foram inseridas nessa escolha. Senão vejamos, por exemplo, a escolha da estrela Spica ou Espiga (nome tradicional da estrela Alpha Virginis).

- Espiga representa o estado do Pará (dos maiores do país);
- Espiga é a estrela mais brilhante da constelação de Virgem;
- Espiga é estrela de 1ª magnitude;
- Espiga é símbolo da agricultura vindo da antiga Pérsia;
- Foi por intermédio de Espiga que Hiparco (séc. II a. C.),

considerado o fundador da astronomia científica, descobriu o movimento da precessão dos equinócios.

Entretanto, nem sempre foram felizes os autores do projeto quanto às escolhas das constelações ou das estrelas para representar os Estados.

Teria sido razoável que tivessem sido figuradas as terras brasileiras situadas ao norte do Equador terrestre pela constelação de Virgem (que se localiza nos dois hemisférios) e que contém a estrela Espiga, mas esta idéia não foi talvez nem sequer ventilada entre os projetistas do nosso pavilhão.

Foi dada à estrela Procyon, da constelação do Cão Menor, a representatividade não das terras brasileiras localizadas no hemisfério norte, mas de Estado brasileiro com terras ao norte do Equador. Entretanto, não foi especificado qual o Estado que estava sendo representado, fato este, na verdade, inusitado.

Ora, na ocasião havia apenas dois Estados — Amazonas e Pará — que possuíam territórios abrangendo terras acima do Equador. Foi um lapso lamentável dos criadores da bandeira. Disso se aproveitaram os antagonistas do pendão republicano para lançar severas críticas aos seus adversários positivistas.

Finalmente, foi considerado que Procyon era a representação das terras brasileiras ao norte e ao sul do Equador. Na realidade, porém, a constelação do Cão Menor, a qual contém Procyon, é que pertence ao hemisfério norte e sul celeste. Este foi outro lapso grosseiro dos projetistas.

A estrela Sigma, da constelação do Oitante, passou a ser o símbolo do Distrito Federal porque, como aparentemente as outras estrelas volteiam aquela, assim também os Estados brasileiros vivem em relação com o Poder Central localizado naquele Distrito que é o pólo político do país.

Quanto à adoção do Cruzeiro do Sul na bandeira pode-se encontrar mais de uma alternativa para sua presença no céu do nosso pavilhão. Quando ocorria a Proclamação da República, aquela constelação “passava” pelo meridiano do Rio de Janeiro. Daí os autores do projeto tiveram a intenção exatamente de fazer figurar no lábaro brasileiro as estrelas que passavam pelo meridiano da cidade naquela manhã do dia 15 de novembro de 1889, embora, na verdade, tenha havido vários erros nessa representação, conforme demonstrado pelos antagonistas do projeto, como veremos mais adiante.

Outra possível explicação para a adoção do Cruzeiro do Sul pode ter sido devida aos primitivos nomes do Brasil: Ilha de Vera Cruz e, logo após, Terra de Santa Cruz. Talvez quisessem os positivistas indicar com isso a separação entre a Igreja e o Estado, substituindo a cruz da Ordem de Cristo pelo Cruzeiro.

Ainda outra possível explicação: a esfera nas bandeiras luso-brasileiras representava todo o mundo conhecido através das navegações portuguesas. O Cruzeiro do Sul passou a substituir a esfera, transmitindo assim a idéia de que a maior parte do nosso rincão pátrio se encontra no hemisfério sul do globo.

No total foram representadas nove constelações no céu da bandeira, escolhendo-se delas as estrelas que deveriam representar os Estados brasileiros, procurando-se guardar nessa escolha a equivalência das áreas territoriais dos Estados e a sua posição geográfica no país, relacionando-as com a magnitude de cada estrela. Na verdade, a equivalência e a localização perseguida pelos autores não foram plenamente atingidas, fato que comentaremos mais adiante.



Não podemos esquecer que, à época da criação do novo pavilhão nacional, o Brasil possuía apenas vinte Estados mais o Distrito Federal. Com o surgimento dos novos Estados houve a necessidade de se buscarem novas estrelas que os pudessem representar, no seio das mesmas constelações escolhidas na época da Proclamação da República. De 1889 até 1960 a bandeira permaneceu inalterada. Com a criação do estado da Guanabara e com a conseqüente transferência da capital brasileira da cidade do Rio de Janeiro para o planalto central do nosso país em 21 de abril de 1960, houve a necessidade de ser acrescentada nova estrela para representar aquele Estado federativo. Esta escolha recaiu em Alford, estrela de 2ª magnitude da constelação de Hidra Fêmea. Porém, com a extinção desse mesmo Estado (Guanabara), referida estrela passou a representar o novo Estado do Mato Grosso do Sul, desmembrado que foi em 1º de janeiro de 1979 do Estado de Mato Grosso. Os antigos territórios federais do Acre e de Rondônia foram transformados em Estados nos anos de 1962 e 1981 respectivamente, enquanto os de Roraima e Amapá o foram em 1988. Por último houve o desmembramento do Estado de Goiás, o que ensejou a criação do mais novo Estado da federação, o de Tocantins, em 1988.

Como já demonstramos anteriormente, motivos não faltaram para os autores da bandeira estamparem estrelas no lábaro brasileiro, pois, em assim procedendo, teriam como harmonizá-lo com a letra do Hino Nacional que não sofreu nenhuma modificação, o que mostra com clareza o zelo pelo aspecto estelar do céu brasileiro pelos autores tanto do hino como da bandeira.

Assim vejamos:

1ª estrofe, 4º verso: "... brilhou no céu da Pátria nesse instante";

3ª estrofe, 4º verso: "... A imagem do Cruzeiro resplandece";

5ª estrofe, 2º verso: "... Ao som do mar e à luz do céu profundo";

7ª estrofe, 2º verso: "... o lábaro que ostentas estrelado".

Os positivistas tiveram uma grande arma para provar que estavam seguindo a tradição mantendo as estrelas do pavilhão imperial e traduzindo a poética estelar do hino para o céu da bandeira republicana.

Foram postas no nosso pavilhão algumas das mais importantes estrelas, como Espiga (Spica), que é a Alfa da constelação da Virgem, que é formada de 110 sóis; Procyon, da constelação do Cão Menor; Sirius, que era das mais estudadas entre os antigos egípcios, servindo de base para o seu calendário a partir de acuradas observações em 4221 a. C.; Canopus, da constelação de Carena (desmembrada da constelação de Argos), estrela com

volume dois milhões, quatrocentos e vinte mil vezes maior que o nosso Sol; Antares, estrela de 1ª magnitude, maior sol da constelação de Escorpião. Não podemos nos esquecer de enumerar a constelação do Cruzeiro do Sul, a mais famosa do hemisfério sul reportada pelo físico mestre João, da comitiva de Pedro Álvares Cabral, em carta a Dom Manuel, em 1500. Esta constelação deve ter brilhado sobre os céus de Berlim lá pelos anos de 2900 a. C. devido ao seu movimento estelar. No tempo de Ptolomeu era observada em Alexandria.

Há referências, embora não muito precisas, de que o Cruzeiro do Sul foi conhecido entre os hindus, tendo sido citado pelo grande Camões sob a denominação de Nova Estrela.<sup>10</sup> Segundo a *Arte de navegar*, de Pedro de Medina, obra publicada em 1545, os navegantes já utilizavam a notável constelação para a determinação da latitude. Com o passar do tempo, num futuro ainda distante para os atuais vivos, a atual forma de cruz não muito perfeita estará desfigurada, vez que as quatro estrelas principais que compõem o Cruzeiro do Sul correm pelo espaço sideral em sentidos e velocidades diferentes.

\*\*\*

Prosseguindo nesta apresentação queremos expor, de maneira resumida, algumas das principais críticas que os opositores do projeto da bandeira lançaram, especificamente sobre a representação estelar do céu do pavilhão. Os nomes de alguns dos defensores, bem como de outros tantos opositores do símbolo maior republicano, já tivemos oportunidade de indicar em linhas anteriores.

Um dos mais brilhantes críticos da bandeira foi Eduardo Paulo da Silva Prado (1860-1901), descendente de ilustre e abastada família paulista, graduado em Direito, escritor e jornalista, homem muito viajado, tendo sido sócio fundador da Academia Brasileira de Letras.<sup>11</sup> Em Portugal teve a amizade de Eça de Queiroz, que a seu respeito declara: “panfletário elegante, cuja lógica bem armada e destra combatia sempre sobre uma formidável muralha de provas.”<sup>12</sup>

Prado chama a atenção em seus escritos para o fato de que o céu figurado no nosso pavilhão é o avesso do céu do Rio de Janeiro. Fato verdadeiro, pois na aludida representação foi utilizado um globo celeste e, sendo assim, o que está desenhado no céu da bandeira é a visão de um observador que está além das próprias estrelas. Deveria ter sido usada uma carta celeste, a qual daria a visão correta de um observador postado na Terra.

A constelação de Orion seria, segundo Prado, a que melhor serviria para o contexto de uma representação astronômica na bandeira, com uma coleção de estrelas muito brilhantes, completando-se o desenho estelar com sóis de constelações de Escorpião, Triângulo Austral, Cão Menor, Cão Maior, Centauro, Leão, Virgem e Cruzeiro do Sul. Orion é a mais brilhante constelação do céu no verão. É de fácil localização,<sup>13</sup> fazendo parte dela as conhecidas Três Marias ou Cinturão de Orion.

Mostra Prado também que as estrelas, como aparecem figuradas na bandeira, estão deslocadas em suas posições. Para estarem assim representadas elas deveriam percorrer centenas de milhares de séculos pelo espaço sideral. A desculpa dos autores da bandeira de que houve apenas pequena variação no desenho do céu do nosso pavilhão, Prado refuta mostrando que apenas um deslocamento de meia polegada significaria, no espaço celeste, proporções muito diferentes, tanto assim que a estrela Espiga necessitaria de um lapso de tempo de aproximadamente 35.000 séculos para estar representada no lábaro brasileiro, como se encontra ali oficialmente.

O Cruzeiro do Sul deveria figurar bem menor que o Triângulo Austral, enquanto ocorre justamente o contrário na representação.

Houve mesmo um cochilo do autor do projeto da nossa bandeira (Teixeira Mendes), quando em sua “Apreciação Filosófica” declara que houve a escolha de uma estrela que representaria o Estado brasileiro que se encontra no hemisfério norte. Espiga foi a estrela indicada para representar aquele Estado (não foi indicado qual). Prado aproveitou esse lapso daquele autor para veemente crítica, pois o Brasil possuía considerável parte dos territórios do Amazonas e do Pará ao norte do Equador. Hoje não são apenas dois Estados federados, mas quatro, uma vez que, como já nos reportamos anteriormente, Roraima e Amapá, antigos territórios federais, foram transformados em Estados, com territórios quase totalmente no hemisfério norte.

Em suas bem formuladas críticas prossegue Prado mostrando que a escolha de Sigma do Oitante como símbolo do município neutro e, posteriormente, do Distrito Federal, não era uma opção feliz simplesmente porque a localização geográfica dessa área não correspondia à parte do território brasileiro mais próxima das regiões polares, existindo, isto sim, outros Estados (São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) que se encontrariam bem menos distantes daquelas regiões.

Outro grande antagonista da bandeira positivista, Eurico de Góis, propôs em 1920 ao notável engenheiro e astrônomo, diretor do Observatório

Nacional, Henrique Morize, um questionário contendo algumas questões de ordem astronômica sobre a bandeira, ao qual o eminente cientista respondeu, ficando claro nessas respostas o seguinte:

- O Cruzeiro do Sul, na bandeira, está representado em tamanho exagerado e, além disso, deslocado;
- A representação do braço maior do Cruzeiro do Sul está sensivelmente maior do que a representação do braço maior do Triângulo Austral, quando na realidade é exatamente o oposto;
- A estrela Espiga não ocupa a sua posição real;
- A representação da forma da constelação de Escorpião difere bastante daquela encontrada no espaço sideral devido ao fato de terem sido acrescentadas algumas estrelas e suprimidas outras;
- A estrela que representa o Distrito Federal com brilho de 5,5 é visível por vista desarmada só excepcionalmente com céu muito limpo;
- A zona branca a que se refere o Decreto nº 04 não pode deixar de ser a representação do Zodíaco. Esta afirmação do astrônomo Morize vem esclarecer portanto que não se deveria considerar a faixa branca da bandeira a representação da Eclíptica.

Diante destas respostas aos quesitos apresentados por Góis vinha o respaldo científico contribuir para esclarecer melhor o assunto e não somente o embate de idéias apaixonadas dos contendores, embora, evidentemente, haja outros ângulos da questão que fogem ao aspecto puramente científico.

Como já tivemos oportunidade de observar neste trabalho, quando da elaboração do projeto da Bandeira Nacional tinha o Brasil apenas vinte Estados mais o Distrito Federal (município neutro). Houve algumas mudanças político-administrativas no país, principalmente a partir de 1960, que se fizeram sentir no próprio pavilhão nacional. É daquela época a criação do Estado da Guanabara, de vida muito curta. Houve a transferência da capital do país do Rio de Janeiro para Brasília. Ocorreu a transformação de territórios federais em Estados como Acre, Rondônia, Roraima e Amapá. Foi criado o Estado do Mato Grosso do Sul, desmembrado do Mato Grosso. E, finalmente, foi criado o mais novo Estado da federação, o de Tocantins, graças ao desmembramento ocorrido no Estado de Goiás.

Assim, hoje temos vinte e seis Estados e o Distrito Federal representados no nosso pavilhão. O último diploma legal que dispõe sobre os símbolos nacionais é a Lei n.º 8.421, de 11 de maio de 1992, que no parágrafo segundo do art.º 3º diz textualmente:

Os novos Estados da Federação serão representados por estrelas que compõem o aspecto celeste referido no parágrafo anterior, de modo a permitir-lhes a inclusão no círculo azul da Bandeira Nacional sem afetar a disposição estética original constante do desenho proposto pelo Decreto n.º 04 de 19/11/1889.

O nosso Estado do Espírito Santo está representado no pavilhão pela estrela conhecida popularmente por *Intrometida* e, na astronomia, por *Epsilon Crucis* ou *Epsilon do Cruzeiro*. Trata-se de um astro de cor alaranjada, encontrando-se à distância de 172 anos-luz do nosso sistema solar, com magnitude aparente de 3,57 e absoluta de zero. A referida estrela encontra-se no braço menor da cruz.

Apresentamos no quadro ao lado todos os Estados brasileiros com as estrelas que os representam e suas respectivas magnitudes, bem como as constelações às quais pertencem.<sup>14</sup>

## 5 Conclusão

Do que acabamos de expor não resta a menor dúvida de que o céu representado no nosso pavilhão nacional não expressa o céu real — astronomicamente falando — da cidade do Rio de Janeiro, no dia da Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889. Porém houve originalidade na criação desse céu muito brasileiro apesar dos atos atentatórios contra a astronomia, como tivemos ocasião de mostrar no transcorrer deste trabalho.

De qualquer maneira, para encerrar, temos que ouvir a argumentação dos projetistas da nossa bandeira ante toda a celeuma armada pelos inconformados adversários do projeto. Num só parágrafo podemos resumir essa argumentação:

Não se tratava de construir propriamente uma carta do céu. Era preciso figurar um céu idealizado, isto é, compor uma imagem que em nossa mente evocasse o aspecto do céu bem como os sentimentos que a nossa evolução poética tem ligado a semelhante imagem. O relativismo estético e mesmo científico traça as regras a seguir em tal idealização.<sup>15</sup>

ESTADOS	NOME DAS ESTRELAS	MAGNITUDES (Aparente)
Acre	Gama da Hidra Fêmea	3 <sup>a</sup>
Amazonas	Procyon (Alfa do Cão Menor)	1 <sup>a</sup>
Pará	Spica (Alfa da Virgem)	1 <sup>a</sup>
Rondônia	Gama do Cão Maior	*
Roraima	Delta do Cão Maior	*
Amapá	Beta do Cão Maior	*
Maranhão	Beta do Escorpião	3 <sup>a</sup>
Piauí	Antares (Alfa do Escorpião)	1 <sup>a</sup>
Ceará	Epsilon do Escorpião	2 <sup>a</sup>
Rio Grande do Norte	Lambda do Escorpião	2 <sup>a</sup>
Paraíba	Capa do Escorpião	3 <sup>a</sup>
Pernambuco	Mu do Escorpião	3 <sup>a</sup>
Alagoas	Teta do Escorpião	2 <sup>a</sup>
Sergipe	Iota do Escorpião	3 <sup>a</sup>
Bahia	Gama do Cruzeiro do Sul	2 <sup>a</sup>
Minas Gerais	Delta do Cruzeiro do Sul	3 <sup>a</sup>
Espírito Santo	Epsilon do Cruzeiro do Sul	4 <sup>a</sup>
Rio de Janeiro	Beta do Cruzeiro do Sul	2 <sup>a</sup>
São Paulo	Alfa do Cruzeiro do Sul	1 <sup>a</sup>
Paraná	Gama do Triângulo Austral	3 <sup>a</sup>
Santa Catarina	Beta do Triângulo Austral	3 <sup>a</sup>
Rio Grande do Sul	Alfa do Triângulo Austral	2 <sup>a</sup>
Goiás	Canopus – Alfa da Carena	1 <sup>a</sup>
Mato Grosso	Sirius - Alfa do Cão Maior	1 <sup>a</sup>
Mato Grosso do Sul	Alfard - Alfa da Hidra Fêmea	2 <sup>a</sup>
Tocantins	Epsilon do Cão Maior	*
Distrito Federal	Sigma do Oitante	5 <sup>a</sup>

(\* ) Não encontramos indicação

- 1 Raimundo, Coimbra Olavo. *A bandeira do Brasil*. 1972.
- 2 *Idem*.
- 3 *Idem*.
- 4 Planalto Editorial. *Nova enciclopédia de biografias*. 1980.
- 5 Mourão, Ronaldo Rogério Freitas. *Dicionário enciclopédico de astronomia*. 1980.
- 6 Raimundo, Coimbra Olavo, *op. cit.*
- 7 *Idem*.
- 8 *Idem*.
- 9 *Idem*.
- 10 *Idem*.
- 11 *Enciclopédia Barsa*. 1979.
- 12 Planalto Editorial, *op. cit.*
- 13 Mourão, Ronaldo Rogério Freitas, *op. cit.*
- 14 Brasil. Lei Federal nº 8.421, de 11 de maio de 1992, anexo 2.
- 15 Raimundo, Coimbra Olavo, *op. cit.*

#### Bibliografia Consultada

- MOURÃO. Ronaldo Rogério Freitas. *Dicionário enciclopédico de astronomia e astronáutica*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.
- Enciclopédia Britânica. *Enciclopédia Barsa*. Rio de Janeiro, 1979.
- Nova Enciclopédia de Biografias - Planalto Editorial Ltda. Friburgo, 1980.
- TAHAN, Malba. (J. B. de Mello e Souza) *Belezas e maravilhas do céu*. Rio de Janeiro: Bloch, 1974.
- COIMBRA, Olavo Raimundo. *A bandeira do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1972.
- DUARTE, Paulo Araújo. *Astronomia na bandeira brasileira*. Departamento de Geociências, UFSC (IBGE). Texto capturado na Internet.
- Símbolos nacionais: bandeira, hino, armas e selo nacional* (IBGE). Texto capturado na Internet.
- BRASIL. Lei nº 8.421, de 11 de maio de 1992. Apêndice I ao Anexo 2. Altera a Lei nº 5.700, de 1º de setembro de 1971, que dispõe sobre a apresentação dos símbolos nacionais.



Luiz Carlos Biasutti\*\*

## 1 Introdução

O regresso ao Torrão natal perturba o nosso coração; é como se voltássemos de aventuras em países estrangeiros e, de repente, longe da terra do exílio, sentíssemos um peso no coração.

Nossa alma bem sabe, ainda que finja esquecer-se que deu a sua palavra à terra natal. Não falo da pátria, falo da terra natal; a terra natal é algo de mais profundo, de mais modesto, de mais taciturno, feito de antigos ossos triturados. (Nikos Kazantzaki, *Carta a Greco*)

Senhora Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo,

Senhores membros do Instituto,  
Autoridades presentes, amigos, patrícios capixabas!

Os senhores nem podem imaginar a alegria que estou sentindo ao pisar nesta bonita terra onde nasci, principalmente em Vitória, onde estudei meu curso de Direito, fazendo parte da Turma “John Kennedy”, de 1963, e sentindo os eflúvios da rica história do padre Anchieta, da velha Vila Rubim, enfim, dos tempos idos e vividos.

Nesta pequena história da imigração italiana no Espírito Santo, queremos destacar:

---

\* Conferência realizada no Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo.

\*\* Sócio correspondente do IHGES.



- a) A expedição Tabachi;
- b) A subida às serras;
- c) A cultura de ontem e de hoje, através do ensino.

De repente, o estudo sobre a imigração italiana no Brasil virou uma coqueluche nacional.

Primeiramente, em nível nacional, o filme *O quatrilho*, que foi visto por milhões de brasileiros e disputou o Oscar em Hollywood. Ainda em nível nacional, duas novelas da TV Globo, sendo que a atual *Terra nostra* tem atingido níveis superiores a 50% de audiência.

Entretanto, nas décadas de 40 e 50, durante muitos anos, nos livros escolares jamais se falou no grande acontecimento: a imigração. Basta lembrar que o único romance, em nível de literatura nacional, a tratar deste importantíssimo fenômeno histórico é o *Canãa*, de Graça Aranha.

## 2 Tempos do Império

### Os alemães — A capitania e a província do Espírito Santo e a imigração alemã.

A capitania do Espírito Santo, o sul da Bahia (antiga capitania de Porto Seguro e Ilhéus), bem como o leste e nordeste mineiro, durante mais de duzentos anos eram extensas matas habitadas por várias tribos indígenas. Somente com a vinda da Família Real Portuguesa, em 1808, foi restabelecida a autonomia do Espírito Santo. A pequena população morava à beira-mar e a própria capital não passava de uma cidade pequena e acanhada.

Os primeiros imigrantes que chegaram ao Espírito Santo vieram da Alemanha em 1847 por iniciativa do Governo Imperial. Eram 38 famílias que recebiam terras no vale do rio Jucu, então município de Viana. Fundaram os alemães as colônias de Santa Isabel (católicos) e Campinho (protestantes). Apesar dos sacrifícios e dificuldades da língua, essas colônias prosperaram. Continuaram a chegar mais alemães e, em 1886, a população da região de Campinho chegava a mais de três mil habitantes. Em 1857, foi fundada a colônia de Santa Leopoldina, com 140 suíços vindos de São Paulo. A colônia foi implantada na confluência do rio das Farinhas com o Santa Maria da Vitória e mais tarde foi transferida para onde funcionava o porto fluvial, origem da atual cidade de Santa Leopoldina.

Foram chegando novas levas de imigrantes de origem alemã, principalmente pomeranos. Em 1860 a população da região de Santa Leopoldina passava dos mil habitantes.

Formaram-se novos núcleos de origem alemã em Santa Maria do Jetibá, Recreio, Várzea Alegre, Vinte e Cinco de Julho e Santa Júlia, Vales de Tancredo e Tancredinho (estes cinco últimos no município de Santa Teresa). Esses imigrantes alemães viviam dispersos em sítios e verdadeiras colônias-famílias e ainda hoje preferem a vida agrícola, fiéis às suas tradições.

### Os italianos

A imigração alemã, desde o início, era oficial e patrocinada pelo Governo Imperial. Além dos empreendimentos oficiais, houve duas tentativas de iniciativa empresarial de particulares.

No sul da província do Espírito Santo, o major Caetano Dias da Silva tentou fundar a Associação Colonial Rio Novo, em 1854. Junto com 191 brasileiros reuniu colonos das mais diversas origens: portugueses, ingleses, africanos, chineses, franceses, alemães, belgas, suíços, espanhóis, num total de 855 colonos. Foi um fracasso total, tanto assim que em 1862 a colônia Rio Novo foi encampada pelo governo, permanecendo aí só 378 imigrantes. Não havia italianos neste empreendimento. Somente a partir de 1876 os italianos entrariam na região sul, sob o patrocínio governamental, e formariam cinco territórios de colonização.

O segundo empreendimento feito por particular no Espírito Santo foi realizado em terras ao norte de Vitória, no atual município de Aracruz. Pelo Decreto Imperial de 31 de maio de 1872 foi dada a concessão a Pietro Tabachi para trazer imigrantes para o Espírito Santo. Tabachi, com problemas falimentares em Trento, Itália, residia há muitos anos na região de Santa Cruz junto com seu irmão, Carlo Tabachi, e tentou exportar jacarandá para a Europa e trazer imigrantes no retorno dos navios. Não conseguiu exportar madeira, mas, após vencer as barreiras burocráticas, através de seu preposto Pietro Casagrande, no norte da Itália, conseguiu, à custa de intensa propaganda, imigrantes para a colonização denominada Nova Trento.

### Pietro Tabachi

Finalmente, no dia 3 de janeiro de 1874, a bordo do veleiro *La Sofia*, embarcaram no porto de Gênova 388 colonos acompanhados pelo capelão padre Domenico Martinelli, o médico Pio Limana e o representante do empresário, Pietro Casagrande e sua esposa. Hoje ninguém mais discute

a importância da expedição Tabachi como organização pioneira em terras capixabas na vinda dos colonos italianos. Antes da expedição Tabachi, havia dezenas de italianos dispersos no Espírito Santo, como membros de ordem religiosa, ítalo-germânicos com passaporte austríaco, no Reino de Sardenha ou Reino de Nápoles e Sicília, que vieram antes da unidade italiana.

Acontece que o empreendimento de Tabachi fracassou em poucos meses. Os colonos perceberam que a colonização estatal oferecia maiores vantagens em todos os aspectos. Revoltados, abandonaram Tabachi e conseguiram partir para outras terras. Como escreveu Luiz Busatto: “A expedição de Pietro Tabachi, aqui chegada em fevereiro de 1874, embora fosse um empreendimento particular, inicia um processo migratório em grande escala no Brasil.” (Busatto, Dilemas do imigrante italiano, apud *A presença italiana no Brasil*, vol. II, p. 241).

A partir de 1875, uma verdadeira corrida de imigrantes chega ao Brasil com destino a Vitória e, principalmente, para os novos núcleos localizados entre os rios Timbuí e Santa Maria do Rio Doce. Em abril de 1875, com 60 famílias, parte de Havre, França, o navio *Rivadavia*. Em outubro do mesmo ano chegava o *Werneck*, com 744 colonos italianos. Em seguida, o vapor *Itália* traz 889 italianos. Até a Proclamação da República, mais de dez mil italianos entraram no Espírito Santo. De 1892 a 1896, já em plena era republicana, entraram no Espírito Santo 11.605 italianos. Muitos saíram para o Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Santa Catarina e Minas Gerais (construção de Belo Horizonte).

Conforme Luiz Busatto, “os que ficaram tiveram que lutar muito por causa da mata virgem e suas feras e cobras, as doenças tropicais que mataram muita gente e a desorganização do Governo Imperial que modificava as cláusulas contratuais sempre contra os colonos”. Ninguém pode esquecer que, desde o início da imigração oficial, os agrimensores tiveram um trabalho redobrado. E as demarcações não podiam enfrentar as chuvas torrenciais, as enchentes que castigavam as florestas. Daí a demora bem grande e a “via sacra” dos colonos para chegarem ao seu destino final e, em seguida, se fixarem definitivamente em suas próprias terras.

O deputado, senador e depois ministro do Tribunal Guido Mondim ainda em 1977 lembrou em seus estudos sobre Caxias do Sul, onde foi prefeito, que aquela cidade teria nascido pela vinda de imigrantes italianos que tinham inicialmente sido conduzidos para Santa Teresa (Espírito Santo) e foram desviados para o sul. E a mesma filosofia na

fundação de Caxias do Sul aconteceu: em homenagem à imperatriz do Brasil, a padroeira da cidade é Santa Teresa d'Ávila (orelha do livro de Virgínia G. Tamanini, *Estradas do homem*, 1977).

O fracasso da expedição Tabachi foi enorme, com repercussão na Itália e no Império Austríaco. O próprio Tabachi, desgostoso, faleceu em 21 de junho de 1874, portanto, há exatamente 125 anos.

Com a demora na entrega dos lotes foi-se acumulando o pessoal que chegava, sem parar, da Itália. Assim, barracões e palhoças foram erguidas provisoriamente perto da atual capela da Penha, local a que os colonos deram o nome de Valsugana Velha. Neste local provisório e de triste memória, os colonos sentiram as três grandes dificuldades de adaptação ao novo meio: a mata virgem, as doenças tropicais, a desorganização do governo imperial. Luiz Busatto, em *Dilemas do imigrante italiano no Espírito Santo*, fez uma análise perfeita dessas tremendas dificuldades.

Mas, oficialmente, os felizardos que vieram no navio francês *Rivadavia*, que saiu de Havre no dia 21 de abril de 1875, são considerados os fundadores oficiais de Santa Teresa. Eram 56 chefes de famílias numerosas, e o sorteio dos lotes, feito no dia 26 de junho de 1875, dia de São Virgílio, padroeiro de Trento, cujos nomes se encontram no monumento ao lado da matriz Valsugana Velha, tão lembrada pelos antigos, foi uma espécie de pré-história de nosso povo.

Era um compasso de espera, com seus horríveis barracos cobertos de folhas de palmeira ou palmito, com divisórias de bambu e pano, além da burocracia dos loteamentos e a difícil escolha de lotes. Daí partiram os mais apressados, para Lombardia, Guaipaboçu, Santa Lúcia, Carneiros, Três Barras. Enfrentaram onças, cobras e insetos, derrubada de árvores, o machado, a enxada, a agricultura de subsistência, verdadeira adaptação ao mundo novo e desconhecido.

Da barraca de folha de palmeira partiram para a casa de barro (adobe) coberta de tabuinhas. Ainda nos anos 40 um terço das casas da rua Coronel Bonfim eram cobertas de tabuinhas.

Valsugana Velha foi uma espécie de passagem, triste passagem, como o caminho bíblico dos hebreus pelo deserto. Tanto assim que, como acontecera com a colônia de Pietro Tabachi, foi queimada, abandonada para sempre. Basta dizer que uma epidemia de varíola dizimou várias famílias. Uma quantidade de jovens colonos resolveu partir para o sul do Brasil. Houve muita revolta em Santa Leopoldina, Valsugana

Velha e Lombardia quando os comerciantes de Santa Leopoldina cortaram o crédito dos pobres colonos que, por sua vez, não recebiam o auxílio governamental prometido. Com uma escolta de fuzileiros navais, os mais revoltados foram levados para o sul do país nos navios militares *Purus* e *Madeira*.

Mas outros colonos iam chegando da Europa sem parar.

A vila de Santa Teresa em 1877 já possuía dois grandes barracões para o recebimento de colonos, quatro casas de negócio, uma padaria e vinte residências. No princípio sua economia se baseava na agricultura e no comércio. Diante do mundo novo, os que ficaram entraram na luta pela sobrevivência. Trabalho, trabalho, trabalho.

Merece aqui lembrar um resumo muito bem feito por Frederico Müller, um verdadeiro raio X de Santa Teresa, escrito por uma testemunha ocular da história:

“Enfim, atiraram-se todos, resolutos, à derrubada e queimada das matas e ao plantio do café e do milho. Erguiam-se, a cada volta de estrada, as humildes choupanas e, por entre as toras de árvores queimadas e chamuscadas, viam-se, já, as plantinhas de café e de milho balouçarem suas folhas novas ao sopro suave da brisa. Pela atual vila apareciam também as primeiras casas, quase todas de palha. Segundo nos afirmam, a primeira construção que aqui se fez foi um enorme barracão de palha para abrigo dos imigrantes, justamente onde está a Matriz, o qual, aliás, estava quase terminado quando chegaram.

Quanto às casas de pau-a-pique, com paredes de entulho e cobertas de tabuinhas, a primeira foi um longo hospital, de que é uma reminiscência a casa da Rua do Comércio nº 11; a segunda foi a de Jerônimo Vervloet no atual nº 20 da Rua Cel. Avancini e a terceira a de Juca Quintais, nº 8, da mesma rua. É verdade que este veio para aqui antes e foi quem primeiro começou a negociar, mas fê-lo numa dependência do mesmo barracão. Há, entretanto, quem assegure que o primeiro negócio foi aberto por um tal de Felipe ou um tal de André Pasmoser, no barracão que se vê abaixo da casa de Eugênio Zucolotte, na Penha.

– Qual foi a primeira pessoa aqui nascida, o primeiro teresense?

– Um filho de Juca Quintais. – E quem se casou primeiro? – José Pereira de Araújo com Augusta Dummer, servindo de padrinhos João Volkartt e sua mulher Marta Volkartt.

O primeiro hotel, propriamente dito, foi o de Giuseppe Tamanini, alguns anos mais tarde, justamente onde se acha o 'Hotel do Comércio', mas, desde os primeiros tempos, a mulher de Giuseppe Ravagni, irmã de Fortunato Broilo, fornecia refeições aos viajantes. Entre os colonos, a primeira casa coberta de tabuinhas e que ainda existe foi a de Virgílio Lambert. Depois de terem se estabelecido os primeiros negociantes, as mercadorias começaram a ser transportadas em animais de carga, cabendo a iniciativa das tropas, ainda muito em uso, ao mesmo Vervloet e a seu irmão João Vervloet. Estava fundada Santa Teresa e com rapidez ia crescer materialmente.”

De repente, na primeira década da República, o café atinge, no mercado internacional, preços inacreditáveis. Graças aos trabalhadores italianos uma grande prosperidade inunda as terras teresenses.

É o apogeu de Valsugana Nova. Concentram-se todos nos seus arredores em busca de novas terras e começa a descida para os lados do Vale Tonini, Santo Anselmo, Patrimônio dos Polacos, Barracão, São Bento e São Roque. Do outro lado, Tabocas, Caldeirão, Rio Perdido, São Paulo do Rio Perdido. É a lenta, mas definitiva ocupação do Vale do Canaã e das margens do rio Santa Maria do Rio Doce e seus afluentes.

As tropas não paravam, levando café para o Porto de Cachoeiro de Santa Leopoldina e regressando abarrotados de víveres. Cargas e mais cargas de querosene desciam as serras para queimar toras de madeiras na pressa de plantar mais café.

Noventa por cento da economia capixaba era proveniente do café!

As festas de Valsugana tinham fama regional. A banda de música era composta de 40 músicos nos bons tempos. Os moradores construíram bela igreja, com campanário e um cemitério amplo com inscrições em italiano. Perdulários, em Santa Teresa, jogavam “bola de pau” com queijos do reino ou fumavam cigarro enrolado em nota de quinhentos mil réis. Em Valsugana, um Zamprogno mandou colocar dente de ouro no cavalo de estimação.

Foi uma época de concertinas, baladas e sonhos. Escreviam para os parentes e, conforme Derenzi, mais de dez mil italianos chegaram para a conquista das últimas terras à margem direita do rio Doce.

Bei tempi quei!

Depois, a queda do café, as dificuldades de crédito, os anos sombrios de Getúlio Vargas...

### A instrução e cultura após a chegada dos capuchinhos sicilianos (1898)

A primeira parte da verdadeira epopéia da colonização italiana em solo capixaba foi a luta pela conquista de um solo virgem, como vimos. Praticamente sozinhos, contra tudo e contra todos estes heróis anônimos construíram a vida rural do interior capixaba. Mas, antes mesmo de começar o novo século, as lideranças das colônias começaram a ficar preocupadas com o futuro dos próprios filhos. Além do trabalho, da parte econômica, era necessário o ensino básico. Criava-se uma comunidade analfabeta.

O clamor era geral.

O governo provincial e depois o estadual na república não encontravam ninguém com abnegação para sair de Vitória e se enterrar nas colônias, sem conforto, sem qualquer perspectiva de melhoria. Colocaram-se alguns semi-analfabetos como professores... Esta foi a revolta de alguns, como Maria Zanolo, na região de Alfredo Chaves, Francisco Rudio, em Santa Leopoldina e outros desconhecidos. João Dalla Bernardino, no atual município de São Roque, com a comunidade, pagou um professor durante anos para alfabetizar os filhos dos colonos.

Quando frei Caetano de Cômiso chegou a Santa Teresa viu o drama social, religioso e cultural do povo. Como escrevemos no nosso livro *No coração capixaba*, p. 116: “o coração deste capuchinho balançou entre ser o simples auxiliar de vigário e o professor que deveria melhorar a formação da colônia”.

No dia 20 de outubro de 1901, inaugurava-se a primeira escola particular no interior do Espírito Santo. Em carta de 29 de agosto de 1909 frei Caetano pede material escolar gratuito ou semigratuito para os alunos, recomendando que os livros todos sejam em português para servir também para os alunos que não são de origem italiana.

O ideal de frei Caetano era que a escola fosse gratuita, com professores pagos pelo governo. Ainda em 1913, por ocasião da visita do governador do Estado a Santa Teresa (a primeira nos tempos republicanos), tentou sacudir o poder público para o ensino. Não conseguiu nada. Em 1913, Santa Teresa viu o fim da escola paroquial e o fechamento da escolinha pública, pois a Dona “Bimba” Avancini, por motivo de casamento, mudou-se para Santa Leopoldina.

Mas em 1915 frei José Antônio de Ferla recomeçou as obras do colégio. Em 1916, era inaugurado o Colégio Ítalo-brasileiro que, para o Espírito Santo, tem a mesma importância histórica do Colégio Caraça, Colégio D. Bosco, de Cachoeira do Campo, ou Santo Antônio dos Franciscanos, de São João del Rei. De 1916 a 1930 a fama do Colégio Ítalo-brasileiro ultrapassou os umbrais do Espírito Santo e alunos de todas as partes de Minas Gerais, inclusive, fariam a fama do internato, com 110 alunos. Na década de 1920 ficaram na história a demonstração das festas cívicas, as representações teatrais e o Tiro de Guerra.

Os capuchinhos trouxeram bons professores de Minas Gerais e Rio de Janeiro (geralmente ex-seminaristas), que melhoraram o nível do ensino. Teatro, música e esportes completavam as atividades escolares. Infelizmente a crise de 1930 e o corte da ajuda do governo italiano foram acontecimentos decisivos para o fechamento do Colégio Ítalo-brasileiro. Nesse colégio estudaram o vice-governador do Estado, grandes empresários e fazendeiros.

Todavia, em 1935 voltara a funcionar o velho prédio como seminário, função que iria cumprir até 1965, mais ou menos. Após a II Guerra Mundial, novos padres e nova mentalidade. Procurou-se adaptar o currículo às normas governamentais. Primeiramente, frei Jamaría de Sortino e em seguida frei César Broeto, teresense, modernizaram as velhas estruturas.

Por fim, frei José Cortelletti, aqui presente, transformou o novo prédio moderno em Escola Pública e Mista com cursos diversificados.

Mas a luta cultural, árdua e penosa, contou com pessoas abnegadas. Assim frei Jamaría fundou o Colégio Teresense e colocou na direção o Prof. Werter Vervloet que, com sua equipe, abnegadamente lutou pelo ensino durante mais de quinze anos. Merecidamente foi ser secretário da Educação no governo Dias Lopes. Era uma época interessante, em que funcionários do Banco do Brasil, juiz de Direito, promotor de Justiça, padres lecionavam por simples patriotismo. O Prof. Victor Biasutti lecionou dezesseis anos sem nunca receber um tostão. E escreveu seus livros de poesia...

Hoje, sob a direção de frei Honório Siqueira, a Faculdade de Biologia é uma realidade. E outras faculdades virão; nosso medo é o problema da continuidade.

Mas acreditamos que os netos e bisnetos dos desbravadores das montanhas capixabas serão vencedores!

A visão de Canaã será o futuro do próximo milênio.

Vejamos:

Quando Vitória tinha 20 mil habitantes, em Santa Teresa, com seus 800 habitantes, brilhava o Colégio Ítalo-brasileiro.



Depois, Vitória com 50 mil habitantes, tínhamos a Escola Agrotécnica dos bons tempos de Dr. Lúcio, a pujança do Banco do Brasil, as irmãs da Congregação de Santa Catarina, o Grêmio Literário Graça Aranha, o jornal *Voz do Seminário*, a expansão demográfica, a obra ímpar de Augusto Ruschi.

Hoje, a grande Vitória, com um milhão e meio de habitantes, deve voltar seu olhar para as montanhas, para a ecologia, para os empreendimentos rurais.

O Rio de Janeiro soube subir as montanhas para criar Petrópolis, Teresópolis e Nova Friburgo. O nosso querido Espírito Santo deverá convencer seus filhos a descobrir melhor Venda Nova, Campinho e Santa Teresina.

Rogério Medeiros disse que 60% dos capixabas são de origem italiana. Talvez sejam 45%, com mais 10% de alemães, austríacos, poloneses e sírios libaneses.

Talvez Medeiros tenha razão: todos os capixabas hoje têm um dos quatro avós de origem italiana.

Somos o Estado de maior índice imigratório.

Hoje aqui estamos nós para resgatar este glorioso passado. Muita, muita coisa deve ser feita: preservar o acervo histórico; manter e divulgar as tradições das artes plásticas, música, artesanato, culinária, transmitindo às novas gerações o conhecimento e motivando-as a participar deste movimento. Estamos vivos e podemos saborear este fim de século. Quantas obras importantes têm aparecido sobre Santa Teresa e sobre o nosso Estado só nestes últimos anos? Somente de 1994 até o presente momento doze livros!

O espírito de dias melhores é o nosso lema!

Não foi sem razão que o Espírito Santo, tão esquecido aqui no Brasil, foi considerado pela Unesco o sétimo Estado em qualidade de vida, em bem-estar social. Queremos ser a Massachusetts do Brasil.

Tão pequenino e tão valente!

Temos tudo, tudo para crescer e vencer.

É preciso atacar o turismo inteligente e a ecologia como armas de prosperidade. O Estado do Paraná está gastando uma fábula em investimentos neste setor.

Precisamos, urgentemente, asfaltar a velha estrada de Santa Leopoldina a Santa Teresa e refazer o circuito da imigração teuto-italiana. Otimismo pessoal!

Muito obrigado.

# AS FARSAS DE BONECO, EXEMPLIFICADAS NO TEATRO DE FEDERICO GARCÍA LORCA E ARIANO SUASSUNA



Ester Abreu Vieira de Oliveira\*

## 1 Introdução

O teatro de marionetes tem uma tradição muito antiga. Segundo García Lorca, ele é o ponto de partida de todo teatro e de tipos famosos como Falstaff de Shakespeare.<sup>1</sup> Devido às diferenças culturais, o teatro de bonecos assume dramaticidade, designação e fisionomia diversas, conforme a região geográfica. Um exemplo desse teatro no Brasil é o teatro Mamulengo do nordeste, típico, principalmente, na Paraíba. Ele apresenta peculiaridades que o diferenciam do teatro de Punch, da Inglaterra, do Caparl, da Áustria e do Guignol, da França, citando alguns dessa espécie. Para compreendê-lo impõe-se colocá-lo no seu ambiente natural da sociedade que o gera.

O Mamulengo é parente dos polichinelos da Itália, do Guignol, da França, do Don Cristóbal, da Espanha, do Hanswurst, da Alemanha, do Kasperek, da Áustria e Checoslováquia, do Punch, da Inglaterra, do Pichelheng, da Holanda, do Veduchak, da Índia, do Karagheuz, da Turquia, do Ketchel, do Pakhljavan, da Pérsia, do Kuo, da China e do Petruchkana, da Rússia. Em todos esses teatros há zombaria dos ritos sagrados, dos políticos e das normas sociais e há muita paulada ou ameaças de esmurrar.

O teatro de Marionetes foi popular na Grécia antiga. No Período Romano e na Idade Média adquiriu um caráter religioso, atuando no campo da estatuária, que adquiria uma forma simbólica dos objetos do culto. Na Checoslováquia foi-lhe dada tanta importância que chegou, em Praga, a ser criada uma disciplina na Faculdade de Teatro para ensinar-se sua arte.

---

\* Professora da UFES-CESV. Presidente da APEES. Membro do IHGES, da Academia Espírito-santense de Letras e da Academia Feminina Espírito-santense de Letras.

<sup>1</sup> GARCÍA LORCA, F. *Obras Completas*. Prólogo de Vicente Aleixandre. Madrid: Aguilar, 1980. p. 1211, v. 1.

Na história da literatura de diversos povos o teatro de títeres aparece. No Renascimento espanhol ele está no entremez de Cervantes *Retablo de las maravillas* e no *Don Quijote de la Mancha*, segunda parte, no retábulo do Maese Pedro. No século XIX, na comédia caricaturesca *Ubu Roi*, de Alfred Jarry, ele é a base, e na obra de Qorpo-Santo empresta-lhe elementos de sua própria técnica.

Maria Clara Machado reconhece o lugar especial desse gênero teatral na literatura dramática. Acredita que ele revela a verdade humana com seus gestos, poesia e graça, mistura de realidade e insegurança desprotegida.

O espetáculo do teatro de marionetes se destina a um público específico da zona rural ou urbana. Muitas pessoas que vão assistir a este teatro por curiosidade ou por seu aspecto folclórico podem não gostar dele. Como é um teatro, em geral, como o Mamulengo, de improviso, só o seu público assistente é atingido. Sendo uma arte própria da carnavalização, segundo a teoria de Bakhtin, o seu objetivo é provocar o riso. Ele atua como elemento catártico e de grande comunicabilidade para a sua especial platéia, seu público natural. Aproveitando-se do automatismo, da rigidez, destacando hábitos adquiridos e conservados de alguém que se queira pôr em ridículo, provoca o riso. Os traços caricaturescos ressaltam a violência, pois exageram o existente na superfície, a parte de dimensão normal. Diz Bergson que “gestos e movimentos do corpo humano são risíveis na exata medida em que esse corpo nos leva a pensar num simples mecanismo.”<sup>2</sup>

Para buscar a hilaridade, o teatro de bonecos utiliza elementos primitivos tais como cacetadas, cólicas intestinais, umbigadas, danças eróticas e uma forte linguagem verbal, que se alia à configuração deformada, caricaturesca, e ao gestual expressivo para formar a sua linguagem dramática. Até os mitos como o diabo, por exemplo, no teatro Mamulengo são submetidos a pauladas. Isso agrada ao público, que se vê em pé de igualdade com eles.

Para assistir a um espetáculo de bonecos é necessária uma desperta atenção para vislumbrar a situação apresentada de uma maneira neutra, sem tensão, sem isolamento, dado o seu caráter coletivo.

O teatro de marionetes, do francês *marionette*, de *Marion*, diminutivo de *Marie*, é freqüentemente subestimado pelos historiadores da literatura como uma manifestação cênica antidramática — um bastardo do gênero

---

<sup>2</sup> BERGSON, H. *O riso*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987. p. 23.

dramático. No entanto ele é imprescindível no panorama do teatro e na história da dramaturgia, pois essas “obritas” são inspiração de muitos autores vanguardistas. Exemplos são Valle-Inclán e Federico García Lorca, dramaturgos de renome na Espanha, e Ariano Suassuna, no Brasil, para não citar outros.

Antes de apresentar como modelo de uma farsa de marionetes textos dos dois escritores contemporâneos, Ariano Suassuna e Federico García Lorca, nas suas respectivas técnicas, falaremos da farsa, gênero em que se enquadram os teatros de bonecos.

## 2 Farsa

O teatro é a arte de representar a vida. Esse é um chavão notório. Já é antiga a idéia, manifesta em Calderón de la Barca, século XVII, de que a própria vida é um teatro, de que cada um de nós representa o seu papel, seja na hierarquia social (rei, presidente, governador) ou profissional (professor, camponês, lavrador, sapateiro) e de que na morte, igualadora de todos, nos despimos da máscara, ou seja, nos despojamos do nosso papel. Na concepção desse dramaturgo espanhol a vida é um sonho e todos nós sonhamos com a nossa representação durante o período de nossa existência.

A nossa vida é dominada pela violência. O homem, por mais racional e controlado em seus atos, pode sucumbir a ela, reduzindo a razão. A própria natureza é violenta, afirma Bataille.<sup>3</sup> No teatro, no cinema e até nos desenhos animados infantis ela se mostra. A arte considera a violência apresentada no teatro como uma catarse, porque no palco os anseios mais recônditos, os desejos inexprimíveis são realizados, ante nossos olhos, por seres ativos, durante uma representação.

O teatro é um gênero que acompanha a história da civilização. Começa com o aparecimento do homem e segue o seu caminho, passo a passo. Sua origem veio do desejo de transmitir conhecimentos, nas manifestações religiosas, da diminuição da consciência religiosa (entre outras conseqüências, claro), da atuação especulativa dos filósofos, que começaram a teorizar sobre as instituições públicas, e da prática de uma doutrina hedonista.

---

<sup>3</sup> BATAILLE, G. *O erotismo*. Trad. Antonio Carlos Viana. Porto Alegre, L & PM, 1987. p. 37.

Do desejo de divertir surge a comédia, que exercerá, continuamente, a sátira, satisfazendo uma sociedade esvaziada das velhas ideologias.

À medida que o tempo foi passando, a comédia adquiriu um ar mais popular.

Aproveitando-se da linguagem do povo, o comediógrafo dá a este gênero teatral um ar bufonesco, com diálogos casuais sob o pretexto de provocar o riso, de divertir.

Quando a comédia provoca a hilaridade, apresenta-se a farsa. É por essa razão que esta se relaciona tão bem com a realidade, procurando exagerá-la, é certo, mas descrevendo de forma cruel as situações que retira do cotidiano. Seus tipos são universais e primitivos: marido enganado, mulher infiel, áspera e antipática, empregado bobo, sogra alcoviteira, interesseira e indiscreta, soldado covarde e malandro etc. As ações que oferecem são elementares, geralmente episódios da vida conjugal ou familiar. Na farsa não há dimensão psicológica ou histórica, mas sim muita crueldade, mentira, zombarias, palavras fortes e pancadaria.

A farsa é o gênero de peça teatral que melhor serve para expressar o domínio da violência sobre a razão. E, como a violência não está afastada da tragédia, nem da comédia, quase se poderia dizer que a farsa é uma mistura de gêneros, pois põe em julgamento mitos da sociedade, numa atitude de encoberta, dada pelo riso. Dessa forma podemos afirmar que, por trás da alegria da farsa, há um pouco de seriedade, pois a zombaria dirigida às instituições cristalizadas (casamento, família) serve para apontar erros, ou melhor, para indicar as falhas das instituições, centro do desenvolvimento da humanidade, no sentido de perpetuação da raça e no desenvolvimento psicológico do indivíduo.

Se na farsa aparece só o ridículo da instituição, não podem aparecer nela heróis, mas o homem vulgar, o homem da rua, o que se tacha como não bom controlador da “razão”; logo, o homem sem um bom domínio dos instintos naturais, o anti-herói, a paródia do herói.<sup>4</sup>

Depois deste preâmbulo, passamos à realização de nosso propósito: valorizar o teatro de bonecos, apresentando dois escritores de renome: um

---

<sup>4</sup> BERGSON, op. cit.

do Brasil, Ariano Suassuna, e o outro da Espanha, Federico García Lorca, que escreveram obras nesse gênero dramático.

3 Ariana Suassuna

Ariano Suassuna, um dos maiores representantes da dramaturgia brasileira, muito conhecido por sua comédia sacramental em três atos, *Auto da compadecida*, revitalização do teatro medieval de raízes religiosas e folclóricas européias, inserido com motivos dos cantadores e elementos folclóricos nordestinos, leva à literatura temas legitimamente brasileiros no teatro de bonecos, de via popular, com a obra *Torturas de um coração*,<sup>5</sup> obra que termina, como os entremezes cervantinos, com um baile. É a história do pícaro Benedito Pacífico Fialho Monteiro Cavaleiro de Carvalho, negro, sem dinheiro, que, por meio de artimanhas, mentiras e aproveitamento da situação de alcoviteiro, consegue dar presentes à mais bonita e querida moça de Taperoá, Marieta, e obter a sua admiração e amor. Entre os seus pretendentes estavam as duas autoridades do lugar, representantes da justiça e da força: o Cabo Setenta, a mais alta patente da terra, e o Vicentão, “cabra da peste”, o cangaceiro, o valentão, o brigão. No vilarejo havia também o sedutor, um don-juan, o Afonso Gostoso, o Afonso Cabeleira, o Mané-Gostoso, querido das meninas. Contudo, Marieta fica com Benedito, porque ele submeteu as mais temidas forças ao ridículo, fazendo o Cabo marchar, dando-lhe pauladas e ridicularizando o Valentão, mostrando que de Valentão não tinha nada, era um “frouxo”, pois teve medo do grito de Benedito, pensando que fosse “Malassombro”, e lhe deu “catolé”, mas, segundo ela, “pancada de amor não dói.” Dessa forma, Benedito se tornou a força de Taperoá e, como Marieta gostava de homens fortes, se apaixonou por ele. Que lindo romance de amor! Parece letra de tango, não é? Isso porque, se por um lado nesse teatro há evidente agressividade, pelo outro, há improvisação e vivacidade, que lembram o teatro “dell’arte” italiano, e um cunho patético e sentimental, próprio das romanças do século XIX, base das letras de tango. Tomemos como exemplo da farsa de Suassuna a agressividade, auxiliada na representação pela *cinésica*, *paralingüística*, e jogo de linguagem, apresentando o fragmento em que, no duplo sentido dos comandos de Benedito, no diálogo entre este e o Cabo Setenta, arbitrária autoridade do lugar, ela se mostra:

---

<sup>5</sup> Borba Filho, H. *Fisionomia e espírito do Mamulengo*. Rio de Janeiro: Minc/Inacen, 1987.

- Cabo: *Esteja preso!*  
 Benedito: *Besteira Cabo!*  
*Eu já conheço essa história!*
- Cabo: *Negro, você se enxergue,*  
*senão vai pr'a palmatória!*
- Benedito: *Deixe de bancar valente, Cabo Setenta!*  
*Você veio para cá somente para ser apresentado*  
*ao distinto público! Sentido, cabo Setenta!*
- Cabo: *Sentido, o quê?*  
*Sentido é você!*  
*Sentido quer dizer podre, e podre pode ser você!*
- Benedito: *Ah, cabo ignorante dos seiscentos diabos!*  
*Ordinário, marche!*
- Cabo: *Ordinário o quê?*  
*Ordinário é você!*  
*Ordinário quer dizer safado*  
*e safado pode ser você.*
- Benedito: *O quê? Você quer brincar comigo, é?*  
*Pois tome! Tome! Tome catolé!*

#### 4 Federico García Lorca

No prólogo falado do “Retablillo de Don Cristóbal”, Lorca escreve que o teatro de títeres (“el guiñol”), “expressão da fantasia do povo, fornece o clima da graça e da inocência desse teatro.” “[...] O público ouve com alegria e simplicidade expressões e vocábulos que nascem da terra e que servem de limpeza numa época em que maldades, erros e sentimentos turvos chegam até o mais fundo dos lares.”<sup>6</sup> E no Diálogo, ao iniciar-se a representação dos *Títeres de la Cachiporra* disse que é um teatro próprio do ambiente rural: “não gosta da luz elétrica”. Declara, também, gostar desde a sua infância de “Cristobita”, logo teatro de bonecos.

Esse poeta e dramaturgo espanhol escreveu farsa e tragédias. Seu gosto pelo teatro lhe nasceu ainda quando criança.

Nessa época entre os seus folguedos infantis estava o de armar teatrinhos de marionetes. Das suas farsas destacarei duas: *Los títeres de*

---

<sup>6</sup> García Lorca, F. *op. cit.*, v. 2, p. 539.

*cachiporra: tragicomedia de don Cristóbal y la señá Rosita e Retablillo de don Cristóbal*: farsa para guiñol.

No início de *Retablillo*,<sup>7</sup> estreada em março de 1934, no teatro Avenida de Buenos Aires, no prólogo falado, como as “loas” do teatro clássico, o diretor (personagem) explica a gênese da farsa e sua verossimilidade “recolhida de lábios populares”, declarando ser a peça representada um teatro de “guiñol”. Terminado o discurso aparece o poeta fazendo os espectadores atuarem como artistas, pois pede-lhes atenção e silêncio, tão profundo que se pudessem “ouvir os glu-glu dos mananciais”. Solicita às moças que fechem os leques e, depois de outros avisos e esclarecimentos, quer retirar-se para passar a roupa da companhia, mas chega o diretor e começa um diálogo entre eles. Terminado este, fica clara a técnica do teatro no teatro, pois só depois de o diretor pagar ao poeta é que ele dá início à função cuja ação se centrará em don Cristóbal. O tema da farsa é a honra. Ela é uma paródia da obra de Calderón de la Barca *El médico de su honra*. Don Cristóbal, o médico, depois de matar o enfermo para ficar com o seu dinheiro, casa-se com Rosita. A mãe dela, ambiciosa e gananciosa, arranjou o casamento inflamando os desejos lascivos do médico dizendo que Rosita tinha:

*dos pechitos  
como dos naranjitas,  
y un cullito  
como un quesito (...)*

Mas a sensual Rosita, a cada hora “más metida en fuego”, queria casar-se com outro. (Lorca desenvolve esse tema na tragédia *Bodas de sangre*.) Rosita engana Don Cristóbal. Ela dá à luz quíntuplos. Don Cristóbal, enfurecido, golpeia a mãe de Rosita, procurando saber quem é o pai das crianças. São temas dessa farsa: a tirania do diretor para com o poeta, proibindo-lhe mudar o roteiro, e de Don Cristóbal, ameaçando a mãe com o cacete (*cachiporra*). Mas também a violência, a linguagem, o trabalho desvalorizado do artista, a ambição, o casamento arranjado, a lascívia, o marido dorminhoco que não cumpria as obrigações como tal, a mulher sensual, desejanete, o adultério, o roubo e o mau médico, a fertilidade e o bêbado. Temas comuns das farsas.

---

<sup>7</sup> *Ibidem*, p. 1211.



A língua viva dos bonecos, sua iconoclastia, sua falta de escrúpulos, seu ar fanfarrão diante do mais terrível inimigo, como o diabo, deixaram o teatro de fantoches afastado do público culto e da “burguesia” e, curiosamente, o fazem universalmente simpático, porque ele é a voz do povo contra os seus opressores, tabus, convenções sociais.

Tentamos mostrar, aqui, que um teatro de linha folclórica, como o de bonecos, despertou o interesse de escritores de nomeada e que o teatro das vanguardas buscou inspiração neles. Contudo, ainda que este teatro seja popular e muito próprio de zonas rurais, é muito freqüente as literaturas voltarem-se para o estudo do popular das culturas primitivas. O que chama a atenção dos vanguardistas sobre eles é a emanção mágica e, principalmente, o espírito de rebeldia que transmitem na arte de bonecos em conformidade com o das vanguardas.



Mario Pires\*

A cada passo da minha vida, o que eu sinto dentro do mais íntimo de mim mesmo, é meu pai. (Rui Barbosa)

## 1 O homem

Antônio Rui Barbosa de Oliveira nasceu em Salvador, Bahia, em 5 de novembro de 1849, filho do Dr. João José Barbosa de Oliveira e Maria Adélia Barbosa de Oliveira.

Após seu falecimento, o governo federal decretou essa data como o Dia da Cultura.

Nesse dia, em 1952, como diretor do Colégio Estadual Mons. Nora, de Moji Mirim (sim, com “j”, como nos ensinou nosso saudoso mestre de Português, Prof. Francisco da Silveira Bueno, quando fomos seu aluno na Escola Normal da Praça — como, tradicionalmente, é conhecida a hoje Escola Estadual de Primeiro e Segundo Grau e antes, quando da criação da Universidade de São Paulo, em 1934, incluída na Faculdade de Educação, chamara-se Instituto de Educação, na direção do consagrado educador e memorialista Fernando de Azevedo).

Nesse dia, como já nos dizendo, reunida toda a comunidade escolar, instituímos o “Dia de Rui Barbosa” e, consultando o raríssimo livro de Baptista Pereira<sup>1</sup>, genro de Rui, escrevemos e lemos o discurso de saudação, iniciando com a frase do ilustre progenitor de nosso “Águia de Haia”: “Rui, tu és o advogado dos cachorros.”

“Estava escrito — diz o autor da obra — que o motejo paterno seria um vaticínio. Advogado foi sempre. Advogado, às vezes dos pequenos, às vezes dos grandes. Mas sempre, e sobretudo, advogado.

---

\* Sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo.

Advogou a causa dos escravos: eis a Abolição. Advogou a causa da Federação: eis a República. Advogou a causa das nações: eis a Conferência de Haia. Advogou a causa da Humanidade: eis o Sermão da Montanha, em Buenos Aires. Não é preciso mais para provar que o traço principal da sua vida foi o do advogado, entranhável até nas suas maiores atitudes.

Entra a vida como o advogado dos cães; pungebarba como advogado dos homens, amadura como advogado das nações, envelhece como advogado da humanidade. Grande existência, grande advogado, grandes clientes, grandes causas!

Na sua morte não deixou amigos políticos. Não deixou partidos. Não deixou Estados. Não deixou família poderosa. Não deixou órgãos da opinião. Não deixou sucessores da sua autoridade e do seu gênio.

Justo é o que ele foi principalmente. Três vezes justo. Vida de arminho e coração de cristal. Esse homem que começou a sua carreira defendendo os direitos de uma órfã, vítima da lascívia de um senhor, a quem a opulência teria garantido a impunidade, se já não tivesse nascido o defensor de Dreyfus. Arquiteto do regime, a que deu a chave de abóbada, na Constituição e a pedra angular, no Supremo Tribunal, nenhuma vida mais ligada a ela.

Raiava a alvorada republicana; não tínhamos precedentes para um regime que se iniciava; tudo estava por aprender e ensaiar.

O evangelista perdeu, em 1892, a batalha do direito, que já era a do civilismo. E a ditadura apontou-lhe o caminho do exílio!

O Brasil levantou-se todo, no que tinha de melhor, e cerrou fileiras em volta de seu nome. O ano da graça de 1892 tinha revelado ao de 1910, a força inerme do direito.”

## 2 O pai

João José Barbosa de Oliveira formou-se em medicina por vontade de seu progenitor, mas sua propensão era o jornalismo e a política. Numa crise política da época, João Barbosa viu realizado um de seus sonhos da mocidade: a cadeira de deputado geral, na metrópole.

Custou-lhe muito separar-se do filho querido, de quem se orgulhava de ser o mais dedicado professor. Realmente, nessa missão, era incomparável; se em meio a uma reunião o relógio advertia-o de aproximar-se a hora em que devia explicar uma lição a Rui, logo pedia licença e retirava-se.

A política, porém, tinha-lhe grande sedução. E João Barbosa, com a intolerância de um cristão que partia para a guerra-santa, viajou rumo à Corte. Maria Adélia, sua esposa, porém, preferiu ficar com os filhos.

Ele fez-se logo amigo íntimo de dois deputados, Antônio Jacobina e Saldanha Marinho. Entre os três houve perfeita compreensão. Outro deputado com quem se avistava freqüentemente era Francisco Otaviano, correto jornalista, espírito meio cético e culto, amigo do imperador, de quem dizia aos colegas, quando lhe perguntavam por Sua Majestade: “Vai bem... fazendo maus versos e criticando os bons... Pequeno defeito do qual Pedro II nunca logrou corrigir.”

O desfecho das divergências iniciadas nos bastidores foi a nomeação de Manoel Dantas para a presidência da Bahia. Luís Antônio estava vencido. E, imprevisivelmente, João Barbosa colocou-se ao lado de Saraiva e Dantas contra o cunhado. Ambos intolerantes, ambos exaltados, ambos Barbosas nas suas paixões, a querela política degenerou em áspera inimizade pessoal.

A luta desencadeou-se violenta e sem limites. Na imprensa e no parlamento agrediram-se sem piedade, inteiramente esquecidos do parentesco e do passado. Maria Adélia sofreu com a desavença entre o marido e o irmão, e muitos censuraram o procedimento de João Barbosa, que julgavam inexplicável e injusto. Rui, porém, identificou-se logo com o ódio paterno: Luís Antônio era também seu inimigo.

Maria Adélia não suportou aquela briga de família. Ficou acabrunhada e, um ano depois, faleceu, em 16 de junho de 1867.

O adolescente mergulhou, então, em profunda melancolia, e, para exprimir, compunha versos como estes:

Oh! como é triste este areal da vida  
Que aflitiva mudez o envolve ao longe! ...  
Como é vasto, meu Deus, este deserto.  
Como se estende além! ...

Rui cursava em Recife o segundo ano jurídico, o que o levaria a escrever mais tarde, por ocasião da morte da irmã: “Como minha mãe, foise, sem que eu ao menos a pudesse abraçar na partida.”

Para o coração do filho, desaparecida Maria Adélia, o mundo transformava-se num ermo insuportável. Ao retornar do Recife, depois de terminar o segundo ano, Rui encontrou a casa vazia e triste. Por aquelas salas amigas não mais veria mover-se, dirigindo o lar com autoridade suave, o perfil da mãe, de quem herdara a exagerada sensibilidade.

Entre Rui e Brites, sua irmã, apesar de reinar a melhor camaradagem, havia breves cenas de ciúme, pois ela se dizia preterida pelo pai. Suspeita,

em parte, verdadeira, pois, sobretudo agora, depois da viuvez e da luta com o cunhado, João Barbosa ainda mais se apegara ao filho, “o meu Rui”, como o chamava cheio de orgulho.

Mas, a um amigo íntimo do pai, Olímpio Chaves, perguntava Rui qual dos dois parecia mais inteligente, se ele ou Brites.

A Câmara foi dissolvida, porque os liberais foram despojados do poder. João Barbosa, como se não lhe bastasse perder a cadeira de deputado, não tardou em ser demitido do emprego na Bahia. Era o espectro da miséria a bater-lhe mais uma vez à porta. “Conforme V. por aí terá sabido [escreveu então a Saldanha Marinho], estou demitido, e sem o menor rendimento para sustentar minha família.”

Para João Barbosa surgira um grave problema: não tinha recursos para manter o filho em São Paulo. Morta Maria Adélia extinguiu-se a única fonte certa de renda da família — o fabrico doméstico dos doces — e que permitia ao marido enfrentar uma situação idêntica, dez anos atrás. (Por isso foi que um dia, num de seus famosos discursos, Rui Barbosa afirmou que se orgulhava de ser pobre e ter origem pobre. — n. do a. desta).

Rompera definitivamente com a medicina, e apenas ganhava alguma coisa em modestos serviços de advocacia confiados por amigos, como Saldanha Marinho, Tito Franco e Nabuco. Entretanto, muito pouco para atender às despesas do filho. Os amigos souberam disso, e um deles, João Moura, estendeu-lhe a mão.

João Barbosa, como quisesse educar o filho nesse exemp<sup>to</sup> do “sacrifício coroado pelo sacrifício”, suportou-o com altivez. Rui sentia-se orgulhoso da atitude do pai, cuja bravura era tão grande quanto os revezes que lhe batiam à porta. Às dificuldades financeiras somara-se grave enfermidade, e João Barbosa escrevia ao filho: “Calculo quanto te inquietará a falta de cartas de casa, por tanto tempo, e por aí imagina o que tantas vezes tenho passado. E é também verdade que o coração te era pressago de algum modo. Verás com efeito dessa minha anterior que me chegou doença mais séria do que se pensava. O meu mal está nos centros nervosos — é na medula espinal, parte superior — o qual tem o condão de nos privar mais ou menos das pernas. Por isso, conquanto hoje tenha apetite devorador e a inteligência como dantes e o mais, todavia não posso andar senão como bêbado, dançando, equilibrando-me ou apoiando-me como roda nalgum ou nalguma coisa. Entretanto, lá já vão 39 dias.”

E alguns dias depois: “Dei-te parte do meu estranho padecimento atual. Vou melhorando, conquanto lentissimamente, das pernas e do andar;

porém, do ouvido esquerdo continua a zuada, a chiada de cigarras — a surdez ora total, ora não, conforme os dias úmidos ou não.” E continuava, esperançoso: “Não me importo de perder o ouvido — do mais me incomodo, porque não careço só da vida, preciso muito de saúde para a nossa família. Deus é grande, Ele me tem sempre valido, ou valido a vocês, que é só e só o que me liga a este vale de dores, do qual já estou bem farto, posto que bem cedo, visto como nunca eu gozei.”

Mas a admiração de Rui pelo pai não conheceu limites.

Desde pequeno, apesar dos ciúmes de Brites, Rui fora o preferido de João Barbosa, que, a princípio, lhe servira de mestre.

Com o tempo fizera-se o seu melhor amigo. Jamais, entre um pai e um filho, se notara solidariedade tão perfeita. Fisicamente parecidos, ambos de baixa estatura, assemelhavam-se também no gênio impetuoso e irascível, escondendo-se sob maneiras muito polidas e educadas. E admiravam-se reciprocamente.

Essa união foi abruptamente desfeita pelo falecimento de João Barbosa, em novembro de 1874. Morte inesperada. Em três dias uma inflamação intestinal causou o desfecho fatal, apesar dos esforços da medicina. Por último haviam despejado sobre a cabeça do enfermo um grande barril de água fria. Tudo inútil. E João Barbosa, como bom cristão, depois de reconciliado com Luís Antônio, que fizera chamar pelo filho, recebeu os sacramentos da Igreja.

Seis cavalos puxaram o coche fúnebre.

Rui viu-se inteiramente só, sem ter a quem recorrer nos momentos de aflição. Os seus melhores amigos estavam ausentes.

### 3 O homem múltiplo

Rui Barbosa iniciou os estudos advocatícios na Faculdade de Recife. Em 1868, transferiu-se para as Acadas, a consagrada Faculdade de Direito do Largo de São Francisco. Inteligência privilegiada, logo se destacou entre seus colegas, ganhando a admiração de seus mestres, e foi contemporâneo de Joaquim Nabuco, Castro Alves, Rio Branco, Rodrigues Alves, Afonso Pena e outros.

Bacharelou-se em 1870 e regressou doente para a Bahia. Começou a advogar, defendendo causas de pobres, daí a famosa expressão do pai: “Rui: tu és o advogado dos cachorros.” No *Diário da Bahia*, órgão do Partido Liberal, fez suas grandes campanhas políticas.

Em 1876, casou-se com Maria Augusta Viana Bandeira, mulher de grande personalidade, humana, simpática e o grande amor de Rui, que o acompanhava em quase todas as suas viagens, inclusive à célebre Conferência de Haia, na Holanda, em 1909.

Em 1884, D. Pedro II conferiu-lhe o título de conselheiro. Foi um dos grandes abolicionistas. Foi ministro da Fazenda e da Justiça no governo de Deodoro da Fonseca. Em 1890, foi eleito senador pela Bahia, sendo reeleito. Devido à destemida oposição a Floriano Peixoto, teve que ir para o exterior e, na Inglaterra, em 1895, escreveu as célebres *Cartas da Inglaterra*, defendendo o judeu Dreyfus, brado inicial que o mundo ouviu em defesa do oficial francês. Quando da elaboração do Projeto do Código Civil, deu origem à famosa polêmica com Carneiro Ribeiro. Resultou a *Réplica*, um dos mais famosos livros do ilustre baiano.

Em 1907, o barão do Rio Branco o fez participar da Conferência da Paz, onde se reuniram 48 países. Sua atuação e seu célebre discurso em defesa da democracia e do respeito devido a todos os países, aos minoritários, como o Brasil, valeram-lhe ruidosa ovação de todos e ficou, então, chamado o “Águia de Haia”.

O Brasil recebeu-o com carinho e admiração incontida. Rui, requestado por inúmeras entidades e cidades, viajou várias vezes. Na cidade paulista de Monte Alto, as homenagens foram inolvidáveis, quando foi inaugurado, em praça pública, seu busto. Em Campinas, no ano de 1909, não foi menor o júbilo; as pessoas gradas iniciaram subscrição pública para a ereção da estátua, inaugurada<sup>3</sup> e erguida no amplo e belo jardim Carlos Gomes, esquina da rua General Osório. Consta, a estátua, de uma herma em bronze, repousando sobre pedestal de granito róseo, um conjunto de arte excepcional, como merecia o ilustre patrício.

Rui Barbosa referia-se sempre com carinho à bela terra de Carlos Gomes e, uma tarde, impressionado com o espetáculo da revoada de andorinhas, a se recolherem no prédio a elas destinado, bem em frente da Escola Normal, compôs uma de suas mais belas páginas, “As Andorinhas de Campinas”, que, a seguir, transcrevemos, como nossa homenagem ao eclético patrício, em seu sesquicentenário de nascimento.<sup>4</sup> Apesar de conhecida por milhares de brasileiros, aqui vai ela, na íntegra:

“Senhores: muitas e muitas vezes me atraiu aqui, nas tardes de estio, à vossa praça de Carlos Gomes, o espetáculo da volta das andorinhas. Louvada seja a vossa edilidade, por haver respeitado essa maravilha, e não ter desfeito a antiga pousada a esses alados mensageiros do espaço. Os estranhos, os

peregrinos da curiosidade e do gosto virão com freqüência contemplar embevecidos, como eu, o incomparável quadro vespertino. O pincel dos amigos da natureza trabalhará por debuxar nas telas com as mais suaves tintas de sua paleta. Algum poeta o dedilhará na lira, em versos que perdurem como os de Anacreonte.

Eu não canto, nem pinto. Mas revejo e recordo.

Pelo límpido azul já sem sol, antes que se esvaia de todo o oiro dos seus átomos de luz, mas quando o crepúsculo entra a desmaiar do seu brilho a safra celeste, um ponto retinto, perdido nos longes mais remotos, se acentua em negro na cúpula do firmamento, lá, bem no alto, bem em cima, como se a ponta de uma seta, desfechada perpendicularmente de além, varasse ali a redondeza anilada.

Era um; e, logo após, já são muitos, já vêm surdindo inumeráveis, já parecem infinitos; já se cruzam; se recruzam; já se encontram e circulam; já se condensam e escurecem. Eram um grupo; e já formam um bando, já vêm crescendo em longas revoadas, já refervem em enxames e enxames, já se estendem numa vasta nuvem agitada. Toldaram o céu, encheram o ar, vêm-nos ondeando sobre as cabeças. Agora, afinal, com os movimentos de uma grande vaga sóbria, ponteadada de branco, a librar-se sobre a terra e a imensidade, rasga-se na coroa das palmeiras, açoita os fios telegráficos, resbula pelos tetos do casario, e, ao cabo, arfando e remoinhando, turbilhoando e restrugindo com o estrépito de uma cascata argentina, de uma cachoeira de cristal que se despedaça, chilreada imensa de vozes e grasnidos de dezenas e dezenas de milhares, pendem, mergulham e desaparecem, numa imensa curva borbulhante, por sobre o largo telheiro abandonado, que essa aérea multidão erradia elegeu entre nós para abrigo do seu descanso nas cálidas noites de verão.”

Sua célebre “Oração aos Moços”, discurso de paraninfo dos acadêmicos do largo de São Francisco, constitui o ápice de sua atuação na literatura brasileira, verdadeira obra-prima depois enfeixada em livro, e que se inicia com os revoltados dizeres “De tanto ver triunfar as mediocridades...”

Afinal, depois de uma fértil e brilhante vivência nos estudos, na advocacia, defendendo os desvalidos, na política, na disputa à presidência da república, tudo coroado com a espetacular presença na Conferência da Paz de Haia, surpreendendo todos os representantes de quarenta e tantas nações, impressionados com o discurso em defesa da democracia e dos países pobres, que lhe conferiu o título de “Águia de Haia”, Rui, em seu regresso ao solo pátrio, foi recebido com honras e carinho por autoridades e multidões!



Derrotado na política, foi um vitorioso em seu abençoado lar, na companhia da terna, humana e culta esposa, Maria Augusta, presente até seu último minuto de vida!

Vencido pela doença, vem a falecer em 1º de março de 1923, na sua casa de São Clemente, cidade de Petrópolis.

Sua memória é inesquecível!

## Bibliografia

PEREIRA, Batista. *Vultos e Episódios do Brasil*. São Paulo: Editora Nacional [Biblioteca Pedagógica Brasileira, "Brasiliana", direção de Fernando Azevedo, Série V – Vol. VI]

VIANA Filho, Luiz. *A vida de Rui Barbosa*. São Paulo: Editora Nacional, 1960 [Biblioteca do Espírito Brasileiro, História e Biografia, Série 3 – Vol. 17]

AMARAL, Leopoldo. *Campinas — Recordações...* Edição do autor. 1925.

MARTINS, Luís. *Brasil — Terra & Alma*. São Paulo: Editora do Autor, 1968.

MENEZES, Raimundo. *Dicionário literário brasileiro*. 2. ed. 1978.

## RUI, O GÊNIO



Américo Barbosa de Menezes\*

Exmo. Sr. Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, prezado Amigo Hernane Donato,  
Exmos. Senhores, membros da Mesa,  
Prezados confrades,  
Meus senhores e minhas senhoras,

Ocupo esta tribuna vindo do Espírito Santo, Vitória, para fazer o panegírico de Rui Barbosa. Então ocupo esta tribuna para fazer o elogio ao “Maior dos Brasileiros”, título que ele bem mereceu e bem merece.

Mas por que esse elogio a tão grande brasileiro nesta oportunidade? Por eu o ter escolhido como meu patrono ao ocupar, honrosamente, um lugar nesse sodalício, nesse anfiteatro de cultura que é o IHGSP. Eu, capixaba, portanto de um pequeno Estado da Federação brasileira, que nem limites tem com o grande Estado de São Paulo, para aqui sendo eleito depois de dois escrutínios de votação. Sim, depois de dois escrutínios ou turnos de votos, porque a admissão para esta Casa é sumamente exigente e criteriosa. Suas portas não estão abertas senão para o mérito e a compenetração voltadas para os setores da Geografia e da História. O meu passado de professor catedrático da Língua Portuguesa não pesou na balança, nem a condição de ser imortal da Academia Espírito-santense de Letras ou membro efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo. Não. Assim, tive de apresentar três trabalhos que imediatamente elaborei. O *Venerável Anchieta*,

---

\* Membro do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, da Academia Espírito-santense de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo.

*Domingos José Martins e a Revolução de 1817* e a *Geografia do Espírito Santo e o turismo*. Logrei êxito e fui admitido. Mas também não vacilei em fazer esses trabalhos, pois que já me sentia muito ligado a este Estado pioneiro. Primeiro, com o prefácio do meu livro *Pais permissivos, filhos problema*, feito pelo psicoterapeuta e escritor de renome desta terra, Flávio Gikovate, e, por outro lado, com a apreciação tão generosa e que tanto me honrou feita pelo grande e inconfundível professor de São Paulo, membro deste Instituto, Samuel Pfromm Netto, sobre o meu livro *Brasil — Subeducação e subdesenvolvimento*. Com Flávio Gikovate e Samuel Pfromm Netto, antes de ingressar neste Instituto Histórico e Geográfico já havia um forte elo meu com São Paulo. Aqui também estreitei amizade com estimados parentes próximos e na área do Instituto fiz grande amizade com esta figura de muita competência e excelente caráter que é o Roberto Machado de Carvalho, secretário geral desta Instituição.

Além disso, os três pequenos livros tiveram excelente destinação. O *Venerável Anchieta* repercutiu e o município de Anchieta, no Espírito Santo, me conferiu uma comenda especial do beato José de Anchieta. A *Geografia do Espírito Santo e o turismo*, em novas tiragens, foi muito vendido. E *Domingos José Martins e a Revolução de 1817* ficou como uma homenagem ao maior herói capixaba.

“O Maior dos Brasileiros”... Rui Barbosa, o meu patrono neste Instituto. É infundável o que se pode dizer sobre ele. Basta o epíteto ou título que lhe foi dado: “O Maior dos Brasileiros”, no meio de tantos brasileiros grandes como Santos Dumont, José de Alencar, Machado de Assis, Pedro II, Joaquim Nabuco, Barão do Rio Branco e outros.

Para não cansar a nobre assistência só temos um jeito: encarar Rui num determinado setor, fazendo aí o seu perfil e demonstrando nesse particular a sua grande ação, pois que “O Maior dos Brasileiros” é uma personalidade multiforme, talentosa em todas as suas facetas, às vezes inigualáveis.

Como político, como escritor, como jurista, como jornalista, como filósofo ou como filólogo, Rui Barbosa foi admirável. Naquela época, século passado, ele era um poliglota. Falava fluentemente o inglês, o francês e o espanhol e escrevia com facilidade em latim, italiano e alemão.

Advogado brilhante, defensor dos fracos e dos oprimidos, aceitando em muitas oportunidades a defesa dos próprios adversários quando vítimas de injustiças.

Seu Estado natal é a Bahia, onde nasceu em 1849. Viveu 74 anos. Seus estudos jurídicos, começados em Recife, foram completados em São

Paulo, em 1870. Aqui soube fazer grandes amizades com contemporâneos como Joaquim Nabuco, Afonso Pena, Rodrigues Alves e muitos outros.

Há nuances da personalidade do grande baiano que não podem deixar de ser lembradas numa oportunidade como esta.

Rui político foi proeminente. Tornou-se famoso ao publicar uma tradução do livro *O Papa e o Concílio* contra a tese da infalibilidade papal, para o qual escreveu uma introdução maior do que a própria obra. Nessa introdução, colocou-se contra o nosso imperador D. Pedro II, vituperando a sua posição na chamada questão religiosa.

Deputado pela Bahia em 1878, logo se notabilizou em virtude da sua atuação na reforma eleitoral, bem como na reforma do ensino. Assim seu vulto cada vez mais se avolumava, merecidamente, incontidamente.

Como professor da Língua Portuguesa durante anos de minha vida de magistério, minha admiração pela cultura filológica de Rui Barbosa é muito grande. O que ele revelou de saber lingüístico com a sua *Réplica* em contestação ao seu antigo mestre Ernesto Carneiro Ribeiro, não menos conhecedor do nosso idioma pátrio, ficou na história, enalteceu a Língua Portuguesa e muito a distinguiu entre as suas irmãs neolatinas. A respeito da *Réplica*, Cândido de Figueiredo, consumada autoridade nesta área, assim se pronunciou:

É um monumento de lingüística e dialética que bastaria olhar com olhos de ver e olhos de português para nos convenceremos que ainda se não publicou obra mais profunda e mais prestadia em assuntos de língua portuguesa.

Tudo se passou em relação ao projeto do Código Civil Brasileiro, cuja redação foi submetida à apreciação do eminente filólogo baiano Ernesto Carneiro Ribeiro, o qual corrigiu algumas imperfeições de linguagem dentro do que lhe foi possível. Coube, então, ao senador Rui Barbosa examinar a matéria, findo o que apresentou ao Senado o seu parecer sobre a redação do projeto da Câmara dos Deputados, oportunidade em que fez algumas censuras às correções apresentadas por Ernesto Carneiro Ribeiro. Esse respeitável mestre, não se conformando, procurou justificar-se publicando o pequeno volume *Ligeiras observações sobre as emendas do Dr. Rui Barbosa ao projeto do Código Civil*.

Aí é que surgiu a famosa *Réplica* de Rui Barbosa, volumosa, de 600 páginas, de profundo saber filológico, assim considerado, chegando-se ao ponto de dividir a nossa língua portuguesa em duas partes: antes e depois da *Réplica*.

Perdoem-me. Como professor de português eu não podia deixar de contar essa história do meu patrono. Rui, nessa época, contava 52 anos de idade. Já era seu apogeu, seu sucesso, o qual continuaria por muitos anos.

Em 1889 recusou-se a participar do governo do Império. Proclamada a República, ocupou as funções de vice-chefe do governo provisório e ministro da Fazenda.

Em 1893, quando o marechal Floriano Peixoto assumiu o poder, a oposição feita por Rui levou-o ao exílio em Londres até 1895, época em que escreveu suas célebres cartas enfiadas no livro *Cartas de Inglaterra*.

Depois da volta do exílio, novamente eleito senador pela Bahia, vice-presidente do Senado, pelo Barão do Rio Branco é convidado para delegado do Brasil à II Conferência de Paz em Haia. A luminosa estrela de meu patrono brilhou inconfundivelmente nessa oportunidade. Cognominado “Águia de Haia”, Rui Barbosa elevou o nome do Brasil, internacionalmente, aos píncaros. De volta à Pátria, sua recepção foi uma apoteose! Foi sua glória!

Estou resumindo, resumindo, a história do meu patrono para ficar dentro do espaço adequado desta oportunidade. Agora estanquei. Estanquei para dizer, finalmente, o que mais desejo dizer de Rui Barbosa.

Para mim o Rui maravilhoso está na “Oração aos Moços”, onde pôs todo o seu coração, todo o seu patriotismo e toda a sua experiência, falando aos bacharelados da Faculdade de Direito de São Paulo, em 1920, faculdade pela qual ele se formou em 1870, portanto, 50 anos antes.

Nesse documento memorável, ele diz aos moços de São Paulo e, quiçá, do Brasil, estas palavras luminosas e encorajadoras.

Desde que o tempo começou, lento lento, a me decantar o espírito do sedimento das paixões, com que o verdor doa anos e o amargor das lutas o enturbavam, entrando eu a considerar com filosofia as leis da natureza humana, fui sentindo quanto esta necessita da contradição, como a lima dos sofrimentos a melhora, a que ponto o acerbo das provações a expurga, a tempera, a nobilita, a regenera. Então vim a perceber vivamente que imensa dívida cada criatura da nossa espécie deve aos seus inimigos e desfortunas. Por mais desagrestes que sejam os contratempos da sorte e as maldades dos homens, raro nos causam mal tamanho, que nos não façam ainda maior bem.

Reconhecidamente, grande lição de vida do “Maior dos Brasileiros” aos bacharelados de 1920, de São Paulo e, com certeza, porque não dizê-lo, a todos nós de todas as idades!

Mais à frente, na “Oração aos Moços”, encontra-se este ditame sábio:

Oração e trabalho são os recursos mais poderosos na criação moral do homem. A oração é o íntimo sublimar-se d’alma pelo contato com Deus. O trabalho é o inteirar, o desenvolver, o apurar das energias do corpo e do espírito, mediante a ação contínua de cada um sobre si mesmo e sobre o mundo onde habitamos. O indivíduo que trabalha, acerca-se continuamente do autor de todas as coisas, tomando na sua obra uma parte, de que depende também a dele. O Criador começa, e a criatura acaba a criação de si própria.

Com a idade avançada e com a saúde abalada, diz Rui no início da “Oração aos Moços”:

Não quis Deus que os meus cinqüenta anos de consagração ao Direito viessem receber no templo do seu ensino em São Paulo o selo de uma bênção, associando-se, hoje, com a vossa admissão ao nosso sacerdócio, na solenidade imponente dos votos em que o ides esposar.

Talvez por essa circunstância, não podendo proferir a Oração, ele quis pôr nela, como o fez, o máximo da sua sabedoria e do seu amor numa transferência aos bacharelados de São Paulo.

De princípio a fim a “Oração dos Moços” é um oráculo. Um oráculo para os bacharelados de 1920 e para os brasileiros que queiram aprender e progredir espiritualmente.

E assim, continua Rui a sua pregação, com estes dizeres: “A segunda criação do homem, a criação do homem pelo homem semelha às vezes, em maravilha, a criação do homem pelo divino criador.”

Sobre a raiva — e quem não a tem? — diz Rui na “Oração aos Moços”, citando o padre Manuel Bernardes: “Bem pode haver ira sem haver pecado. *Irascimini et nolite peccare.* E às vezes poderá haver pecado, se não houver ira; porquanto a paciência e silêncio fomenta a negligência dos maus e tenta a perseverança dos bons.”

Mais uma orientação preciosa do meu patrono na sua palavra aos bacharelados de São Paulo em 1920:

Mas, senhores, os que madrugam no ler, convém madrugarem também no pensar. Vulgar é o ler, raro o refletir. O saber não está na ciência alheia, que se absorve, mas, principalmente nas idéias próprias, que se geram dos conhecimentos absorvidos, mediante a transmutação, por que passam, no espírito que os assimila. Um sabedor não é um armário

de sabedoria armazenada, mas transformador reflexivo de aquisições digeridas.

Já finalizando o elogio ao meu patrono, que é de praxe nesta Casa, eu quero trazer à baila uma opinião sua, importantíssima, também dada a jovens, no seu discurso “Palavras à Juventude”, proferida no Colégio Anchieta, ao qual ele se sentia estreitamente ligado por laços sentimentais, da cidade de Friburgo. Sua opinião sobre Deus, sua convicção a esse respeito, que é das mais necessárias para cada um de nós. Eis a sua palavra:

Deus é a necessidade das necessidades, Deus é a chave inevitável do Universo. Deus é a incógnita dos grandes problemas insolúveis, Deus é a harmonia entre as desarmonias da criação.

Quantas lições valiosas na palavra do “Maior dos Brasileiros”! Numa época em que tanto se fala e tanto se prega literatura de auto-ajuda, eis aí uma literatura desse gênero do mais alto nível.

E neste mesmo trabalho, ele se revela o grande pedagogo, o grande educador, quando nos diz:

É a assiduidade na educação metódica e sistemática de nós mesmos o que descobre as grandes vocações e amadurece os grandes escritores, os grandes observadores, os grandes inventores, os grandes homens de Estado. Os gênios são meteoros raros, nem sempre benéficos. E raramente serão frutos espontâneos da natureza; as mais das vezes os cria a paciência e a perseverança.

Mas é o consagrado pedagogo Lourenço Filho de que tanto se honra São Paulo que mais soube valorizar a força de Rui Barbosa no plano educacional brasileiro com o seu importante livro muito conhecido e muito difundido intitulado *A pedagogia de Rui Barbosa*, Edições Melhoramentos, junho de 1952, 2ª edição.

Nessa publicação substanciosa do emérito Lourenço Filho, nós encontramos suas grandes lições educacionais transmitidas a São Paulo e ao Brasil. Basta lermos com atenção o primeiro capítulo do citado livro com, aproximadamente, quarenta páginas, para verificarmos a opinião do mestre Lourenço Filho sobre a pedagogia de Rui Barbosa na qual com certeza ele se abeberou.

“Quais os escritos pedagógicos de Rui Barbosa?”, pergunta ele. Em seguida, responde:

Antes de tudo, os dois grandes pareceres sobre a reforma de Leôncio de Carvalho, compostos em poucos meses, na qualidade de relator da comissão de instrução pública na Câmara. Essa, a obra magna, ou a parte em que nos apresenta a pedagogia de Rui sob feição integral. Depois a tradução de textos de orientação didática, dos quais uma apenas viria a ser publicada na forma que lhe imprimiu; essa, a parte de cunho essencialmente prático.

Diz, ainda, Lourenço Filho que Rui Barbosa “foi, sem dúvida, no Brasil, o primeiro a tratar da pedagogia como problema integral de cultura, isto é, problema filosófico, social, político e técnico, a um só tempo”.

Em seguida, registra no livro a grande influência da pedagogia de Rui em grandes autores nesta área do conhecimento humano: Carneiro Leão, como Sampaio Dória, Afrânio Peixoto, Miguel Couto, Teixeira de Freitas e muitos outros.

Rui Barbosa, o “Maior dos Brasileiros”, é o meu patrono no IHGSP e foi, confesso, um paradigma para mim na vida. Meus parentes próximos sabem disso. Seu retrato ocupou lugar de destaque em meu escritório do advogado em anos idos. Seus princípios estiveram sempre presentes, como estão, em minha memória e em meu coração numa homenagem muito grande de admiração e de respeito. Hoje posso dizer que meu patrono alicerçou em mim, muitas vezes, benefícios espirituais, inclusive a crença em Deus com firmeza.

Em meu livro *Pais permissivos, filhos problemas*, prefaciado, como já disse, por Flávio Gikovate, conhecido psicoterapeuta e escritor paulistano, moldei meus pensamentos educacionais perfilhando, em parte, idéias de Rui Barbosa. O livro, sem dúvida fortalecido pelo seu prefácio, teve receptividade bem a contento; outrossim, retorno comercial para o autor, e agora, em segunda edição por editora de São Paulo, terá aqui distribuição, uma vez que a primeira foi consumida quase totalmente no Espírito Santo.

Faço uma campanha, persistentemente, em favor da educação há anos. Desde 1991, quando lancei o livro *Brasil — Subeducação e subdesenvolvimento*, cuja 2ª edição revista, atualizada e ampliada teve seu lançamento na XIV Bienal Internacional do Livro, em 1996, em São Paulo. Essa campanha nasceu e cresceu dentro de mim com os ensinamentos e incentivos de Rui Barbosa relativos à educação. Como jornalista inúmeros artigos tenho escrito em *A Gazeta* e *A Tribuna*, os dois maiores jornais do Espírito Santo, e no *Jornal dos Professores*, órgão do Centro do Professorado Paulista, sobre a minha campanha.



Como últimas palavras sobre o meu patrono, procurando sempre espelhá-las em lances rápidos, lembremos do Rui Barbosa político, uma vez só, na censura contundente que fez aos maus políticos da época, muito conhecida e de que, nos dias de hoje, infelizmente ainda encontram-se exemplos em que se aplica.

De tanto ver triunfar as nulidades, de tanto ver crescer as injustiças, de tanto ver agigantar-se os poderes nas mãos dos maus, o homem chega a desanimar-se da virtude, a rir-se da honra, a ter vergonha de ser honesto.

Senhores:

O culto aos heróis é uma elevadíssima demonstração de justiça e de amor, especialmente se esse herói assim se fez com sua cultura, o seu saber, o seu trabalho fecundo, a sua religiosidade, as suas ações em favor da sua comunidade.

É o caso evidente de Rui Barbosa, portanto, do meu patrono neste Instituto.

Por isso, ele recebeu o título de “O Maior dos Brasileiros.”

Por isso, 5 de novembro, data do seu nascimento, é considerada oficialmente em nosso país “Dia Nacional da Cultura”.

Justíssima homenagem!

# COLONIZAÇÃO E PEQUENA LAVOURA CAFEIEIRA: A COLÔNIA DE RIO NOVO



Fernando Achiamé\*

Comentário de texto sobre um manuscrito ligado à pesquisa desenvolvida para apresentação de dissertação de mestrado em História Social na Universidade de São Paulo – USP, sendo a pesquisa não concretizada. Publicado originalmente, com ligeiras variações, em *Caderno de História*, n.º 4 e 5, setembro de 1978 a março de 1979, Departamento de História, Centro de Estudos Gerais – UFES.

## Introdução

O nosso anteprojeto de pesquisa tem por área “O Café e a Modernização da Sociedade Brasileira no Século XIX”, por assunto “A Colonização Européia no Atual Estado do Espírito Santo no Século XIX” e por tema “A Colonização e a Pequena Lavoura Cafeeira: A Colônia do Rio Novo”.

Já se conseguiu delimitar o objeto, o fenômeno que se vai estudar, e o tempo e o espaço a ele ligados. O que não significa que, depois, outros recortes deixarão de ser feitos. A problematização, aqui entendida como ação de delimitar o objeto e não de formular questões, foi estabelecida em suas linhas gerais, baseada em dados já coligidos. Procura-se, agora, organizar a leitura, tanto da bibliografia, quanto das fontes.

Para melhor compreensão do estado atual de nosso trabalho, reproduzimos abaixo um índice aberto, necessariamente provisório, constante do anteprojeto.

---

\* Membro do IHGES.

# Colonização e pequena lavoura cafeeira: A colônia do Rio Novo

## Introdução

- 1 - A emergência do capitalismo dependente  
(Preparação do terreno)
  - 1.1 - Estrutura da grande lavoura
  - 1.2 - Nova dinâmica da agricultura de exportação
  - 1.3 - Adequação do campo à solução imigratória
  
- 2 - A conciliação da fazenda  
(A semeadura privada)
  - 2.1 - Crise da grande lavoura capixaba
  - 2.2 - A Associação Colonial e Agrícola do Rio Novo (1855-1862)
  - 2.3 - Limitações da iniciativa particular
  
- 3 - Entre a fazenda e a colônia (1862-1874)  
(O adubo oficial)
  - 3.1 - Novas linhas de empreendimento colonial
  - 3.2 - Vinculação do colono à pequena lavoura cafeeira
  - 3.3 - Atuação oficial: A Imperial Colônia do Rio Novo
  - 3.4 - Interação dos colonos com a grande lavoura
  
- 4 - A dominação do comerciante (1875-1893)  
(A colheita)
  - 4.1 - Novo caráter da colonização
  - 4.2 - A expansão heterogênea da colônia do Rio Novo
  - 4.3 - A pequena lavoura e o comércio cafeeiro
  - 4.4 - Desarticulação dos territórios coloniais

## Conclusões

## Fontes e bibliografia

O manuscrito que selecionamos foi localizado no decorrer das pesquisas exploratórias, levadas atualmente a efeito, para elaborar um projeto de pesquisa definitivo, com vistas à apresentação da dissertação de mestrado.

Escolheu-se comentar este documento por sua representatividade em relação ao tema da pesquisa, mostrando o encaminhamento das alternativas no processo de estabelecimento dos imigrantes e da estrutura agrária na região.

## 1 O manuscrito

As circunstâncias formais que cercam o documento (sua identificação, sua disposição física), uma avaliação sobre seu autor (se tinha condições de escrever o que escreveu) e a crítica do conteúdo do manuscrito nos permitirão estabelecer sua importância como fonte primária e o grau de fidedignidade das informações nele contidas.

### 1.1 Sua forma e autor

O manuscrito selecionado é cópia do ofício n.º 04, datado de 3 de março de 1874, do diretor da Imperial Colônia do Rio Novo, engenheiro Joaquim Adolfo Pinto Paca, ao ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.

Esta cópia está lançada em um livro de registro que tem o n.º 27 e faz parte de uma série de 351 livros conservados no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo sob a denominação “Livros da Extinta Diretoria de Terras e Colonização”.

O livro n.º 27 está discriminado na referida série como “Copiador da Diretoria da Imperial Colônia do Rio Novo – 1874”. É composto de 518 folhas em papel de seda, numeradas tipograficamente e utilizadas sem ordem cronológica rigorosa de lançamento, até à folha n.º 112, inclusive. O livro não possui termos de abertura ou encerramento e, precedendo as 518 folhas, existe um índice A-Z não utilizado. O estado geral de conservação do volume é regular.

O registro do ofício em tela vai das folhas 8 a 18, as folhas 9 a 15 foram recopiadas nas folhas 10 e 16, respectivamente, por não estarem legíveis já na época. A folha 14 está em branco. O aspecto da cópia não é muito bom. A tinta está frequentemente borrada ou muito manchada, por se ter transferido para as folhas de papel de seda contíguas.

O presente documento foi escrito por uma pessoa que tinha dupla autoridade para fazê-lo: Joaquim Adolfo Pinto Paca era engenheiro-agrimensor e exerceu durante anos o cargo de diretor da Imperial Colônia

do Rio Novo, nomeado pelo governo central. Até o final do Império participou de outras iniciativas ligadas à imigração e localização de colonos em terras capixabas. Por duas vezes foi deputado à Assembléia Legislativa Provincial do Espírito Santo. Assim, tinha condições de conhecer a colônia oficial, que ajudou a implantar e consolidar, e a província, de cuja vida política participou ativamente.

## 1.2 Seu conteúdo

Trata-se, como já ficou dito, de um ofício encaminhado em março de 1874 ao ministro da Agricultura pelo diretor da colônia do Rio Novo, engenheiro Pinto Paca. O expediente é enviado em resposta ao aviso ministerial n.º 274 que solicitou ao engenheiro informar quantos lotes a colônia do Rio Novo tinha preparado para receber imigrantes.

O diretor principia informando que no Primeiro Território da colônia (localizado junto à sede da mesma) não existiam lotes desocupados e o Segundo Território não possuía infra-estrutura para receber os imigrantes. Adianta que começou a cumprir as instruções ministradas mandando proceder a derrubadas e construção de casas para imigrantes nas matas do Segundo Território.

Em seguida alinha as razões pelas quais considera o estabelecimento de imigrantes em terras devolutas contraproducente, ressaltando a barreira representada pelas florestas e pela falta de vias de comunicação. Oferece logo a alternativa que considera válida: a aquisição de quatro fazendas “abandonadas por falta de braços”, próximas à colônia, para nela serem estabelecidos os imigrantes, argumentando com as vantagens de suas lavouras, pastos, casas e caminhos. Passa a ressaltar as qualidades das fazendas (denominadas *Gruta*, *Limão*, *Poço* e *Piabanha*) descrevendo de cada uma delas a localização, a área (total, em cafezais e em pastos), as construções e portos de embarque e os caminhos e estradas de rodagem.

Remete o destinatário para uma planta onde está discriminada a posição das fazendas em relação à colônia (esta planta não foi registrada junto à cópia ora compulsada).

Apresenta quatro quadros que têm por objetivo demonstrar as despesas com a instalação de imigrantes no Segundo Território e nas fazendas (1.º e 2.º quadros respectivamente), o valor real das fazendas (3.º quadro) e,

repetindo considerações antes efetuadas, a área cultivada (em cafezais, e pastos) e benfeitorias existentes nas fazendas, cuja compra propõe ao governo imperial (4.º quadro).

Sugere que os imigrantes poderão adquirir seus lotes demarcados nas fazendas pelo mesmo preço que dariam para comprar os lotes no Segundo Território. Isso, acrescenta o autor, fazendo-se abstração das vantagens oferecidas pelas fazendas. Considera estas vantagens (de transporte) muito importantes para os colonos, principalmente os que tiverem pouco dinheiro, que poderia ser empregado na liquidação mais rápida do débito com o governo.

Do valor encontrado para as despesas com a instalação de imigrantes no Segundo Território é diminuído o valor para despesas de natureza igual com as quatro fazendas. A quantia achada é de novo diminuída (no manuscrito existe uma contradição entre o texto onde está “adicionar” e a conta nele feita que subtrai) do valor real arbitrado para as quatro fazendas, o que resulta na economia que o Estado fará, optando pela última solução — aquisição das fazendas.

Despede-se do destinatário assegurando-lhe que a compra das fazendas e o envio de mais dois agrimensores possibilitarão a rápida e feliz instalação de muitos imigrantes na colônia.

A cópia do ofício pode ser autenticada pelo estado dos materiais nela empregados (tinta e papel), pela forma do discurso (sintaxe e ortografia) e pela sua custódia ininterrupta em instituições oficiais.

Este manuscrito possui valor de fonte primária para se conhecerem os fatores que, em 1874, foram considerados na escolha entre instalar famílias imigrantes européias em terras devolutas (matas) ou em fazendas decadentes, umas e outras na margem norte do Baixo Itapemirim.

Para esta área de pesquisa, as informações contidas no manuscrito podem ser consideradas fidedignas.

## 2 Comentário do manuscrito

Comentar este manuscrito significa, também, conhecer as circunstâncias históricas (com seus antecedentes e desdobramentos mais diretos) nas quais ele foi produzido. Só então ter-se-á condição de estabelecer as correlações do curso realizado com o manuscrito e o que ele aproveita à pesquisa de mestrado.

Sintetizo os dados mais significativos à reconstrução do contexto histórico a que se prende o manuscrito.

Iniciada em meados do século XIX no atual Estado do Espírito Santo, a moderna colonização européia faz parte do processo de transição da mão-de-obra escrava para a livre, processo este ligado à constituição do capitalismo dependente em nosso país.

A colonização acima referida não teve caráter uniforme em todo o Brasil: no sul do país os imigrantes foram empregados na agricultura de subsistência, ocupando glebas de terra de tamanho familiar. Em São Paulo, a maior parte dos imigrantes introduzidos no campo foi trabalhar em “parceria” ou sob “contrato” nas grandes propriedades empenhadas em produzir para a agricultura de exportação (café). No Espírito Santo, milhares de imigrantes ocuparam, em sua esmagadora maioria, lotes coloniais e, diferentemente dos colonos do sul, se dedicaram à agricultura de exportação.

Pode-se acompanhar o desenvolvimento desta solução diferente — a pequena propriedade colonial produzindo para a agricultura de exportação — através do estudo de uma colônia de imigrantes que foi organizada de modo heterogêneo: como colônia particular, depois colônia oficial e, num momento posterior, colônia “emancipada”, como foi o caso da colônia do Rio Novo.

É importante considerar também as peculiaridades da incorporação à história, por meio da colonização, de vastas extensões de terras capixabas — mantidas no século XVIII como barreiras naturais aos “descaminhos” do ouro mineiro. Esta incorporação, realizada por brasileiros e por imigrantes, teve seus desdobramentos: na criação de um comércio regional de produtos de subsistência; na participação capixaba em linhas do comércio nacional e mesmo internacional (algumas colônias em época de auge econômico remetiam café diretamente para a Europa, de lá recebendo produtos manufaturados); na colonização, no atual século, de novos territórios ao norte do rio Doce e próximos a Minas Gerais.

Há que se analisar a estrutura da grande lavoura (canavieira e, sobretudo, cafeeira) no Brasil da primeira metade do século passado, para estabelecer depois a nova dinâmica nela imprimida pelos então centros hegemônicos do capitalismo. Esta nova dinâmica romperá com a própria essência do regime escravocrata, forçando as classes dirigentes nacionais, através do governo imperial, a procurar novas soluções substitutivas da mão-

de-obra servil. Ocorrerá, nas preliminares deste processo, a adequação do campo à resposta encontrada — o imigrante europeu. Em outras palavras, a mercantilização da terra pela Lei Imperial n.º 601 de 1850.

Os reflexos desta situação também se vão fazer sentir na província do Espírito Santo.

Por volta de 1850, a margem direita do Baixo Itapemirim estava ocupada por um aldeamento indígena no interior, e por algumas fazendas em crise, no litoral. Em 1855, nesta última região, onde além das fazendas existia muita mata virgem, será iniciada pelo major Caetano Dias da Silva (significativamente ex-trafficante de escravos, empresário no Rio de Janeiro e grande proprietário de terras em Itapemirim) a implantação de uma colônia agrícola, através da Associação Colonial e Agrícola do Rio Novo.

Esta iniciativa não teve condições de prosperar e, em 1862, é encampada pelo governo central, que organiza a Imperial Colônia do Rio Novo. Até 1874 a Imperial Colônia se encarrega de manter em suas terras os imigrantes de diversas origens que nela se encontravam (tirolezes, austríacos, belgas, suíços e até mesmo remanescentes de uma leva de cules chineses). Promove também a consolidação da colônia, pela vinda de novos imigrantes, italianos sobretudo, e pelo desbravamento e ocupação de novos lotes em terras devolutas. É, nesta época, uma diretoria subordinada à Inspetoria Geral de Terras e Colonização do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.

A expansão da colônia do Rio Novo, a partir de 1875, em cinco territórios e mais seções a torna importante pela área, população e produção econômica: ocupa terras dos atuais municípios de Itapemirim, Alfredo Chaves, Iconha, Rio Novo do Sul, Anchieta e Guarapari, estendendo-se pelas bacias dos rios Novo, Benevente, Iconha e Itapemirim. Esta fase de expansão em parte se processa com a colônia já emancipada pelo governo imperial.

Concomitantemente a este processo, a pequena lavoura cafeeira se consolida na região, não só dentro dos territórios oficiais da colônia, como também em fazendas próximas adquiridas por comerciantes e loteadas entre novos colonos. Assistimos, assim, à intervenção dos elementos que controlavam a comercialização cafeeira na própria produção do café. O comerciante, comprando uma fazenda, dividindo-a em lotes e vendendo-os aos colonos, exigia em contrapartida a exclusividade na colocação de sua produção cafeeira. Lucrava com o preço vantajoso obtido pelo café e com a amortização da dívida do colono (o lote e a manutenção inicial) e evitava



diversos gastos de administração com pessoal, arcados normalmente pelos fazendeiros.

Esta composição entre o pequeno proprietário e o comerciante (às vezes ele também um ex-imigrante) garantirá a existência na região da pequena lavoura cafeeira. Esta estrutura minifundiária resistirá mesmo a longos períodos de estagnação da lavoura cafeeira. Só se reagrupa em grandes propriedades pecuárias mais recentemente, a partir da última década de 60, com a política oficial de erradicação do café e o êxodo rural.

Nos últimos anos do século passado a colônia do Rio Novo sofrerá em seus vários territórios um processo de diferenciação econômica que a desarticulará. Mas, então, tanto o produtor quanto o comerciante prescindem do núcleo colonial e do apoio de sua organização.

## 2.2 Em relação ao curso e à pesquisa

Ressalta clara na leitura deste manuscrito a preocupação central de seu autor: oferecer ao governo imperial uma alternativa para instalar imigrantes na Imperial Colônia do Rio Novo, localizada na então província do Espírito Santo.

A resposta do diretor desta colônia oficial à consulta que o ministro da Agricultura lhe fizera esclarece a política imigratória imperial, sendo também por ela esclarecida. Revela também alguns elementos que permitem reconstituir determinada situação histórica da região.

Assim, para se dar conta deste texto é básico tentar entrever o sentido mais geral da política imigratória do Império e como ela atuou neste contexto específico, em diferentes momentos.

Com a extinção do tráfico negreiro, ocorrida em 1850, o preço do escravo aumenta muito; esta mercadoria fica difícil de ser encontrada. As migrações internas de mão-de-obra servil só minoram e adiam a questão que se colocava para os empresários da grande lavoura: extinguir o uso do trabalho compulsório (mais especialmente na sua forma limite — a escravidão) e fazer com que a força de trabalho se oferecesse em mercado próprio.

Não é por acaso que, já em 1850, o governo começa adequando a estrutura agrária à solução imigratória por ele encontrada para enfrentar a crise da mão-de-obra. Um dos elementos inovadores da Lei de Terras daquele ano (regulamentada em 1854) é a mercantilização da terra. Doravante o acesso a ela só será concretizado, praticamente, pela compra; a terra passa a

ter valor mercantil, podendo ser vendida e comprada, o que serve de atrativo para os imigrantes.

O poder público é utilizado pelas classes dirigentes como condutor e mediador do processo de substituição do trabalho servil pelo assalariado. Desestimula, a pouco e pouco, o emprego do escravo na lavoura, e incentiva a presença do imigrante europeu como pequeno proprietário ou assalariado.

O governo se interessa tanto em ocupar terras devolutas e incorporá-las ao processo produtivo como em empresar a atração, o transporte e a distribuição de europeus para as grandes fazendas dedicadas à economia de exportação.

Os imigrantes viriam devassar regiões inóspitas e colonizá-las, mas, fundamentalmente, estavam destinados a vender sua força de trabalho aos proprietários de extensas glebas rurais. Estes últimos acenavam aos imigrantes com a possibilidade de adquirir pequenas propriedades através do trabalho nas fazendas e poupança de algum dinheiro.

Na conjuntura econômica da época, bastante familiar a nós ainda hoje, tratava-se de incrementar a produção agrícola para exportá-la, conforme impunham os centros dinâmicos e hegemônicos do capitalismo industrial.

Esta agricultura de exportação estava centrada em um só produto: o café.

O desenvolvimento do panorama local, onde atuou aquela política imigratória, será visto agora de modo sucinto.

Em meados do século XIX, da calha do rio Itapemirim à bacia do rio Santa Maria, que deságua na baía de Vitória, não existia ocupação humana contínua pelo interior. A presença produtiva do homem resumia-se às poucas vilas e lugarejos “arranhando” a costa e às fazendas que desde muitos anos estavam empenhadas na produção açucareira e, em menor escala, cafeeira.

A decadência de grande parte destas propriedades vai dar origem, pelo menos no Espírito Santo, a uma expressão carregada de implicações e que, em outros contextos, tem veiculação até hoje: a “fazenda abandonada”.

Na “história” pitoresca do Espírito Santo costuma-se relatar um episódio, sem dúvida secundário, mas que não deixa de ter seus significados. Por ocasião da visita de D. Pedro II à província, o monarca não se dignou a ir até à grande fazenda do barão de Itapemirim, que se tinha preparado, antecipada e regamente, para acolher tão importante figura. Preferiu alterar seu trajeto e conhecer a colônia do Rio Novo. Baseados neste episódio os cronistas concluem, talvez com razão, que o barão de Itapemirim já representava na época (1860) um fazendeiro da grande lavoura escravocrata

e decadente. Na colônia do Rio Novo, ao contrário, novas experiências começavam a ser feitas na utilização da mão-de-obra imigrante em trabalhos agrícolas.

A tentativa do major Caetano Dias da Silva de instalar a colônia do Rio Novo, a partir de 1855, foi baseada na montagem de uma Associação Agrícola e Colonial e pautou-se, num primeiro momento, pela continuidade do emprego da mão-de-obra escrava (ele era ex-trafficante de escravos) e, depois, pela introdução de imigrantes de origem heterogênea. Levando estes dados em consideração, não é difícil inferir a causa de seu fracasso: um escravo nunca poderia trabalhar a terra junto com um lavrador pequeno proprietário, mantendo o mesmo interesse e produtividade. Demais, o volume de capital necessário a um empreendimento de tal espécie só tinha condições de ser suprido ou por um empresário realmente sólido (o que ele não era), ou pelo Tesouro imperial.

O Império tinha preparado o terreno, com a solução imigratória; a iniciativa particular fraquejava e o governo veio em seu socorro. Em 1862 o empreendimento colonial que fracassara é transformado na Imperial Colônia do Rio Novo. Entretanto, esta ajuda governamental, na sua efetivação, poderia tomar diferentes caminhos.

Por volta de 1874, a opção que se oferecia para a instalação de imigrantes na Imperial Colônia estava contida na dicotomia: a “mata” ou a “fazenda”.

As determinações oficiais se dirigiam para o aproveitamento de terras devolutas colocadas pela Lei de Terras como patrimônio do Estado. Esta solução se coadunava, principalmente nas províncias do Paraná, Santa Catarina e Espírito Santo, com o objetivo de colonizar para desbravar e valorizar economicamente novas regiões.

O diretor da colônia se empenha junto ao governo, através desse ofício, em provar que a aquisição de fazendas abandonadas (para nelas instalar parte do território colonial) é a medida mais acertada. Para melhor situar sua posição é preciso analisar, mesmo ligeiramente, o problema da mão-de-obra e os argumentos invocados pelo engenheiro Pinto Paca.

Colocada no meio de considerações justificadoras da compra das quatro fazendas, uma frase se destaca à leitura mais atenta: “Entretanto nas circunvizinhanças da colônia acham-se 4 fazendas abandonadas por falta de braços”. Fica assim mencionada de passagem pelo engenheiro esta questão básica, mas que em todo o texto está subjacente: o problema da transição da mão-de-obra servil para a “livre”.

As quatro fazendas são positivas em muitos sentidos; possuem grande valor pelas benfeitorias nelas existentes, mas se debatem com problemas de mão-de-obra. O engenheiro se refere a elas empregando a expressão “fazendas abandonadas”, querendo significar que as fazendas, potencialmente adequadas para produzir café e criar gado, estavam com sua produção paralisada por falta de braços. Não se tratava, então, de resolver o problema da pecuária, que não requer grande contingente de trabalhadores para seu funcionamento. Nem era o caso de se preocupar com gado naquela região e naquele tempo, concentrados que estavam todos os esforços na produção cafeeira. Tratava-se de arranjar trabalhadores “livres” que substituíssem os escravos, garantindo a continuidade e a expansão da lavoura de café.

Esta mão-de-obra “livre”, na sua utilização, assume diferentes características.

Em muitos casos, mormente em território paulista, as colônias oficiais serviram de reservas de trabalhadores assalariados e de entrepostos para sua distribuição aos latifundiários. Contudo, é simplista considerar que o governo estava empenhado em só atrair trabalhadores rurais e oferecê-los aos fazendeiros.

Em toda a parte em que não puderam ter acesso à terra, os colonos e seus descendentes realmente têm que vender sua força de trabalho como assalariados, “parceiros”, “contratados”. Deve-se estabelecer, no entanto, uma nítida distinção entre as áreas onde a pequena propriedade preponderou e aquelas onde o imigrante foi assalariado de maneira predominante. No caso em tela, o colono pequeno proprietário prevaleceu.

A forma de introduzir e instalar os imigrantes, outra questão ligada ao problema da mão-de-obra, é também mencionada de passagem no texto, mas compõe, por assim dizer, todo seu substrato. Quando o engenheiro fala dos “extraordinários sacrifícios feitos pelo Estado no intuito de estabelecer a imigração espontânea para o Brasil”, suas palavras podem ser consideradas contraditórias; nos seus próprios termos.

Todo este movimento migratório e colonizador foi orientado. É “espontâneo” em nível de decisão familiar, quando determinados trabalhadores decidem migrar. Nem assim é muito espontâneo: os imigrantes estão enredados num complexo de impulsos e atrações que nos países de origem e nos de acolhida procura encaminhar questões de fundo econômico, concretas e definidas, ligadas todas à expansão e consolidação do capitalismo industrial.

Quando comparamos a afirmativa de que o imigrante escolheu o sul do Brasil devido à adequação e correspondência climática com as regiões de onde proveio, com as informações que nos fornece este manuscrito só podemos concluir: ao imigrante não era dado fazer opções. Estas lhe eram impostas, apresentadas como fatos consumados pela orientação oficial ou pelo interesse particular.

Em um outro contexto pode-se também exemplificar: entre os campos do planalto catarinense e as matas das escarpas atlânticas, como o imigrante possuía liberdade para optar, se a mata era a única alternativa? Ocupar campos já explorados por criadores de gado? Outro exemplo: os pomeranos predominam na colonização germânica do Espírito Santo. Eles viviam originalmente em terras baixas perto do mar Báltico. Por que então foram localizados em fundos de vales, também baixos, mas muito quentes e cobertos pela densa mata atlântica? Não foi, certamente, para respeitar as características de seu *habitat* europeu.

Na argumentação do diretor da colônia é notório o seu empenho em discriminar as desvantagens do Segundo Território, ou seja da mata, para acolher os imigrantes. Mas não fecha a questão nem faz grande carga contra esta alternativa: é um burocrata perspicaz e maneiro. Admite como válida a política de povoar regiões devolutas. Mas concilia com o argumento de que este povoamento deve ser realizado pela iniciativa particular, ou seja, por estradas de ferro, por companhias de navegação e mesmo por imigrantes já adaptados ao país. Estabelece dois obstáculos quase impedidores à ação dos europeus: mata virgem e ausência de vias de comunicação.

Para a autoridade diretamente responsável pela instalação dos colonos, todos os elementos adversos estão reunidos na mata. De modo inverso, as fazendas possuem todas as condições próximas às ideais: moradias para abrigar inicialmente os colonos, caminhos fartos, matas já derrubadas, clareiras nas florestas (as “descortinadas”) e mesmo pastos e cafezais. Por que então propõe o diretor não aproveitar toda esta infra-estrutura já existente, economizando dinheiro do Estado e o trabalho e as rendas do imigrante?

No texto, a descrição que faz de cada uma das quatro propriedades rurais é repetida, quase com os mesmos dados e de maneira esquemática, nos três quadros (negativo, positivo e demonstrativo) sobre as fazendas. Este recurso visa reforçar sua posição.

Aos caminhos internos, às estradas e aos portos de embarques fluviais é dada importância pela utilidade deles na movimentação de produção agrícola e pelo alto custo que sua feitura demandava. Este o argumento

sempre colocado pelo engenheiro Pinto Paca. Também são mencionados em diversas passagens do texto os números de famílias imigrantes que um ou outro local poderia abrigar: 720 na mata e 1.041 nas fazendas.

No que concerne à disposição espacial destas últimas, não se tem condições de saber se ocupavam área contínua e que fosse conveniente à instalação dos imigrantes. Do mapa que, possivelmente, indicava estas circunstâncias não ficou cópia registrada junto ao manuscrito. Mas a área total das propriedades era grande (237.402.000 m<sup>2</sup>) mesmo para os padrões da época.

Entre as benfeitorias, ocupam lugar de destaque os cafezais e os pastos. No quadro denominado “valor positivo das 4 fazendas” só estes dois itens são avaliados. Dos 120.000 pés de café computados neste quadro (no manuscrito depois o autor se refere a 130.000 pés), 95.000 foram cotados a \$800 o pé e os restantes 25.000 a \$320 o pé, estes por se constituírem em cafezais velhos e abandonados. Para situar o pesquisador na realidade da época muito contribuem os preços discriminados nos quadros (em alguns deles existem somas incorretas) para diversos itens das fazendas e do Segundo Território, como pés de café, metro quadrado de pastos e capoeiras, preço por quilômetro de estradas e caminhos, despesa com condução e estabelecimento de cada família (a instalação na fazenda é mais barata que na mata), preço do metro linear para divisão e demarcação de lotes, preço unitário das derrubadas, preço de construção das casas provisórias dos imigrantes.

O engenheiro sabia os preços das fazendas e conhecia suas condições minuciosamente. A quantia estipulada para a compra delas não é tão alta se considerarmos a avaliação feita por ele: só em cafezais, pastos e capoeiras valiam 130:504\$000 e poderiam ser adquiridas por 51:000\$000, representando assim grande e significativa diferença. O que chama de “valor positivo” das quatro fazendas seria realizado, seria recuperado pelo governo quando este debitasse aos colonos a quantia de 130:504\$000 a título de adiantamento. Somem-se a isto os 56:336\$912 da diferença entre as despesas de instalação dos imigrantes no Segundo Território e nas fazendas, a favor destas últimas, e tem-se o quanto o governo imperial lucraria com a opção pelas fazendas: 186:840\$912. Inexplicavelmente o engenheiro deduziu uma quantia da outra em vez de somar, como, no texto, propõe que se faça. Erro de conta, de raciocínio, ou do copista? Mesmo assim demonstra que a opção pelas fazendas é mais rendosa para o Império.

Os imigrantes deveriam comprar os lotes a ser demarcados nas fazendas e ainda arcar com um adiantamento oneroso representado pelas benfeitorias já encontradas. Por que debitar aos colonos, a título de adiantamento, o valor dos pés de café, dos pastos e capoeiras? Não será onerá-los desnecessariamente?

Na argumentação do diretor da colônia, consentânea com a época, tratava-se de o governo gastar menos dinheiro comprando as fazendas e nelas instalando os imigrantes. A imigração e instalação de colonos europeus deveria ser, também para o poder público, um empreendimento lucrativo ou, pelo menos, um empreendimento em que não tivesse grandes despesas. Já outras benfeitorias das fazendas (caminhos, estradas, portos de embarque) não seriam cobradas aos colonos e serviriam para eles mais facilmente movimentar a produção e saldar logo suas dívidas com o governo. Existe também preocupação com o retorno do capital empregado, por parte do Estado imperial. Admitir que as benfeitorias existentes nas fazendas quando estas eram trabalhadas por escravos deveriam ter incontestável utilidade em uma nova situação (a terra agora dividida em lotes coloniais e trabalhada por famílias imigrantes) pode ser considerado um argumento, no mínimo, duvidoso.

Embora isto não esteja no texto, para melhor situar os interesses em jogo deve-se mencionar que a fazenda do Limão pertenceu ao major Caetano Dias da Silva e foi a partir dela que ele deu início ao seu empreendimento colonial. Em 1874, já falecido o major, a fazenda pertencia aos seus herdeiros.

Finalmente, considere-se que a solução “mata” foi apresentada como mais cara, enumerando-se obras que o governo precisaria fazer para nelas colocar imigrantes. Em outras palavras: pelo critério usado pelo engenheiro a solução “mata” ficaria mais dispendiosa que a solução “fazendas”. Mas se tirarmos um só item (por exemplo caminhos internos) que a burocracia do império considerava dispensável providenciar de antemão, deixando-o para a iniciativa posterior dos colonos, a instalação destes últimos na “mata”, no Segundo Território, se apresenta mais atraente. Outro exemplo pode ser dado com as derrubadas: na maioria esmagadora das vezes eram os colonos que as realizavam, sem ônus para o Estado.

Tem-se condição agora de isolar as variáveis que, mais provavelmente, determinaram o interesse do engenheiro Pinto Paca no encaminhamento

dos imigrantes. Uma não elimina necessariamente a outra, podendo ser mesmo complementares:

a) O engenheiro tinha realmente por fim administrar melhor o núcleo colonial, e a instalação dos imigrantes nas fazendas iria não só auxiliá-lo nisso dando-lhe menos trabalho e despesas como também beneficiar os colonos ádvenas.

b) É possível inferir também a existência de uma “composição” entre o engenheiro e os fazendeiros da região, no sentido de, a longo prazo, transformar os imigrantes em trabalhadores “livres” pela inexecutabilidade destes em conservarem suas terras face às despesas com o cultivo e com o pagamento de dívidas e adiantamentos governamentais. A tal “composição” poderia ter também conseqüências a curto prazo: o engenheiro lucraria monetariamente na transação entre o governo e os fazendeiros da região, que desejavam, por seu lado, vender a preços convenientes algumas de suas decadentes propriedades.

Todavia, destas variáveis, isoladas por inferência, não se podem fazer maiores desdobramentos nos limites do texto ora comentado.

A proposta do engenheiro Pinto Paca no sentido de encaminhar levas de imigrantes para as “fazendas abandonadas”, sabemos hoje, não foi adotada pelo governo. Este preferiu ocupar as terras devolutas e continuar no seu desiderato: gastar dinheiro demarcando lotes coloniais, derrubando alguns trechos de mata, construindo uma ou outra casa provisória, enfim criando uma parca infra-estrutura na colônia do Rio Novo para instalar imigrantes que, de fato, lá começaram a chegar em 1875/76, vindos da Itália.

O colono pôde contar com um mínimo de apoio oficial. Mas este apoio só faria sentido para a política imigratória imperial, só se justificaria se fosse proporcionado visando a abertura de frentes pioneiras e não para reviver “fazendas abandonadas”. Os proprietários de grandes fazendas não deveriam estar completamente empobrecidos para conseguir subsídio do governo na importação de mão-de-obra. Mas talvez estivessem em grandes dificuldades financeiras para vender por bom preço ao poder público suas propriedades desvalorizadas. Soluções deste tipo existem de maneira comum na história, antes e depois do episódio que estamos analisando.

O Império não se empenhava no aumento da produção econômica em terras já ocupadas, exploradas, velhas. A ele interessava, precipuamente, incrementar a economia nacional formando, em regiões novas, núcleos



coloniais de pequenos proprietários dedicados à agricultura de subsistência. Aos grandes fazendeiros ficava reservada a atividade de explorar imigrantes como trabalhadores assalariados, no âmbito da agricultura de exportação (café).

É de se notar que neste, e em outros núcleos coloniais capixabas, a maioria dos pequenos proprietários se dedicou ao cultivo do café, como se fossem grandes fazendeiros. Mas isto já é uma outra história.

### Conclusões

Para se comentar o presente manuscrito utilizou-se o seguinte caminho:

a) posicionou-se a pesquisa de mestrado, já que o texto deveria relacionar-se com ela;

b) na tentativa de melhor explicitar o manuscrito, fez-se uma análise de sua forma e de seu autor;

c) também seu conteúdo foi objeto de um resumo descritivo procurando extrair dele as informações essenciais e ressaltá-las;

d) o comentário propriamente dito do manuscrito foi dividido em duas partes: o contexto histórico ao qual ele se prende e o relacionamento do texto com o curso e a pesquisa. Neste relacionamento procurou-se delinear a política imigratória do Império e seus reflexos na região; tentou-se compreender a posição do engenheiro Pinto Paca. Analisando-se o problema da mão-de-obra (ligações com o curso) e os argumentos do diretor da colônia (ligações com a pesquisa), chega-se a inferir as possíveis posições do engenheiro para finalmente retornar-se à realidade histórica concreta e seus desdobramentos, face à política imigratória oficial.

Como antes ficou expresso, este manuscrito tem implicações com a decadência do emprego da mão-de-obra escrava no Brasil. Tentou-se compreender as manifestações desta decadência num contexto específico, mas balizando-as com suas causas remotas. Quer dizer, entendendo-as como resquícios do escravismo moderno, elemento essencial do Antigo Sistema Colonial.

A pesquisa, ainda em fase inicial, tem o que aproveitar do estudo de um manuscrito desta qualidade. Os fatos históricos que compuseram a realidade, dentro da qual o engenheiro Pinto Paca se posicionou tiveram eficácia, ou seja, deixaram efeitos que interessam à história da região.

Nota: A ortografia e pontuação foram atualizadas, não se mantendo a disposição original das linhas do texto. O sinal “/” indica mudança de folha e o sinal “\_\_\_\_\_” indica palavra ilegível. As palavras sublinhadas foram estabelecidas por conjectura.

Diretoria da Imperial Colônia do Rio Novo em 3 de março de 1874.

Ilmo. Exmo. Sr.

N.º 4

Por aviso de 24 de fevereiro do corrente ano sob n.º 274 determina V. Exa. que na forma do Art. 34 do Regulamento das Colônias, tenha sempre prazos preparados nesta Colônia para receber imigrantes. Achando-se o Primeiro Território povoado, só tenho as terras devolutas do Segundo Território, completamente em matas virgens — sem caminhos, estradas, pontes, pontilhões, apenas com 50 prazos medidos, sem a casa para recepção de imigrantes, quer no litoral, quer na sede da Colônia. Depois de ter dado princípio ao cumprimento da ordem de V. Exa. fazendo seguir para o Segundo Território uma turma de 20 pessoas encarregada de fazer derrubadas e casas provisórias, peço licença para expender a V. Exa. o que me parece mais convir no estabelecimento de imigrantes, nas imediações da Colônia do Rio Novo.

O Segundo Território, não obstante a uberdade de seu solo, pelo estado em que se acha reúne em si a maior parte dos elementos que têm tornado infrutíferos os extraordinários sacrifícios feitos pelo Estado no intuito de estabelecer a imigração espontânea para o Brasil. Assim florestas virgens, a sua falta de vias de comunicação / infundem ao imigrante europeu o mais completo desânimo. É preciso povoá-lo, bem como povoar a todas as terras devolutas; penso porém que deve isso ficar ao cuidado dos naturais do país, das estradas de ferro, da navegação e de imigrantes já aclimados.

Entretanto nas circunvizinhanças da Colônia acham-se 4 fazendas abandonadas por falta de braços, já com grande valor real nelas suas grandes lavouras, descortinadas, pastos, casas, que no estabelecimento de imigrantes poupam ao Estado grande parte do valor negativo do Segundo Território: traz a grande vantagem do aspecto agradável das descortinadas; dos bons e fáceis meios de comunicação e de todos os elementos cuja falta em todos os tempos tem sido a causa primordial do descrédito da colonização no Brasil. São as quatro fazendas a que me refiro as denominadas — Gruta, Limão, Poço e Piabanha.

A primeira situada a 4 quilômetros da vila das Cachoeiras de Itapemirim, tem aí o seu porto de embarque. Sua área é de 174.240.000 metros quadrados sendo 2.904.000m<sup>2</sup> cultivada de café de oito anos de idade pouco mais ou menos; grande casa bem construída, bons caminhos internos; excelente estrada de rodagem para a vila do Cachoeiro; um porto de embarque no rio Novo e uma estrada para a Colônia.

A fazenda do Limão situada a 2 horas de viagem da vila de Itapemirim com um magnífico porto de embarque no rio do mesmo nome compreende uma área de 29.040.000 metros quadrados, sendo: / em cafezais abandonados 4.849.000m<sup>2</sup> e em pastos tratados 4.860.000m<sup>2</sup>. Tem material pronto para a construção de grande casa de habitação; estrada de rodagem para a vila de Itapemirim e para a sede da Colônia, bem como diferentes caminhos internos que precisam reparos.

A fazenda do Poço que limita em parte a Colônia do Rio Novo, e situada à margem oposta do rio do mesmo nome, compreende uma área de 5.082.000m<sup>2</sup>; tem uma grande casa nova assobradada; 35.000 pés de café de 3 a 8 anos limpos e bem tratados; grande criadouro à margem do rio Novo com frente para a Colônia; caminhos internos para todas as pontas; caminho para a vila do Cachoeiro; estrada de rodagem para o porto da fazenda do Limão com desenvolvimento de 6 quilômetros; estrada de rodagem para a sede da Colônia com desenvolvimento de 4 quilômetros.

A fazenda da Piabanha, finalmente, limitada ao N. pelo rio Novo ao S. pelo oceano, a L. pela fazenda do Victor a O. pelo Canal do Pinto, ocupa uma área de 29.040.0010m<sup>2</sup> dos quais 120.000m<sup>2</sup> em cafezais e 14.620.000m<sup>2</sup> em pastos.

Tem grande casa de habitação (em ruínas) em frente a uma extensa lagoa piscosa comunicando-se com o Canal do Pinto, próprio para recepção de colonos no litoral, caminhos internos para todas as pontas e uma magnífica casa, estrada de rodagem para a vila de Itapemirim e Barra do mesmo nome.

Da planta junta verá V. Exa. a posição de cada uma das referidas fazendas em relação à da Colônia; e pelos quadros juntos a avaliação do dispêndio com o estabelecimento / de imigrantes no Segundo Território e nas fazendas.

Notará V. Exa. que, orçada a despesa em 227:599\$980 com o estabelecimento de 1041 famílias nas 4 fazendas, terá o Estado de despender a quantia de R\$ 283:936\$892 com o estabelecimento apenas de 720 famílias no Segundo Território, dispêndios que comparados mostram a economia para o Estado R\$ 56:336\$942, por si só suficiente para demonstrar a vantagem da preferência quando mesmo todas as outras fossem consideradas sem valor.

### Valor negativo do Segundo Território

Designações	Quantidade	Preço por unidade	Total	Observações
Casas para recepção de imigrantes no litoral e sede da Colônia	2	5:000\$000	10:000\$000	
Casas provisórias	720	50\$000	36:000\$000	
Derrubadas	720	50\$000	36:000\$000	
Divisão e demarcação	567.600 m	\$045	25:542\$000	
Estrada para o Primeiro Território	18 Km	833\$333	14:999\$994	
Estrada a entroncar-se com as estradas de Piúma e Benevente	18 Km	833\$333	14:999\$994	
Condução e estabelecimento de famílias	720	70\$000	50:400\$000	Família média de 4 pessoas
Caminhos internos	144 Km	666\$666	95:999\$994	
		Soma R\$	283:936\$892	

### Valor negativo das 4 Fazendas

Designações	Quantidade	Preço por unidade	Total	Observações
Casa provisórias	1.041	50\$000	52:050\$000	
Divisão e demarcação	1.100.000 m	\$045	49:500\$000	
Conserto na casa da Piabanha			3:000\$000	
Caminhos	30 Km	666\$666	19:999\$980	
Condução e estabelecimento de famílias	1.041	50\$000	52:050\$000	Família média de 4 pessoas
Despesas com a aquisição das fazendas			51:000\$000	
		Soma R\$	227:599\$980	

Valor positivo das 4 Fazendas o qual deve ser debitado aos Colonos a título de adiantamento

Designações		Quantidade	Preço por unidade	Total	Observações
Gruta	Pés de café	60.000	\$800	48:000\$000	
	Pastos e capoeiras	2.904.000 m <sup>2</sup>	\$002	5:808\$000	
Limão	Pés de café	15.000	\$320	4:800\$000	
	Pastos e capoeiras	4.860.000 m <sup>2</sup>	\$002	9:720\$000	
Poço	Pés de café	35.000	\$800	28:000\$000	
	Pastos e capoeiras	968.000	\$002	1:936\$000	
Piabanha	Pés de café	10.000	\$320	3:200\$000	
	Pastos e capoeiras	14.520.000m <sup>2</sup>	\$002	29:040\$000	
				130:504\$000	

Quadro demonstrativo da área cultivada e benfeitorias existentes em 4 fazendas situadas nas circunvizinhanças da Imperial Colônia do Rio Novo e que podem ser adquiridas pelo Estado para nela estabelecerem-se 1.041 famílias imigrantes.

Nomes das fazendas	Área total em metros quadrados	Área cultivada em metros quadrados	
		em cafezais	em pastos
GRUTA	174.240.000	2.904.000	2.904.000
LIMÃO	29.040.000	4.840.000	4.860.000
POÇO	5.082.000	127.000	968.000
PIABANHA	29.040.000	120.000	14.520.000
<b>BENFEITORIAS</b>			

**GRUTA** – Uma casa de vivenda bem construída; magnífica estrada de rodagem para a vila do Cachoeiro com desenvolvimento de 6 quilômetros; um porto de embarque no rio Novo; uma estrada para Colônia, e alguns caminhos internos.

**LIMÃO** – Material pronto para construção de grande casa de habitação; um bem preparado porto de embarque no rio Itapemirim, a duas horas de viagem da vila do mesmo nome; estrada de rodagem para a vila de Itapemirim e para a sede da Colônia; alguns caminhos internos que precisam reparos.

**POÇO** – Uma casa nova assobradada; 35.000 pés de café novos de 3 a 8 anos limpos e bem tratados; grande criadouro à margem do rio Novo

em frente à Colônia; caminhos internos para todas as pontas; caminhos para a vila do Cachoeiro; estrada para a sede da Colônia e para a vila Itapemirim, com \_\_\_\_\_.

PIABANHA – Uma estrada de rodagem para a Vila Itapemirim; o Canal do Pinto limitando toda a fazenda ao N.O.; uma extensa lagoa no centro comunicando-se com o Canal do Pinto; caminhos internos para todas as pontas; grande casa de habitação (sobrado em ruína) própria, depois de reconstituída, para depósito de imigrantes no litoral./

Admitindo que as terras das fazendas abandonadas sejam vendidas aos imigrantes pelo mesmo preço por que poderiam ser vendidas as do Segundo Território, o que importa em nada considerar as vantagens da circulação que estabelece as magníficas estradas e portos de embarque próximos, vantagem tanto mais importante para os imigrantes quanto menor for a força produtora \_\_ moeda \_\_ de que eles disponham e que mesmo assim traz ao Estado a conveniência de poderem os colonos mais prontamente solver seus débitos.

Se à diferença entre os valores negativos adicionarmos só o valor positivo das fazendas representado por 130.000 pés de café que já produzem; e o valor da área de 23.252.000m<sup>2</sup> em pastos e capoeiras; que deve ser debitado a título de adiantamento aos imigrantes \_\_\_\_\_:

Valor negativo do Segundo Território	283:936\$892
Valor negativo das 4 fazendas	<u>227:599\$980</u>
	56:336\$912
Valor positivo das 4 fazendas	130:504\$000
Economia para o Estado <u>na preferência</u>	74:167\$088

Tendo expendido a V. Exa. o que me parece conveniente ser dotado para estabelecimento de imigrantes nas proximidades da Colônia do Rio Novo, cumpre-me assegurar a V. Exa. que, autorizado a efetuar a compra das fazendas, e aumentado de dois agrimensores o pessoal de que disponho, desde logo podem ser-me remetidos imigrantes em / alta escala, na certeza de que encontrarão eles a melhor acomodação e a mais completa reunião de elementos de prosperidade.

Deus Guarde a V. Exa.

Ilmo. e Exmo. Sr. Conselheiro Ministro e Secretário do Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.

O Diretor  
Joaquim Adolfo Pinto Paca

## Bibliografia consultada

- BEIGUELMAN, Paula. *A Formação do Povo no Complexo Cafeeiro: Aspectos Políticos*. São Paulo: Pioneira, 1968.
- CAVATI, João Batista. *História da Imigração Italiana no Espírito Santo*, s. l. e., 1973.
- DERENZI, Luiz Serafim. *Os Italianos no Estado do Espírito Santo*, Vitória: ed. part., 1975.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro Séculos de Latifúndio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.
- MARTINS, José de Souza. *A Imigração e a Crise do Brasil Agrário*. São Paulo: Pioneira, 1973.
- NOVAES, Maria Stella de. *História do Espírito Santo*. Vitória: Fundo Editorial do Espírito Santo, 1965.
- NOVAIS, Fernando Antônio. *Estrutura e Dinâmica do Antigo Sistema Colonial (século XVI - XVIII)*. 2. ed. Cebrap, Caderno 17, 1975.
- OLIVEIRA, José Teixeira de. *História do Estado do Espírito Santo*. 2.ed. Vitória: Fundação Cultural do Espírito Santo, 1975.

# O RIO SÃO FRANCISCO: TRANSPOSIÇÃO DAS ÁGUAS, PRIVATIZAÇÃO DA CHESF



Olavo de Freitas Machado\*

## 1 Antecedentes

Em 1501, a mando do rei de Portugal, o navegador André Gonçalves acompanhado de Américo Vespúcio, com uma flotilha de três caravelas, percorre a costa das terras recém-descobertas e a 4 de outubro chega à foz de um grande rio que então é batizado com o nome consagrado de São Francisco.

Em 1536, o donatário Duarte Coelho Pereira, visitando os limites sul de sua capitania, entra o São Francisco e funda o primeiro núcleo de povoação ribeirinha — hoje cidade do Penedo — abrindo o caminho da colonização e exploração do grande vale.

Em 1859, o imperador Dom Pedro II empreende viagem ao São Francisco e conhece a cachoeira de Paulo Afonso; dessa visita resulta a vinda das missões Halfeld e Liaís, o engenheiro Teodoro Sampaio, cujas observações registra no seu livro *O rio São Francisco e a chapada Diamantina*, reimpresso mais tarde (1936) sob os auspícios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Em 1913, Delmiro Gouveia torna realidade o aproveitamento hidroelétrico de Paulo Afonso com a usina pioneira Angiquinho, hoje referencial histórico do Nordeste.

Em 1945, sob o estímulo do ministro Apolônio Sales, é criada a CHESF pelo Decreto-lei nº 8.031, de 3 de outubro, regulamentado pelo Decreto Executivo nº 19.706, com a finalidade do

---

\* Membro do IHGAL e sócio correspondente do IHGES.



aproveitamento hidroelétrico da cachoeira de Paulo Afonso, e conseqüente incentivo ao desenvolvimento econômico do Nordeste, cabendo ao engenheiro Alves de Souza a direção e cumprimento dessa grande empreitada.

Em 1946, sob inspiração da Assembléia Nacional Constituinte — e aqui, uma referência memorial à figura eminente do então deputado Medeiros Netto, que no final de sua preciosa existência, como historiador e professor emérito, exerceu com o brilho de sua inteligência superior a direção do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas — cabe sublinhar a palavra qualificada do engenheiro Alves de Souza na Escola de Minas de Ouro Preto (1946):

dando uma grande demonstração de clarividência e patriotismo, [os Constituintes de 1946] lançaram uma base sólida para o estudo e solução dos problemas da bacia do São Francisco em seu conjunto.

Pelo artigo 29 do Ato das Disposições Transitórias é constituída a Comissão do Vale do São Francisco, com a responsabilidade de aplicar 1% da renda tributária da União, durante o período de vinte anos, no Plano de Aproveitamento Econômico e Social do São Francisco, entregue à competência do engenheiro Paulo Peltier de Queiroz.

Estavam desse modo definidas as linhas mestras que permitiram chegar ao estágio atual de projeção da CHESF como empresa pública prestadora de serviços do mais alto significado para o nordeste e o país.

## 2 Dados correntes (CHESF)

2.1 Área de atuação da CHESF – Um e meio (1,5) milhão de quilômetros quadrados, compreendendo o nordeste (Piauí à Bahia), atendendo uma população estimada de 40 milhões de habitantes.

2.2 Capacidade instalada – Totalizando 7.704.320Kw de potência, incluídas a hidroelétrica de Boa Esperança (vale do Parnaíba) e as termoelétricas de Boji (PE) e Camaçari (BA).

2.3 Patrimônio imobilizado – Na ordem de 10,2 bilhões de dólares (dados da CHESF).

3.1      Estudo do uso múltiplo – Há de se verificar que a abrangente matéria relacionada ao uso múltiplo das águas do rio São Francisco e sua extensão a outras regiões do Nordeste tem merecido questionamentos vários. O engenheiro Geraldo Rocha (1940), vivendo o cotidiano da terra, sinaliza em *O Rio São Francisco* a importância, na confluência entre os Estados do Piauí, Bahia e Goiás, “dos mananciais que alimentam as bacias do São Francisco e do Tocantins.”

Mais próximo o estudo do engenheiro Alverino de Araújo Pereira — *Utilização Múltipla das Águas do São Francisco* — publicado pela Eletrobrás em março de 1977, analisa com minucioso conhecimento a potencialidade produtiva do rio e sua função geradora, divisando o uso limite dos recursos hídricos da bacia do São Francisco (630.000 km<sup>2</sup>) para este final de século (1999), com a utilização de 99% em sua capacidade multiplicadora. Consoante formas e valores anotados é de se observar do referido documento: “para uma vazão média de 3.150m<sup>3</sup>/seg. na foz do rio, os aproveitamentos hidroelétricos são estimados em 17.200 MW [...] A irrigação planejada de 620.000 hectares, requererá o equivalente a 588m<sup>3</sup>/seg. de água. Os abastecimentos urbano, rural e industrial [...] consumirão 35m<sup>3</sup>/seg. A navegação regular depende de 500m<sup>3</sup>/seg. em Três Marias. Até Sobradinho, os múltiplos projetos de energia, irrigação e abastecimento previstos estarão requisitando 2.650m<sup>3</sup>/seg. da vazão média”, volume este acrescido da retirada provável de mais de 15% com a evaporação natural dos reservatórios e da própria lâmina d’água do rio.

A Eletronorte/CHESF por certo têm estudado as possibilidades de suprimento às águas do São Francisco através do rio Tocantins, frente à crescente necessidade do sistema de consumo regional. Relação população/ consumo.

O relatório Tucuruí, da Eletronorte, visualiza a construção de mais sete barragens no leito principal do Tocantins, possibilitando o aumento de sua capacidade e disponibilidade de água armazenada. É de se notar que o Tocantins, com uma bacia hidrográfica de 760.000km<sup>2</sup>, portanto maior que a do São Francisco, acha-se localizado na região amazônica, dispondo de uma vazão em torno de 60.000m<sup>3</sup>/seg., incomparavelmente maior que a do Rio da Unidade Nacional.

A perspectiva de desvio atual das águas do rio São Francisco para outras regiões secas do Nordeste poderá também encontrar barreiras

econômicas, se se levar em conta que esse desvio venha a se processar “através de sistema de quatro elevatórias sucessivas, com o desnível de 160 metros”, assunto esse anotado pela Eletrobrás e tornado público pelos meios de comunicação nacional.

Não podemos, por razões óbvias, nos afastar da realidade custo/benefício diante da irreversível globalização que vincula o uso racional da água na sua aplicação múltipla indispensável à nossa sobrevivência para o milênio que chega.

Ao que parece, existem estudos da Eletronorte encaminhando soluções hídricas para o Nordeste seco, independentes das águas do São Francisco, tanto quanto do socorro do Tocantins ao São Francisco, e até mesmo do volumoso rio Paraná, localizado no Sudeste do país.

É por certo matéria relevante que a grandeza da engenharia nacional saberá bem conduzir.

#### 4 Privatização

4.1 Sistema CHESF – Ao se discutir a perspectiva de privatização da CHESF dentro da sua condição de organismo impulsionador do desenvolvimento do Nordeste, temos de considerar a estabilidade de funcionamento e funcionalidade que ela representa e sua importância maior como fonte geradora de riqueza múltipla.

O contexto de mudanças estruturais que vive o país requer atenção especial à pressão de crescimento geométrico das populações, principalmente das que compõem o Nordeste, exigindo maior suplementação e proteção dos mananciais e do meio ambiente em todo o seu ecossistema do ciclo permanente das águas, protegidas pela reposição indispensável das matas ciliares, flora e fauna, evitando os assoreamentos e a erosão, sem o que estaremos comprometendo a sobrevivência e o futuro da nação.

Dados divulgados pela *Sinopse Diária do Operador Nacional do Sistema Elétrico* (01/09/99) revelam que o Sistema Brasileiro de Energia Elétrica atingiu naquela data o índice de 53.135 megawatts, o que significou recorde de consumo, quando a oferta da água se situava menor que 40% de sua capacidade de armazenamento.

Estudiosos e pesquisadores acreditam na necessidade de incorporação/ano de mais de 3.500 megawatts para o setor elétrico se manter capaz de permitir o equilíbrio entre a oferta e a procura. Naturalmente a posição da CHESF não se acha diferente. É de se estudar, discutir e resolver.

Ao que me parece, a privatização da CHESF se faz evidenciar como imperativa frente às transformações e mudanças naturais, causais e estruturais vigentes, dentro da concepção projetiva de uma *macropolítica nacional associada a micropolíticas estaduais* de uso múltiplo das águas, com a utilidade dessa enorme soma de recursos — 10,2 bilhões de dólares — na solução dos problemas que a região clama e reclama por resolver.

É com o ânimo e “o instinto da nacionalidade” que Machado de Assis viveu na sua geração e o grande Euclides da Cunha imortalizou no drama dos *Sertões*; é no convencimento e na convicção da ética da responsabilidade; é na crença que leva à realização e ao progresso, que podemos firmar razões e acreditar que fomos capazes, que somos capazes como povo e nação.

E passados então cinco séculos de lutas e história, vivo e iluminado ainda ecoa o canto e o verso do imenso Luís de Camões:

Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades  
Muda-se o ser, muda-se a confiança.  
Todo o mundo é composto de mudança  
Tomando sempre novas qualidades.

É o meu pensar.

# LOJA MAÇÔNICA "UNIÃO E PROGRESSO"



José Hygino de Oliveira (Taneco)\*

-1-  
1949

Palavras que não foram proferidas e são publicadas hoje, 19 de outubro de 1999.

"Graças ao Grande Arquiteto do Universo"  
"De pé e à ordem"

José Hygino de Oliveira – G.R. 33

-2-

Venerável Mestre, luzes, meus irmãos visitantes.

Hoje, 19 de outubro de 1999, foi um dia agradável para mim e a noite tudo indica que suplantará tudo aquilo que tive de bom durante essas horas que já se escoam, diminuindo a existência deste que agora lhes fala.

Meus irmãos,  
Gênesis cap. V. A. 5 e 6:

Vendo Deus que era grande a malícia dos homens sobre a terra e que todos os pensamentos de seu coração estavam continuamente aplicados ao mal, arrependeu-se de ter feito o homem sobre a terra.

Meus irmãos,

O mal decorre do flagrante desequilíbrio entre a capacidade intelectual e a capacidade moral.

---

\* Escritor, pertence ao IHGES e à Academia Espírito-santense de Letras.

Venerável Mestre, meus irmãos.

Não lhes trago palavras incrustadas em pedras preciosas, mas chuleadas com linha urdida por minhas próprias mãos, pois minhas palavras têm, para mim, o sabor da vitória de uma jornada vencida dentro dos ensinamentos cristãos.

Durante esta caminhada, todos os obstáculos encontrados no trajeto foram por mim palmilhados e vencidos, tendo sempre os olhos fixos no futuro. E hoje aqui estou perante os senhores, numa demonstração de que venci.

-3-

E a mocidade? Bem, a mocidade existe sempre enquanto não se apaga em nós a chama do ideal e o coração tiver capacidade de vibrar.

A educação maçônica substancia-se no aperfeiçoamento da humanidade pela liberdade de consciência, igualmente de direito e fraternidade universal.

-4-

Venerável Mestre, luzes visitantes, meus irmãos.

Às vezes somos surpreendidos pela emoção; não é a idade; é, sim, a emoção por estar revendo irmãos que comigo caminharam nesta mesma estrada em busca da perfeição.

Há poucos instantes ouvimos do cobridor — confirmado pelos 1º e 2º vigilantes — que o templo está coberto. É sinal que os nossos corações estão abertos.

Sempre primamos pela moralização da espécie e o aperfeiçoamento dos costumes. E a Maçonaria é a maior instituição do universo empenhada nesse mister.

Eis por que estou aqui.

-5-

Venerável Mestre, luzes, meus irmãos visitantes.

Sempre tive e tenho a Maçonaria como coisa séria, por ser a maior instituição do universo, como já registramos acima, por isso mesmo estou aqui para relembra 50 anos de vida maçônica.

Em 19 de outubro de 1949, ainda jovem, era eu recebido nesta Casa como homem livre e de bons costumes. Tinha, então, trinta e seis anos de idade. Já naquela época defendia os princípios da moralidade e dos bons costumes.

Dizia Confúcio:

O homem perfeito não limita a aperfeiçoar-se a si próprio, detendo-se. Para ser perfeito é preciso dedicar-se também a aperfeiçoar os outros. Aperfeiçoar-se a si próprio é, sem dúvida, uma virtude. Aperfeiçoar os outros é uma ciência.

Venerável Mestre, meus irmãos.

Depois de ter aprendido uma profissão, construído um nome, uma personalidade e um lar.

Quando vim para a Maçonaria, há 50 anos, embora com 36 anos de idade, tinha alguma coisa para ofertar...

-6-

A Maçonaria é chamada, também, de arte real, porque ensina a fazer o bem pelo amor ao próprio bem de uma maneira natural, livre de vaidade e ambição. Por esse motivo é que a Maçonaria está no interior dos seus templos.

A Maçonaria é uma instituição essencialmente filantrópica, filosófica e progressista, tendo por objetivo o aperfeiçoamento moral e intelectual da humanidade, através da investigação constante da verdade, além da prática desinteressada da solidariedade.

Isso, no entanto, depende do maçom em si.

A Maçonaria sustenta a mais completa liberdade de consciência, respeitando a razão e as convicções individuais de cada um, e é por esse motivo que abaixo das abóbadas maçônicas reúnem-se irmãos, a fim de que possam ser úteis.

Aqueles que não se enquadram nesses requisitos básicos são considerados indignos da ordem.

A sublime instituição é uma arte, a arte real (o artista é aquele que busca em tudo que faz a perfeição) está fundada sobre os princípios da geometria oriental, para utilização e convivência do gênero humano.

Assim, a Maçonaria pode denominar-se, com toda propriedade, uma ciência com seus conhecimentos, que, na maioria, acham-se velados por meio de alegorias e ilustrados por símbolos de tal maneira que, desvendados — e cada um visualizará uma nova interpretação — revelam, basicamente, os princípios máximos da moral mais pura.

-7-

Meus irmãos,  
Feliz aquele que tem uma história para contar.  
Todo José tem uma história triste para contar. A começar pela história de José, o carpinteiro.

Meus irmãos,  
Sempre tive e tenho a Maçonaria como coisa séria por ser a maior instituição do universo.

Estou aqui, como disse antes, para lembrar parte da minha história, como José que sou. Parte da minha trajetória, eu diria.

Se Deus criou o mundo e o homem, como explicar a introdução da desordem que se manifesta no ódio, na violência, na exploração do homem pelo homem e na escravidão que temos à nossa volta? A única explicação é que o homem não tem vontade de viver em comunhão, colocando-se, ele só, no centro de tudo, julgando-se senhor de seu próprio destino, rompendo, assim, o brilho da comunhão, deixando de ser irmão dos homens para tentar uma postura de dominador.

Meus irmãos,  
Primeiramente peço que procurem compreender o sentido das minhas palavras, em que mais uma vez, dentro do possível, quero deixar claro que a Maçonaria é uma instituição intocável, enquanto os maçons não o são...

Diante do que vemos e sentimos, a Maçonaria existe, para muita gente, como uma instituição entre quatro paredes; não sendo esse o nosso pensamento com relação aos princípios maçônicos.

Infelizmente tudo faz crer que os bons tempos se foram. Tempos em que havia seriedade e respeito, embora a vida fosse mais dura; mas no seu todo a fraternidade se fazia presente, os verdadeiros homens se compreendiam fora e dentro do lar.



Naqueles tempos a casa era efetivamente um lar: ali nascia a família, e não era somente a família e sim a sociedade que assim crescia; ali estava o cidadão com o qual podíamos contar no dia-a-dia, para todos os fins sociais dentro da comunidade.

Parece que aqueles bons tempos passaram. Vivemos, no presente, dentro de um clima menos sábio em que não contribuimos com um centavo sequer para a criação de uma sociedade mais presente e mais justa. Pelo contrário: estamos aí participando do desmoronamento da família, da sociedade e por que não dizer da própria Pátria, pois os criadores e contribuintes da baderna estão aí, realizando uma obra de destruição.

Meus irmãos,

É dever de todos nós, maçons ou não, participar das atividades que dizem respeito à família, à sociedade e à Pátria, mas o que vemos e sentimos é uma verdadeira omissão dos homens com relação não somente à família mas, também, à sociedade e à Pátria. E quando falamos dentro desse contexto, nos lembramos da infância abandonada e portanto dos direitos dos cidadãos.

Quanto ao silêncio dos maçons no mundo profano, vemos com tristeza que, com raras exceções, pouca coisa vem sendo feita através da Maçonaria.

Eis o motivo do descontentamento, muitas vezes não comparecendo às nossas reuniões e mesmo em relação à não participação da Maçonaria na busca e solução de problemas que estão aí bem visíveis na atual conjuntura nacional.

A Maçonaria, entendemos nós, tem que participar mais ativamente das ações de interesse comunitário, como no passado. Ela tem que fazer sentir a sua presença, vivendo e tentando ajudar a resolver os problemas que cercam a todos nós, maçons ou não. O que se vê hoje são ações isoladas de um irmão ou de um grupo de irmãos, e não como instituição séria e altamente conceituada como é a Maçonaria.

Reconheço que durante os anos em que militei nesta Casa não se fez tanto, mas mesmo assim é possível que se tenha feito mais do que nestes últimos tempos.

Se algum irmão tiver a curiosidade de me perguntar o motivo do meu ingresso na Maçonaria, por que me tornei maçom, diria que aqui recebi somente documentos e sinais, e ensinamento mesmo bem pouco ou quase nada; acredito que o mesmo tenha acontecido com outros irmãos.

Afinal o maçom já nasce maçom. Ele traz de dentro do ventre de sua mãe a Liberdade, a Igualdade e a Fraternidade, que são qualidades primordiais para um verdadeiro e bom maçom.

Contarei uma história, história essa daqui mesmo, da nossa ilha, ou, como queiram, de Vitória. Aconteceu precisamente em 1934.

O personagem principal da história era um cidadão maçom e trabalhava como diretor-chefe de uma repartição pública do nosso Estado. Nessa condição foi responsabilizado por um desfalque de determinada importância, cometido por outro funcionário da repartição.

-9-

Não sendo ele o criminoso, considerado que era por todos como homem puro e de bons costumes, não quis comparecer perante seus irmãos com aquela mancha, que já era do conhecimento da opinião pública, embora continuasse sendo atribuída a ele e a nenhum outro.

Dada sua situação de maçom, ele preferiu pagar com a sua própria vida o crime cometido por outro. E assim o fez, suicidando-se.

É bem verdade que isso aconteceu noutros tempos, em outras eras, quando os homens eram realmente responsáveis pelos seus atos, pagando com a própria vida os seus erros.

Desse fato deriva minha motivação naquela idade, pretendendo um dia ser maçom.

E foi o que fiz quando me foi oferecida uma oportunidade. Eu queria saber se, de fato, a Maçonaria era o lugar que eu procurava.

Mas, infelizmente, meus irmãos, devo confessar-lhes que, até agora, ainda não sei se este é realmente o lugar que busquei ou se nós todos fizemos um lugar bem diferente do que ele deveria ser. Mesmo assim permaneci durante longos anos entre os senhores.

-10-

Todos os maçons conhecem e obedecem a esse comando, mas é pouco conhecido o fato de que esta era também a chamada para os cavaleiros do templo, os polêmicos templários, para iniciarem ritualisticamente seus trabalhos.

A Maçonaria, através de sua sapiência, escolheu a forma mais adequada para a formação de sua base, baseada na sua doutrina, tornando-se aceitável por todos.

Foi através dos princípios básicos da fraternidade e da solidariedade que a Maçonaria edificou o templo no qual se rende culto a tudo que é grande e belo.

A fé maçônica é independente de toda opinião particular, pois se dedica a criar uma humanidade mais justa e perfeita, mais clarividente, mais fraternal.

Foi através das leis da gravitação universal que a Maçonaria fez suas leis perfeitas e imutáveis, tolerando todas as crenças, sem distinção social, desde que provenientes da prática da virtude.

-11-

Irmãos,

Muito obrigado por permitirem que eu, mais uma vez, mesmo usando e abusando de um direito que me é facultado pelas leis maçônicas, venha dizer aqui, de quando em quando, coisas desta natureza, mesmo contudentes como as que acabo de pronunciar neste sodalício.

Meus irmãos,

Neste momento, tenho em mãos o meu último documento (meu QUITE-PLACET), dado e traçado na Secretaria da Aug e Resp Loj Sim – União e Progresso – Ao Or. de Vitória, aos dias 30 de agosto de 1993. Não por méritos de ter prestado relevantes serviços à Ordem ou a esta Loja, mas por ter merecido, como disse, a benevolência dos senhores, meus irmãos.

*Que os senhores prossigam, salpicando de perfume o orvalho do despertar da noite, no rastro de suas caminhadas, pois o Mestre que caminha à sombra do templo, rodeado de discípulos, não dá de sua sabedoria, mas, sim, de sua fé e de sua ternura...*

*Mais ainda: nunca a aurora nos encontra onde o poente nos deixou.*

# OS ÍNDIOS BOTOCUDO DO ESPÍRITO SANTO: LUTA E RESISTÊNCIA CONTRA OS INVASORES DE ALÉM-MAR\*



Leonardo Pinto Silva

Dedico este trabalho a todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para a sua realização, sejam eles amigos, familiares ou professores, em especial aos meus orientadores, Miguel Depes Tallon — professor do Departamento de História — e Celso Perota — professor do Departamento de Ciências Sociais —, pois, sem as suas disposições para sanarem minhas dúvidas e as suas indicações bibliográficas, esta monografia não teria sido concluída, ou pelo menos, não teria saído deste jeito. Obrigado a todos pelo incentivo e pela confiança.

Após o término desta monografia, o professor e orientador Miguel Depes Tallon (1948-1999) veio a falecer, deixando saudades a todos. Faço aqui uma dedicação especial à sua memória e ao seu espírito.

Meus sinceros agradecimentos a todos.  
Eles sabem quem são !!!

---

\* Monografia de graduação apresentada para obtenção do título de bacharel em história do Centro de Estudos Gerais da Universidade Federal do Espírito Santo (orientador: Prof. Miguel Depes Tallon).

## Sumário

### Introdução

O índio e a cultura

O vale do rio Doce e os temíveis botocudo

Missionários e visitantes estrangeiros

Os padres franciscanos capuchinhos

Os padres jesuítas

Maximiliano Alexandre Philipp, príncipe de Wied-Neuwied

Auguste de Saint-Hilaire

Princesa Teresa Carlota

A história

Conclusão

Referências bibliográficas

### Prólogo

Este trabalho monográfico de graduação procura fazer um levantamento crítico da história e da cultura dos índios botocudo<sup>1</sup> em terras capixabas, pertencentes ao grupo lingüístico Macro-Gê, localizados na região norte/noroeste do Estado, principalmente ao longo dos vales dos rios Doce, Cricaré e Itaúnas, abrangendo uma época que vai desde os primeiros contatos com os portugueses no século XVI — dando maior ênfase a partir do século XVIII devido à maior disponibilidade de fontes —, até o ano de 1997, quando faleceu o último de seus representantes de que se teve notícia.

A meta principal consiste em fazer um estudo da cultura esquecida ou desconhecida dos botocudo, contando sua história e tentando enfocar um lado muito difícil de se encontrar nos escritos a respeito do assunto. A visão que se tem atualmente é baseada em relatos de estrangeiros, que em hipótese alguma deixam de ser úteis, e de pessoas que escreveram com os mesmos preconceitos culturais daqueles que aqui estiveram em tempos de capitania

---

<sup>1</sup> Em Antropologia convencionou-se estipular que os nomes e os artigos definidos que acompanham grupos e famílias indígenas não vão para o plural. Já com as tribos, os nomes também não vão para o plural, mas os artigos definidos sim. No caso de grupos e famílias, estes vêm iniciados por letra maiúscula, ao contrário dos nomes das tribos.

hereditária. Os próprios tupiniquim, que foram os que tiveram os primeiros contatos com os portugueses, contribuíram para essa visão de que os botocudo eram monstros, já que pouco se sabia deles e de sua vida na selva, dita escura e sombria por aqueles que não se aventuravam a entrar, e eram portadores de uma cultura completamente diferente, mas igualmente dinâmica, da cultura ibérica. Se eram antropófagos, eram incompatíveis com os princípios cristãos.

Desejo com isso não defendê-los a todo custo devido ao grau de exploração sobre eles no passado, mas fazer uma etno-história desprovida de preconceitos e tentar enxergar um lado realista que possa contribuir para mais estudos sérios nessa área.

Às vezes certas pessoas caem no erro de generalizar aquilo que não entendem ou que nunca viram antes, tachando de inferior, herege, bárbaro, monstro ou sem cultura. Ao longo de sua história, os botocudo foram bombardeados com tais adjetivos, tanto por estrangeiros que aqui chegavam como por outros índios, principalmente os do litoral.

Eram inferiores por não serem europeus e cristãos, e por serem hostis aos “catequizadores” jesuítas que não respeitavam suas próprias convicções e tradições? Eram hereges por não terem igrejas e andarem nus ou seminus? Eram bárbaros por serem antropófagos? Eram monstros por furarem os lábios e as orelhas e viverem longe do litoral, em mata densa? Nada disso. Eles foram os que ofereceram maior resistência aos hostis “colonizadores” e os que deram mais trabalho à “catequização” dos jesuítas, lutando em defesa da cultura, das crenças e da natureza em que viviam, mas foram pouco a pouco dizimados pela ganância e pela sede de “pacificação” por parte daqueles que um dia aqui chegaram...

O problema é reunir todas as suas características e entendê-las como traços culturais, pertencentes a um grupo mergulhado num mundo totalmente diferente do daqueles que se dispuseram a escrever sobre eles, e como tais características podem servir de referencial para o entendimento do que vem a ser a cultura capixaba.

## Introdução

Inicialmente gostaria de apresentar uma síntese de como estão inseridos os botocudo no Brasil, histórica e geograficamente, situando-os dentro de um universo indígena, que um dia já foi bastante diversificado, fazendo uma breve demonstração de como é feita a divisão entre os diferentes

grupos (trancos) e famílias lingüísticas, e quais deles habitavam ou ainda habitam o Espírito Santo.

Entrar num consenso quanto a denominações de grupos, famílias e tribos indígenas é algo muito complicado. Depende das fontes que o estudioso do assunto irá utilizar a fim de ter, no mínimo, uma visão satisfatória, tendo em mente que ela não representará cem por cento de verdade.

Uma divisão bem interessante foi feita no livro *História do Brasil*, de João Ribeiro<sup>2</sup>, no qual os principais grupos de índios apurados até hoje são: o Tupi-Guarani, o Guaicuru, o Maipuré ou Nu-Aruaque, o Cariri, o Gé ou Gê, o Caraíba, o Pano ou Panô, e o Betóia. Não faria sentido uma explicação sobre cada um desses grupos, pois além de poder tornar-se cansativa para o leitor, fugiria do objetivo do trabalho. Para os interessados, esse livro de João Ribeiro traz mais informações a respeito dos grupos. O importante aqui é falar sobre o grupo diretamente ligado ao tema: o Gê.

Esse nome teria sido tirado da terminação *gé* ou *gué* de várias tribos quase que restritas ao Brasil. As tribos que compõem o grupo Gê são: os apinagé, craó e acuém, de Goiás, os suiá, do Xingu, os caingangue ou “bugres”, de Santa Catarina, e “coroados” do Rio Grande do Sul, e os botocudo, do Espírito Santo e Minas Gerais.

Antes de vermos como se constituía o grupo Gê no Espírito Santo, vale lembrar que aqui também há uma certa controvérsia quanto aos grupos e famílias habitantes do Estado. Até mesmo uma discussão envolvendo os botocudo, porque uns acham que eles foram vizinhos dos índios aimoré, outros acham que botocudo e aimoré eram o mesmo povo e, mais impressionante ainda, é o fato de certos estudiosos nem mencionarem os botocudo, mas destacarem os aimoré como participantes da vida silvícola do norte/noroeste do Estado. Voltarei a este assunto mais adiante.

Recentemente foi concluído um trabalho<sup>3</sup> que reuniu informações arqueológicas vindas de dezenas de estudiosos e pesquisadores, e que culminou em sete mapas sintetizando sete mil anos de história do índio

---

<sup>2</sup> Ele observa nesse livro que essas divisões dos principais grupos indígenas foram feitas originalmente por Capistrano de Abreu.

<sup>3</sup> O arqueólogo e antropólogo Celso Perota, em parceria com o bacharel em História Mozart Medina de Mendonça Neto, teve a idéia do projeto em 1968, quando o Espírito Santo entrou no Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (Pronapa). Os mapas arqueo-etnográficos são descritos por um artigo cuja bibliografia chega a 55 fontes.

capixaba. Desses, cinco mapas representam os cinco séculos que abrangem a história do Espírito Santo, desde seus primeiros colonizadores até meados do nosso século.

Nesse trabalho, que fez parte do primeiro suplemento da série *Documento Estado*, do jornal *A Gazeta*, podemos observar que o Espírito Santo foi habitado por índios pertencentes a dois grupos lingüísticos (o Tupi-Guarani e o Gê) e a duas famílias lingüísticas (Mashacali, Patashó e Malali; e Puri-Coroado).

O grupo Tupi-Guarani, representado pelos tupiniquim, tupinambá e temiminó, ocupou a faixa litorânea e parte dos vales dos rios Cricaré, Itapemirim e Itabapoana. Foi o grupo que mais rapidamente sofreu o processo de aculturação, pois foi o primeiro a ter contato com os portugueses, e de miscigenação. Hoje, em número bastante reduzido, eles se encontram no litoral de Aracruz em postos de atendimento estabelecidos pela Funai — Fundação Nacional do Índio —, como: Caieiras Velha, Comboios, Paubrasil, Boa Esperança, Irajá e Três Palmeiras.

A família Mashacali, Patashó e Malali habitou principalmente os vales dos rios Doce, Cricaré e Itaúnas, antes do grupo Gê, mas até o final do século XIX encontrava-se próxima ao mar, no vale do Cricaré.

Já a família Puri-Coroado ocupava o sul do Estado no vale do Itapemirim, na região montanhosa de Castelo, Muniz Freire, Alegre, Guaçuí e na serra do Caparaó. Atualmente, encontra-se em Conceição do Castelo e em Iúna sem ajuda da Funai e completamente aculturada.

Finalmente o grupo Gê, que vem representado por várias tribos genericamente denominadas botocudo. As fontes que mencionam essas tribos antes do final do século XVIII são escassas ou desconhecidas. Elas passaram a ser realmente percebidas a partir do momento em que os mineradores iniciaram a exploração da bacia do rio Doce. Os botocudo teriam cruzado o que hoje é a divisa do Estado de Minas Gerais com o Espírito Santo e alcançado o vale do rio Cricaré numa época em que a povoação do norte capixaba era mínima, em comparação com a região ao sul do rio Doce. Tal estado de mata densa e desconhecida permaneceu nessa área de domínio dos botocudo até meados do século XX. As últimas notícias deles vêm de um aldeamento que funcionou até a década de 40, em Colatina.

Mas como eram esses botocudo que estavam dificultando os planos de colonização dos portugueses no norte da capitania e que resistiam bravamente à implantação dos dogmas e crenças promovida pelos missionários? Por que o nome *botocudo*? "... pelo fato de usarem rodela de



madeira leve metidas nas orelhas e no lábio inferior” [Ferreira, 1985, p. 31]. Essas rodelaas eram chamadas de *botoques*, que davam uma conotação de “lhes desfigurarem o rosto” aos olhos dos colonizadores [Soares de Sousa citado por Pacheco, 1957, p. 66]. Esses botoques eram secados com o calor do fogo e confeccionados em vários tamanhos, podendo chegar a doze centímetros [Maximiliano, 1940]. Possuíam uma linguagem diferente do Tupi e de difícil compreensão. Quando, no Brasil Império, o imperador D. Pedro II esteve no Espírito Santo e visitou Linhares, só conseguiu tomar nota de uma dúzia de palavras do vocabulário botocudo [Ferreira, 1985].

Uma questão que persiste até hoje diz respeito à confusão que se faz com a nomenclatura utilizada. Seria botocudo ou aimoré?<sup>4</sup> O fato é que há uma mistura de nomes que leva a diferentes interpretações de uma mesma fonte, por exemplo. Pesquisei a respeito dos dois e percebi que os aimoré eram os botocudo que viviam na região da serra dos Aimorés — divisa com o que viria a ser a província de Minas Gerais. À medida que se distanciavam desta serra, a denominação passava a ser somente botocudo, quando se falava genericamente, já que em cada localidade do norte do Espírito Santo existiam tribos de botocudo com nomes específicos: *nacnenuc* (*naknenuk*, *nackenenuck*, *nac-na-nuc*); *crenaque* (*cracmum*, *craquemu*); *pajearum*; *giporoc* (*jiporoca*, *giporok*); *pojejá* (*pojichá*); *porohum*; *bakuê*; *nakerehä*; *etwet*; *takruk-karak*; *nep-nep*; *gut-karak*; *panca*; *munhangirem* (*minagirum*); *nacherehé*; e *incut-crac*. No geral, todos eram chamados de botocudo, aimoré, *guaimure* ou *guerem* (*A Saga...*, 24 jun. 1999).

Dentre todos os grupos, famílias e tribos indígenas que viveram na região que hoje é o Estado do Espírito Santo, os botocudo foram os únicos que não chegaram a praticar a agricultura e tinham uma vida nômade com grande mobilidade em sua área e de profundo contato e respeito pela natureza. Os demais cultivaram a mandioca, sendo que alguns ainda cultivaram o milho e o algodão e fizeram uso de uma culinária que foi incorporada à nossa cultura (*Documento...*, 27 jul. 1992). Além disso, os botocudo faziam uma “fragmentação freqüente do grupo em famílias com o reagrupamento sazonal” e possuíam um sistema “de coleta e de caça” (*A Saga...*, 24 jun. 1999, p. 11).

---

<sup>4</sup> Uma discussão técnica maior e mais detalhada sobre este assunto pode ser encontrada no *Boletim do Museu do Índio*, n.º 3 (da série de Antropologia), de outubro de 1975.

Qual a idéia que se tem de *cultura*? Este é um termo difícil de se definir com exatidão e de modo satisfatório para todos aqueles que a estudam.

O *Dicionário Aurélio básico da língua portuguesa* considera *cultura* como sendo “o complexo dos padrões de comportamento, das crenças, das instituições e doutros valores espirituais e materiais transmitidos coletivamente e característicos de uma sociedade; civilização.”

Podemos encontrar, ainda no mesmo verbete, *cultura* como sendo “o desenvolvimento de um grupo social, uma nação etc., que é fruto do esforço coletivo pelo aprimoramento desses valores; civilização, progresso.”

Não devemos estudar os costumes, as tradições ou as crenças de um povo ou de uma sociedade adotando como ponto de vista a cultura em que estamos inseridos, porque “cada realidade cultural tem sua lógica interna, a qual devemos procurar conhecer para que façam sentido as suas práticas, costumes, concepções e as transformações pelas quais estas passam” [Santos, 1983, p. 8].

Quando fazemos parte de uma determinada cultura, às vezes caímos no erro de achar que todas as outras são inferiores, primitivas e imutáveis. Segundo José Luiz dos Santos [1983, p. 47], “nada do que é cultural pode ser estanque, porque a cultura faz parte de uma realidade onde a mudança é um aspecto fundamental.”

Podemos verificar um exemplo disso nas sociedades indígenas. Elas estão em constantes adaptações culturais, só que isso pode significar a perda de parte de suas tradições e costumes. Os atuais aldeamentos Tupi existentes no litoral capixaba — citados na introdução — já perderam muito de suas características de origem ao incorporarem conhecimentos da cultura do “homem branco”, a fim de poderem sobreviver até hoje.<sup>5</sup>

... essas sociedades indígenas encontram-se em interação crescente com a sociedade nacional, passam a participar de processos sociais comuns, a partilhar de uma mesma história. Nesse processo suas culturas mudam de conteúdo e de significado. Elas podem ser marcas de resistência à sociedade que as quer subjugar, tomar suas terras, colocá-las sob controle. Ao mesmo

---

<sup>5</sup> Como pode ser confirmado no suplemento Documento Estado, do jornal *A Gazeta*, de 27 de julho de 1992, sob o título: “Os sete milênios dos antigos donos desta terra”.

tempo, é inevitável que incorporem novos conhecimentos para que possam melhor resistir, que suas culturas se transformem para que as sociedades sobrevivam” [Santos, 1983, p. 46].

As nossas realizações como seres humanos partem do princípio de que podemos aprender a entender e a conviver com a diversidade de culturas, assim nos livraremos das visões distorcidas ou mesmo pessimistas.

Para um melhor proveito e uma melhor compreensão de um estudo a respeito desses índios botocudo, as contribuições antropológicas, etnológicas e arqueológicas serão de fundamental importância, visto que, de acordo com Lynn Hunt [1995, p. 14], “no momento, o modelo antropológico reina supremo nas abordagens culturais, rituais, inversões carnavalescas e ritos de passagem estão sendo encontrados em todos os países e em quase todos os séculos.” O estudo da cultura dos povos e dos segmentos sociais está cheio de informações valiosas para serem aproveitadas pela história, visto que “... quanto mais culturais se tornarem os estudos históricos, e quanto mais históricos se tornarem os estudos culturais, tanto melhor para ambos.” [Hunt, 1995, p. 29]

É de interesse dar a este trabalho um caráter sóbrio e o mais fiel possível, sem perder de vista a dimensão histórica e cultural do tema. “Um estudo é um avanço quando é mais incisivo [...] do que aqueles que o precederam; mas ele se conserva menos nos ombros do que corre lado a lado, desafiando e desafiando.” (Geertz, 1989, p. 35)

### O vale do rio Doce e os temíveis botocudo

Esta área privilegiada, que contou com o ir e vir de milhares de índios, principalmente dos botocudo, foi palco de muitos embates entre estes e os colonizadores que tentavam desbravar as matas que dificultavam o acesso às reservas mineralógicas do interior da capitania do Espírito Santo, em particular a faixa que hoje pertence a Minas Gerais.

Além disso,

... a longa cadeia de montanhas a circundar todo o território da capitania, formada sucessivamente, pelas serras denominadas Itaúna, Aimorés, Chibata, Pilões e outras [...], fazia com que seus múltiplos rios deslizassem em direção ao Atlântico, favorecendo a pecuária e o estabelecimento de engenhos. [Salvador, 1994, p. 16]

Esses engenhos contavam com boas madeiras adquiridas na extensa mata do vale, cuja lenha era utilizada em seus fornos e na residência do colono. [Salvador, 1994]

Mas, em se tratando do vale do rio Doce e da serra dos Aimorés, foi muito difícil para os portugueses se fixarem por lá, pois os índios dessas regiões tinham um admirável apego à terra [Salvador, 1994]. Defendiam e cuidavam para não perderem para estranhos, lutando com coragem e valentia, como ocorreu em 22 de maio de 1558 quando esses indígenas enfrentaram e “venceram bravamente” as “forças brancas” enviadas pelo governador geral, Mem de Sá, e comandadas por seu filho, Fernão de Sá — que foi morto pelos botocudo. A revanche dos invasores viria um mês depois, com um homem chamado Diogo de Morim no comando — para outros, como Levy Rocha, seria Baltazar de Sá o comandante — destruindo o local, matando uns e prendendo outros [Rocha, 1977 e Oliveira, 1975]. O episódio não foi um acontecimento único e isolado, “de sorte que muitas outras lutas teriam que travar-se no decorrer dos anos.” [Salvador, 1994, p.16-7]

Os índios, segundo um certo Ambrósio de Meira que tinha a função, até janeiro de 1546, de render os dízimos dos açúcares e dos mantimentos na capitania, também foram responsáveis pela crise da produção de açúcares — a de mantimentos seguiu normalmente —, devido às violentas investidas aos engenhos da região [Salvador, 1994].

Outra consideração que se faz a respeito da dificuldade de se estabelecer na capitania do Espírito Santo é quanto ao número de índios existentes, superando o número de escravos e de portugueses. Segundo o autor da obra *Coisas notáveis do Brasil*, Gabriel Soares de Sousa, citado por Salvador [1994], no ano de 1589 Pernambuco contava 70 engenhos, 2.000 portugueses, 18.000 escravos e 2.000 índios. A Bahia tinha 50 engenhos, duas vilas, 15.000 portugueses, 18.000 escravos e 3.600 índios. Já o Espírito Santo possuía apenas 6 engenhos, 700 escravos e um total considerável de 9.000 índios — não foi mencionado o número de portugueses aqui presentes.

Enquanto que em outras partes do Brasil os índios eram escravizados ou rechassados [sic] mais para o interior, nesta região [da capitania do Espírito Santo e proximidades ao norte] os botocudo não permitiam que o branco se “afastasse muito do litoral”, mantendo-se apenas, mal e mal, nas povoações atlânticas de Itapemirim, Benevente (hoje Anchieta), Guarapari, Vila Velha, Vitória, Nova Almeida, Riacho, São Mateus (um pouco para o interior), Porto Seguro e Ilhéus. [Pacheco, 1957, p. 66]

Era de admirar como que os silvícolas protegiam as matas, dos invasores, a ponto de atacarem e destruírem aldeias e quartéis — postos militares — recém-construídos, depois de esperarem o momento certo para isso.

Foi assim que fizeram em Porto do Souza e Coutins (nome primitivo de Linhares), no Rio Doce, durante o governo Tovar; na Serra e Carapina, em 1810; nas Minas de Castelo, em 1771, cuja povoação foi totalmente arrasada; e em Viana, onde se estabeleceram em Bafa Nova, ali formando um perigoso aglomerado, até serem desbaratados por André de Matos, em 1843. [Balestrero, 1976, p. 27-8]

Esses aglomerados muitas vezes davam origem a organizados aldeamentos que mais tarde seriam peças fundamentais na fundação de diversas comunidades do Estado (Balestrero, 1976).

O príncipe Maximiliano, quando esteve nas imediações do rio Doce em 1816, apontou os botocudo como os selvagens “mais ferozes e sanguinários de que tivera notícia”, mas ao mesmo tempo os achava formidáveis, devido ao grande número de indivíduos e ao temor que causavam aos outros, inclusive a outras tribos. Eram eles contra todos.

Um documento estatístico da província do Espírito Santo, datado de 1828, apresenta os botocudo — conforme a grafia original — como “... feios, fortes, corpulentos, côr de cobre, [...] alguns factos de levantarem as mãos ao Ceo em ocasiões de medo, ou temor prova não serem atheos [sic].” [Vasconcellos, 1978, p. iv]

É sem dúvida desagradável tê-los tão perto; mas deve ser lembrado que os colonos, pelo mau tratamento que dispensaram aos habitantes aborígenes, logo no começo, foram os causadores dessa hostilidade. [Maximiliano, citado por Balestrero, 1976, p. 35]

A crueldade dos portugueses os caracterizou como “mais bárbaros que os próprios bárbaros”, por isso que “os índios destruíram as plantações de seus inimigos, queimaram-lhes as casas e massacraram todos quantos lhes caíram nas mãos.” [Saint-Hilaire, 1974, p. 7]

O temor era tanto que, para manter os poucos centros litorâneos povoados e livres de possíveis ataques do interior, os portugueses promoveram “migrações artificiais de índios da costa que os defendessem contra as razias dos outros gentios.” [Pacheco, 1996, p. 36] Gentios estes — da tribo dos

botocudo — que, “em outros tempos [foram] o flagelo dos colonos.” [Pacheco, 1996. p. 36]

O importante a destacar é que, de um modo geral, os índios do norte/noroeste do Espírito Santo do século XIX eram tidos como arredios, traiçoeiros e ferozes, vivendo em mata densa como que “inatingíveis”, mas sempre atentos a uma possível vingança por parte daqueles que um dia provaram o “instinto sanguinário” desses silvícolas. Esse seria o motivo da hostilidade dos índios, segundo Balestrero [1976, p. 17].

Eram considerados tapuias que, segundo o padre Fernão Cardim [1978, p. 161] significava “o nome genérico com que no Brasil os índios aliados aos europeus [os tupiniquim do litoral] designavam as hordas adversas e principalmente as que não falavam a língua geral.”

Cardim não fala em botocudo, mas fala em aimoré — ou “guaimurês”, como está grafado — como os habitantes do sertão próximo aos tupiniquim — estes se localizavam em Ilhéus, Porto Seguro até Espírito Santo, pelo litoral. Sobre os “guaimurês”, Cardim [1978, p.123-4] nos mostra que eles:

... tomão algumas oitenta leguas [sic] de costa, e para o sertão quanto querem, são senhores dos matos selvagens, muito encorpados, e pela continuação e costume de andarem pelos matos bravos tem os couros muito rijos, e para este effeito açoutão [sic] os meninos em pequenos com uns cardos para se acostumarem a andar pelos matos bravos; não têm roças, vivem de rapina e pela ponta da frecha, comem a mandioca crua sem lhes fazer mal, e correm muito e aos brancos não dão senão de salto, usão [sic] de uns arcos muito grandes, trazem uns paus feitiços muito grossos, para que em chegando logo quebrem as cabeças.

O padre ainda diz que eles eram “cruéis como leões”, não pescavam, viviam exclusivamente da caça e não usavam embarcações. Ao mesmo tempo em que ele os caracteriza como “covardes em campo”, coloca-os como valentes e destemidos quando cortam a carne dos inimigos, até sobrar “ossos e tripas”, além disso “desentranhão [sic] as mulheres prenhes para lhes comerem os filhos assados.” [Cardim, 1978, p. 123-4]

Percebe-se que sempre prevalece uma situação contrária aos dogmas cristãos, o que pode gerar preconceitos e interpretações errôneas a respeito dos hábitos culturais em questão, passando para nós uma visão de terror, de algo sem escrúpulos, por não pertencer e não estar em sintonia com a cultura cristã.

## Vemos aqui que

... a história que se tem dos botocudos só homenageia a valentia do branco invasor e atribui a qualidade da coragem dos índios ao barbarismo e à crueldade. No entanto, foram os civilizados que sempre perseguiram os botocudos nos seus territórios, margeando os rios Doce, Mucuri e São Mateus, entre Minas Gerais e Espírito Santo. Através de uma guerra decretada no século passado pelo Império, por influência do Conde de Linhares, foi que o branco pôde entrar impune em território indígena e abater o seu povo. [Medeiros, 1978, p. 12]

Mais uma vez, não procuraram entender os aspectos e os hábitos da cultura indígena, sem ter como parâmetro uma outra cultura tida como única ideal e verdadeira. Cada cultura tem suas especificidades e temos de entendê-las como importantes para aquele determinado grupo. Não estou tentando legitimar qualquer ação desses indígenas, mas apenas mostrar que, se eles adotavam tais ações, no mínimo havia uma certa lógica para eles, caso contrário não se poderia justificar o porquê de fazerem isso. Se sabemos que existem, por que não tentar entender e respeitar os hábitos, as crenças e os costumes diferentes dos nossos, mesmo que eles não sejam centrados numa cruz, num Salvador, num Paraíso...?

Promover uma cultura mostrando-a como bárbara significa dar uma roupagem “linda e maravilhosa” à sua, para garantir — ou não perder — os seus “fiéis seguidores”.

Mas por que era atribuída aos botocudo tanta selvageria ?

Segundo Fernão Cardim [1978, p. 102], os índios “têm grande medo do demônio, ao qual chamam ‘Curupira’, ‘Taguaigba’<sup>6</sup>, ‘Macachera’<sup>7</sup>, ‘Anhanga’<sup>8</sup>, e é tanto o medo que lhe têm, que só de imaginarem nelle [sic] morrem, como aconteceu já muitas vezes.”

Nas notas de Batista Caetano de Almeida Nogueira, em *Tratados da terra e gente do Brasil*, obra de Cardim, o termo *Curupira* “pode ser traduzido literalmente por sarnento, de ‘curub’ (sarna) e ‘pir’ (pele)...” [1978, p.

---

<sup>6</sup> Visão má, fantasma ruim.

<sup>7</sup> O que gosta de cansar, enfraquecer a gente; que gosta de fazer a gente perder-se, ou andar erradia.

<sup>8</sup> O espírito do mal.

145], e o *Dicionário Aurélio* explica tal termo como sendo um “ente fantástico, que, segundo a crendice popular, habita as matas e é um índio cujos pés apresentam o calcanhar para adiante e os dedos para trás.”

Com isso, poderia *curupira* ter algum tipo de identificação com os europeus que entraram em contato com os botocudo no interior do Espírito Santo, segundo o ponto de vista destes últimos?

Seres estranhos (demônios?), de pele clara (sarnentos?), calcanhares para a frente (estariam de botas, ou calçados semelhantes, que lhes escondiam os dedos), indo em direção aos botocudo (a ira da mãe-natureza?).

A idéia de demônio, associada à crença em seres como o *curupira*, poderia ser um motivo para se defenderem dos europeus nada amigáveis, dando início a pertinentes hostilidades? O receio de ver o “mal” se espalhar pelas matas, atingindo seus semelhantes? O medo da morte? Um medo que não se tornou covardia — pelo menos, não para os botocudo —, e sim, valentia para dissipar esse medo, tornando-os assim os mais guerreiros, belicosos e temidos índios do Espírito Santo. Guerreiros no sentido de defenderem um território que habitavam contra as investidas dos “*curupiras*” e suas idéias e crenças.

### Missionários e visitantes estrangeiros

#### Os padres franciscanos capuchinhos

Desde o século XVI, os missionários fazem parte da história capixaba, tendo cada ordem religiosa sua própria maneira de atuar. Há aquelas cuja historiografia atualmente disponível não nos contempla com muitos registros, como é o caso da passagem, pelo Espírito Santo, dos missionários italianos e austríacos da Ordem dos Padres Capuchinhos, que se estabeleceram em alguns pontos, sendo um deles o aldeamento dos botocudo na região do rio Doce, de 1848 até 1870 [Biasutti, 1997].

Inclusive, um aldeamento botocudo localizado na foz do rio Mutum foi dirigido por um frade capuchinho chamado Bento de Bubbio, e um outro às margens do rio Itambacuri, fundado pelo frei Serafim de Gorízia, responsável por promover o massacre de mais de 300 botocudo — estimativa —, em represália à fuga destes índios depois de terem destruído casas, plantações e pontes do Aldeamento [Medeiros, 1997]. Os botocudo fizeram isso por ficarem revoltados com a epidemia de sarampo que assolava Itambacuri por causa da



indumentária contaminada que tinha sido “presenteada” pelos missionários capuchinhos. Em vinte anos de aldeamento, o chefe botocudo Quirino Grande nunca tinha visto tanta dor e sofrimento de uma só vez, chegando a acusar os religiosos de forjarem um envenenamento [Medeiros, 1978]. Explanarei sobre esses missionários e os respectivos aldeamentos no próximo capítulo.

### Os padres jesuítas

A maior parte dos registros escritos diz respeito aos padres jesuítas. Estes tinham um papel fundamental no processo de colonização que estava em andamento: “garantir a existência das aldeias, governar os índios e cristianizá-los.” [Saletto, 1997, p. 10] Era permitido escravizar e fazer a “guerra justa”, a partir do momento em que os índios oferecessem resistência ao aldeamento, que era uma forma rápida de “destruição da organização social e da cultura indígena e a conseqüente perda de sua identidade.” [Saletto, 1997, p. 10]

Sempre se arranjam motivos na historiografia oficial para uma efetiva atuação dos jesuítas. “Os índios eram tidos como selvagens, convivendo com o demônio, antes da chegada dos jesuítas, cheios de vícios. Por isso, tinham de ser convertidos à devoção dos brancos, para se salvar.” [Ribeiro, 1995, p. 57] O grupo indígena que ofereceu menor resistência à “cristianização” dos jesuítas foi o Tupi-Guarani. Eles eram reunidos nas missões — Itapemirim, Vila Velha, São Mateus —, onde eram “convencidos” a se aliarem aos colonos no combate aos botocudo.

A história do Espírito Santo consiste em encarniçadas lutas entre os colonos, que apenas ocupam o litoral, e os índios bravos botocudos e goitacazes, que descem de vez em quando em correrias até a costa. Para combatê-los serviam-se os colonos dos outros índios mansos da raça tupi... [Ribeiro, 1966, p. 276]

O contato dos jesuítas com o Tupi-Guarani foi muito maior do que com o Macro-Gê, em especial os botocudo, o que explica os muitos registros sobre aqueles e os poucos sobre estes. Mas, mesmo assim, “... o contato dos jesuítas com os *Aimorés* perdurou em toda a costa, da Bahia ao Espírito Santo, e em 1650 os padres falariam de uma nova cristandade de tapuias.” [Emmerich & Monserrat, 1975, p. 6]

No início do século XIX, o Espírito Santo foi visitado por dois naturalistas estrangeiros que faziam estudos científicos a respeito da fauna e da flora dos locais por onde passavam. Eram eles o príncipe alemão Maximiliano, que chegou em 1815, e o francês Auguste de Saint-Hilaire, em 1818 [Santos Neves et al., 1995].

A presença de um botocudo frente a um estrangeiro já seria motivo para possíveis hostilidades. No entanto, com Maximiliano ocorreu de modo diferente, pois ele se tornou amigo de um, que se chamava Quêck, levando-o para a Alemanha, onde aprendeu a língua e foi alvo de estudos dos pesquisadores. “Num retrato em que Maximiliano aparece de cartola branca e segurando uma carabina com uma das mãos e com a outra uma arara, lá está pintado ao seu lado o botocudo Quêck, fazendo pose, vestido de roupa branca e segurando as suas flechas de guerra.” [Santos Neves et al., 1995, p. 25]

Como os botocudo realmente eram? Segundo Lima Figueiredo, citado por Renato Pacheco [1957, p. 66], eram

fortes, musculosos, bem conformados, geralmente baixos, caixa torácica [sic] larga e achatada na parte anterior, tronco alongado, mãos e pés pequenos, pernas finas e pescoço curto. O crânio [sic] do homem apresenta uma frente baixa e às vezes bastante inclinado para trás, o occipital deprimido, e as têmporas ligeiramente convexas.

Mas o príncipe Maximiliano, durante as suas viagens por terras capixabas, foi quem descreveu com mais detalhes os atributos físicos e culturais dos botocudo. A pele, segundo ele [1940], era parda ou marrom avermelhada; possuíam narinas dilatadas; nariz achatado e curto; olhos pequenos; cabelos negros, brilhantes e duros, sendo raspados em volta, restando um pouco no alto da cabeça; a barba e os supercílios também eram raspados.

Como já foi dito antes, os botoques davam um aspecto diferente à fisionomia, alargando as orelhas — em alguns, indo até os ombros — e projetando os lábios para a frente. Eram os pais que escolhiam a melhor hora para colocar nas crianças, geralmente entre sete e oito anos de idade.

Andavam nus ou seminus; usavam adornos como colares de sementes, frutos ou, às vezes, dentes de macaco e de carnívoros, como o cabiau, para ornamentarem o corpo; algumas vezes os chefes — aqueles que tinham

maiores qualidades guerreiras e de caçador — prendiam penas de aves no corpo e pintavam-no com uma tinta extraída do jenipapo e do urucum.

Eram poligâmicos e o casamento se desfazia facilmente; os filhos e as mulheres trabalhavam bastante, sendo que estas construíam a choça com folhas de palmeiras, pescavam e, com as crianças presas às costas, ficavam com as mãos livres para carregarem mantimentos; castigava-se o adultério da mulher; as crianças só apanhavam se chorassem, de resto, eram bem tratadas. Os homens faziam uso do arco e flecha para caçarem; sabiam nadar — ao contrário do que dizem muitos autores — e subir em árvores, mas não utilizavam embarcações nos rios, apesar de a princesa Teresa Carlota — falarei dela mais à frente — afirmar que teria visto uma canoa sendo conduzida por um botocudo, quando de sua passagem pelo rio São João [Rocha, 1971].

De modo geral, os botocudo cantavam e tocavam flautas feitas de taquara; jogavam com uma bola feita de couro de preguiça, que não se podia deixar cair no chão; divertiam-se tomando banho — o que faziam com frequência —, forçando os companheiros a mergulhar; tinham o costume de dormir no chão e de comer larvas de insetos, além de carnes — principalmente a de macaco — e mamões verdes, assados.

Conservavam plantas medicinais nos poucos utensílios domésticos de que dispunham e usavam vasilhas feitas de taquaraçu para armazenar água e cachaça.

Quanto às suas crenças, sabe-se que acendiam fogueiras ao lado do túmulo de parentes, principalmente, a fim de afastar os demônios dos mortos. A lua era cultuada com o nome de *Iam*.

#### Auguste de Saint-Hilaire

Há um outro estrangeiro que diz que se tornou amigo de um botocudo, que inclusive passou a fazer parte de sua expedição. Era Saint-Hilaire, cujo nome de batismo era Augustin François César Prouvencal [Rocha, 1971], que narra o episódio de sua chegada à vila de Benevente — mais tarde, cidade de Anchieta — juntamente com o suposto botocudo Firmiano, considerado pelos moradores muito perigoso devido à fama de ferozes desses índios.

Foi necessário que o comandante da vila dispersasse a pequena multidão que já cercava Firmiano fazendo-lhe graves ameaças. Desfez-se assim o risco

de um incidente que poderia ter tido sérias conseqüências, devido ao clima de guerra que havia entre brancos e índios botocudos. [Santos Neves et al., 1995, p. 25]

Acontece que pesquisas foram feitas e mostraram que Firmiano era um Puri-Coroado e não um botocudo, como alegava Saint-Hilaire em seus relatos. Um fato narrado por dois negros de sua expedição diz respeito a um ataque de índios “selvagens” contra os vaqueiros da região de Muribeca, na divisa com a província do Rio de Janeiro, quando raptaram uma criança negra de dez a doze anos de idade. Algum tempo depois, cinco negros daquela região surpreenderam e mataram os raptadores a tiros de espingarda e encontraram o corpo da criança, de que os índios haviam arrancado pedaços, além de terem-no assado. Saint-Hilaire afirmava que “os homens mortos pelos negros de Muribeca tinham os lábios e as orelhas furadas.” [1974, p. 22]

Primeiro, furar orelhas e lábios não era privilégio somente dos botocudo, aliás Saint-Hilaire não chega a mencionar a presença de botoques — as rodelas de madeira — nesses furos. Segundo, ele não dispunha de dados técnicos para suas anotações, enfatizando que “os selvagens que haviam morrido em Muribeca eram, evidentemente, botocudos, e como a tribo de que faziam parte só ficou alguns anos no litoral, é de crer que vieram das fronteiras de Minas...” [1974, p. 22] Não há dados técnicos que comprovem a existência ou a simples passagem, no sul do Espírito Santo, de indígenas que fossem realmente botocudo. E se, segundo Saint-Hilaire, eles teriam vindo das “fronteiras de Minas” — de sudoeste para sudeste, em direção ao litoral —, estaria referindo-se à serra do Caparaó, que era reduto de Puri-Coroado. Portanto, devido à posição geográfica, Saint-Hilaire entrou em contato com os Puri-Coroado no sul.

Também não podemos afirmar que a causa da fuga dos índios do grupo Tupi, localizados às margens do rio Piúma, fosse o medo que tinham dos botocudo, como registrou Saint-Hilaire [1974]. O preconceito Tupi fez com que se construísse o mito do “selvagem botocudo”, sendo atribuído a este tudo de ruim realizado por outros grupos e tribos. No início do século XIX não se tinha um critério técnico e etnográfico de diferenciação e de conhecimento cultural das diversas tribos existentes, o que fazia com que todos os índios tivessem a designação de “botocudo”.

Além do mais, os naturalistas Frederico Sellow, Guilherme Freyreiss e o príncipe Maximiliano constataram em 1815 que os índios puri eram robustos e de estatura baixa, alguns tinham a cabeça raspada, outros, cabelos negros e grossos, sobancelha e barba raspadas, pinturas no corpo com urucum e jenipapo, colares de grãos, as mulheres carregavam os filhos pequenos nas costas, construía choças, eram nômades e hostis [Rocha, 1971]. Além disso, os viajantes naturalistas souberam que, um mês antes da viagem, os puri “atacaram a fazenda [de Muribeca]; mataram trinta bois, um cavalo e um moleque cujo corpo mutilaram na sanha canibal.” [Rocha, 1971, p. 41] Percebe-se que essas características dos puri — descritas pelos três naturalistas — assemelham-se a algumas características dos botocudo — como mostraram Maximiliano e Lima Figueiredo —, até porque aqueles também pertenciam ao tronco Macro-Gê e alguns chegaram a utilizar botoques, o que certamente levava a uma série de confusões a respeito de quem é quem, principalmente para um leigo.

Saint-Hilaire só veio a ter notícias sobre os verdadeiros botocudo quando de sua passagem pelas florestas que margeiam o rio Doce, que eram, segundo registrou, “asilos de tribos errantes de botocudos, dos quais os colonos só falavam com pavor.” [1974, p. 88]

Na época da viagem de Saint-Hilaire, quem desejasse fixar moradia nessa região tinha dois motivos para mudar de idéia: “o pavor das doenças e dos botocudos.” [1974, p. 89]

#### Princesa Teresa Carlota

A princesa Teresa Carlota, oriunda da Baviera — hoje, um dos dezesseis Estados que compõem a Alemanha —, também esteve no Espírito Santo, onde esteve em setembro de 1888, “com a finalidade de visitar seus compatriotas italianos de diversas regiões localizadas na antiga colônia de Santa Teresa e conhecer os silvícolas do Rio Doce...” [Ferreira, 1985, p. 40]

Segundo o seu *Diário de viagem*, na margem do rio Mutum oposta à em que estava localizado o aldeamento de mesmo nome, ela encontrou

vinte botocudos, homens, mulheres, e crianças da tribo *nak-na-nuks* [...]. Devido à hora do almoço, aí permaneceu, recebendo a visita dos índios botocudos [os do aldeamento], os quais regressaram às 9 horas da noite, pois não tinham permissão de pernoitar naquele lado do rio.” [Ferreira, 1985, p. 41]

É difícil dizer com precisão quando foi que os botocudo, vindos do que hoje é o norte do Estado de Minas Gerais e o sul do Estado da Bahia, chegaram ao Espírito Santo.

Ante a mobilidade da selvagem é admissível que tivessem chegado do centro do Brasil ao extremo do continente. Contudo, sempre foi dos maiores traços desses indígenas o apego à região que desde tempos imemoriais ocupam. Diferem neste ponto das outras tribos, conservando-se nas florestas dos rios Jequitinhonha, Mucuri, Doce e São Mateus, no sul da Bahia, no Espírito Santo, Minas, Goiás e Mato Grosso, do fim do século XVI ao começo do século XIX. [Prado, 1976, p. 113]

Segundo o texto de Greg Urban, presente na obra *História dos índios no Brasil*, organizada por Manuela Carneiro da Cunha, a origem do grupo Macro-Gê — onde estão inseridos os botocudo — teria sido outra:

É interessante o fato de ter ocorrido, historicamente, uma tal concentração de línguas Macro-Jê<sup>9</sup> na parte leste do Brasil, desde o Rio de Janeiro até a Bahia. Essa poderia ser a zona de origem do Macro-Jê, uma especulação que poderia ser iluminada por reconstruções das relações internas entre as famílias Macro-Jê nessa área (Maxakali<sup>10</sup>, Botocudo, Puri e Kamakã). [Cunha, 1992, p. 91]

Um dos relatos mais antigos que encontrei<sup>11</sup> diz respeito aos índios aimoré — portanto, botocudo — da capitania de Porto Seguro no final do século XVI, que ficavam doentes quando aqui chegavam, sendo presas fáceis dos colonos. Tal situação atrapalhava o trabalho de “catequese” dos jesuítas, gerando conflitos entre estes e os colonos [Saletto, 1997].

Esses índios teriam vindo para a capitania do Espírito Santo devido ao massacre feito aos tupiniquim de Ilhéus e Porto Seguro pelos colonos, o

---

<sup>9</sup> Dependendo do autor, a palavra Gê pode vir grafada com “G” ou “J”, não interferindo na compreensão do texto.

<sup>10</sup> É um caso parecido com o da nota 9, no que diz respeito à grafia de “Mashacali” ou “Maxakali”.

<sup>11</sup> Há um episódio de 1558, portanto anterior a esse, descrito no capítulo *O vale do rio Doce e os temíveis botocudo*.

que começou a causar hostilidades entre botocudo e tupiniquim do Espírito Santo, sendo que estes passaram a recuar e a procurar os aldeamentos dos jesuítas, como “proteção” [Saletto, 1997]. Um desses aldeamentos passou a crescer e deu origem à aldeia dos Reis Magos, tendo como apogeu as primeiras décadas do século XVII. Os padres Domingos Garcia e João Martins foram os responsáveis pela “catequização” dos tupiniquim e, no século seguinte, na década de 1710, seria a vez do padre Domingos Monteiro fazer esse trabalho, só que agora com os aimoré que chegavam do sul de Porto Seguro. Após ter conseguido seus objetivos de “pacificação” desses índios em Ilhéus, passou a tratar “a paz com os que viviam mais próximos das povoações do Espírito Santo, e iniciar sua catequese e aldeamento. Porém, os aimorés da serra [serra dos Aimorés] continuaram hostis.” [Saletto, 1997, p. 15-6]

Os integrantes das expedições estrangeiras anteriores ao século XIX “ou foram abatidos pelos índios ou voltaram com baixas para os seus lugares de origem. Os que conseguiram salvar-se contaram, pasmados, as táticas de guerrilha dos botocudos.” [Medeiros, 1978, p. 12]. Outros, como o político Teófilo Otoni, preferiam levar presentes para os índios e conquistar-lhes a confiança ou promover a disseminação de doenças infecciosas através das roupas e dos demais artefatos que ganhavam, infestados de bactérias nocivas, dando origem às epidemias. No caso do citado político, o objetivo era instalar em território indígena a Companhia do Mucuri, que serviria como uma tentativa de aldeamento de caciques botocudo [Medeiros, 1978].

No início do século XIX, com o fim da “febre” do ouro, houve a necessidade de procurar novas alternativas econômicas. Mas, para isso, era preciso saber quem explorava onde. Iniciou-se a corrida pela fixação dos limites territoriais entre o Espírito Santo e seus vizinhos, culminando na manutenção dos antigos destacamentos militares — quartéis — principalmente na divisa noroeste com Minas Gerais e ao longo das margens do rio Doce, rodeadas pelas matas que abrigavam os botocudo. Esses quartéis primavam por um “senso de proteção ao comércio e aos colonos na guerra contra os botocudo.” [Santos Neves & Pacheco, 1992, p. 37]

Sentindo-se ameaçados pela movimentação de “pessoas estranhas” que crescia a cada dia, desmatando e construindo fortificações no meio de sua zona de moradia e de suas rotas de caça, os botocudo atacaram os quartéis em 1808, o que desencadeou uma guerra, mais tarde legitimada por uma Carta Régia expedida durante a administração do capitão-mor Manoel Vieira de Albuquerque Tovar [Marques, 1878].

Em abril de 1808 os *Botocudos* atacaram o destacamento aquartelado no Porto de Souza. Esse episódio foi usado como pretexto para a aplicação da Carta-Régia, determinando guerra ofensiva contra os índios, que não trouxe os resultados esperados. Os soldados não queriam lutar, exageravam o poder dos índios, desertavam. Os índios continuaram aparecendo, chegando até os lugares mais próximos da capital, atingindo mesmo Carapina. Atacavam igualmente as fazendas situadas às margens do rio Santa Maria, chegando quase às portas da Vila de Vitória de onde foram repellidos. [Emmerich & Monserrat, 1975, p. 11]

Como era muito grande a quantidade desses indígenas naquela área, foi criada em 1824 uma diretoria com o objetivo de catequizá-los, civilizá-los e educá-los. Tudo estava de acordo com o decreto do Ministério do Império de 22 de janeiro do mesmo ano, mas esses índios não eram iguais aos tupiniquim do litoral, esses resistiam e lutavam com os seus oponentes, não aceitando ficarem aldeados e perderem suas culturas, crenças, tradições e, principalmente, liberdade. Quando não ganhavam, devido à superioridade bélica dos portugueses, ficavam de tocaia nas matas ao redor, num local privilegiado que conheciam mais do que ninguém e em que os “brancos” não ousavam entrar. Não sem uma tática muito boa e sem reforços, já que se tratava de uma área que vinha sendo conhecida aos poucos, e os botocudo conheciam há séculos.

A partir daí, foi estabelecida a Guarda — ou Companhia — de Pedestres, cujo inspetor era o coronel Julião Fernandes Leão, responsável por instigar os povos de São Mateus a cometer terríveis atrocidades, matando mais de 140 botocudo, no ano de 1832 [Marques, 1878]. Era a tática da emboscada, praticada próxima ao litoral.

A barbaridade promovida pelos “invasores de além-mar” foi tanta, que a Câmara Municipal relatou-a em 3 de novembro ao Conselho do Governo. Este, por sua vez, na “sessão de 10 de dezembro mandou proceder na forma [sic] da lei contra os matadores, por julgar estes assassinatos commettidos á traição [sic].” [Marques, 1878, p. 144]

Esse sistema de aldeamento de índios era tão retrógrado e desumano que o francês chamado Guido Tomás Marlière — diretor geral dos Índios de Minas Gerais a partir de 1824 —, responsável por efetivar a paz entre os mineiros e os botocudo do rio Doce, declarou em 18 de novembro de 1825:

Presentemente não há mais inimigos em Minas, entre os selvagens; ali tudo está calmo; eu desejaria poder dizer outro tanto da vizinha província do Espírito Santo; mas, como o sistema que ali se estabeleceu para a civilização dos indígenas consiste em dar-lhes golpes ou palmatória e privá-los da



liberdade, duvido que não se revoltem e sua rebelião não se propague aqui. Grande número de selvagens, da costa, vieram refugiar-se entre nós; que não nos venham todos esses infelizes! [Saint-Hilaire, 1974, p. 14, nota n.º 18]

Apesar disso, um outro posto de “catequese” de índios foi criado na região do rio Doce, na época da visita do imperador D. Pedro II. A fundação data de 1859, com o nome de *Aldeamento do Mutum*, na foz do rio de mesmo nome, onde hoje é o município de Baixo Guandu [Ferreira, 1985], e contava com um diretor, um missionário, um intérprete e alguns soldados, segundo presenciou a princesa Teresa Carlota, em 1888, e registrou em seu *Diário de viagem* [Rocha, 1960].

O aldeamento foi assessorado pelo frade capuchinho Bento de Bubbio, nem sempre presente, e “... abrigara botocudos dos dois lados da Serra dos Aimorés, tivera vida bem longa e chegou a ser considerado o mais próspero do Espírito Santo...” [Ferreira, 1985, p. 36] Mas, mesmo assim, os problemas existiam e eram muitos. A constante falta de alimentos, de vestuário e de ferramentas; desentendimentos com os índios aldeados e ataques dos índios não aldeados; o precário atendimento das autoridades oficiais, inclusive as divergências destas com os intérpretes, tudo isso contribuiu para que a situação no aldeamento se fosse tornando caótica e difícil de administrar. Isso sem contar a febre proveniente da “bicharia de pé”, que desde 1859 já era conhecida e que vitimou inúmeros botocudo, não só do aldeamento, mas também ao longo do vale do rio Doce e adjacências [Ferreira, 1985].

Segundo um relatório de 1882, é narrado o seguinte episódio:

A 8 de junho do ano p. passado [sic], 76 botocudos invadiram o Aldeamento e só se retiraram depois de receberem alimentos [...] e satisfeitas outras exigências [...] voltaram no dia 27 e então causaram grandes prejuízos, travando combate com os índios aldeados, do qual resultou cinco mortos e alguns ferimentos [sic]. [...]. Pedindo reforços, o Governo aumentou para cinco o número de guardas. [Ferreira, 1985, p. 37]

Depois que a princesa Teresa Carlota esteve no Espírito Santo, os índios desse aldeamento voltaram a se rebelar, “por pretender a administração distribuir alimentos aos nativos não aldeados, cujos sinais de presença, cada vez mais perto, se tornavam uma constante.” [Ferreira, 1985, p. 38] O intérprete Daniel Vasconcelos dizia aos aldeados que o objetivo principal era fazer com que os “de fora” se tornassem seres cristãos e civilizados como

os “de dentro” do aldeamento, participando desta comunidade. “Enciumados por aquilo que consideravam seu, fosse ou não fosse fruto de seu trabalho, [os índios aldeados] seduziram o intérprete Vasconcelos a um passeio distante das instalações e o flecharam mortalmente.” [Ferreira, 1985, p. 38] Por não conseguirem controlar a situação, o aldeamento foi abandonado pelos seus administradores e o “Serviço de Catequese” foi extinto na região do rio Mutum, fazendo com que os índios antes aldeados retornassem às suas vidas no meio da floresta [Ferreira, 1985].

Em 1843 foi instituído o *Aldeamento de Itambacuri* pelo frei Serafim de Gorziza, a 40 quilômetros da localidade de Filadélfia — atual Teófilo Otoni —, no sertão nordestino de Minas Gerais, que teve como principal preocupação a hostilidade dos botocudo da tribo pojichá, habitantes das matas do rio São Mateus, basicamente na região que hoje é o município de Ecoporanga no Espírito Santo, o que consta do relatório de um outro frei, chamado Jacinto de Palazzolo, que descreve essa tribo como a mais resistente de todas [Santos Neves & Pacheco, 1992].

Os pojichá eram descritos

... com porte agigantado e robusto, ágeis no manejo de arcos imensamente grandes, bons corredores, nômades sem casa, roça ou aldeia. Caçadores, serviam-se de carne crua. Traíçoeiros, atacavam sob a proteção da mata, deslocando-se nas selvas em pequenos grupos. [Santos Neves & Pacheco, 1992, p. 39]

Opinião também compartilhada pelo jornalista Rogério Medeiros em uma narrativa sua [1978, p. 15], completando que os pojichá “preparavam tocaias dentro da floresta, através de brechas entre o maciço cipoal, ficando por trás delas, em forma circular.” Quando estavam prestes a atacar, utilizavam-se de uma forquilha de estaca na qual o primeiro índio apoiava sua flecha, e os demais apoiavam as suas no ombro do que estava na frente, numa espécie de “fila”, partindo várias flechas de um mesmo local e ao mesmo tempo. Eles avisavam os companheiros da chegada do inimigo invasor, imitando o pio da jacutinga [1978].

Esses índios pojichá tinham características muito interessantes, por exemplo o critério adotado para a vigia noturna, que era de responsabilidade dos mais velhos, já que os mais jovens podiam ter a capacidade auditiva prejudicada, devido ao desgaste do trabalho diurno [1978].

Como eles eram bastante numerosos, dividiam-se em grupos, cada qual liderado por um capitão, mas todos obedecendo ao chefe supremo da

tribo. Os pojichá descansavam das exaustivas lutas nas matas dos vales dos rios São Mateus e Cotaxé [1978].

Devido a estas características que os tornavam temidos, o Aldeamento de Itambacuri pediu várias vezes auxílio às autoridades do Rio de Janeiro. Um último acordo de paz foi feito em 1909 com dois capitães pojichá, o já idoso Paulo Pojichá e Joaquim Vakeman Pojichá, no intuito de que os capuchinhos aldeassem cerca de cinquenta índios da tribo, mesmo sabendo que alguns deles preferiam continuar nas florestas [Santos Neves & Pacheco, 1992]. Segundo estes mesmos autores [1992, p. 40], “a redução da tribo praticamente a zero, na primeira década deste século, mostra o porquê da inexistência dos registros de choques entre índios e os primeiros desbravadores de Ecoporanga, por volta dos anos 30.”

No geral, para se ter uma idéia, “... em 1884, o território dos *Botocudos* estava reduzido a um quadrado formado pelos rios Doce, Mucuri, Suaçuí Grande e São Mateus.” [Emmerich & Monserrat, 1975, p. 13] Desde a primeira década do século XX os antigos domínios já estavam ocupados, estradas foram abertas e estavam sendo construídas as ferrovias Minas-Bahia e Vitória-Minas [Medeiros, 1978].

A sobrevivência passava a ser impossível para os botocudo “... ante a superioridade das armas e a ferocidade da cruzada bélica que lhe seria movida impiedosamente. O extermínio dos botocudo tornou-se, desta maneira, questão de tempo, porque [foi] desenvolvida de forma implacável.” [Santos Neves & Pacheco, 1992, p. 37]

A partir da década de 20 a situação se agravou ainda mais. Segundo o índio txucarramãe — significa guerreiros sem armas — Kaka Werá Jecupé, em sua obra *A terra dos mil povos: história indígena brasileira contada por um índio*, em 1924 teria ocorrido a pacificação dos *baenãn*, que seriam os últimos botocudo do sul da Bahia. O fato aconteceu para que fosse mais fácil fazer a derrubada das densas florestas em que viviam, dando lugar às plantações de cacau. Um acontecimento que pode ter sido também aplicado às terras de cacauzeiros do norte do Espírito Santo.

Em 1926, o visitante Fróes Abreu observou que os crenaque do Posto Guido Marlière — entre os municípios de Resplendor e Lajão, ambos em Minas, próximo à serra dos Aimorés — estavam “com aparência doentia, parecendo-lhe apáticos, indiferentes a tudo, completamente exauridos.” [Mello, 1961, p. 61] Os velhos utilizavam os botoques, os jovens usavam colete e gravata e falavam alguma coisa de português, e as crianças eram indiferentes à cultura ancestral crenaque. A espingarda, já que o revólver

não podia ser usado no posto, tinha substituído o arco e flecha [Mello, 1961].

Já os aldeados do Posto de Pancas foram reduzidos, em 1940, devido a surtos de impaludismo endêmico.

Este fato, acrescido a um período de dificuldades orçamentárias do S.P.I. [Serviço de Proteção aos Índios], levou os índios a solicitarem transferência para outro local. Extinguiu-se assim o Posto de Pancas. Parte deste grupo transferiu-se para o Posto Guido Marlière... [Emmerich & Monserrat, 1975, p. 16]

Outro que visitou o Posto Guido Marlière foi R. F. Mansur Guérios, em 1944, adquirindo durante seis dias informações que foram publicadas no jornal *Gazeta do Povo*, de Curitiba no Paraná, “destacando a aculturação de 59 Botocudos ali encontrados.” [Mello, 1961, p. 62]

O último botocudo de que se teve notícia chamava-se João da Santa e morreu em Linhares no ano de 1997 [Medeiros, 1978]. Depois da chacina dos pais e dos irmãos, ele — na época, com seis anos, imitava o canto dos pássaros através do assobio — foi servir de guia aos caçadores e por muitos anos foi escravo. Não precisava nem dizer que, ao chegar à idade adulta, ele não carregava nada da cultura dos botocudo, passando a fazer rezas de chuvas com uma bandeira do Brasil e um crucifixo, solitário e sendo alvo de brincadeiras de mau gosto, como infelizmente acontece até hoje com vários índios em diversas regiões do Brasil.

### Conclusão

Ao término deste trabalho, conclui-se que é possível escrever uma parte da história capixaba, que a maioria desconhece, em que o índio não seja encarado como inferior, selvagem ou possuidor de nenhuma cultura, e demonstrar com isso que os poucos que habitam atualmente o Espírito Santo devem ser respeitados e vistos como pessoas importantes para a nossa história, demonstrando assim que através deles também se podem adicionar novos elementos para um assunto muito em evidência hoje em dia: o estudo da identidade capixaba e dos elementos que compõem sua cultura, através do resgate de suas raízes, já que a história dos índios, como foi dito antes, em muitas fontes vem imbuída de interpretações emotivas e até preconceituosas.

Quanto aos botocudo, estes tiveram poucas oportunidades de preservar sua cultura, em função do contato e dos conflitos com os europeus

e seus descendentes no Espírito Santo, além de terem as alternativas de sobrevivência diminuídas. Na realidade, podemos dizer que eles tinham três escolhas, como foi proposto por Luiz Guilherme Santos Neves e Renato Pacheco [1992], a fazer: isolarem-se nas florestas virgens do extremo noroeste capixaba; a morte, devido à resistência aos “brancos”; ou se submeterem a eles.

Mesmo assim, eles pareciam ser “arqueiros notáveis, bravos guerreiros,[...], no entanto, tentaram até o fim manter a sua liberdade sem o barbarismo que a história oficial lhes atribui. Afinal, foram anulados pela traição e covardia do branco invasor.” [Medeiros, 1978, p. 15]

### Referências bibliográficas

A SAGA do Espírito Santo: das caravelas ao século XXI. Missionários e índios. *A Gazeta*, Vitória, n. 3, 24 jun. 1999.

BALESTRERO, Heribaldo Lopes. *O povoamento do Espírito Santo: a marcha da penetração do território*. Viana: [s.n.], 1976.

BIASUTTI, Luiz Carlos. A história dos padres capuchinhos em terras capixabas, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo*. Vitória, n. 48, 1997.

CARDIM, Fernão (Pe.). *Tratados da terra e gente do Brasil*. 3. ed. São Paulo: Cia. Ed. Nacional/MEC, 1978.

CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras/Sec. Munic. Cultura/FAPESP, 1992.

DOCUMENTO Estado. Os sete milênios dos antigos donos desta terra. *A Gazeta/UFES*, Vitória, n. 1, 27 jul. 1992.

DURHAM, Eunice Ribeiro (Org.). *Malinowski: antropologia*. São Paulo: Ática, 1986.

EMMERICH, Charlotte & MONSERRAT, Ruth. Sobre os aimorés, krens e botocudos: notas lingüísticas, *Boletim do Museu do Índio*, Série Antropologia, Rio de Janeiro: Ministério do Interior/Fundação Nacional do Índio, n. 3, out. 1975.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário Aurélio básico da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

- FERREIRA, Manoel Milagres. *História e flagrantes de Baixo Guandu*. 2. ed. Vitória: [s.n.], 1985.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.
- HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- JECUPÉ, Kaka Werá. *A terra dos mil povos: história indígena brasileira contada por um índio*. São Paulo: Peirópolis, 1998.
- MACEDO, Neusa Dias de. *Iniciação à Pesquisa Bibliográfica: Guia do Estudante para a Fundamentação do Trabalho de Pesquisa*. São Paulo: Edições Loyola, 1994.
- MARQUES, Cezar Augusto. *Diccionario historico, geographico e estatistico da provincia do Espírito Santo*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1878.
- MAXIMILIANO (Príncipe de Wied Neuwied). *Viagem ao Brasil*. Rio de Janeiro: Cia. Ed. Nacional, 1940.
- MEDEIROS, Rogério. O massacre dos botocudos, *Revista Espírito Santo Agora*, Vitória, n. 22, fev. 1978.
- \_\_\_\_\_. *Espírito Santo: encontro das raças*. Vitória: Dom Quixote, 1997.
- MELLO, Judith Freitas de Almeida. Índios do Espírito Santo, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo*. Vitória, n. 22, 1961.
- NOVAES, Maria Stella de. *História do Espírito Santo*. Vitória: Fundação Cultural do Espírito Santo, 1976.
- OLIVEIRA, José Teixeira de. *História do Espírito Santo*. 2. ed. Vitória: Fundação Cultural do Espírito Santo, 1975.
- PACHECO, Renato. Notas sobre os botocudo, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo*. Vitória, n. 17, 1957.
- \_\_\_\_\_. O capixaba: uma pré-visão antropológica, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo*. Vitória, n. 46, 1996.
- PRADO, João Fernando de Almeida. *Primeiros povoadores do Brasil (1500-1530): história da formação da sociedade brasileira*. 5. ed. São Paulo: Nacional, 1976.
- RIBEIRO, Francisco Aurélio. O índio na literatura do Espírito Santo. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo*. Vitória, n. 45, 1995.

- RIBEIRO, João. *História do Brasil*. 19. ed. Rio de Janeiro: Paulo de Azevedo, 1966.
- ROCHA, Levy. *Viagem de D. Pedro II ao Espírito Santo*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1960.
- \_\_\_\_\_. *Viajantes Estrangeiros no Espírito Santo*. Brasília: Ebrasa, 1971.
- \_\_\_\_\_. *De Vasco Coutinho aos contemporâneos*. Rio de Janeiro: ed. do autor, 1977.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Espírito Santo e Rio Doce*. Belo Horizonte: Itatiaia/EDUSP, 1974.
- SALETTTO, Nara. *A propósito de Anchieta: jesuítas, índios e colonos no Espírito Santo*. Conferência proferida no XI Simpósio de História na UFES, Vitória, 22 set. 1997.
- SALVADOR, José Gonçalves. *A capitania do Espírito Santo e seus engenhos de açúcar (1535-1700): a presença dos cristãos-novos*. Vitória: Secretaria de Produção e Difusão Cultural – UFES/Departamento Estadual de Cultura, 1994.
- SANTOS, José Luiz dos. *O que é Cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- SANTOS NEVES, Luiz Guilherme (et al.). *História, geografia e organização social e política do município de Anchieta*. Vitória: Brasília Editora, 1995.
- SANTOS NEVES, Luiz Guilherme e PACHECO, Renato. *Ecoporanga: da concepção à vida adulta - Resgate da memória de um povo*. Vitória: Brasília, 1992.
- UNIVERSIDADE Federal do Espírito Santo. *Guia para Normalização de Referências Bibliográficas*: NBR 6023. 2. ed. rev. Vitória: Biblioteca Central, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Normalização e Apresentação de Trabalhos Científicos e Acadêmicos*: Guia para Alunos, Professores e Pesquisadores da UFES. 2. ed. rev. Vitória: Biblioteca Central, 1997.
- VASCONCELLOS, Ignacio Accioli de. *Memoria statistica da provincia do Espírito Santo escripta no anno de 1828*. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1978.

UMA CENA MUITO LIBERAL EM TORNO DO CONTO  
“OS ASSASSINOS”, DE HEMINGWAY



Ivan Borgo\*

Neste ano comemora-se o centenário de nascimento de Ernest Miller Hemingway, que nasceu em Oak-Park, Illinois, EE UU, em 21 de julho de 1899, e tornou-se um dos mais importantes escritores de nosso tempo. Estas notas não pretendem desenvolver um comentário sobre sua obra mas apenas referir-se a uma de suas obras-primas, o conto “Os Assassinos”, e sua relação com o cenário sócio-econômico implícito em seu enredo.

Hoje tornou-se hábito falar mal da Europa, da construção e formação de seus valores sejam quais forem os sinais. A Europa parece ter-se tornado uma espécie de Bei de Túnis que — dizia Eça — era a vítima preferida dos articulistas quando lhes faltava assunto. Mas não se assustem porque não vou por aí, tentando num pequeno registro como este falar de terapêuticas heróicas ou de grandes visões escatológicas. Nesse particular, apesar da declarada antipatia que Hemingway nutria por ele, creio oportuna uma citação de Sinclair Lewis num trecho do prefácio de seu *Rua Principal*: “Eis os EE UU da América... uma cidadezinha de alguns milhares de habitantes, numa zona de trigo... [sua] Rua Principal é o apogeu da civilização. Para que este [carro] Ford pudesse parar diante da loja ‘O Bom Tom’, Aníbal invadiu a Itália e Erasmo escreveu nos claustros de Oxford. O que Ole Johnson, o dono do armazém de secos e molhados diz a Ezra Stowbody, o banqueiro, é a nova lei... Tudo quanto Ezra não souber nem aprovar, seja o que for, será heresia, não valerá a pena saber e será pernicioso considerar.”

Muitos poderão dizer que uma síntese assim peca pelo extremo reducionismo e excessiva generalização. A crítica pode ser procedente, mas

---

\* Ex-professor da UFES, membro do IHGES e da Academia Espírito-santense de Letras.



para nosso propósito o estilete irônico de Lewis terá alguma utilidade. Ademais, essa espécie de autocrítica sumária praticada por americanos é encontrada também num campo como a pintura. Por exemplo, nos quadros de outro grande artista, Edward Hopper, encontramos essa espécie de satisfação num clima de mediocridade: a bomba de gasolina como símbolo de uma civilização, ou a solidão do extremo individualismo. Gosto até de imaginar que Hopper fez aquele seu famoso quadro “Domingo de manhã cedo” para ilustrar esse texto de Sinclair Lewis ou mesmo depois de ler um conto de Hemingway. Em especial contos onde esbarramos com um Hemingway envolvido num materialismo seco, enxugado de toda a subjetividade e tintas axiológicas, representando essa América que montou a mais fantástica máquina de criar riqueza de toda a História, fenômeno cuja importância, sob qualquer ângulo, não pode ser diminuída e cuja melhor avaliação talvez só seja possível fazer-se de maneira prospectiva. Se causa espanto a alguns historiadores o que os gregos fizeram com um excedente econômico tão reduzido, o que não farão também os americanos do futuro? Mas esta é uma projeção otimista e não envolve nenhum determinismo desde que esse futuro pode muito bem ser o quadro sombrio mostrado em *Blade Runner*, onde a civilização perdeu todas as esperanças e caminha para o caos.<sup>1</sup> No entanto, até para homenagear Hemingway, falemos do que “ocorre e não do que não ocorre”, conselho que ele dava aos jovens jornalistas.

O fato concreto é que quando contemplamos os Estados Unidos nos vemos diante de uma formidável novidade histórica em termos de riqueza material, com sua classe média de tamanho também inédito na História, apoiando-se no sistema liberal e em uma de suas mais representativas instituições, a divisão do trabalho vitalizada pela produção em série e pela economia de escala.<sup>2</sup> O preceito básico do ideário liberal está intacto e não importa muito que esteja envolvido numa férrea capa ideológica (Berle & Means, autores que descartam a visão atomística da economia americana, são simplesmente ignorados pelos bem pensantes), porque está entranhada na sociedade a crença férrea na coincidência necessária entre os interesses pessoais e o interesse geral, fermentada por uma boa tintura de darwinismo social. De certa maneira estamos dentro da grande oficina imaginada por Adam Smith no final do século XVIII (que hoje atende pelo nome de globalização). Digo de certa maneira porque seria injusto misturar o autor de *A Riqueza das Nações* e sua generosidade implícita com a secura de intelectuais de uma linha ricardiana.

Estou certo de que Hemingway foi recrutar nessa oficina, pasteurizada pelos economistas neoclássicos, os dois gangsters do conto “Os assassinos”, um par perfeito de competentes celerados que poderiam com muita naturalidade constar do livro de empregados dessa oficina, no departamento de crimes, naturalmente acobertado por um nome de fantasia como “Flor do Campo” ou equivalente e talvez até com pretensões de participar dos inflamados discursos de certos liberais mais extremados como exemplos de esforços da “livre iniciativa”.

Meu primeiro contacto com o conto “Os Assassinos” se deu através de uma antologia publicada pela Portugália Editora e comprada na Livros de Portugal, uma livraria que ficava no final da rua da Alfândega, no Rio, onde todos os que se interessavam por livros, na Vitória dos anos cinqüenta, iam procurar gemas da literatura das quais, na pacatez provinciana, só tinham vagas notícias. Uma Vitória — diga-se — que apenas sonhava com a Universidade plena.

No livro *Melhores contos americanos*, seleção feita por João Gaspar Simões, que contava com tradutores do naipe de Fernando Pessoa, li então esse conto. Nessa tradução portuguesa tive de me ir livrando de vários vocábulos desconhecidos como “vivaço”, “bevo”, e “assados”, que nada tinha a ver com assados propriamente ditos mas com complicações, “aldrabices” e similares. Originalmente o conto foi publicado em 1925 como parte de uma coletânea e recebeu o nome de “The Killers”.

Mas, claro, esses pequenos estorvos não diminuíram o impacto causado pela história. Talvez, na época, não pudesse perceber sua dimensão numa perspectiva mais abrangente. Todavia, o estilo seco, os diálogos crus, a ambientação naquele restaurante onde se pressentia a decoração monocórdica saída de padrões estéticos elaborados nas oficinas das produções em série, revelavam um mundo bem diferente daquele em que vivíamos. Os personagens de Hemingway pareciam vindos de outras galáxias e a “atmosfera” Hemingway aportava em minha estante desafiando padrões beletristas que já começavam a ser vistos com certa desconfiança. O que mais me intrigava e surpreendia no conto “Os Assassinos” era sua estrutura de extrema simplicidade encobrindo uma grande sofisticação. Típica da idéia que alguém fez do processo Hemingway, que seria similar ao iceberg que tem 2/3 de seu volume submersos, isto significando que a maior parte da história não está escrita e precisa ser subentendida. O leitor é que deve ir fazendo suas ilações, o que aliás me permite desfilas as considerações que ora são feitas aqui.

O conto fala de dois bandidos que chegam a uma cidade do interior dos EE UU para executar um “trabalho”, um assassinato de encomenda, e se instalam num restaurante onde passam a aguardar sua vítima. Pelos seus cálculos deverão agir lá pelas seis da tarde e ainda era cedo. Sentindo fome, fazem seus pedidos ao dono do restaurante sempre de forma sarcástica e truculenta, criando um clima propício a um jogo de poder em que surgem em posição dominante. Baseados no argumento das armas, vão estabelecendo novas regras de comportamento com a naturalidade de quem está cumprindo uma tarefa do manual de pessoal de sua empresa, até mesmo com laivos de uma tediosa rotina burocrática. Comem presunto e ovos com a tranquilidade de bons funcionários que fazem um lanche antes do trabalho. E aqui um paralelo se impõe. Todos quantos assistiram a um filme que fez sucesso há pouco tempo, *Pulp Fiction*, devem lembrar-se das primeiras cenas em que dois bandidos, também em missão de assassinato encomendado, se dirigem para a cena do crime e conversam calmamente sobre os vários tipos de sanduíches. Depois de uma viagem à Europa e como revelação do universo cultural em que se situam, a única coisa que um deles pôde observar como novidade no Velho Mundo foi como são diferentes e naturalmente “erradas” as denominações de determinados tipos de sanduíches americanos na França. E isto estabelece um animado diálogo entre eles com a óbvia conclusão de que os estrangeiros são muito ignorantes: “Imagine, chamar o big-mac de royal-big-mac” (impossível não recordar do prefácio de Lewis). Quanto à empreitada assassina que iam executar dali a instantes, nem uma palavra. Muito menos quaisquer considerações de ordem ética sobre o assunto. São seres ociosos que inclusive recitam versículos bíblicos sem a menor relação com o que vão fazer. Acredito não arriscar muito ao dizer que esses personagens de Tarantino são calcados nesses assassinos de Hemingway. De qualquer modo têm como protótipos esses dois celerados que chegam ao bar do George numa tarde e tumultuam a vida daqueles pacatos cidadãos americanos com o objetivo de matar um suco que, ninguém sabe por quê, caiu no desagrado dos mandantes do crime.

Esses funcionários do crime nos remetem novamente ao cenário mencionado no início destas notas, com a observação adicional de que a espantosa acumulação de riqueza americana é um dado que não pode ser olhado com a indiferença suspeita da raposa da fábula. O grau de escassez típico da fase agrícola da História não dá nenhum motivo sério para suspiros evocativos de uma suposta Idade de Ouro. Nem tampouco de regimes autoritários que pavimentam suas políticas com toneladas de boas intenções

e produzem retumbantes fracassos. Todavia, olhar essa fantástica sociedade afluyente como o “apogeu da civilização”, segundo a irônica classificação de Lewis, é extremamente frustrante e nada confortável. Eleger o “interesse pessoal” como raiz sagrada da utopia é a mais acabada figura do anticlímax para a aventura humana, é ceder à visão do homem como a maquininha medíocre de Bentham e seus cálculos de prazer/dor ainda que a idéia de “cooperação” esteja entrando em sua mais violenta crise após a equivocada dialética que marcou a experiência soviética.

“O som e a fúria?” Lamentável. É isso afinal o que o homem pode fazer quando lhe é permitida a liberdade, condição aliás fundamental para qualquer projeto humano digno desse nome? Lancemos no entanto nossa âncora para recapturar esses dois personagens de Hemingway que se encaixam nessa sociedade com ajustagem fina no papel que lhes cabe no organograma do quadro da grande oficina montada para o projeto que vai promover o “interesse pessoal” com vistas ao “interesse geral” sob a égide da liberdade econômica. Esses personagens nada têm a ver com os “bandidos sociais” de Hobsbawm, aqueles que têm um perfil reivindicatório na esteira de Robin Hood.

Quem são eles?

Neste comentário, ligamos a “oficina globalizada” e a “divisão do trabalho” ao ideário liberal em seu formato ortodoxo. Talvez quem tenha caracterizado melhor essa circunstância foi o cientista social Wright Mills ao dizer o seguinte: “Em suma, o crime, se bem organizado, em bases comerciais, compensa. Sabemos que os gangsters americanos são o pessoal especializado de um negócio em proporções nacionais, tendo ligações entre si e com autoridades públicas... O crime organizado no mundo subterrâneo leva ao extremo a filosofia individualista do êxito predatório, a indiferença em relação ao bem público, o fetiche do lucro e o Estado do *laissez-faire* [que] está implícito em nossa organização econômica, política, jurídica e social.” [C. Wright Mills, *A elite do poder*, Rio de Janeiro, Zahar, 1962, p. 401/2]

\*\*\*

No centenário de Hemingway creio que é bom lembrarmos desse grande escritor num aspecto de sua ficção que levanta algumas questões básicas para a compreensão de nossa época, trazendo sinais de orientação no tal “vale de lágrimas” a que se refere Habermas [vd. nota 2]. Os que já estão no cimo da montanha podem olhar esses sinais com indiferença mas os demais, não.

1 Na linha de apoio aos otimistas pode-se mencionar a questão da bomba atômica.

A guerra fria entre a Rússia, Inglaterra e EE UU se iniciou logo após o final da Segunda Guerra. No entanto, durante mais de três anos uma das partes em litígio, os EE UU, embora tivesse o monopólio da bomba nesse período, não a usou contra a Rússia. Não terá sido esta a primeira vez em que litigantes deixaram de usar sua força total de destruição contra um inimigo?

Outro fator que potencializa a sociedade americana no sentido da superação do “modelo” Sinclair Lewis foi a grande migração de cientistas, intelectuais e artistas de toda a gama para a América nos anos imediatamente anteriores à Segunda Guerra.

2 Uma pergunta que fazemos com frequência é até que ponto continuará a chamada “febre consumista” da sociedade moderna. A julgar pela mais elementar observação, por muito tempo ainda. Afinal parece que a indústria contemporânea acabou descobrindo mecanismos insuspeitados da psique humana ou pelo menos num grau desconhecido do fenômeno do “consumo conspícuo” vebleniano. Um exemplo interessante pode ser visto no procedimento das fábricas de automóveis Ford e General Motors, conforme observação do Prof. Oshinsky, da Universidade Rutgers. Ele menciona o fato de que no início deste século Henry Ford revolucionou a produção em massa com a linha de montagem que passou a produzir um automóvel a cada vinte e quatro segundos. A venda de milhões de carros com pequena margem de lucro permitiu que a Ford mantivesse os preços baixos e os salários altos, fórmula perfeita para o consumo de massa. No final da década de 20, no entanto, a GM ensinou a superar a Ford por meio de uma campanha cuidadosamente orquestrada que ensinou a ver o automóvel como símbolo de status e não apenas como meio de transporte. Ao invés de um veículo único, a GM produzia cinco tipos de carros diferentes, com cinco imagens distintas correspondentes aos níveis de renda dos potenciais compradores [Caderno “Mais” da *Folha de São Paulo*, de 11/7/99].

Ainda que Marx, em *O Capital*, tenha apontado essas circunstâncias como um dos focos da crise do capitalismo, já que tornam obsoletos meios de produção antes que tenham cumprido materialmente seu tempo, a prática vem demonstrando que a nossa capacidade de inventar necessidades está muito longe de esgotar-se e fica em suspenso até que ponto os efeitos da denominada “obsolescência planejada” será um elemento de destruição do sistema.

3 Claro, estamos falando de um mundo de Hemingway que é anterior à crise de 29 (o conto foi publicado em 1925) e à Segunda Guerra, mas os princípios básicos da organização social permanecem até hoje. Também no caderno “Mais”, de 18/7/99, Jürgen Habermas revisita a venerável temática dos limites do Estado e frisa que, mesmo nessa tomada de partido pela globalização num sentido ortodoxo, o Estado “agrilhado” não pode esquecer do aumento drástico da desigualdade social e da fragmentação da sociedade. Quanto tempo será necessário, pergunta ele, para a travessia desse “vale de lágrimas”?

Domenico Masi, sociólogo italiano, em entrevista recente à TV e em resposta a uma pergunta, na minha opinião equivocada, da Sra. Claudia Costin, sugere que esse “vale de lágrimas” será aterrado pela tecnologia, pela máquina.

O curioso no ensaio de Habermas é que se trata de um ensaio quase todo “operacional”. Isto é, toma a organização social pós-debacle da URSS como um dado. Nesse aspecto se situa na

linha de teóricos como Stuart Mill, o grande codificador do sistema clássico de economia. Habermas parece mesmo considerar como “determinado” o perfil do homem/consumo, o que pode corresponder a uma observação da realidade, como mencionamos, mas talvez seja arriscado considerar como sendo uma categoria a-histórica. O que pretendo dizer é que na hipótese de fratura desse protótipo o sistema desmorona. Impossível? Heilbroner já nos alertava que o imprevisto está sempre à espreita nas esquinas da História. Embora num horizonte visível isso esteja fora de cogitação, até que ponto o consumismo é um fenômeno inevitável? Lembramos ainda da ênfase dos que ainda recentemente anunciavam a inevitabilidade do socialismo calcado na experiência soviética.

## ORIGEM DA HISTORIOGRAFIA CAPIXABA



Luiz Guilherme Santos Neves\*

Sob o título acima, publicou a *Revista de História* da Universidade Federal do Espírito Santo, em maio de 1991, um artigo de minha autoria em que apontei a *Informação* do capitão-mor Inácio João Mongiardino ao governador da Bahia sobre a capitania do Espírito Santo, datada de 11 de julho de 1790, como sendo, até agora, o primeiro documento da historiografia capixaba.

Na presidência do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, onde o veio colher a morte, Miguel Depes Tallon me encarregou de republicar aquele artigo, acrescido de notas. Cumpro agora, nas páginas da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo*, o compromisso que assumi. E o faço não só acrescentando algumas notas e outros comentários ao texto anterior, como também atualizando a linguagem da *Informação*. Nesta atualização procurei manter a linha textual do documento de Mongiardino, respeitando conteúdo e forma. As alterações havidas foram praticamente de pontuação, para facilitar o entendimento das frases, umas poucas correções de palavras e de concordância verbal, e um ou outro esclarecimento colocado entre parênteses. Foram abandonadas ainda as referências a mapas e certidões, que figuram na margem da *Informação*, por serem desnecessárias à sua compreensão.

Feitas estas observações, vamos ao texto que me pediu Miguel.

\*\*\*

Na apresentação do livro *Alguns Aspectos da Independência no Espírito Santo (1820-1824)*, do professor Gabriel Augusto de Mello Bittencourt

---

\* Historiador e escritor, pertence ao quadro do IHGES.

e produzem retumbantes fracassos. Todavia, olhar essa fantástica sociedade afluyente como o “apogeu da civilização”, segundo a irônica classificação de Lewis, é extremamente frustrante e nada confortável. Eleger o “interesse pessoal” como raiz sagrada da utopia é a mais acabada figura do anticlímax para a aventura humana, é ceder à visão do homem como a maquininha medíocre de Bentham e seus cálculos de prazer/dor ainda que a idéia de “cooperação” esteja entrando em sua mais violenta crise após a equivocada dialética que marcou a experiência soviética.

“O som e a fúria?” Lamentável. É isso afinal o que o homem pode fazer quando lhe é permitida a liberdade, condição aliás fundamental para qualquer projeto humano digno desse nome? Lancemos no entanto nossa âncora para recapturar esses dois personagens de Hemingway que se encaixam nessa sociedade com ajustagem fina no papel que lhes cabe no organograma do quadro da grande oficina montada para o projeto que vai promover o “interesse pessoal” com vistas ao “interesse geral” sob a égide da liberdade econômica. Esses personagens nada têm a ver com os “bandidos sociais” de Hobsbawm, aqueles que têm um perfil reivindicatório na esteira de Robin Hood.

Quem são eles?

Neste comentário, ligamos a “oficina globalizada” e a “divisão do trabalho” ao ideário liberal em seu formato ortodoxo. Talvez quem tenha caracterizado melhor essa circunstância foi o cientista social Wright Mills ao dizer o seguinte: “Em suma, o crime, se bem organizado, em bases comerciais, compensa. Sabemos que os gangsters americanos são o pessoal especializado de um negócio em proporções nacionais, tendo ligações entre si e com autoridades públicas... O crime organizado no mundo subterrâneo leva ao extremo a filosofia individualista do êxito predatório, a indiferença em relação ao bem público, o fetiche do lucro e o Estado do *laissez-faire* [que] está implícito em nossa organização econômica, política, jurídica e social.” [C. Wright Mills, *A elite do poder*, Rio de Janeiro, Zahar, 1962, p. 401/2]

\*\*\*

No centenário de Hemingway creio que é bom lembrarmos desse grande escritor num aspecto de sua ficção que levanta algumas questões básicas para a compreensão de nossa época, trazendo sinais de orientação no tal “vale de lágrimas” a que se refere Habermas [vd. nota 2]. Os que já estão no cimo da montanha podem olhar esses sinais com indiferença mas os demais, não.



1 Na linha de apoio aos otimistas pode-se mencionar a questão da bomba atômica. A guerra fria entre a Rússia, Inglaterra e EE UU se iniciou logo após o final da Segunda Guerra. No entanto, durante mais de três anos uma das partes em litígio, os EE UU, embora tivesse o monopólio da bomba nesse período, não a usou contra a Rússia. Não terá sido esta a primeira vez em que litigantes deixaram de usar sua força total de destruição contra um inimigo?

Outro fator que potencializa a sociedade americana no sentido da superação do “modelo” Sinclair Lewis foi a grande migração de cientistas, intelectuais e artistas de toda a gama para a América nos anos imediatamente anteriores à Segunda Guerra.

2 Uma pergunta que fazemos com frequência é até que ponto continuará a chamada “febre consumista” da sociedade moderna. A julgar pela mais elementar observação, por muito tempo ainda. Afinal parece que a indústria contemporânea acabou descobrindo mecanismos insuspeitados da psique humana ou pelo menos num grau desconhecido do fenômeno do “consumo conspícuo” vebleniano. Um exemplo interessante pode ser visto no procedimento das fábricas de automóveis Ford e General Motors, conforme observação do Prof. Oshinsky, da Universidade Rutgers. Ele menciona o fato de que no início deste século Henry Ford revolucionou a produção em massa com a linha de montagem que passou a produzir um automóvel a cada vinte e quatro segundos. A venda de milhões de carros com pequena margem de lucro permitiu que a Ford mantivesse os preços baixos e os salários altos, fórmula perfeita para o consumo de massa. No final da década de 20, no entanto, a GM começou a superar a Ford por meio de uma campanha cuidadosamente orquestrada que ensinou a ver o automóvel como símbolo de status e não apenas como meio de transporte. Ao invés de um veículo único, a GM produzia cinco tipos de carros diferentes, com cinco imagens distintas correspondentes aos níveis de renda dos potenciais compradores [Caderno “Mais” da *Folha de São Paulo*, de 11/7/99].

Ainda que Marx, em *O Capital*, tenha apontado essas circunstâncias como um dos focos da crise do capitalismo, já que tornam obsoletos meios de produção antes que tenham cumprido materialmente seu tempo, a prática vem demonstrando que a nossa capacidade de inventar necessidades está muito longe de esgotar-se e fica em suspenso até que ponto os efeitos da denominada “obsolescência planejada” será um elemento de destruição do sistema.

3 Claro, estamos falando de um mundo de Hemingway que é anterior à crise de 29 (o conto foi publicado em 1925) e à Segunda Guerra, mas os princípios básicos da organização social permanecem até hoje. Também no caderno “Mais”, de 18/7/99, Jürgen Habermas revisita a venerável temática dos limites do Estado e frisa que, mesmo nessa tomada de partido pela globalização num sentido ortodoxo, o Estado “agrilhado” não pode esquecer do aumento drástico da desigualdade social e da fragmentação da sociedade. Quanto tempo será necessário, pergunta ele, para a travessia desse “vale de lágrimas”?

Domenico Masi, sociólogo italiano, em entrevista recente à TV e em resposta a uma pergunta, na minha opinião equivocada, da Sra. Claudia Costin, sugere que esse “vale de lágrimas” será aterrado pela tecnologia, pela máquina.

O curioso no ensaio de Habermas é que se trata de um ensaio quase todo “operacional”. Isto é, toma a organização social pós-debacle da URSS como um dado. Nesse aspecto se situa na

[Vitória, 1980], o insigne historiador José Honório Rodrigues corrigiu a informação, até então dominante, de que o primeiro documento da historiografia capixaba fora as *Memórias para servir à História até o ano de 1817 e breve notícia estatística da Capitania do Espírito Santo, porção integrante do Reino Unido do Brasil, escrita em 1818 e publicada em 1840 por um capixaba*, da lavra de Francisco Alberto Rubim.

Aliás, o modo pelo qual foram publicadas as *Memórias* acabou dando origem a uma questão de autoria da qual se ocupou o professor Renato José Costa Pacheco em seu excelente trabalho “Um caso não resolvido de autoria?”, estampado na Revista de *Cultura*, da Ufes, Ano X, nº 31, 1985, p. 87 a 89.

Esta questão, ligada à autoria das *Memórias*, já havia despertado o interesse de outros historiadores. O próprio José Honório Rodrigues manifestara-se sobre ela na sua obra *Teoria da História do Brasil (Introdução Metodológica)*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1957, Volume II, 2ª edição, p. 517.

Bem antes dele, o historiador e pesquisador capixaba Afonso Cláudio de Freitas Rosa também tratou do problema no capítulo dedicado a Francisco Alberto Rubim, em sua considerada clássica *História da Literatura Espírito-santense* [Rio de Janeiro: Xerox, 1981]. Depois de escrever que Rubim “foi o autor do primeiro trabalho escrito na dita Capitania, sobre a história e a estatística da região espírito-santense”, — referindo-se à *Memória* divulgada por iniciativa de José Machado de Oliveira, acrescida de notas e apontamentos — Afonso Cláudio indagou: “Onde acabou o trabalho de Rubim e começou o de Machado de Oliveira?”

Não é, porém, propósito nosso retornar aqui ao tema da autoria das *Memórias*, até porque está suficientemente analisado por Renato Pacheco no artigo antes citado. Se tocamos de novo no assunto foi em virtude da observação de José Honório Rodrigues, a que nos reportamos, e que figura na apresentação do livro de Gabriel Bittencourt. Assinala, ali, o autor da *Teoria da História do Brasil* que a historiografia capixaba não se inicia com Rubim, mas com a *Informação que Francisco Manoel da Cunha deu sobre a capitania do Espírito Santo, em 1811*.

Quem era esse Manoel da Cunha e que *Informação* foi esta?

Segundo Maria Stella de Novaes, in *História do Espírito Santo* [Rio de Janeiro: Fundo Editorial do Espírito Santo, s/d], tratava-se do escrivão da Junta da Fazenda Real, servindo no Espírito Santo em 1811. Sua *Informação* era, portanto, um relatório sobre a capitania, dirigido ao conselheiro Antônio de Araújo Azevedo, ministro de estado do governo do

príncipe-regente D. João. O caráter historiográfico do documento é indiscutível, podendo ser comprovado por meio da leitura do capítulo intitulado “A vida dos documentos - O documento pioneiro da Historiografia Capixaba”, do livro *Notícias do Espírito Santo*, de Gabriel Bittencourt [Rio de Janeiro: Cátedra, 1989], que o transcreveu integralmente. Dessa leitura, vê-se que Manoel da Cunha foi o primeiro a reconhecer que sua “narração” estava sendo apresentada ao ministro com o valor de “memória”, fato que o diligente informante teve o mérito de acentuar. Como deixou também expresso que sua intenção era apresentar “uma verdadeira pintura da Capitania do Espírito Santo”, o que realmente fez, com a abordagem de aspectos geográficos, navegabilidade de rios, comércio e produção, povoações e seus habitantes, fortificações, matas e ancoradouros, estradas e caminhos então trilháveis na capitania.

Curioso é que Maria Stella de Novaes, tendo-se referido à *Informação* de Manoel da Cunha, à página 112 de sua obra anteriormente citada, acentuando, inclusive, o seu teor, não tenha percebido sua importância historiográfica. Tanto que, poucas páginas adiante, ao falar de Francisco Alberto Rubim, que tomou posse no governo do Espírito Santo em 1812, disse Maria Stella que se devia a Rubim “o primeiro trabalho sobre a Capitania: *Memória Estatística da Capitania do Espírito Santo*”, título este — por sinal parcial — com que também foram divulgadas as *Memórias* daquele governador. Filiou-se, assim, Maria Stella de Novaes, à corrente que deu a Rubim, erroneamente, a primazia como autor do primeiro documento historiográfico do Espírito Santo, fato contestado por José Honório Rodrigues em favor de Francisco Manoel da Cunha.

Manoel da Cunha subscreveu ainda outro documento, contemporâneo do anterior, contendo informações sobre o Espírito Santo, sob o título *Memória sobre a navegação do Rio Doce, apresentada por... ao Conde de Linhares*, várias vezes objeto de transcrições parciais e de referências feitas por José Teixeira de Oliveira, em sua *História do Estado do Espírito Santo* [Rio de Janeiro: IBGE, 1951, 1ª edição].

Desta forma, a historiografia espírito-santense derivaria suas raízes do começo do século XIX, especificamente a partir de Francisco Manoel da Cunha.

Há, no entanto, documento precedente, que se antepõe ao do escrivão da Junta da Fazenda Real, que é a *Informação do capitão-mor Ignácio João Mongiardino ao Governador da Bahia sobre a Capitania do Espírito Santo, em 11 de julho de 1790*.

Mongiardino assumiu o governo da capitania em 1782, passando à história como capitão-mor despótico e vingativo, comportamento bastante comum em relação ao de outros governantes do Espírito Santo, no período colonial (o próprio governador Francisco Alberto Rubim, acima mencionado, gozou de fama idêntica). A *Informação* de Mongiardino, dirigida ao governador da Bahia, ao qual o Espírito Santo estava então subordinado administrativamente, em nada fica a dever àquela que Manoel da Cunha, vinte e um anos depois, encaminharia ao ministro Antônio de Araújo Azevedo. Na verdade, pela precedência para com Manoel da Cunha, Mongiardino é merecedor de maior encômio, dado o caráter de “memória” que imprimiu à sua *Informação*, ainda que não tivesse declarado a intenção, buscada por Cunha, de produzir uma pintura da capitania do Espírito Santo. Mas trata-se, sem dúvida, de longo e minucioso relato sobre a capitania capixaba, enriquecido com dados particularizados, que permitem a visão da realidade da terra na penúltima década do século XVIII. Muitas destas informações o autor obteve, segundo declarou, de averiguações pessoais, bem ao estilo de Heródoto. Completavam o documento de Mongiardino mapas e certidões, indicados à margem do texto principal e que figuravam, portanto, como anexos.

Aqui importa dizer que, se se tomar a memória de Manoel da Cunha como pintura da capitania à sua época, a *Informação* de Mongiardino, comparada a ela, reponta como uma pré-pintura. Este juízo de qualidade historiográfica, fixado com base na descrição e nos dados que os dois documentos oferecem a estudo, não torna a *Informação* de Mongiardino subalterna à de Manoel da Cunha. Haja vista, por exemplo, que em Manoel da Cunha não se tem qualquer referência a informes demográficos, com os quais se preocupou Mongiardino. O juízo de qualidade visa, pois, a reconhecer, em favor de ambos os documentos, o caráter de peças primordiais de nossa historiografia, assegurada a precedência ao do capitão-mor.

Em oportuna iniciativa, o professor João Eurípides Franklin Leal divulgou, graças ao apoio da Fundação Jones dos Santos Neves [Vitória, 1978] o documento-relatório de Inácio Mongiardino, incluso no volume I, do caderno *Espírito Santo: documentos coloniais*, da série Documentos Capixabas. A transcrição que se segue mostra a importância historiográfica desse que parece ser, até agora, o documento pioneiro da historiografia capixaba.

E embora não seja nosso propósito aqui estabelecer comparações analíticas entre os dois documentos, em algumas das notas que abaixo se

seguem incluímos trechos da memória de Manoel da Cunha, publicada por Gabriel Bittencourt, para se aquilatar sua equivalência com a *Informação* de Mongiardino.

Eis agora o texto da *Informação*:

Ilmo.Exmo.Sr.

A carta de V. Exa., de 31 de julho de 1789, circunstanciada sobre os pontos da outra, do Exmo. Secretário de Estado dos Negócios Ultramarinos, e incorporada, com a cópia da conta que a S. Majestade deu à Câmara desta vila [de Vitória], tem passado pela minha atenção, por um objeto principal: Sendo uma das ações em que eu desejava ver o protótipo da verdade para desempenhar a régia confiança, que S. Majestade faz de V. Exa.<sup>1</sup>

E passando a escutar [examinar] os fundamentos da dita conta, corroborando-os com a capacidade [desempenho] desta vila, acho, em primeiro lugar, ser ela uma das mais fatais [definitivas] da América, em toda a marinha [costa], tanto pela sua planta, como pela numeração [quantidade] de seus habitantes, sendo capital de cinco vilas e cabeça de comarca desta capitania. Pelo que a julgava digna de que S. Majestade a distinguisse com os privilégios do foral, a fim de que seus cidadãos firmassem, na sua pátria, a glória da sua nação, e os distintivos de reconhecimento e amor para com a Soberana, que os soube suscitar. Não parece menos justa a concessão de escrivão proprietário porque, assim, secretaria [poderia registrar] os descaminhos que tem havido, de alguns monumentos antigos, e a crassa ignorância de infinitos escrivães, que têm servido no dito Conselho.<sup>2</sup>

Também é certo ter a dita vila [de Vitória] necessidade de reparação, tanto de calçadas, como de fontes, e não ter, para estas precisas despesas, réditos [recursos], de tal forma que, para construção de uma nova cadeia, que ainda se acha infinda, foi preciso se empenhar com as Câmaras das vilas filiais... [reticências no texto], de cujo empenho jamais sairá, nem verá o êxito da dita obra, se S. Majestade não lhe conceder a contribuição do subsídio oferecido pelo povo para ajuda da sustentação da tropa paga, enquanto dos dízimos reais não fizessem maior soma... [reticências no texto] do que poderia eu dar uma cabal certeza a V. Exa. pelo ter visto, se não desencaminhara [se não se tivesse extraviado] um caderno que na Câmara havia, onde o povo tinha firmado esta convenção, de onde recai o pedir

aquela Câmara a S. Majestade diversa aplicação deste tributo, visto ter a Real Fazenda hoje, anualmente, de dízimos 4:901\$ 666 réis, vindo a diferir do primeiro rendimento a quantia de 4.200 \$ réis de excesso.<sup>3</sup>

Não menos justa é a súplica que a S. Majestade faz a mesma câmara da igreja dos denominados jesuítas, para uma nova freguesia, pela falta de pasto espiritual que experimenta o povo, em razão da sua multiplicidade e distância de Distritos, vindo por isso a ficar, de uns anos para outros, muita gente para se desobrigar da quaresma.<sup>4</sup>

Fica cessando a outra súplica da referida Câmara sobre a falta de mestres para ensino da mocidade por S. Majestade haver ocorrido a ela, pela Mesa da Comissão Geral e Censura dos Livros, com dois professores de ler e escrever, e gramática latina, vindo pois a faltar-lhe professor de filosofia, que se fazia de urgente necessidade, atenta a capacidade e vastidão do povo da comarca de onde têm saído homens para as Letras, que enchem o número dos sábios<sup>5</sup> nas religiões, nas varas régias e na mesma Universidade de Coimbra.

Sendo de nenhuma atenção o prejuízo que se expõe da Real Fazenda e da falta que experimentam os moradores, pela exportação que fazem os comerciantes do gênero de algodão, porque a experiência me tem mostrado o contrário, pois, impedindo eu o embarque dele, vim a conhecer, em menos de dois anos, que se perdia a maior parte por se lhe não poder dar saída e que, nisto, resultava prejuízo à Real Fazenda do Rio de Janeiro, para onde se transporta a maior quantidade, de que paga à mesma Alfândega todos os direitos, como outro qualquer gênero, exportado de fora, e que, se alguma diminuição se experimenta nos subsídios da terra, em maior avanço se compensa, naquela Alfândega, não sofrendo o povo, por isso, falta em panos, para o seu preciso vestuário. E desta forma fica satisfeita a informação sobre os artigos da referida conta da Câmara.<sup>6</sup>

E querendo satisfazer ao expendido na Carta do Exmo. Secretário d'Estado, datada de 13 de janeiro de 1789, sobre os pontos dela, procurei investigar o mais recôndito,<sup>7</sup> além dos documentos a esta juntos, de que me fiz instruir, e achei o seguinte :

### 1º Ponto

Que se compõe esta vila [Vitória] de habitantes livres de 2.321, e escravos, 4.898, para mais, fora os que se acham fora; que percorrendo dela [descrevendo-a] para a parte do norte, de onde chega a limitar-se esta

Comarca [Vitória] com a de Porto Seguro, que é o lugar do rio Doce que dista desta vila principal [Vitória] vinte e seis léguas, não há outra vila senão a de Nova Almeida; que os seus habitantes são índios, e se compõem, destes e de fora, de 2.712, e de escravos, 42; e para a parte do sul, conjunta à barra desta Capital, fica a vila do Espírito Santo; que o número de seus habitantes livres são 814 e, de escravos, 1.064; e distante desta dita Capital, da mesma parte do sul, doze léguas, existe a vila de Guarapari, que se compõe de habitantes livres 1.789, e de escravos, 728; e desta [vila], distância de seis léguas, fica a outra vila denominada Benevente; que seus chefes são índios, e se compõe de habitantes livres de 3.017, e de escravos, 102; e para baixo desta [Benevente], mais doze léguas até o rio de Capabuana [Itabapoana], onde divide o continente [território] da Capitania da Bahia e Rio de Janeiro, vindo a limitar-se, a distância da jurisdição desta Capitania do Espírito Santo, em cinqüenta e cinco léguas, de norte a sul; e faz o total número de seus habitantes em 22.493, para muito mais, e não para menos.<sup>8</sup>

#### 2º(ponto) da parte do norte

E fazendo-me mais instruir dos rios e lagos, onde fui pessoalmente, principiando pela parte do norte, fica o denominado rio Doce que desemboca ao mar, cuja barra é só capaz para canoas, ainda que, obrigadas do temporal, têm arribado a ela algumas canoas. Esta barra é mudável, conforme as inundações do rio: umas vezes, abre pela parte do norte; outras, pela do sul, por ser arenosa; porém, da barra para dentro, podem navegar navios pelo fundo; e, em partes, tem [a barra] légua de largura.<sup>9</sup>

Este rio vem dos sertões de Minas, e consta que de lá têm vindo por ele famílias inteiras... [reticências no texto] E por onde se veio a conhecer, faziam alguns extravios de ouro aos reais direitos, de que resultou mandar o Exmo. Vice- Rei do Estado, criar um destacamento,<sup>10</sup> e que eu o conservasse, assistido pela Real Fazenda, no que conveio o Exmo. Gal. da Bahia, antecessor de V. Exa., a fim de impedir a continuação desta passagem [do ouro] de Minas.<sup>11</sup> Este lugar, em outro tempo, foi povoado com o número de 150 pessoas, sua freguesia e pároco. Mas, perseguidos pelo gentio, se viram os moradores obrigados a desertá-lo, e hoje se não conserva senão o dito destacamento.<sup>12</sup>

Pelo rio acima, um largo dia de viagem, se encontra uma formidável lagoa, chamada a Doce, que pela sua grandeza parece ínvia. Desta, para

cima dois dias de viagem, se encontram umas ilhas, e, pelo meio, alguns cachoeiros, que no tempo das águas, se inundam aquelas ilhas.<sup>13</sup>

As terras circunvizinhas são admiráveis para toda a produção do país, mas as águas, barrentas, por causa das bateiras [lavagens] e outras manobras dos mineiros; e por isto, alguns habitantes que por ali existiam, bebiam água de cacimbas, ao mesmo tempo que, em algumas distâncias, há ramos do mesmo rio, cujas águas são boas. Esta antiga povoação, se não fez maior força para subsistir a sua conservação, pela desunião em que estava, [foi] por ser limite das duas comarcas, e estar a Igreja, e alguns habitantes, da parte do norte, que é a de Porto Seguro, e da parte do Sul, a maior força dos moradores sujeitos a esta Capitania, que se encontravam [submetidos a?] diversas disposições e ordens, e serviam às divisões, de coito aos facinorosos, e só teria lugar feita a divisão desta comarca pelo rio das Contas, duas léguas mais ao norte.<sup>14</sup>

### 3°

E vindo pela costa do mar deste rio [Doce] para o sul três léguas de distância, entra uma restinga de mato que vai ao sítio dos Comboios, onde há um braço de rio, que vai pela terra dentro duas léguas e dá em um verjal [sic]; e pelo sertão desce um rio, que vai ter ao Riacho assim chamado, três léguas distantes do dito [sítio] dos Comboios onde, se houvesse povoação, seria de grande utilidade sangrar-se o mesmo verjal, que do dito Riacho iria ao rio Doce com muita facilidade, distante seis léguas. Este Riacho sai ao mar; a sua barra só admite canoas de voga.<sup>15</sup>

### 4°

Discorrendo pela mesma costa, mais seis léguas para o sul, há uma barra denominada Aldeia Velha, capaz só de lanchas e sumacas pequenas. Por fora tem um cordão de areia que, para entrarem procuram [os barcos] ocasião de maré, sendo da barra para dentro apta para maiores embarcações, por ser fundo. E aí costumam ir, desta vila Capital, e das outras filiais, buscar madeiras para cargas de outras embarcações maiores, onde fundei uma povoação de trinta casais, que hoje se acham em aumento [o original traz emgugmento] de duzentas almas, a qual povoação serve de defesa aos moradores daqueles subúrbios. E estão sempre com as armas na mão a atalhar alguma hostilidade do gentio bárbaro.<sup>16</sup>



## 5°

Desta dita povoação, sempre seguindo a costa para o sul, fica a supra dita Vila Nova de Almeida, a qual tem uma pequena barra que não serve se não a canoas de voga. Aí desemboca um rio, que sobe até seis léguas de distância para o norte, e vai dar em verjais e pantanais de sertões.

## 6°

Prosseguindo a mesma costa, desaba o rio de Caraípe, e faz uma pequena barra, que só serve para canoas de voga, e sobem pelo mesmo rio só pequenas, e corta o rio para a parte do sul, até a freguesia da Serra, onde passa para montanhas, e, algumas vezes, tapa a sua vadeação, por falta de inundações.<sup>17</sup>

## 7°

Na continuação da mesma costa, distância de seis léguas, fica a barra desta vila Capital, onde se conhece ter capacidade para entrar qualquer navio, até fragata, e só não poderão fazer os de alto bordo... [reticências no texto], vindo a desabar, na dita barra, dois rios, que são eles, o de S. Maria, e o de Jucu, aquele pela parte do norte, e este pela do sul, circulando a vila que fica situada, como em ilha, e da barra a vila dista uma légua. Este porto dá uma boa amarração aos navios, [e a] toda a embarcação que nele entra, abrigado de todos os ventos. A sua entrada é sem receio, resguardando-se do que se vê. Nele se vêem ancoradas várias sumacas de fora, sendo próprias da terra vinte e duas, fora lanchões grandes, que importam em outras tantas, que tanto pescam como conduzem os gêneros da terra para as cidades do Rio de Janeiro e Bahia. Os rios que a circulam sobem; o de S. Maria nove léguas até o primeiro cachoeiro, que corre para a parte do norte por onde navegam canoas, sem serem de voga, por estreitar em algumas partes e se não poder remar em tempo de seca; o de Jucu sobe até o primeiro cachoeiro oito para nove léguas para a parte do sul, e dele sai um ramo que desemboca ao mar, a que chamam a barra de Jucu, que dista desta vila três léguas e, da vila do Espírito Santo, conjunta à barra desta Capital, duas léguas. Pelo dito ramo de rio, e sua barra, entram canoas; e por detrás de um morro fica um remanso, onde há sua pescaria, a que faz o melhor abrigo deste lugar.<sup>18</sup>

## 1º Ponto da parte do sul

E prosseguindo a mesma costa distância de oito léguas, tem suas pescarias e, no termo delas, há o rio de Perocão, que dá lugar a uma barra, que só entram canoas, e sobem até três léguas, pela terra dentro.

## 2º

Para baixo deste lugar, distante uma légua, está a barra da vila de Guarapari, que admite, a sua entrada, a sumacas grandes e lanchas, resguardando-se do que se vê... [reticências no texto]. Tem esta a dois pequenos rios, que desembocam a ela, um que sobe duas léguas, para a parte do sul, até Aldeia Velha, tão bem assim chamada, e outro, para o norte meia légua, que confina com serras inabitadas.

## 3º

Correndo a mesma costa para o sul, distância de seis léguas, fica a barra de Vila Nova de Benevente. Esta barra é capaz para toda qualidade de sumaca, em maré cheia, e dá um bom abrigo... [reticências no texto]. Nesta enseada desembocam dois rios, um que sobe para o norte cinco léguas, e por ele navegam canoas; e outro sobe para o sul outras cinco léguas, e vai dar a um verjal, que se supõe comunicar a Piúma.

## 4º

Descendo a dita costa distância mais de três léguas, fica a barra do rio de Piúma, que em ocasião de maré pode navegar uma corveta descarregada, como presentemente se experimenta, construindo-se dentro dela (Piúma) uma que vai aparelhada de mastros e saíria carregada, se na dita barra não houvesse um cordão de areia<sup>19</sup>; por este rio sobem canoas até distância de três léguas, e vão mais três, até comunicar-se com as vizinhanças das minas do Castelo, que se acham cheias de matos, por eu impedir a limpa delas, a fim de evitar a sua comunicação.<sup>20</sup>

## 5º

Tornando deste lugar em continuação para o sul, distância de três léguas, está o rio de Tapemirim, que a sua barra, nas marés matinais, tem

doze palmos. Fica a barra a leste, pelo meio de duas ilhas, chamadas Taputéra; nas marés pequenas tem a barra dez até oito palmos d'água. Da barra até as minas do Castelo se gastam oito dias, em canoas carregadas e, em canoas escoteiras, se gastam cinco dias.<sup>21</sup> Tem, ao subir pelo rio acima, uma paragem chamada as Duas Barras. Divide-se este rio para o sul e vai seguindo para o Castelo. Chegando ao lugar da fruteira, se divide o rio da fruteira para o norte, e se vai seguindo para o Castelo. Chegando ao lugar chamado Batéia, divide-se um ribeirão para o norte e vão se seguindo o do Castelo, e chegando a Manga Larga, divide-se outro para o sul, e daí para cima navega-se já com pouca água, até chegar ao porto da Piedade, que é o porto das minas do Castelo. E daí para cima não há mais navegação por causa de haver alguns cachoeiros despenhados; e sempre vai seguindo do Castelo para cima, às cabeceiras dele, se gastam doze dias.

## 6°

Deste rio de Tapemirim, pela costa, distância de seis léguas, está a barra de Capabuana. Pela dita sobe um rio, que corta para a parte do norte pelo meio das fazendas de Moribeca, que foram dos denominados jesuítas, e vai até a distância de quatro léguas, que navegam canoas por ele. Há, além disso nele, suas pescarias; na barra entram e saem lanchas com cargas das ditas fazendas.

## 7°

E desta dita barra, distância de mais de légua, no lugar chamado Santa Catarina das Mós, limita a jurisdição desta capitania. E a comarca estende-se até a vila de São Salvador dos Campos de Goitacazes, que desta, desta cabeça de comarca para o sul, cinquenta léguas; e desta mesma parte pagam pensões os engenhos à Real Fazenda desta comarca.

### Dissertação sobre as vilas da comarca

#### 1ª

#### Vila da Vitória

Esta vila é a mais famosa de toda a comarca, e cabeça dela. A sua câmara não tem foral, nem bens patrimoniais. E as pequenas rendas que

percebe de contratos e foros são diminutas para encher as suas necessárias despesas, vindo por isso a ficar alcançada anualmente... [reticências no texto]. E para acudir a alguma reparação pública de fontes e calçadas, ou outra obra famosa, é preciso fintar-se o povo, além do grande alcance que já sofre como dito fica. O maior ramo de comércio por meio da cultura que ela tem, e de si exporta para fora anualmente, é o algodão descarado; o pano fabricado do mesmo, o fio do dito; o açúcar; o milho, o arroz, para terem a sua extração na cidade do Rio de Janeiro, Bahia e algumas vezes na de Pernambuco.<sup>22</sup>

A terra é capaz de toda a produção, fazendo, mas os seus habitantes, frouxos e nada aferrados ao interesse. Os seus sertões [são] dilatados, e de muitos haveres, mas cultivados três léguas de fundo à frente deles, distância a que só chegam os lavradores com receio das hostilidades do gentio bárbaro. Os rios, que a circulam, dão franca condução para as ditas lavouras.

Nestes sertões, há toda qualidade de madeiras para a construção de quaisquer navios e naus, como são perobas, tapinhoãs, araribas, jacarandás, pau-brasil, vinháticos, sepipira, sobros, cabiúnas, ipês, sapucaias, graúnas, pau-ferro, e outros muitos próprios para o mesmo ministério, e para tintas que lhes não sabem dar os nomes; as quais, madeiras, são comuns em todo o sertão do continente desta comarca. Nela há mais a poalha, a teacica, o bálsamo, algum cacau, o ouro que tem sido visível a alguns nas margens dos rios, de que se teriam utilizado se as leis de S. Majestade lhes não servissem de barreiras às suas ambições, e as vigilâncias, que sobre elas me têm sido necessário pôr, criando destacamentos nos lugares de receio; e mais [ouro] se tem visto em alguns assaltos, dado contra os gentios pelos capitães de entradas;<sup>23</sup> [e visto] pedras preciosas, nos mesmos sertões, como são águas marinhas e outras vermelhas como rubis, topázios brancos, e mais de que eles não têm conhecimento.

Esta terra foi em outro tempo do donatário, e este a vendeu a S. Majestade,<sup>24</sup> para quem passou o senhorio dela, e de que os povos se acham desfrutando sem que delas paguem foro algum, de onde nascem fortes pleitos e desordens, por todos trabalharem nelas pro indiviso [sem demarcação], sem se poderem conter em limites certos; sobre o que me parecia justo, tanto a benefício dos povos [habitantes], como de interesse à Real Coroa, que S. Majestade as mandasse demarcar, e que pagasse cada um, à proporção, o seu foro, inda que módico, e que este rendimento, em lugar das rendas dos subsídios e contratos de aguardentes da terra, que a câmara pede, se lhe desse para patrimônio, a fim de se poder desempenhar e continuar com as

obras públicas em que está, e outras que lhe forem precisas. À exceção de algumas fazendas, que já estão demarcadas, como são as que foram dos extintos jesuítas, e outras em pequeno número, que têm suas sesmarias, que tudo o mais se acham [os ocupantes] possuindo por doações de pais a filhos, e destes a herdeiros, em tal forma que praticam tanto trabalhar nelas o que tem cem mil réis, como o que possui mil réis, por serem, como dito ficam [ficou], pro indiviso. Disto mesmo nasce o não haver abundância de criação de gado vacum e cavalari, em abundância, pelos cortarem os vizinhos, vindo este prejuízo à renda das coletas das carnes<sup>25</sup> que se aplica aos mestres régios, pela Mesa da Real Fazenda dessa cidade.

A quantidade dos gêneros que se exportam desta vila anualmente são, em varas de pano de algodão, 276 mil 800; a oitenta réis a vara, soma a quantia de 22:144 mil 240 réis e, em algodão aberto, 5.100 arrobas que, a 3 mil réis, soma 15:300\$000 réis; de açúcar, 4 mil 877 arrobas (que), a 1 mil réis, soma 4:870 mil réis; em fio (de algodão), 202 arrobas, a 5 mil, 120 arrobas soma 1:034 mil 240 réis; de milho, 8 mil 000 alqueires, a 200 réis, soma 1.600 mil réis; de arroz, de milho, 8 mil 000 alque [sic], digo, de arroz, 3 mil 000 alqueires a 240 réis, soma 720 mil 000 réis, que, ao todo, faz a quantia de 45:668 mil 480.<sup>26</sup>

Os gêneros gasteáveis nela, que vêm de fora, são 1 mil 813 alqueires de sal, a 640, soma 1.160 mil 320 réis; de vinho, 16 pipas a 60 mil réis, soma 960 mil réis; de aguardente, 13 pipas, a 76 mil 800 réis, soma 998 mil 400; de azeite doce, seis pipas a 80 mil réis, soma 480 mil réis; de vinagre, 5 pipas a 32 mil réis, soma 160 mil réis; de azeite de peixe, 92 pipas a 25 mil 600 réis, soma 2:355 mil 200; em fazendas secas, de várias qualidades, panos, durquetes, baetas, bertanhas, de França e Hamburgo, pano de linho, cambraias, sedas e outros, anualmente, soma a quantia de 18:113 mil 920 réis, e julgo ser tanto útil à terra, como conveniente à praça de Lisboa, que viesse, em direitura [da vila], um navio anualmente carregado das ditas fazendas, para conduzir desta vila os efeitos dela [valores negociáveis], o que se praticou nos tempos passados quando esta terra era de donatário, que houve alfândega, de que inda hoje serve o ouvidor de provedor dela, e o escrivão da fazenda recebe propinas [jórias], e se paga ordenado ao porteiro, que é o meirinho geral.<sup>27</sup>

De não menos necessidade é o S. Majestade acudir à relaxação em que esta provedoria [está], por falta de haver nela um contador, ou oficial de fazenda para armar as contas da mesma, porque o escrivão, sendo, aliás, bastante fiscal, e com sua inteligência, não pode abarcar tudo, porque ele

serve de escrivão de fazenda, do almoxarifado, da vedoria e, ultimamente, dos defuntos e ausentes; e de presente está servindo, pela vaga do ouvidor da comarca, de provedor da mesma fazenda, por isso se não pode completar uma completa conta dos rendimentos e despesas da mesma real fazenda e o dinheiro que, de fundo, existe no cofre, porque se não tem tomado conta a muitos almoxarifes, sofrendo por isso os povos um contínuo embaraço com hipotecas nos seus bens, sem poderem fazer divisões entre os herdeiros.

2<sup>a</sup> da parte do norte  
Vila Nova de Almeida

Esta vila vemos, como dito fica, no princípio serem índios os seus habitantes. Esta gente é inteiramente preguiçosa e de nada estimam os haveres, de sorte que, possuindo com que passem alguns dias, não cuidam no futuro, e só obrigados da necessidade ou temor, trabalham. A câmara não tem patrimônio sólido... [reticências no texto], e fica anualmente alcançada, pagando o soldo ao sargento-mor e ajudante de auxiliares. Dela só se exporta para [o] porto desta capitania 980 dúzias de tabuado, que vende a 2.560 réis, soma 2.508<sup>28</sup> mil 800 réis e, na outra cultura, só cuidam e lavram para comer e vestir.

1<sup>a</sup> parte do sul  
Vila do Espírito Santo

Esta vila nada de si exporta, nem entra, porque, ficando na barra desta capital, dela recebe todos os efeitos, e extrai os seus; a sua câmara, com os soldos ditos dos oficiais auxiliares vive alcançada.

2<sup>a</sup> parte do sul  
Vila de Guarapari

Desta vila consta a formalidade da sua barra e assento e, na sua criação, lhe foi concedido, para termo e data, seis léguas de terra... [reticências no texto], bem entendido pelo conibo [sic] da costa que, de fundo, nem um quarto de légua tem; as quais se acham usurpadas pelo defunto cônego Quintal, e hoje por seus administradores, por haver deixado o dito cônego uma fazenda e engenho, a quem diz pertencerem as ditas terras. Esta fazenda anda litigiosa, e não se sabe se pertencerá à mitra do Rio de Janeiro, [ou] se

aos herdeiros do dito cônego, que existem em Portugal. Os moradores desta vila vivem pensionados, por isso só trabalham para comer e vestir. Dela saem anualmente 30 caixas de açúcar, reguladas a 30 arrobas que a 1 mil réis soma 900 mil réis. A sua câmara vive desempenhada.<sup>29</sup>

### 3ª parte do sul Vila Nova de Benevente

Esta vila, ultimamente, depois da cabeça da comarca, é a mais populosa da capitania... [reticências no texto], e os seus habitantes são índios e de natureza, como dito fica, frouxos. Por meio da cultura só tiram o sustento, sendo a terra capaz de tudo. O comércio dela é serraria de madeiras, de caunda [sic] e tapinhoã, de que fazem tabuado e couçoeiras e sai, pelo menos dela, anualmente, 700 dúzias a preços de 3 mil réis, soma 2.100 mil réis; a câmara segue o teor das outras, vive alcançada.<sup>30</sup>

Estas foram as averiguações que as mesmas forças e talentos poderão alcançar, devendo-me V. Exa. tolerar as faltas, suprimindo a elas os arduos e eficazes desembargos com que busco empregar-me, com satisfação, no serviço de S. Majestade e de V. Exa. Vitória, 11 de julho de 1790. Inácio João Mongiardino.

#### Notas

1 A Informação de Inácio Mongiardino, dirigida ao governador da Bahia, reporta-se à carta dele recebida anteriormente, com data de 31 de julho de 1789, e também à solicitação de contas que a rainha de Portugal, Dona Maria I, pede à Câmara da vila de Vitória. Dona Maria, filha de Dom José e de Dona Mariana, ocupou o trono de Portugal de 1777 a 1816, apesar de ter perdido a razão em 1792. Seu filho, Dom João, depois Dom João VI, substituiu-a como regente, na fase da doença, função que desempenhava quando chegou ao Brasil, evadindo-se à invasão de Lisboa pelas tropas de Napoleão Bonaparte.

2 A parte inicial da Informação ocupa-se em responder à soberana, Dona Maria I e, ainda, em solicitar, em favor da vila de Vitória, o privilégio do foral e da nomeação de escrivão, justificando os pedidos com os rapapés e queixas, ao estilo da época.

3 Neste terceiro parágrafo, a Informação cai, lamuriosamente, num pedido de ajuda à Real Fazenda, por conta do subsídio (imposto) pago pelo povo para a manutenção da tropa sediada em Vitória, objetivando sua defesa e a das Minas Gerais, e sob a alegação da penúria em que andavam os cofres da câmara da vila.

4 Não deixa Mongiardino passar em branco a oportunidade de encaixar pedido em favor da criação de uma nova freguesia, a fim de melhorar as condições da assistência religiosa ao povo da capitania, fazendo, inclusive, remissão à igreja que pertencera aos jesuítas, expulsos do Espírito Santo em 1760, em virtude da política do Marquês de Pombal. Com a expulsão, a igreja de Santiago, em Vitória, prestou-se a várias finalidades, dentre as quais a de sede da câmara da vila.

5 Ao menos em relação aos professores de ler e escrever e de gramática latina, a Informação cancela pleito anterior, embora continuasse assinalando a carência para o ensino de filosofia, o que afetava a formação dos luminares (!) que da capitania pudessem sair para enriquecer o campo das letras, da religião e da justiça. José Teixeira de Oliveira, em sua indispensável *História do Estado do Espírito Santo*, registra que, com a expulsão dos jesuítas, a capitania ficou desprovida de escolas, dando origem a muitas reclamações encaminhadas a Lisboa. A súplica da câmara da vila de Vitória, a que se referiu Mongiardino, foi uma delas. Com a criação do chamado subsídio literário, aulas de ensino público foram abertas no Espírito Santo, por determinação da metrópole portuguesa, a cargo de professores pagos pela população com aquele imposto, mas nem sempre eficientemente arrecadado.

6 Com justificativa que busca reduzir de importância a alegação de prejuízo causado à Real Fazenda, envolvendo a exportação de algodão da capitania para o Rio de Janeiro, a Informação encerra a resposta de Mongiardino à prestação de contas que, como capitão-mor do Espírito Santo, competia dar à Coroa, passando a responder à carta do secretário de Estado dos Negócios Ultramarinos, referida no inquérito.

7 A partir deste ponto, a Informação desce às “investigações” realizadas pelo seu autor sobre a capitania do Espírito Santo. É quando o documento se faz historiográfico e pioneiro, pelo menos até agora, como marco da historiografia capixaba.

8 Todo o 1º Ponto da Informação faz menção às vilas do Espírito Santo, população, distâncias e extensão territorial, fechando com um balanço geral. É um dos aspectos em que a Informação de Mongiardino difere da memória de Manoel da Cunha, que fala sobre tais dados. Repassando-se, porém, os números de Mongiardino, verifica-se que ele errou nas contas, pois a população do Espírito Santo montava, pelos dados fornecidos, a 17.487 habitantes (e não 22.493), sendo 10.653 livres e 6.834 escravos, numa diferença de 5.006 habitantes contra o informante. A não ser que se releve a diferença por conta daquele “fora os que se acham fora”.

9 A navegação de que cogita Mongiardino era na parte baixa do rio Doce. Ainda não chegara o momento em que o rio viria a ser considerado, pelas autoridades portuguesas, como possível via de ligação do Espírito Santo com a capitania de Minas Gerais, o que somente ocorreu no começo do século XIX, e após o esgotamento das minas de ouro. Em sua memória de 23 de junho de 1811, Francisco Manoel da Cunha já trata da inviabilidade dessa navegação de curso, prejudicada pelos obstáculos naturais do rio, esboçando, inclusive, comentário irônico ao governador Tovar, que governou o Espírito Santo de 1804 a 1811, e concluía pela navegabilidade, defendida pelo conde de Linhares, ministro de D. João. Leia-se, a propósito, o fino e corajoso comentário de Manoel da Cunha: “Tais são, Exmo. Sr., os grandes obstáculos, confessados pelos mesmos mineiros desde a vez primeira que se comunicaram com os capitanienses (espírito-santenses) por aquele rio, que dificultam, como já disse, a sua freqüente navegação; mas obstáculos que foram tão facilmente removidos pelo atual governador da capitania do Espírito Santo, Manoel Vieira de Albuquerque



Tovar, na ligeira e curta viagem que fez por aquele rio; cuja execução ainda se não viu, nem tampouco a chegada das canoas de Minas, que ali se esperavam dentro de oito dias, com gêneros permutáveis, como dizia o governador em um officio, que nesta Corte, logo que chegou da sua viagem, dirigiu ao Ilmo. e Exmo. Sr. Conde de Linhares.”

10 No final do século XVIII, pois que a Informação data de 1790, e conforme deixa registrado o capitão-mor Inácio Mongiardino, mantém-se férrea a política metropolitana de se evitar, a todo custo, a comunicação com a região das minas, onde quer que elas se encontrassem, a fim de evitar o descaminho do ouro com prejuízo do fisco lusitano, do qual o Brasil herdou a mesma avidez famélica.

11 A criação de destacamentos para controle do contrabando do ouro era política comezinha de Portugal na colônia brasileira. Em 1790, data da Informação, a exploração aurífera em Minas Gerais já entrava em curva de declínio. Lembra Celso Furtado que o auge da exploração se situou entre 1750 e 1760, “quando atingiu 2,5 milhões de libras”. Apesar disso, ou por isso mesmo, a diminuição do ouro impunha maiores rigores de bloqueio às passagens para os descaminhos.

12 Também Manoel da Cunha fará, em seu relatório, referência aos assaltos dos botocudos, até mesmo em relação a regiões mais próximas à costa da capitania. Confirma-se: “A maior parte da freguesia da Serra tem sido infestada por tais selvagens, que têm chegado até Carapina, lugar que dista duas léguas da vila capital, e cujos habitantes se acham refugiados nela. O rio de Santa Maria igualmente foi vítima da sua ferocidade: eles aí postejaram uma mulher ainda viva, devorando-a, depois de haverem cometido outros atentados; e as providências que deram foram quase nenhuma. Certamente a horda botocuda estaria submetida, Exmo. Sr., se as tribos Tataró e Manaxó fossem atraídas pela doçura e amizade. É assim que Lombard e Ramette se fizeram amados aos índios Galibis; é assim que Chapelain, remontando o rio de S. Lourenço, adotou os costumes dos Algonquins, dos Hurones e dos Iroqueses; mas infelizmente esta tática é desconhecida do Governador atual da Capitania do Espírito Santo.”

13 Sobre a navegação do rio Doce em território capixaba, escreveu Manoel da Cunha: “A navegação do porto do Souza (Baixo Guandu) até a barra é mais cômoda (em relação à feita em território mineiro), por não se encontrar tantos penedos; mas o fundo do canal é sempre desigual. Cento e quarenta ilhas, desde o lugar do Cascalho até o quartel da Regência Augusta (na foz do rio) dividem este rio como em dois, cuja corrente é assaz extraordinária. A sua largura, desde a foz até o já dito lugar do Cascalho, é quase sempre de um quarto de légua, e cheia de grandes bancos de areia, tanto da parte do norte, como do sul. A barra não é estável: umas vezes tem dez a treze palmos, outras vezes sete, cinco. Não há ali um surgidouro capaz de ancorar qualquer embarcação e, para escapar à rapidez da corrente, é necessário segurar-se com cabos em terra. A entrada da barra é dificultosa, e de grande perigo: esta entrada só com vento feito pode ser feliz, pois nada mais é capaz de vencer a aluvião de tantos rios combinados em um só ponto. Os baixos de um e outro lado impossibilitam às embarcações poderem bordejar; e se quisessem prosseguir a viagem pelo rio acima, não poderiam ‘surmontar’ pelas diferentes direções do canal, que ora demanda o norte e noroeste, ora a oeste e sudoeste, e seriam necessários muitos ventos favoráveis a um só tempo, para que as embarcações evitassem seu naufrágio.”

14 Neste parágrafo, Mongiardino enaltece a fertilidade das terras do rio Doce, um dos fatores que concorreram para o seu povoamento. Mas critica as “manobras” dos mineradores que prejudicavam (já naquele tempo) a boa qualidade das águas doces. Finalmente, acentua as conseqüências advindas da duplicidade indefinida de jurisdição entre Porto Seguro e Espírito Santo, a que estava submetida a povoação (Baixo Guandu?), sita no limite entre o Espírito Santo e Minas (embora, àquela data, limite ainda indeterminado), propondo a divisão das comarcas pelo rio das Contas (o que é, no mínimo, estranho).

15 Sobre este mesmo trecho da costa capixaba escreveu Francisco Manoel da Cunha: “Da barra do rio Doce, onde está o quartel da Regência Augusta, marchando-se pela praia na longitude de três léguas, está o quartel chamado dos Comboios, retirado da mesma praia um quarto de légua: aqui passa o rio, ou, para melhor dizer, a lagoa do Campo, e se formos a combinar o tempo que se gasta daí ao lugar do Riacho, seja embarcando por esse pântano, ou vindo pela praia, a viagem sempre é igual. Ainda me recorde que toda essa praia, desde o rio Doce até o sítio do Riacho, onde está um quartel já desemparado, é insuportável; a sua extensão é de sete léguas. A lagoa do Campo dista, deste lugar para o este, poucas horas de jornada, tanto por terra, como pelo mesmo rio, que lá vai ter.”

16 Compare-se a descrição de Mongiardino com a de Cunha: “Saindo do Riacho, e andando-se três léguas, está a Aldeia Velha: o rio neste lugar admite em si bergantins, que muitas vezes têm ido carregar madeiras, de que ricamente abundam as suas matas. Cinco ou seis horas de viagem pelo rio acima, a oeste-noroeste, está o destacamento de Piraqueçu, composto unicamente de índios; e mais abaixo, por um braço do mesmo rio, que demanda ao sul, vê-se o lugar denominado Piraquemirim, onde há pouco sucedeu a catástrofe horrível, da qual falearei na continuação desta memória (já mencionada em nota anterior). A Aldeia Velha em si não merece atenção; algumas pequenas casas e, pela maior parte, cobertas de palhas e, alongadas umas das outras, formam a totalidade desta chamada povoação, de um e outro lado do rio.” Vale acrescentar que, cinquenta anos mais tarde, François Biard daria do mesmo lugar uma descrição pela qual se verifica que nada havia mudado ali, desde o tempo de Francisco Manoel da Cunha, exceto pelo fato de que fora construído na aldeia um frontispício de igreja que, à distância, impressionou o francês pela sua imponência, mas que, de perto, não passava de uma fachada falsa.

17 Em sua memória, Manoel da Cunha não faz referência ao rio Jacaraípe, entrando direto na descrição de Vitória.

18 Francisco Manoel da Cunha deu também informações sobre a barra de Vitória, a ilha da capital e seu ancoradouro; fala dos fortes de São Francisco Xavier ou Piratininga e do de São João; trata dos rios Santa Maria da Vitória e do Jucu, “cuja barra é só capaz de receber canoas”.

19 Interessante esta referência à construção de uma corveta em Piúma, documentando a antiguidade de artesanato naval que até hoje sobrevive no lugar.

20 As explorações de ouro na região do rio Castelo, afluente do Itapemirim, é tema de que se ocuparam alguns historiadores. Mas ainda está a merecer pesquisa mais aprofundada, a partir do levantamento de fontes primárias em arquivos portugueses. Data, possivelmente, do começo do XVIII, a identificação da existência de ouro na região, e os prenúncios desta descoberta talvez tenham sido uma das causas (uma outra foi a defesa do ouro das Gerais) que levaram a Coroa Portuguesa a adquirir a capitania capixaba, em 1718, a Cosme Rolim

de Moura, donatário da linhagem de Francisco Gil de Araújo que, por sua vez, a havia comprado, no século XVII, ao último herdeiro de Vasco Fernandes Coutinho. O sertanista Pedro Bueno Cacunda ligou seu nome à exploração das minas do Castelo, tendo dirigido ao rei de Portugal carta de 1734, na qual, reportando-se às explorações que vinha fazendo, desde o começo do século, para o achamento do ouro, com incursões em terras da capitania do Espírito Santo, habitadas pelos puris, requereu para si a superintendência dessas minas. Esta pretensão não sensibilizou o rei. Ao contrário, há troca de ofícios entre autoridades da Colônia objetivando dificultar as atividades de Cacunda, para prevenir o risco de comunicação das minas do Castelo com o litoral, sugestão feita por Cacunda na carta de 1734. Em 1790, Mongiardino ainda fala, em sua Informação, e o faz com orgulho, do impedimento que criou à limpeza dos matos das minas do Castelo, “a fim de evitar a sua comunicação”. A política da incomunicabilidade do litoral com o interior continuava a ser defendida cinquenta e seis anos depois da carta de Pedro Bueno.

21 Apesar de Mongiardino haver demonstrado, conforme vimos na nota anterior, a preocupação com a incomunicabilidade com as minas do Castelo, sua Informação deixa claro que, em oito dias de navegação pelo Itapemirim, as minas estariam ao alcance de canoas carregadas. Esta observação torna compreensíveis as palavras dirigidas, em ofício de 1775, pelo marquês de Lavradio, vice-rei do Brasil, ao governador da Bahia, em que ressalta a necessidade de se manter fortificada e povoada, isenta de recrutamento militar, a vila de Vitória: “...e como me consta que, por ordem de V. Exa., se estão recrutando os moradores da vila da Vitória da capitania do Espírito Santo para serem remetidos para essa cidade, me parece devo representar a V. Exa. que aquele porto é um dos mais importantes; donde deve haver toda a precisa defesa e a maior cautela, não só pela vizinhança em que se acha com as minas do Castelo e com a capitania de Minas Gerais, porque, tomado ele, ficam no risco de perderem-se aquelas minas, por haver caminho franco da mesma vila para elas e, por conseguinte, todas as outras contíguas àquela capitania...” Este trecho de correspondência oficial revela ainda as motivações que levaram Portugal a tornar Vitória um baluarte militar de proteção às minas do ouro.

22 Em seu relato, Francisco Manoel da Cunha dedica descrição à vila de Vitória, indicando a existência de nove igrejas e dois conventos. Fala que “seu comércio, que consiste em pequenas quantidades de açúcar, aguardente, café, milho, feijão, arroz e algodão, não é bastante para animar os seus habitantes, e as suas pequenas embarcações só navegam ao longo das costas limítrofes do Rio de Janeiro e Bahia e, raras vezes, se atrevem a viajarem para Pernambuco ou Rio Grande do Sul”. Das mulheres informa que a maior parte vive a fiar algodão. Reclama que a “agricultura está como esquecida” e que “não há um só negociante capaz de animar ali os diversos gêneros do comércio, ou seja em artigos europeus, asiáticos ou africanos”. E conclui tratando dos fortes de Piratininga e de São João, que guarnecem a entrada da vila.

23 A carta de Pedro Bueno Cacunda, já mencionada em nota anterior, mostra como os sertanistas se valiam dos índios para saber da existência de ouro no sertão brasileiro. Diz Cacunda: “... e dos próprios índios agregados se noticiaram de duas nações gentílicas, uma chamada coroados, que senhoreia o rio Itapeba e suas vertentes; e outra, chamada puris, que senhoreia o rio Mayguaçu, e também suas vertentes; destas duas nações se agregaram depois também alguns índios, os quais se achavam possuidores de muitas folhetas de ouro, que lhes serviam de chumbadas das linhas com que pescavam, e,

juntamente, de enfeites com que se ornavam suas mulheres; e inquirindo, os ditos povoadores, estes mesmos índios, de onde colhiam aquelas folhetas, diziam que havia naquele sertão ribeiros que com a inundação das águas se desbarrancavam as suas beiradas e, nelas, diminuídas as mesmas águas, à flor da terra, as colhiam, não fazendo caso da abundância de ouro em pó por lhe não ter aquele ministério que lhes tinham as folhetas”.

24 Pode-se dizer que a capitania do Espírito Santo viveu sob uma redoma de ferro, no século XVIII, fruto do isolamento a que ficou condenada em razão do descobrimento do ouro na região das gerais, do receio que a metrópole portuguesa tinha de que houvesse invasões inimigas às minas, a partir do Espírito Santo, e ainda do rígido controle à abertura de caminhos para oeste, a fim de evitar o contrabando do ouro.

25 O não pagamento de foro, pela utilização da terra cultivável, a que se reporta Mongiardino, com áreas desordenadamente ocupadas pelos colonos, dá bem uma idéia do descabro reinante no Espírito Santo quanto à política de concessão e controle das sesmarias, instituto que se constituiu peça chave na formação do sistema de capitanias hereditárias no Brasil. Tanto que, nas cartas de doação e de foral, a concessão de sesmarias achava-se normatizada como uma das obrigações a serem cumpridas pelos donatários, para o êxito da colonização.

26 A informação de Mongiardino, sobre os gêneros exportáveis da capitania, revela o campo de atividade econômica dos seus habitantes. Por ela, duas observações se impõem: a primeira, com relação ao fato de que a capitania, apesar das duras conseqüências que sofreu com o sufocamento castrense que, no século XVIII, lhe impôs a coroa portuguesa, visando à segurança das minas de ouro, conseguiu manter um mínimo de atividades capazes de lhe proporcionar excedentes comercializáveis; a segunda observação é quanto ao declínio da produção açucareira que, de principal atividade econômica do Espírito Santo, durante parte dos séculos XVI e XVII, decaiu, no século XVIII, sob o efeito da competição da área açucareira que os holandeses criaram nas Antilhas, depois de sua expulsão de Pernambuco, o que afetou a produção açucareira do Brasil. Todavia, à informação de Mongiardino, contrapõe-se a de Francisco Manoel da Cunha, transcrita em nota anterior, a saber: “não há um só negociante capaz de animar ali [na vila de Vitória] os diversos gêneros do comércio, ou seja em artigos europeus, asiáticos ou africanos”. A discrepância entre as duas notícias merece melhor exame.

27 O comentário que o parágrafo comporta é o de que os ganhos advindos da importação de mercadorias, fossem comerciais ou fiscais, compensavam, segundo a visão de Mongiardino, o comércio direto com a vila de Vitória, feito por meio de um navio/ano. Levando-se em conta que, pela própria estatística apresentada pelo informante, na parte demográfica de seu relatório, a população livre de Vitória somava 2.327 habitantes, para 10.653 em toda a capitania, conforme visto em nota anterior, caberia examinar se o movimento comercial apontado era expressivo ou não, tomando-se por base as mercadorias envolvidas, análise que foge ao nosso objetivo, até por que implicaria o manuseio de outros dados comparativos. De qualquer forma, a informação do capitão-mor, na parte da importação de mercadorias, volta a se conflitar com a de Manoel da Cunha, objeto de consideração na nota 26.

28 A descrição que Francisco Manoel da Cunha faz de Nova Almeida não é menos edificante, terminando com frase lapidar: “eu vejo ali a miséria, como no seu foco paternal”.

29 Será o cônego Quintal o mesmo a quem o príncipe Maximiliano de Wied Neuwied se refere, sem citar nome, quando passou em Guarapari, em 1816? É possível que sim, pois a informação de Maximiliano versa questão sobre a herança da fazenda denominada Campos, com quatrocentos escravos, e sabe-se, até hoje, o quanto se podem arrastar lusitanamente, nos meandros do judiciário, as questões sucessórias. Diz o príncipe alemão que, quando o último proprietário da fazenda morreu, “sobrevieio uma desordem geral: os escravos se revoltaram e cessaram o trabalho. Um padre [seria o cônego?] informou, aos herdeiros em Portugal, do estado de ruína da propriedade, e ofereceu-se para restaurar a ordem, se lhe dessem uma parte na fazenda. Assim se combinou; mas os cabeças dos escravos mataram-no na cama, armaram-se e formaram, nessas florestas, uma república negra, que não foi fácil submeter.”

30 Em Francisco Manoel da Cunha depara-se a referência ao aproveitamento de madeiras para a fabricação de sumacas, em Benevente. E a mesma decepção quanto à pobreza do lugar.

#### Bibliografia das notas

BIARD, A.F. *Viagem à Província do Espírito Santo*. Vitória: Cultural-ES, s/d.

BITTENCOURT, Gabriel. *Notícias do Espírito Santo*. Rio de Janeiro: Cátedra, 1989.

FERREIRA, Waldemar. *As Capitânicas Coloniais de Juro e Herdade*. São Paulo: Saraiva, 1962.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Fundo de Cultura Forense, 1961.

LEAL, João Eurípides Franklin. *Espírito Santo: documentos coloniais*. Vitória: Fundação Jones dos Santos Neves, 1978.

MAXIMILIANO, Príncipe de Wied Neuwied. *Viagem ao Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940. (Coleção Brasileira)

OLIVEIRA, José Teixeira. *História do Estado do Espírito Santo*. Rio de Janeiro, 1951.

SALVADOR, José Gonçalves. *A Capitania do Espírito Santo e seus Engenhos de Açúcar (1535-1700): a presença dos cristãos-novos*. Vitória: Secretaria de Produção e Difusão Cultural-UFES/Departamento Estadual de Cultura, 1994.

## II - MISCELÂNEA



## MILAGRE DO SABUGO



Érico de Freitas Machado\*

O pequeno sitiante foi até a fazenda do compadre, vizinho, levando uma égua, de sua criação, para tentar cruzá-la com um dos cavalos garanhões do fazendeiro. Teve pouca sorte, pois ele não estava.

Que azar! A égua estava no cio e ia perder a vez.

Já se retirava quando a mulher do fazendeiro apareceu e perguntou: Está procurando o compadre? O que o senhor quer?

Meio sem jeito, ele falou:

— É, sim, senhora. Uma conversa...

E ficou acanhado de prosseguir, pois não sabia como falar sobre acasalamento dos animais, ainda mais que ela era muito jovem e casada com o compadre de pouco tempo. Segundas núpcias do fazendeiro, homem já entrado nos anos.

Ela, moderna, percebeu o acanhamento, e adiantou:

— O senhor quer cruzar a égua com um dos cavalos, não é?

— Sim, senhora, mas o compadre não está...

— Não há importância, eu vou com o senhor.

Seguiram até as baias. Chegando lá ele escolheu um cavalo baio, bonito e agitado.

Ela se adiantou:

— Esse é frio. Não vai cruzar. Escolha outro.

— Se a senhora permite, vou tentar com esse mesmo.

— Tudo bem, vamos ver!

Tudo preparado e nada do cavalo “pegar” a égua. Lá pras tantas, o sitiante tirou um sabugo de milho, do bolso, e começou a esfregar na orelha do cavalo. Imediatamente ele se animou e cruzou com a égua.

---

\* Membro do IHGES.



Pouco tempo depois volta o sitiante à fazenda do compadre, novamente com a mesma égua, para novo cruzamento. O primeiro não tinha vingado. Desta vez o compadre estava e tudo se repetiu, inclusive o mesmo cavalo.

O fazendeiro adiantou:

— Este é frio, escolha outro.

— Quero este mesmo, compadre. Vou dar um jeito.

E quando ele começou a passar o sabugo de milho na orelha do cavalo, o compadre explodiu:

— Ei, miserável, então foi você? Olhe minha orelha?!



Érico de Freitas Machado\*

O Coronel dominava, completamente, seu reduto eleitoral. Qualquer candidato apresentado por ele tinha votação maciça.

Uns poucos adversários políticos, cansados dos constantes revezes sofridos, resolveram denunciá-lo às autoridades maiores. O efeito não tardou e veio positivo. Um jovem promotor da capital chegou para apurar as irregularidades.

Naturalmente havia necessidade de uma visita inicial ao Coronel e este prontificou-se a ajudar o homem da lei em tudo que fosse preciso. Realmente assim aconteceu e no dia da eleição tudo correu na mais perfeita ordem, com os devidos membros da mesa, cabine indevassável, urna própria, enfim, da maneira correta como se deve proceder a uma eleição. Até a urna ficou guardada na prefeitura sob as vistas de dois policiais armados, após o encerramento da eleição.

Depois, inteiramente surpreendido com os resultados obtidos, o promotor procurou o Coronel, um tanto constrangido e até para pedir desculpas:

— Coronel, quando vim para aqui trouxe recomendação especial para apurar toda e qualquer irregularidade e imediatamente organizar processo informando sobre abusos, a fim de que houvesse base legal para medidas punitivas contra o senhor. Agora vejo que tudo é calúnia e na realidade o senhor colaborou, decididamente, apoiando-me em todos os meus atos. Só tenho a elogiá-lo e assim farei.

— Pois é, veja você como sou caluniado! E agora, como acabou seu trabalho aqui, leve meu abraço para os amigos da capital.

— Como acabou, Coronel?!

— Acabou, sim. A eleição, você fez. Agora, a apuração, quem faz sou eu!

## O PADRE VELHO



Érico de Freitas Machado

Na cidade, o padre velho era um verdadeiro déspota. Nos assuntos religiosos exigia pontualidade absoluta e não admitia desculpas para os atrasos.

Certo dia, por morte de um parente, Antônio, jovem de pouco mais de 18 anos, foi à igreja e marcou hora com o sacerdote para bênção do finado quando de passagem para o cemitério. Aconteceu que, lá por qualquer motivo, o enterro demorou mais do que devia. O velho cura, indignado, mas com calma, cumpriu com a obrigação, contudo, antes de terminar, fez sinal para Antônio esperar. E o pobre rapaz, depois, sofreu o dissabor de uma vasta descompostura:

— Mas, padre, eu não tive culpa...

— Então para que marcou hora? Deixar-me esperando, assim, de braços cruzados, esse tempão todo?!

— Padre, eu sei...

— Sabe nada! Se soubesse não seria tão irresponsável. Aliás já tem idade para isso. Devia aprender a cumprir os tratos!...

\* \* \*

O tempo foi passando. O padre velho estava construindo uma igreja nova. Grande, bonita e que era todo o seu orgulho. Deixar para a cidade, antes de morrer, aquele legado. Era sua preocupação e ao mesmo tempo seu divertimento. Na realidade o melhor emprego de tempo. Estava sempre à frente da construção, examinando, orientando, dando ordens.

Pelo seu lado, Antônio já casara e era próspero negociante local. Por ocasião de seu segundo aniversário de bodas, contratou missa para ser dita em ação de graças e, como sempre, o horário foi estipulado e devidamente anotado.

No dia certo, os convidados lotaram a igreja. Antônio e a mulher chegaram uns dez minutos antes da hora. Entretanto o vigário não apareceu. Talvez a idade ou talvez a nova igreja, quem sabe!? O certo é que o sacerdote esqueceu a missa!

Antônio esperou mais de meia hora. Então saiu e foi até a nova construção. Ao chegar perto do padre, olhou para ele e puxou o relógio do bolso. Ao começar as palavras, foi interrompido:

— Menino danado, vingou-se!

## UM DOMINGO PARA SEMPRE



Berredo de Menezes\*

Para meu irmão Taneco – o Zeca

Todas as vezes que me encontro diante do pôr-do-sol, sobretudo nas tardes em que a tristeza parece pedir encosto, como uma âncora do tempo, sinto, cada vez mais viva, a presença de meu pai. E sempre com aquele olhar de quem consegue ver, bem muito além da curva do infinito, o outro lado da sombra, onde Deus deve ter começado o seu brinquedo de apagar o dia, para semear estrelas na escuridão.

Não consigo me lembrar, senão em detalhes que me marcaram o coração, a figura de meu pai ao tempo em que ainda era menino, talvez porque raramente ele ficava em casa, devido à sua estafante atividade como juiz de Direito de Lorena, tarefa a que ele devotava todo o seu dia, só aparecendo em casa para almoçar — correndo —, voltando logo a seguir para o fórum, retornando somente à noite, isto quando não resolvia fazer serão, para “colocar os processos em dia”.

A qualquer reclamação de mamãe, a resposta era sempre a mesma:

— Nesse mundo em que o homem continua sendo lobo do homem, minha velha, tem que haver alguém que faça alguma coisa pelos pobres. Como juiz o meu dever é fazer justiça, embora as leis nem sempre permitam isto — e deixava mamãe a resmungar, batendo a porta da rua.

Mamãe era diferente, não parava nunca de nos dar atenção, a começar pelo banho matinal, depois de escovados os dentes, a escolha dos nossos uniformes sempre bem passados e limpíssimos, pois vivia a repetir, quando alguma amiga tocava no assunto, que “filho de juiz tem que andar bem arrumado e limpo, para dar exemplo” — e estampava nos lábios aquele sorriso doce e orgulhoso de “mãe coruja”.

---

\* Membro do IHGES.

Mas há um detalhe que eu nunca esquecerei, enquanto Deus me der sol, que marcou toda a minha infância, e que me traz meu pai à lembrança até nos dias de hoje, quando me deito para dormir: antes que qualquer um de nós fechasse os olhos, papai deslizava pelo quarto, com mansidão de silêncio, passava a mão carinhosa em nossos cabelos, e, como se pedisse perdão, com os olhos, por não nos haver dado atenção durante o dia, pousava um beijo demorado em nossas testas, sem conseguir esconder, de vez em quando, uma lágrima candente descendo-lhe o rosto. E isto passou a ocorrer, com mais frequência, depois que nossa mãe, prostrada na cama por doença grave, não tinha mais força para levantar-se e colocar, ela mesma, um lençol bem limpo sobre todos os filhos menores, antes de abençoar-nos e repetir, a cada um de nós, a mesma frase que ainda hoje o coração escuta, todas as noites, com emoção extrema: “dorme com Deus, meu filho.”

Guardo comigo, como lembrança imorredoura, a quase certeza de que nunca conseguiria dormir, naquele tempo de menino, se minha mãe e meu pai deixassem de cumprir aquele ritual que até hoje repito, na memória, como isca de pescar sono.

A partir da noite em que mamãe deixou de nos cobrir e abençoar, por absoluta incapacidade física — o seu estado de saúde se agravava diariamente — papai nos reuniu, na sala de jantar, para nos pedir, com muito carinho e emoção, que a partir daquela noite cada um de nós comparecesse ao seu quarto, para solicitar a bênção e o beijo de mamãe, concluindo com um argumento irrecusável: “só assim ela vai dormir feliz.”

E passamos a cumprir o novo ritual, cada um de nós esperando a sua vez, pela ordem da idade. Como eu era o caçula, demorava sempre um pouco mais, não apenas para pedir-lhe a bênção e ouvir o “dorme com Deus, meu filho”, mas, no fundo, pelo desejo de beber, nos seus olhos, toda a luminosidade daquele amor que ela conseguia nos transmitir, sem chorar nunca, como se quisesse nos convencer, pela força do olhar, que ela sempre estaria, em qualquer lugar do mundo, ou depois dele, velando por nós.

Quando Seu Dedé — único farmacêutico de Lorena — confessou a papai que não tinha outra alternativa senão mandar mamãe com urgência para a Capital, “pra ver se Deus arranja um milagre”, papai desesperou-se, mas, graças ao apoio de inúmeros amigos, acabou se convencendo de que devia tentar o “milagre”. E ao levar a decisão ao conhecimento de mamãe, fazendo mil e uma voltas, com receio de agravar-lhe mais ainda a saúde, foi surpreendido com a sua reação e aquele sorriso de alegria que ela sempre nos oferecia em seus momentos mais felizes:

— Você não avalia o quanto me alegrou essa notícia, meu velho. Só em imaginar que vou rever minhas filhas e os meus netos, já me sinto até melhor.

Mamãe sabia que, na Capital, as suas três filhas casadas iriam recebê-la com muito carinho, e, naquela mesma noite, resolveu fazer uma exigência a papai:

— Como eu sei que você não pode ir comigo, só viajarei se o nosso caçulinha me acompanhar.

Antes que papai esboçasse qualquer reação, acrescentou, já agora com olhar de quem suplica:

— Ele é o nosso único filho que ainda não conhece a Capital e eu não desejo morrer sem lhe proporcionar essa alegria.

A menção à possibilidade de morrer deve ter sido decisiva para a resolução de papai:

— Fique tranqüila, minha velha, que eu vou providenciar, agorinha mesmo, a bagagem de vocês.

A estação de Lorena estava repleta, naquela manhã. Mamãe, mesmo de maca, distribuíra sorrisos para todos os que a cumprimentavam, como se estivesse vivendo os dias mais felizes de suas festas de aniversário. Só deixou de sorrir quando Padre Estrela, apressado, e com a cara mais triste que poderia ter inventado, soltou uma frase inconseqüente, embora sem maldade, que chocou muito minha mãe:

— Vim trazer-lhe minhas despedidas, dona Clarita. Que Deus a acompanhe.

Mamãe perdeu a graça, ficou lívida, como se estivesse ouvindo uma sentença de morte, mas ainda conseguiu forças para retrucar:

— Pode ficar descansado, Padre, que Deus vai me trazer de volta nesse mesmo trem, para a alegria de todos os amigos que estão aqui.

As amigas mais próximas de mamãe, ao ouvirem suas palavras cheias de fé, chegaram inclusive a bater palmas, reavivando-lhe o sorriso. E tentando evitar maior constrangimento para o padre Estrela, que era extremamente atencioso e até generoso, às vezes, com os mais humildes, papai puxou-o discretamente para um local mais afastado, abraçou-o afetuosamente e fitou-o, no fundo dos olhos, com aquele olhar comovido de compreensão e agradecimento.

Atento a tudo que ocorria ao redor de minha mãe, observei que naquele exato momento o nosso querido farmacêutico — Seu Dedé — esgueirou-se entre os circunstantes, para deixar a estação, mas pude observar,

com estranheza e preocupação, que ele não conseguia conter as lágrimas que jorravam dos seus olhos, e que enxugava, de minuto a minuto, com um lenço velho já encharcado.

Papai subiu no vagão para beijar mamãe e a mim também, não esquecendo de acrescentar o que seu coração realmente mais desejava:

— Não vejo a hora de estar aqui nesta estação, novamente, para abraçar e beijar vocês, de volta.

A velha “Maria Fumaça” começou a cortar Lorena pelo meio, como o fazia diariamente, mas, naquele dia, principalmente depois que me tocaram, no fundo da alma, as lágrimas do Seu Dedé, o seu apito, prolongado e triste, parecia chorar dentro de mim.

Mamãe, que escolhera o lado da janela do trem, não conseguia desviar o olhar da paisagem, me transmitindo a sensação de quem recorda, com os olhos, toda a sua vida passada ali. E eu conseguia me sentir feliz, algumas vezes, quando surpreendia, no seu olhar de distâncias infinitas, aquele toque mágico de quem descobre, numa curva da saudade, ou da memória, alguns momentos de rara, mas extrema felicidade.

Minhas três irmãs casadas — Angelita, Luzinete e Cleonice —, avisadas por telegrama, nos esperavam na estação, com uma ambulância devidamente equipada para conduzir mamãe ao hospital.

O meu cunhado, Paivinha, não consentiu que eu sofresse o trauma de acompanhar minha mãe naquela ambulância, alegando, com habilidade, que pretendia me mostrar as belezas daquela cidade que me pareceu gigantesca, comparada com a nossa pequenina Lorena que, para mim e papai, era a “mais bela cidade do mundo”, como ele a defendia, sempre, isto quando não resolvia exagerar, se alguém ousasse contestá-lo:

— Lorena não é apenas uma cidade belíssima, mas uma invenção de Deus, numa tarde de desperdício, para que aqui florescesse, todos os dias, o pôr-do-sol que ele sonhou, para dormir a Eternidade — e soltava aquela gargalhada feliz que os ventos de Lorena carregavam e ouviam, como um sino.

Quando eu e Paivinha chegamos em casa, já na hora do jantar, Luzinete — que aprendera a chamar desde cedo de Dindinha Nete — contou-nos que mamãe passava bem, no hospital, mas, na manhã seguinte, teria que submeter-se a “uma bateria de exames, para saber se vai ou não ser submetida a operação”.

A palavra “bateria” me causou pânico, porque, menino ainda, quando papai levava para casa os jornais que comprava na passagem do



trem, durante a segunda guerra mundial, aquela palavra me lembrava operações militares, e logo imaginei que mamãe corria sério perigo. Naquela noite, sozinho no quarto — Dindinha nunca teve filhos — não consegui evitar o choro, embora o fizesse quase em murmúrio, para não revelar minha fraqueza, pois papai, desde criança, nos impunha a sua sentença machista: “homem não chora, nunca”.

Na noite seguinte, novamente ao jantar — Paivinha havia passado o dia todo passeando comigo — Dindinha nos revelou que “mamãe deverá sofrer uma ligeira operação, para extrair um tumorzinho.”

Na mesa de operação, todavia, aberto o local onde devia estar o “tumorzinho”, os médicos constataram que o tumor se alastrara por quase todo o corpo de mamãe, e que “só por milagre ela conseguirá ultrapassar as próximas setenta e duas horas”.

Eu estava com o ouvido colado atrás da porta do quarto de Dindinha Nete quando ouvi a frase que os médicos lhe haviam transmitido, na presença de Angelita e Cleonice, depois que descobriram o que estava devorando nossa mãe.

Corri para meu quarto, fiquei sentado na cama e, por incrível que pareça, ao invés de cair no choro, comecei a pensar em Lorena, preocupado com papai, que, na véspera de nossa viagem, quando foi me avisar que eu viajaria com mamãe, se despediu de mim, depois de beijar-me a testa, me fazendo um pedido muito emocionado:

— Filho, me traga a mamãe de volta, para nós, porque eu não vou conseguir viver sem ela.

Após ouvir o que a Dindinha revelou a Paivinha, naquela noite, passei horas remoendo a frase de papai, e por mais que fechasse os olhos, tentando dormir, o seu olhar de súplica parecia gritar no meu escuro.

Por volta da madrugada, sem conseguir dormir, tomei uma decisão depois de formular um plano: se não posso voltar com mamãe, vou tentar, pelo menos, salvar meu pai.

Dindinha foi ao meu quarto cedo ainda, sob a desculpa de que mamãe estava querendo me ver — o que era verdade — para me transmitir “a boa-nova de sua milagrosa operação”.

Como Dindinha Nete nunca soube mentir, me passou o “recado de mamãe” desviando o olhar pela janela, certamente para que eu não descobrisse aquele orvalho de rosa enluarada que acentuava o brilho e a tristeza que seus olhos não conseguiam esconder.

Fingi que estava acreditando na “boa-nova” e, como já estivesse decidido a voltar a Lorena, para estar perto de papai quando estourasse a “bomba”, resolvi pôr em prática, logo na mesa do café, o meu plano:

— Dindinha, quando papai souber que a operação de mamãe foi um sucesso, eu tenho certeza que ele é capaz de arranjar um jeitinho de vir visitá-la, nem que seja só por um dia.

Antes que ela fizesse qualquer objeção, pois sabia que papai logo descobriria a farsa, quando conversasse com os médicos, acrescentei, olhando para Paivinha, como quem pede apoio:

— Amanhã é sexta-feira, eu posso dar um pulo em Lorena, digolhe que o pedido é de mamãe, ele vem comigo no sábado, passa o domingo com ela no hospital e ainda volta no primeiro trem de segunda-feira, em tempo de não perder suas audiências.

Paivinha — que possuía sensibilidade de radar e não queria me ver traumatizado, com a morte iminente de mamãe — acolheu de pronto minha sugestão:

— A sua idéia é maravilhosa, filho. Se você levar pessoalmente essa proposta para o nosso Juca — era assim que mamãe tratava papai, que se chamava José — eu tenho certeza que domingo ele vai proporcionar uma grande alegria à nossa Calá — apelido carinhoso com que papai tratava mamãe, batizada Clara, também conhecida, em toda a cidade, por Clarita.

Dindinha Nete, diante do olhar impositivo e, ao mesmo tempo, súplice, de Paivinha, só teve uma saída, que achei excelente:

— Se mamãe concordar com essa idéia, Angelita e Cleonice também vão aplaudir, pois só assim conseguiremos arrancar papai de Lorena, ainda que por dois dias.

Mamãe, como é fácil imaginar, estava convencida, pelos médicos e pelas filhas, que a operação tinha sido mesmo um sucesso; que logo ela estaria de volta a Lorena e que as injeções que estava tomando — doses fortíssimas de morfina — se destinavam à cicatrização mais rápida da enorme incisão decorrente da cirurgia, que os médicos suturaram logo a seguir, quando verificaram que não era possível fazer mais nada senão poupar-lhe as dores lancinantes que o câncer provoca, em sua fase terminal.

Ao chegarmos ao quarto de primeira classe do hospital em que mamãe se encontrava, graças ao prestígio de outro cunhado — o Miguel —, mamãe irradiava alegria quando viu seu “caçulinha” chegar, pedir-lhe a bênção e dar-lhe o costumeiro e maternal beijo na testa, que ela mesma nos ensinara, durante anos, “para começar o dia mais feliz”.

Reunida a família em torno de sua cama, mamãe ouviu os meus planos de trazer papai até ela, para ele certificar-se de que breve a teria de volta.

Quem rompeu aquela cadeia de silêncios foi mamãe:

— A sua idéia é magnífica, filho. Só você mesmo conseguirá trazer o Juca, aproveitando o fim-de-semana. Vá com Deus.

As minhas irmãs e os meus cunhados que sabiam, realmente, que tudo aquilo não passava de um sonho, inventaram uma desculpa para me deixarem a sós com mamãe, talvez por observarem que a minha presença, principalmente depois que lhe revelei meus planos, ressuscitou, nos seus lábios, aquele sorriso doce e enigmático que só as mães conseguem ostentar, mesmo sofrendo.

Quando comecei a sentir que ia desabar, por não conseguir manter, por mais tempo, a minha farsa, resolvi despedir-me de mamãe, sob a alegação convincente de que precisava comprar a passagem com antecedência, pois nas sextas-feiras os trens geralmente viajavam lotados. Ela compreendeu e aprovou a minha preocupação em garantir a passagem no primeiro trem da manhã seguinte e trocamos beijos afetuosos e demorados de “até domingo!”

Antes de fechar a porta do seu quarto, todavia, voltei os olhos para vê-la, pela última vez, e ela, com ternura de quem se sente, inconscientemente, além do corpo e da vida, perfumou o nosso silêncio com um sorriso de amor tão infinito, que nem a eternidade vai conseguir apagar de minhas retinas.

A tarde de Lorena, naquela sexta-feira, quando descí do trem para chegar em casa, parecia arrastar, lerda e silente, a extravagância do seu pôr-do-sol, quando os sinos do Padre Estrela, na Igreja Matriz, repicavam o convite fúnebre para a missa de sétimo dia dos mortos da semana.

Ao entrar em casa, sozinho, papai não conteve o espanto:

— Você está sozinho? Cadê a minha Calá? Ela morreu, meu filho? Seu olhar era de pânico. Tentei acalmá-lo, antes de mais nada.

— Graças a Deus mamãe ainda está viva, pai, e ansiosa para voltar, tão logo seja possível, para nossa casa.

Sem lhe dar tempo a qualquer outra indagação mais embaraçosa, repeti-lhe o que já havia decorado para aquele reencontro, com o objetivo de prepará-lo, gradativamente, para o desfecho inevitável e fatal.

— A operação de mamãe, extremamente delicada, foi um sucesso, no dizer dos médicos, que estão apenas aguardando as setenta e duas horas do pós-operatório, para uma avaliação definitiva, confiando na ajuda de Deus.

— Me traduz isso melhor, filho. Ela ainda corre perigo, nesse período?

Como já esperava aquela pergunta, comecei meu plano de preparação psicológica:

— Se ultrapassar essa barreira, que é bastante delicada, mamãe estará de volta a Lorena logo, logo.

E enfatizei a seguir, para tranquilizá-lo ainda mais:

— Estou aqui para lhe trazer, pessoalmente, esta notícia alegre, inclusive a pedido de mamãe, com a aprovação de minhas irmãs, que acharam maravilhosa a idéia de nossa mãe.

Papai voltou à carga, tentando ler ou descobrir, nos meus olhos, qualquer sinal de dubiedade.

— Você jura que foi a minha Calá quem lhe pediu pra me trazer essa notícia? Jura por Deus? — suplicou, desesperado.

Como mamãe havia aprovado todo aquele plano, até com alegria, encarei papai no fundo dos olhos e não hesitei em responder-lhe, com absoluta firmeza e determinação:

— Se mamãe não houvesse pedido e concordado com a minha vinda a Lorena para trazer-lhe esta notícia, o senhor acha que eu teria tido coragem de deixá-la, sem esperança na sua recuperação?

Como já soubesse, pela conversa que ouvi atrás da porta, de que “só um milagre” poderia salvá-la, omiti, por razões óbvias, o projeto que ela também aprovara de levar papai no trem de sábado, para visitá-la no hospital, domingo, pois já começava a doer, em mim, a certeza de que, domingo, mamãe seria apenas uma lembrança, embora eterna, no coração.

Sentindo que papai fugia de qualquer tentativa de conversa, passei a usar a tática que me pareceu mais adequada, à medida que os ponteiros do relógio avançavam, quando ele passava por mim:

— Está faltando muito pouco para a gente receber uma notícia boa, papai. Tenha fé, meu velho!

Ele me olhava com uma certa dose de mágoa, ou piedade, e não me escondia a sua dor.

— Você está me enganando todo esse tempo, filho. Estou começando a acreditar que a minha Calá já morreu, e você voltou às pressas só para me consolar, esperando a hora de dizer a verdade. Não é isto mesmo? — me indagava aflito.

Embora sentisse vontade de contar-lhe tudo o que ouvira, atrás da porta do quarto de Dindinha Nete, mantive, a duras penas, a versão para a qual me preparara, psicologicamente, pensando nele, sobretudo.

— Já lhe jurei que mamãe está viva e feliz, mas nós temos que ser fortes e esperar, com resignação e confiança, o prazo fatal que os médicos deram, para uma notícia boa ou ruim.

Como soubesse a hora certa do prazo dado pelos médicos — exatamente às três da tarde daquele sábado — aproveitei a oportunidade para injetar-lhe mais uma dose de preparação psicológica para o pior:

— Pelo meu relógio e pelo que afirmaram os médicos, devemos receber, até amanhã cedo, uma notícia definitiva sobre mamãe.

E porque presentisse, mesmo amargurado, que o “milagre” seria impossível, acrescentei, encarando papai com os olhos:

— Eu já estou preparado para tudo, pai, e espero que o senhor compreenda e aceite, com resignação, qualquer que seja a notícia sobre a nossa Calá.

Papai me fixou, incrédulo, se limitando a apenas uma frase seca e triste:

— Que Deus me dê a tua força, filho — e apressou-se em entrar no seu quarto, dali não saindo nem para jantar.

Na hora de dormir, porém, esgueirou-se pelo silêncio do meu quarto, pousou um beijo demorado em minha testa, depois que pedi-lhe a bênção, e acrescentou: “dorme com Deus, filho”.

Os domingos de Lorena sempre me pareceram tristes, vazios, porque as suas ruas, geralmente movimentadas nos dias comuns, me pareciam sem alma, aos domingos.

Apesar de ter dormido pouco, naquela noite de sábado, agitado pela certeza de que receberíamos uma notícia ruim sobre mamãe, fui acordado pelo bater dos sinos do Padre Estrela chamando para a missa das seis, mas com aqueles dobrados característicos de quem está anunciando a morte de algum fiel de prestígio.

Papai já me esperava, à mesa do café, sem poder esconder o seu estado de tensão.

— Tive uma noite péssima, filho, e um pesadelo miserável em que a nossa Calá estava num caixão, coberta de rosas. Foi horrível. Não consegui mais dormir.

Nem bem acabava de falar, ouvimos, vinda da porta da frente, aquela voz que toda a cidade já conhecia e admirava, porque sempre trazia notícias de longe:

— Carteiro!

Verificando que papai ficara lívido, sem forças para levantar-se, apressei em atender o carteiro que me entregou o telegrama datado de sábado, que já estávamos esperando. Li-o em silêncio, sofrendo, no corpo e na alma, a dor de fogo de cada palavra: “mamãe faleceu hoje às quatorze horas, devendo ser sepultada dez horas amanhã. Luzinete.”

Guardei o telegrama no bolso do pijama, mas não pude evitar a pergunta angustiada de papai:

— Que notícias traz o telegrama, filho?

Senti, pelo olhar de papai, que ele mesmo já sabia a resposta à sua indagação, e não hesitei em responder-lhe, com incrível frieza:

— A que já estávamos esperando, papai.

Sentindo que eu o fitava no fundo dos olhos, com muita firmeza e determinação, ele não se conteve:

— Você está querendo dizer que a nossa Calá morreu?

Diante do meu silêncio e do meu olhar — implacáveis, ambos — papai, com vergonha de parecer tão fraco aos olhos do filho, que parecia uma pedra, fora do tempo, levantou-se de sua cadeira, trancou-se no quarto que lhe servia de gabinete de estudos, deu duas voltas na fechadura, e eu corri até à porta para ver se conseguia ouvir alguma coisa. Tive a nítida impressão de que papai estava urrando, bem baixinho, como se estivesse com algum lençol a abafar-lhe os soluços, para que ninguém ouvisse o ronco surdo de quem quer gritar a sua dor, mas prefere ocultá-la, num heroísmo estúpido, na tentativa de passar aos filhos, como um legado da honra, aquela frase machista que ele nos repetia, sempre: “macho não chora, nunca”.

Tive vontade de sair correndo dali. Passei pela sala de visitas — que ele às vezes chamava de “museu da família”, pelos retratos bem emoldurados, mas enormes, do casal e dos nossos avós — parei para contemplar o retrato belíssimo de mamãe com apenas dezesseis anos e, já a caminho de nosso quintal, às pressas, desandei a chorar debaixo de uma mangueira, porque acabara de descobrir, nas sombras de minha dor, que mamãe, a partir daquele dia, seria apenas um retrato doendo em minhas lembranças. Mas, ao passar pelo canteiro de rosas que mamãe plantara com tanto carinho, senti que uma força estranha me impedia de continuar andando, como se me obrigasse a permanecer ali, diante daquelas roseiras agora tão maltratadas e sem nenhum botão. Ocorreu, então, para espanto até de minha sombra, o que nem o silêncio, mesmo depois da eternidade, vai me fazer esquecer, nunca: trescalava, no ar, um perfume doce e vivo de rosas maduras, no cio da primavera, e eu me senti embalado, em êxtase, pela certeza de que mamãe

estava ali, feliz e eterna, como um retrato antigo, para perfumar a minha dor e a minha saudade.

\*\*\*

A manhã daquele domingo passou veloz como um raio. De minuto a minuto entrava uma pessoa em nossa casa, sobretudo depois da missa matinal, em que o Padre Estrela, aos amigos mais íntimos, espalhou a notícia que recebera em confidência, do telegrafista e chefe de estação de Lorena, o nosso velho e querido amigo Nogueira.

Com a visita de nosso farmacêutico, porém, a calma voltou de novo, pois Seu Dedé, auscultando a pressão arterial de papai, determinou a proibição de qualquer visita por vinte e quatro horas, conforme aviso que ele próprio fez questão de pregar, na porta de entrada, pedindo-me que colocasse a tranca, retirando-se a seguir, com os olhos cheios de lágrimas.

Cotinha, nossa empregada há quase trinta anos — “filha de criação”, como papai a tratava —, mesmo sem parar de chorar, conseguiu colocar, à mesa do almoço, o prato que mamãe e papai jamais dispensavam naquele dia da semana: galinha ao molho pardo, com polenta e quiabos.

Verificando que papai ultrapassara o horário habitual de nosso almoço, criei coragem e fui até o seu quarto, na tentativa de fazê-lo comer alguma coisa.

— Papai, só estamos esperando o senhor para almoçarmos.

Ele me olhou com ternura, levantou-se e me acompanhou. Sentando à mesa, colocou um pouco de galinha, polenta e quiabo no seu prato, passando-nos as travessas, a seguir, para que fizéssemos o mesmo, mas ficou olhando, em silêncio de pedra, o outro lado da mesa em que mamãe sentava, sempre. Como estivesse com muita fome, só me dei conta de que papai não comera nada quando terminei a deliciosa ambrosia, que era a sobremesa preferida de mamãe. Sabendo que papai não jantara nada na véspera, supliquei-lhe que comesse alguma coisa, pois seu prato continuava intocado. E ele me retrucou:

— Impressão sua, filho. Você não deve ter notado, mas eu comi tudo o que tinha direito, conversando com a nossa Calá por mais de um quarto de século.

Sentindo o meu olhar de espanto e sem entender bem o que me havia dito, sem tirar os olhos da cadeira vazia de mamãe, ele acrescentou:

— A saudade, filho, é a comida que Deus inventou, numa tarde de desperdício, para que a gente esqueça o corpo e a fome. Enquanto

você se deliciava com a sobremesa da Calá, eu degustava, pelo sol das lembranças, as lágrimas que ela chorou quando a comida era pouca em nossa mesa.

Quando Cotinha trouxe o café, papai fez questão de colocar uma xícara diante da cadeira de mamãe, bebeu a seguir o seu cafezinho, logo após, pegou a outra xícara e sorveu, com impressionante vagarosidade, todo o seu conteúdo, como se estivesse bebendo, com sabor de açúcar, o silêncio vazio daquela cadeira em que papai parecia estar ouvindo, pela dor dos olhos, até o perfume de sândalo que mamãe usava em suas noites mais alegres.

Ao retirar os pratos da mesa, inclusive o de papai, Cotinha arriscou um resmungo:

— O painho não tá exagerando não?

Papai levantou-se, olhou-a com piedade, mas, antes de entrar no seu quarto, pediu-lhe:

— Me acorde quando a tarde começar a envelhecer. Quero assistir, antes de viajar com a minha Calá, o último crepúsculo de Lorena — e trancou-se.

Embora quase em murmúrio, consegui ouvir o que Cotinha resmungou, depois de fazer o sinal da cruz:

— Cruz credo!

Aquela frase de papai me deixou confuso e em pânico, porque me veio à lembrança, como um relâmpago a cortar o escuro, o pedido que ele me fizera na véspera de nossa viagem para a Capital: “filho, me traga a mamãe de volta, porque eu não vou conseguir viver sem ela”.

Às quatro da tarde, sem que ninguém precisasse acordá-lo, papai saiu do quarto, entrou no banheiro e ali demorou quase quinze minutos, num banho que me pareceu exagerado.

Atento a todos os seus passos, vi-o entrar novamente em seu quarto, sentar-se à velha penteadeira, onde passou vaselina nos cabelos e algumas gotas de perfume nas orelhas, como sempre o fazia quando acompanhava minha mãe em alguma festa. Vestiu a calça do seu terno mais novo e uma camisa social muito bem engomada, que mamãe lhe comprara como presente de aniversário, alguns meses antes.

Na varanda, onde já o esperava, papai sentou-se em sua cadeira de balanço, como de costume, certamente para ouvir, entre as cores do crepúsculo, como sempre afirmava, sorrindo, “o eco surdo de Deus, na voz da brisa”.



Ao descobrir que me encontrava num cantinho de nossa varanda, levantou-se, foi até mim, em aparente estado de graça, beijou-me a testa com inusitada ternura, dizendo-me a seguir, com os olhos já voltados para um perdulário pôr-do-sol:

— O crepúsculo, filho, foi a armadilha que Deus um dia descobriu, na poeira do Absoluto, para amarrar, no coração dos tristes, as lembranças mais doídas que o corpo sofre, para sempre — e sentou-se, novamente, em sua cadeira de balanço.

Não sabendo o que devia ou podia falar limitei-me a sorrir-lhe, em sinal de compreensão e aprovação, e passamos, ambos, a dividir as cores do pôr-do-sol de Lorena, como se repartíssemos, na surdez do silêncio, as luzes de uma mesma saudade, ou o clarão de açúcar de uma dor sem eco.

Cotinha, meia hora depois, trouxe um café cheiroso e fumegante, mas ao colocar a bandeja na frente de papai, para que se servisse, constatou que o seu olhar, perdido em outro tempo, já não possuía mais os caminhos da luz: embora permanecessem abertos, os seus olhos transmitiam, como âncora de um novo tempo, a alegria de quem não viaja, sozinho, os caminhos da Eternidade. Corri até sua cadeira e logo pude sentir — fazendo um esforço supremo para não chorar, em respeito à sua mensagem machista — que os seus lábios pareciam sorrir, iluminados pela mesma certeza que ainda hoje carrego, nas fímbrias do entardecer: a nossa Calá veio buscá-lo, nas asas do pôr-do-sol, para que eu plantasse no coração, como semente surda do crepúsculo, aquele silêncio de sombra de um olhar sem vida, que acabou sendo farol, até nas dores de chumbo do meu escuro, para iluminar, diariamente, a única mas indelével herança que ele me legou, além de uma saudade imponderável: um domingo, para sempre.

Parque das Hortênsias  
Entre 02 e 09/05/97.

## MUSEU HISTÓRICO DO ESPÍRITO SANTO



Orlando Moraes\*

Graças ao eficiente trabalho de equipe comandado por Renato Pacheco e por Miguel Depes Tallon e ao apoio da Secretaria Municipal de Cultura nas administrações de Victor Buaiz, de Paulo Hartung e do atual prefeito Luiz Paulo Vellozo Lucas, o Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo ampliou muito suas atividades e seu quadro de associados nos últimos anos.

Além das reuniões semanais da diretoria, nas quais são debatidos e solucionados os problemas administrativos, com a participação de numerosos sócios, o Instituto publica, com regularidade, uma revista bianual e um boletim noticioso trimestral, patrocina a edição de muitas obras sobre história e geografia de nosso Estado, tem colaborado no lançamento de vários livros e promove, com frequência, palestras de especialistas capixabas e de outros Estados. Além disso, criou núcleos em vários municípios, como Cachoeiro, Linhares, Colatina, Vila Velha e Santa Leopoldina, que têm tido desempenho muito bom.

Não obstante essa intensa atividade, nosso Instituto carece de uma sede mais adequada aos seus objetivos e de maiores espaços para ampliação de sua biblioteca e para formação de um autêntico museu histórico do nosso Estado, cuja direção deve manter por uma questão de justiça e de bom senso. A semente já está lançada na sede onde estamos, mas precisa ser mais bem tratada.

Ali já possuímos a Casa Elmo Elton, iniciada pelo próprio poeta, numerosos documentos e obras de arte doados por famílias de sócios falecidos e agora tivemos a notícia de que a família de Rubem Braga vai doar-nos todo seu arquivo relativo ao Espírito Santo, porque o restante foi para a Casa Rui Barbosa, no Rio.

---

\* Membro do IHGES.

Nos últimos anos muito se falou e se debateu a respeito de outro prédio mais adequado para nossa sede. Na praça João Clímaco, ao lado do Palácio Anchieta, onde a Academia Espírito-santense de Letras tem sua sede, doada pelo saudoso professor Kosciuszko Barbosa Leão, o Instituto fez tudo para adquirir uma casa, mas em vão.

A seguir surgiu a possibilidade de, com outras instituições culturais, como a Academia Feminina de Letras, o Instituto ocupar o Palácio Domingos Martins, logo que a Assembléia Legislativa se transferisse para sua nova sede. Nesse sentido, tivemos a manifesta boa vontade de dois jovens políticos cachoeirenses: Marcos Madureira e Ricardo Ferraço. Entretanto, a destinação futura daquele histórico imóvel teve rumos diferentes e vimos frustradas nossas esperanças.

Muitos outros imóveis antigos do centro de Vitória poderiam ter sido destinados ao Instituto, porém as oportunidades não foram aproveitadas.

Recentemente, veio a debate em nossas reuniões semanais a idéia de doar o acervo da Casa Elmo Elton ao Museu Histórico do Espírito Santo que — dizem — será organizado pelo governo do Estado.

Em nosso entender, tal idéia não merece aprovação, porque não devemos renunciar ao propósito de organizar e administrar um museu histórico, assunto que deve ser estudado com muita cautela.

Realmente, no prédio onde estamos, o Instituto não tem como ampliar sua biblioteca e formar um verdadeiro museu histórico, a partir do acervo que já nos foi doado. Mas as três unidades que ali possuímos podem servir de base econômico-financeira para um projeto mais arrojado de uma sede bem ampla no centro de Vitória.

Suponho que, a favor desta idéia, estarão todos os sócios mais idosos e os residentes no centro da cidade, como José Garajau, Taneco, Aníbal de Athayde Lima, José Tristão Fernandes, Mario Bonzano, Sebastião Sobreira e Job Pimentel e, de seu cantinho no infinito celestial, darão decisivo aplauso e seu apoio os saudosos Elmo Elton, Alberto Stange, Nelson Abel de Almeida, Francisco Schwarz, Hermógenes Lima Fonseca e outros.

E acho também que devemos nos aproximar da primeira “prefeita” do Centro de Vitória, Lília Mello, que pretende revitalizá-lo e pode ajudar o Instituto Histórico a conseguir um prédio adequado e amplo para sua sede.

Finalmente, nada impede que nos associemos à Secretaria Estadual de Cultura, dirigida por Maciel de Aguiar, para a fundação do Museu do Espírito Santo, por ele anunciada, desde que, pelo menos, participemos de sua administração.

FIGURAS DA NOSSA HISTÓRIA:  
BOLIVAR DE ABREU



Gracinha Braga de Abreu

Bolivar de Abreu nasceu em Cachoeiro de Itapemirim, a 4 de novembro de 1915, filho de Cezarina Moiola de Abreu e Fernando de Abreu.

Fez o curso primário na escola particular da professora Judy Cardoso e o ginásial no Colégio Pedro Palácios, em Cachoeiro.

Em 1934 ingressou na Faculdade Nacional de Medicina no Rio de Janeiro, formando-se em 1939.

A partir de 1940 fez, no Rio de Janeiro, vários cursos de extensão universitária, de Radiologia e Tisiologia. Em seguida foi nomeado para o cargo de tisiologista do Centro de Saúde, em Cachoeiro de Itapemirim.

Em 1947 foi nomeado diretor do Centro de Saúde de Cachoeiro e posteriormente foi diretor do 2º Distrito Sanitário que abrange várias cidades do sul do Estado. Nessa ocasião, construiu o Centro de Saúde em Cachoeiro, juntamente com o Laboratório Clínico Regional e o Sanatório para tuberculosos — “Samuel Libânio” — este junto à Santa Casa de Misericórdia daquela cidade. No governo de Jones dos Santos Neves inaugurou essas importantes obras — o que, em seguida, lhe valeu receber, do Serviço Especial de Saúde, sediado no Rio de Janeiro (então capital do país), convite para visitar os serviços de Saúde Pública nos Estados Unidos da América do Norte, onde permaneceu seis meses.

Em 1945, na cidade de São Paulo, fez durante um ano o Curso Superior de Saúde Pública, obtendo o primeiro lugar na classificação final. Em 1946 voltou à direção do Centro de Saúde em Cachoeiro.

Em 1955 foi convidado para exercer o cargo de assessor do Ministério de Saúde, na Bolívia, representando a Organização Mundial de Saúde. Em 1956 ocupou o mesmo cargo junto ao Ministério de Saúde da Colômbia, também por um ano.

Voltando ao Brasil, ocupou no Estado do Espírito Santo o cargo de fiscalização das obras do setor de saúde no norte do Estado, representando o Serviço Especial de Saúde Pública.

Em 31 de janeiro de 1959 foi nomeado pelo governador Carlos Fernando Monteiro Lindenberg para o cargo de secretário de Educação e Cultura e durante o seu mandato construiu centenas de escolas por toda a extensão do Estado, criando as famosas Escolinhas Capixabas que obedeciam a um plano ímpar de colaboração entre o governo federal, o governo estadual e as prefeituras dos municípios.

Foi também durante a sua gestão que se ultimou a federalização da Universidade do Espírito Santo.

Em 5 de maio de 1962 veio a falecer após uma intervenção cirúrgica — apendicectomia — deixando viúva D. Anna Graça Braga de Abreu e cinco filhos menores: Beatriz, Afonso, Alvaro, Claudio e Ana Maria.





Oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais do 1º Zona Judiciária e  
Tribunal de Notas da Cidade de Vitória, Capital do Estado do Espírito Santo

Rodrigo Sarlo Antonio  
Substituto

Praça Costa Pereira N° 132 - 1ª andar  
Tels: 223-0930-223-6814  
SUCURSAL Avenida Maruipé, 1259  
Tel: 225-0026

## CERTIDÃO DE ÓBITO

CERTIFICO que do livro 77 às folhas 293  
sob o n° 40137 de registro de óbitos consta o de  
DR. BOLIVAR MOIOLI PEREIRA DE ABREU E SILVA,

Falecid o aos cinco-05 de maio  
de mil novecentos e sessenta e dois -1962  
às 15,30 horas em Santa Casa, nesta Cidade de Vitória  
do sexo masculino de profissão  
médico natural de este Estado  
residente em Praia Comprida, nesta Cidade de Vitória  
com 46 anos de idade, de  
estado civil casado e sendo filho de FERNANDO DE ABREU e  
CESARINA MOIOLI DE ABREU

O atestado de óbito foi apresentado a Cartório do dia 05/05/1962  
por WALTER TRASPADINI  
e estava assinado pelo médico Dr. CARLOS P. Teixeira  
e deu como causa de morte apendicite aguda supurada, anoxia-choque

O sepultamento foi feito no dia seis de maio de 1962 às 13,00 horas  
no cemitério de Cachoeiro de Itapemirim, neste Estado

Observações O falecido deixa bens, filhos e viuva Anna Graça Braga de Abreu  
e era eleitor

O referido é verdade e dou fe.

Vitória, 23 de novembro de 1962

## O VINHO DO PORTO



José Lugon\*

Não se sabe bem por que, em todas as anedotas sobre o “português”, ele geralmente é descrito como pessoa pouco inteligente e que sempre “leva a pior”.

Em nossa estória, o caso é outro.

Em certa cidade do Espírito Santo, nos idos de 1920, morava um senhor de nacionalidade portuguesa. Chegara ao Brasil com a vontade de fazer fortuna e, esforçado e trabalhador, conseguira amearhar algum dinheiro e, agora, já era próspero comerciante, com vasta clientela. Naquela época a maioria das vendas eram feitas para serem pagas no fim do mês (o fiado). O negócio prosperava a “olhos vistos” e o “seu” Manoel era exigente com os seus empregados e ele próprio fiscalizava tudo, inclusive a contabilidade e o controle do estoque.

Certo dia, conferindo as mercadorias, o “seu” Manoel descobriu que faltava uma caixa de vinho do Porto, mercadoria muito vendida e adquirida por quase todos os clientes.

“Seu” Manoel não gostou do fato e repreendeu o encarregado do estoque. Decidido a não ter o prejuízo, teve uma idéia genial para resolver o impasse.

Chamou o seu escriturário e ordenou ao mesmo que debitasse na conta de cada cliente uma caixa de vinho do Porto.

Não tardaram as reclamações. Os clientes chegavam na loja e reclamavam: “Seu” Manoel, que negócio é esse? Debitaram na minha conta uma caixa de vinho do Porto. Eu não comprei nenhum vinho! “Seu” Manoel, imediatamente, todo solícito, pedia desculpas pelo “erro” do seu escriturário e na mesma hora fazia o estorno da importância correspondente.

---

\* Escritor, pertence ao IHGES.

“Senhoire” José, ou “senhoire” Ricardo, ou outros, o “senhoire” vai me “desculpaire”. Esses empregados são assim mesmo. Tenho que fiscalizar tudo. Naturalmente foi mais um erro do João, que apesar de bom funcionário também comete os seus errinhos. Vou “chamaire” a atenção dele. O “senhoire” vai me “desculpaire” mais uma vez.

E, assim, foram sendo atendidas todas as reclamações dos clientes. Quando as mesmas cessaram, o “seu” Manoel chamou o João e fizeram o balanço. No “frigor dos ovos”, dez clientes não reclamaram e pagaram a caixa de vinho do Porto.

“Seu” Manoel virou-se para o João e disse: Viste? Eu consegui transformar o prejuízo de uma caixa de vinho do Porto na venda de dez caixas. Antes de mais nada, João, deve-se ter cuidado para não ter prejuízos...





A. Isaías Ramires

Éramos tachados de lunáticos pelos moços da época (nossos contemporâneos de ginásio), nós que, com apenas quinze anos, fazíamos literatura, dedicando todos os momentos disponíveis ao culto das belas letras.

Antes do início das aulas, nossa passagem pela Biblioteca Estadual era coisa obrigatória. Um verdadeiro compromisso de honra.

Humberto de Campos, Augusto dos Anjos e Cândido de Figueiredo figuravam em nossas preferências de jovens. Ciro Vieira da Cunha andava na ordem do dia. Todos os jornais publicavam-lhe os versos. Era o poeta da moda. Creio, mesmo, que não havia um só estudante que não possuísse em seu caderno um autógrafo do autor de “Espera Inútil”. Nós (eu e Afilton de Almeida), seus alunos, formávamos entre os maiores fãs do menestrel. Rabiscávamos, na época, os primeiros versos. Quem se atrevia a mostrá-los ao mestre. É que Ciro ganhara fama de ser um crítico impiedoso, um sujeito profundamente irônico... Foi lá pelos idos de 1938, em plena ditadura. Fundamos um jornalzinho manuscrito — *Brasil Novo* — por não dispormos de recursos financeiros para a publicação de um jornal impresso. Aproximava-se o dia 15 de agosto. Cuidávamos de uma edição especial em homenagem ao genial Euclides da Cunha. Entretanto, para valorizar aquele número, necessitávamos de um colaborador de prol. E, logo, nos ocorreu à lembrança o nome do professor. Embora tímidos, formulamos a ele o pedido. Não tardou muito a colaboração. Uma página sobre Euclides, escrita numa folha de bloco para cartas. Notava-se, à primeira vista, a grande simpatia do mestre pelo falecido autor de *Os Sertões*. E isso explicava sua preferência, nas análises, pelas frases do engenheiro militar: “O sertanejo é, antes de tudo, um forte”.

Tantos anos decorridos daquela edição especial do *Brasil Novo*, vale a pena recordar, para os moços de hoje, a bela crônica de Ciro Vieira da Cunha:

Euclides da Cunha, chicoteado pelo destino, da infância à maturidade, foi, mais que uma figura de gênio, uma alma de bravo. Teve a bravura de falar alto numa terra onde quase todos cochicham. A bravura de gritar nossas falhas numa terra onde quase se cristalizam no lirismo de águas murmurejantes e luas pálidas. A bravura de querer ser visceralmente, orgulhosamente, brasileiro, numa terra onde muitos pedem emprestado o idioma à França, o figurino à Inglaterra e as idéias à Itália, à Alemanha e à Rússia. Se, como escritor, foi uma lição, foi, como homem, um exemplo. Soube enfrentar a inveja, a intriga e a maledicência, a elas respondendo com o trabalho e o estudo. Nunca soube transigir com a indignidade. Quando ela lhe bateu à porta, ele, que era tímido e indeciso, não teve temores nem indecisões. Buscou a morte como quem buscasse a redenção. E é o 30º aniversário de sua partida deste mundo, levando nos ouvidos as palavras insultuosas de um “espera, cachorro”, que vamos comemorar no próximo dia 15 de agosto. Reverenciemos sua memória. E procuremos dignificá-la no trabalho, no estudo, na honradez e no amor ao Brasil.

## MILTON O'REILLY DE SOUZA



Arivaldo Fontes\*

“O *Dicionário de Fonografia*, do professor Milton O’Reilly de Souza, é obra de inegável utilidade, que muito vem contribuir para o estudo dessa parte substancial da gramática, da escrita, dos elementos materiais da palavra” é o que nos afirma o jornalista All Right [*Correio da Manhã*, Rio, 13 nov. 1960].

Também o filólogo português José Pedro Machado, autor do *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, disse em 1964: “Tenho-o sempre à mão [*O Dicionário de Fonografia*], junto da minha mesa de trabalho, para o consultar, para tirar dúvidas”. E afirma: “é muito completo, muito claro e organizado com saber e inteligência”.

Nasceria o futuro professor a 23 de junho de 1904, na cidade de São Pedro de Itabapoana, no Estado do Espírito Santo (embora o *Almanaque do Exército*, de 1955, o dê como nascido a 23 de julho de 1903), filho do Dr. Henrique O’Reilly de Souza e D. Julieta Duval de Souza.

Inicia o seu curso primário, aos seis anos de idade, na Escola Modelo Jerônimo Monteiro, na cidade de Vitória, capital do Estado. Em 1915 ingressa no curso secundário no Ginásio S. Vicente de Paulo, concluindo-o no Ginásio Espírito-santense, onde se bacharelou em letras no ano de 1919.

Desejando cursar a Escola Militar de Realengo, assentou praça, como voluntário, no então 3º Regimento de Infantaria, nesta capital; como reservista, matricula-se na referida escola no ano de 1922 (1º de junho). Mal iniciado o curso, foi envolvido nos acontecimentos políticos daquele ano, desligado da escola e mandado servir como soldado no 19º Batalhão de Caçadores (Salvador). Transferido para o 1º Grupo de Obuses (Rio), respondeu a processo e foi desligado do Exército em meados de 1923.

---

\* Sócio-correspondente do IHGES no Rio de Janeiro.

Ingressou no Banco Comércio e Indústria de Minas Gerais e começou o seu curso de Direito na Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro. Bacharelou-se em 1929, quando já exercia o magistério particular no Instituto Superior de Preparatórios, no Colégio Anglo Americano e na Escola Urânia.

Com a vitória da revolução de 1930, anistiado, voltou às fileiras do Exército, sendo comissionado como 1º tenente em novembro daquele ano.

Tomou parte no destacamento comandado pelo general Gois Monteiro para combater a revolução de 1932 em São Paulo.

Concluído o curso da Escola Militar, é efetivado no posto de 1º tenente e classificado na 7ª Bateria Independente (João Pessoa).

A 2 de outubro de 1934 é nomeado chefe do Serviço de Material Bélico da 7ª Região Militar (Recife).

Ainda naquele ano foi promovido a capitão. Em 1935 combate o movimento comunista no Norte. Vem para a Fábrica de Projéteis de Artilharia (Rio), quando em 1938 é classificado no 1º Grupo do 5º RADC (Aquidauana).

Em 1941 conclui o curso da Escola das Armas e segue para o 2º Grupo de Artilharia de Dorso (Jundiaí).

Submete-se a concurso para a cadeira de balística, na Escola Militar, em 1944. No ano seguinte, com a transferência da Escola Militar, vem para Resende. Mantém-se lecionando até o ano de 1955, quando é reformado no posto de general-de-divisão.

Durante a sua permanência na cidade de Resende lecionou latim, português e literatura no Colégio Dom Bosco e na Escola Normal Santa Ângela.

Colaborou em vários periódicos do Espírito Santo, da Bahia, de Pernambuco e do Rio. Faz parte do Grêmio Literário “Luis Pistarini”, da cidade de Resende. Colabora em assuntos de filologia na *Revista de Portugal* (Lisboa).

Publicou as obras didáticas: *Manual de correspondência comercial*, *Dicionário de Fonografia*, e *Vocabulário Ortográfico, Etimológico Remissivo e Achegas ao Dicionário de Fonografia* (editado em Lisboa).

É professor efetivo do Instituto de Cultura Espírita do Brasil.

Seu companheiro de lides religiosas, Carlos de Brito Imbassahy, ao referir-se ao seu trabalho de divulgação, conclui: “o General Milton O’Reilly de Sousa, filólogo, é um dos poucos remanescentes entre nós que têm profundo conhecimento das línguas mortas” (Rie, Matão, maio 1993).

Elogiado pelos professores Deolindo Amorim e Julio Nogueira, pelos trabalhos produzidos ao longo dos anos, desfruta o velho e acatado mestre do respeito e da admiração que lhe dedicam os seus ex-alunos da AMAN e dos colégios civis onde lecionou.

## MARIO GURGEL: O ADVOGADO DOS EXCLUÍDOS



Windsor Tristão Calmon Fernandes\*

Há alguns anos atrás, fui com alguns jovens mórmons realizar um projeto de serviço comunitário na Casa do Menino, incluindo tarefas tais como cortar cabelo dos meninos, realizar exame médico clínico, aparar gramas, pintar paredes, realizar pequenos consertos hidráulicos, realizar entretenimentos com aqueles meninos etc., uma doação voluntária de nosso tempo, e tive a oportunidade de conhecer pessoalmente o Dr. Mario Gurgel, o qual dirigia aquela Casa, por ele fundada em 1958, destinada à infância desamparada. Impressionou-me sua inteligência e conversamos algum tempo sobre a política da época, mais ou menos em 1992. Falou-me de sua trajetória política e de sua infância pobre. Há poucos dias atrás tive a satisfação de conhecer seu filho, o jornalista Antonio de Padua Gurgel, e externei-lhe admiração pelo seu pai, Dr. Mario Gurgel, e falei-lhe da responsabilidade que tinha ao carregar o sobrenome Gurgel, que simbolizava luta, perseverança, garra, amor ao próximo, principalmente aos excluídos de nossa ilha de Vitória.

Mario Gurgel nasceu a 12 de junho de 1920, em Porto Velho, à época Estado do Amazonas, hoje, capital de Rondônia. Filho do cearense Luiz Gurgel e da pernambucana Flora Campos Gurgel. Eram pobres e, após um período de vida em Porto Velho, migraram para o Espírito Santo, inicialmente para o município de Santa Teresa e, após, mudaram-se para a capital, Vitória, residindo em Jucutuquara, depois em Santo Antônio, e finalmente fixaram residência na Ilha do Príncipe. Formou-se em Direito em 1950, defendendo gratuitamente os pobres que o procuravam. Também era um orador brilhante, tendo sido premiado em concurso nacional. Em 1953 elegeu-se vereador, e foi reeleito vereador, em ambas, com a maior

---

\* Médico e Relações Públicas do IHGES.

votação, vindo a presidir a Câmara Municipal de Vitória. Foi também prefeito de Vitória, no período de julho de 1957 a agosto de 1958, destacando-se sua administração voltada principalmente para os bairros pobres e, três meses após deixar a função de prefeito de Vitória, elegeu-se deputado estadual, o mais votado do Estado, sendo novamente reeleito deputado estadual em 1962, também o mais votado. Em 1966, Mario Gurgel repete a façanha vitoriosa nas urnas, conseguindo vinte e três mil votos (Vitória tinha cerca de trinta e dois mil eleitores), elegendando-se deputado federal. Em 1979 fundou o Partido Democrático Trabalhista.

Em 1964, legalista e leal ao presidente João Goulart, foi o único deputado na Assembléia Legislativa que se insurgiu contra o golpe militar que depôs o presidente João Goulart. Em abril desse mesmo ano, estragou a festa que os militares preparavam em comemoração à deposição do presidente Goulart, quando um colega da Assembléia, ao tentar fazer média com o golpe militar, as forças armadas, propusera um voto de louvor às mesmas “por terem livrado o país da corrupção e subversão comunista”. Como líder da maioria, Mario Gurgel discursou inflamadamente contra o golpe militar, não permitindo esta ofensa ao presidente, que, segundo Mario Gurgel, não poderia defender-se. Ao descer da tribuna da Assembléia Legislativa, foi preso pelos militares. Em 1965, impediu a missão do coronel Dilermando Gomes Monteiro, o qual fora enviado ao Espírito Santo para depor o então governador Francisco Lacerda de Aguiar, o Chiquinho. Mario Gurgel, sendo relator da Comissão Especial criada para legitimar a decisão das Forças Armadas, redigiu o voto vencedor que absolveu Chiquinho. O Ato Institucional nº 5 (AI-5) cassou o seu mandato como deputado federal, uma injustiça total contra um guerreiro da democracia. Em 1980 foi presidente do Iesbem, onde desenvolveu uma política voltada para o menor, elogiada por vários órgãos internacionais cuja política é voltada para o menor. Justa a homenagem que lhe prestou o ex-prefeito Paulo Hartung, ao dar o nome de Mario Gurgel à Casa do Adolescente Trabalhador, mantida pela Prefeitura de Vitória.

Foi uma homenagem digna daquele que sempre lutou pela infância desamparada, pelos mais humildes, pelos negros, e pelos excluídos de nossa sociedade.

Em decorrência de um derrame, andava com dificuldades em uma cadeira de rodas, e, no ano seguinte, com o falecimento de sua esposa, Hely Mendes Ferreira, com quem era casado desde 1950, teve sua saúde agravada, vindo a falecer em 4 de janeiro de 1996.

Presto nestas linhas singelas a minha admiração e homenagem ao homem idealista e combativo, oriundo da pobreza, mas vencedor com dignidade, que nunca esqueceu aqueles que nasceram na pobreza, que nunca esqueceu suas origens, que lutou toda uma vida pela infância desamparada, nunca esquecendo que também foi um menino pobre. Como disse e escreveu Laércio Pereira, Mario Gurgel “...era um menino de rua velho e um velho menino de rua”.

A sua vitoriosa trajetória neste mundo é um exemplo para os excluídos de nosso país. O Dr. Mario Gurgel, como disse o Apóstolo Paulo, “combateu o bom combate e foi vencedor”.





Humberto Del Maestro\*

## Palavras de alerta

Criticar, ao que me parece, é parte integrante de nossa vida. A cada momento criticamos algo, seja o que for, na suposição de que se tivesse sido organizado ou idealizado por nós teria saído melhor. Ledo engano. Mas ninguém, pelos séculos em fora, haverá de pôr termo a esse defeito congênito do homem. *Criticar é próprio de quem vive.*

O leitor tem agora em mãos trabalhos de minha lavra. Apenas alguns que escolhi, dentre muitos, por julgá-los mais simples e objetivos. Mas o meu propósito não é criticar, na acepção ideal da palavra. Apenas tecer considerações sobre este ou aquele escrito que, chegando casualmente às minhas mãos, calou-me fundo. Não fora isso, estejam certos, não me iria afadigar em tão difícil e cruel mister.

Não me propus seguir normas didáticas nem me aprofundar nos textos estudados, porém alinhar, superficialmente, os melhores momentos do livro em estudo. Aqueles que sensibilizaram minhas emoções e onde julguei encontrar maior facho de luz.

Não sei o que dirão os autores, ao lerem estas impressões. Não as redigi no intuito de agradar, mas com o desejo sincero e honesto de transmitir (ou desabafar) o que a leitura me proporcionou. E também não estou preocupado com o que os doutos e verdadeiros críticos de nossa terra irão achar deste singelo trabalho.

Uma coisa é certa. Quando me dispus a discorrer sobre os textos aqui arrolados, presentes estávamos apenas eu e minha consciência. E o que

---

\* Membro do IHGES e da Academia Espírito-santense de Letras.

o mundo possa pensar de mim e dos meus escritos não importa. O que realmente possui valor, disto tudo, é que realizei aquilo a que me propus, sem qualquer imposição, e, nesse particular, não há juiz no mundo que possa me condenar. Fi-lo, no entanto, com o mesmo carinho e honestidade com que teria sido feito se partisse do coração de um santo.

Ao mundo, para que dê o seu veredicto!

A retórica de Ivo Amâncio de Oliveira (Sobre seu livro *Versos e Conversas*)

Ninguém é obrigado a escrever nada, isto é, deixar sinais de sua existência, em forma literária, para a posteridade, embora pertença a uma Academia. Mas Ivo Amâncio de Oliveira quis deixar. Escreveu pouco, muito pouco, mas com “marca registrada”, pois o que vem de sua pena sutil possui aquela ironia dos deuses, que se perpetua como uma gostosa anedota dita na hora certa ou um perfume finíssimo, surgido de repente, na brisa oportuna.

— Quem é Ivo Amâncio de Oliveira?

A essa pergunta respondo eu, usando o conceito que ele mesmo faz de si: “Um menino cheio de sorrisos, que já passou dos oitenta e que pretende chegar aos cem; vivo ou morto!”

Por aí se vê que o professor Ivo é um brincalhão. Nato e culto. Um homem (pequeno) que venceu as idades, os medos, as modas e os costumes. Vive no tempo presente, mas acima dele. Sabe de suas limitações, o que é muito importante, por isso ri-se delas e da empáfia alheia. Mas com carinho e discrição. Ivo é assim mesmo. Uma estrela de primeira grandeza presa ou oculta numa delicada redoma de cristal.

É, ao que eu saiba e até que me provem o contrário, o maior conhecedor de *Os Lusíadas*, de Camões, dentro e fora do Brasil e talvez na língua portuguesa, no momento.

A esta altura, algum sabichão poderá torcer o nariz e retorquir: — Grande coisa! Pode até não ser nada, mas ele sabe. É consciente de que é rico. Possui uma estrela dentro de si e ninguém haverá de roubá-la, porque é um tesouro imprecível.

— Mas o que é uma estrela?

— É vida! Ivo Amâncio de Oliveira é um menino eterno, que desvendou os mistérios dela, da vida. Que ri para todos eles (os mistérios) e está à espera, a qualquer momento, de um chamado lá de cima, do alto.

Mas ele não tem pressa. E vai vivendo devagar, como num poema de Drummond, com seu sorriso maroto e passinho curto, aguardando esse grande dia. E vai vivendo, enquanto outros mais novos e sábios estão adormecidos, porque fora da realidade.

Parabéns, Poeta!

[1996]

Um trovador nato (*Cantigas de Outono*)

Aceitei com alegria e envaidecido o desafio de reunir em livro as belas trovas de Manoel Botti, que se encontravam dispersas em jornais e revistas deste Brasil. A tarefa, embora árdua, constituiu-se em prazer muito grande, já que sairão ganhando todos os capixabas amantes dessa deliciosa arte de poetar. E como o poeta é exímio, em seu divino mundo, utilizando a gaiola dourada dos quatro versos da redondilha:

A trova é preciosidade,  
é gema de ótima gama,  
do garimpo da saudade  
do coração de quem ama.

Mas, vez por outra, Botti foge à banalidade ou singeleza dos temas, adentrando por um lirismo puro, incomum, quando mostra toda a força do seu talento, na construção de momentos encantados, inclusive com rimas preciosas, como é o caso deste exemplo:

O tempo tudo conspurca,  
mas poupou da fúria insana,  
teus lindos olhos de turca  
e o rosto de porcelana.

Jamais se deixa empolgar por glórias momentâneas, foro íntimo, naturalmente, sempre com o coração atento às suas origens:

Que não me empolgue a subida,  
que a humildade viva em mim.  
Que eu suba sempre na vida  
sem me esquecer de onde vim.

Por não se tratar de um estudo crítico, mas de uma simples apresentação do poeta, fiquemos por aqui. O que posso assegurar é que a literatura capixaba e o seu público leitor, a partir deste lançamento, estão de parabéns. Entretanto, mais recompensado de tudo isso estou eu, em poder desfrutar, doravante, a qualquer momento, da leitura amena e lírica das lindas trovas que explodem, como flores ou frutos abençoados, das mãos angelicais de Manoel Botti.

Ao privilegiado poeta, o meu abraço escolhido.

[Janeiro de 1995]

#### Momento com a Poetisa dos Sonhos (Sobre o livro *Asas no Tempo*)

Li os versos bonitos que Heleninha me encaminhou, com muito carinho, para uma singela apreciação. Sou mais feliz do que muitos ou talvez a totalidade, por ter sido o primeiro a penetrar em seu mundo poético maravilhoso e imponderável.

Partiu das searas místicas e míticas e evoluiu, adentrando pelos mistérios do incognoscível, nos ínvios meandros esotéricos.

É rica de imaginação; profunda, nas suas incursões dentro d'alma humana e soberba em seu magnetismo pessoal. Possui a graça e sutileza das afortunadas filhas de Harmonia e o inefável bisbilho das mãos de veludo e cetim de anjos, dedilhando cordas séricas de cítaras divinas.

Caminhei com ela, por bom espaço de tempo, em um mundo de lua, de estrelas, sonhos e esperanças, e toda essa imensidão acabou se transformando em um mero apriso de inocentes ovelhinhas, inteiramente ao meu alcance. O infinito, ante sua concepção, tornou-se diminuto, acessível às minhas mãos, sequiosas de carícias pueris e angelinas, e afagos de lírios cândidos e rosas perfumadas.

O novo livro de Maria Helena vem repleto de ingredientes maravilhosos, sublimes, que irão agradar, como sempre, ao seu público leitor, e conseqüentemente enriquecer, mais e mais, a poesia de sua terra abençoada.

Com esse trabalho, ditado pelos senhores do Olimpo, a excelsa irmã das Camenas conseguiu me fazer sorrir e ser feliz, ainda que por breves momentos, homem triste que sou.

Os deuses que a abençoem para sempre, Heleninha, no altar da Arte, porque você bem merece.

[1998]

Maria das Graças Silva Neves é uma dessas pessoas que já nasceram privilegiadas. Além de jovem e bonita, possui todos os demais dons que uma verdadeira mulher deseja. Inteligente, delicada e de uma abnegação total, com tudo aquilo de que gosta. Seja a família, os amigos e tudo de bom que a rodeia, principalmente a música e a literatura.

“Gracinha”, como é conhecida na intimidade, é, por méritos inegáveis, em consecutivas gestões, presidenta da Academia Feminina Espírito-santense de Letras e vem desenvolvendo seu papel como uma proficiente abelhinha para com sua colméia. Além de todos esses mil afazeres, ainda encontra tempo para dedilhar seu piano de ouro e para poetar e é disso que falaremos agora.

Tenho em mãos, neste momento, belo trabalho de sua lavra, em estilo oriental, ou seja, “haicais”, onde ela extravasa sua sensibilidade, mostrando ao público a delicadeza que lhe vai na alma. A poetisa, porém, não se limita às normas rígidas desse poema hermético. Com o dom que Deus lhe conferiu, Gracinha se sublima, criando momentos maravilhosos, onde sua inteligência prevalece e seu talento porfia, mas sem se afastar muito das maravilhosas sugestões de Bashô e Issa. Eis do que falo:

Nau antiga  
singrando o mar sereno.  
Paisagem nos olhos.

Nas asas do vento,  
mistérios se fazem mitos  
nas matas fechadas.

A poetisa, porém, integra-se totalmente à natureza, em mágica simbiose:

Floresta noturna.  
Vaga-lumes tecem  
luminoso manto.

O esplendor da manhã sensibiliza-a profundamente:

Orvalho nas folhas  
como fios de prata,  
ilumina-se a aurora.

Há instantes em que a musicista engaja-se à criadora de sonhos,  
criando momentos inexcelsos:

A sombra entreaberta  
desenha no pôr-do-sol  
reflexos de sonhos.

Explosão de luzes:  
girândola no  
redemoinho do sol.

Acredito, no entanto, que já extrapolei, em minhas palavras, embora pudesse tecer ainda inúmeras considerações sobre o belo trabalho que tenho em mãos. O leitor, entanto, tenho certeza, encontra-se ávido para bebericar deste maravilhoso vinho que Maria das Graças nos serve agora, como uma nova Hebe, neste banquete do Olimpo.

Li todos os haicais da poetisa e, ao término da leitura, só tenho uma palavra nos lábios para expressar meu sentimento: Sublime!

De parabéns a cultura capixaba, por mais este trabalho, que virá enriquecer e embelezar, por certo, as nossas letras.

[1996]

### *Espelho do Tempo*

Tenho em mãos o pequenino tomo de autoria do consagrado poeta e cronista Alberto Isaías Ramires, que titula o presente trabalho.

E quase impossível dissociar-se autor de obra, porque um é o outro e se harmonizam com perfeição.

Há alguns anos tenho o prazer de privar da amizade do consagrado bardo e por esse motivo posso dizer que, embora residindo há longos anos fora de nossa ilha, Ramires é a grande voz de divulgação dos talentos capixabas, na área de literatura. *Espelho do Tempo*, que é uma continuidade de *Cacaréus*, também de sua lavra e no mesmo estilo, é um “retrato falado”

e simples, mas honesto, de tudo quanto se passa em nossa literatura, sobre livros e escritores.

Das vinte e cinco crônicas, ali inseridas, quinze versam sobre autores e publicações de nossa terra, numa demonstração inequívoca de amor, bom gosto e respeito aos irmãos de letra que ele tanto ama.

Infelizmente, Alberto Isaías Ramires é praticamente desconhecido de seus confrades, em Vitória, num flagrante desrespeito ao trabalho dinâmico e profícuo que vem desprendendo, sem intenção de qualquer paga.

*Espelho do Tempo* é um livro bom, que recomendo, a fim de corrigir enganos e avivar memórias, lembrando aos meus irmãos de letra que ingratidão é sentimento assaz indesejável.

\*\*\*

Acabo de ler também *Nosso Lar*, do consagrado autor Francisco Cândido Xavier, embora não vá entrar em maiores enfoques sobre preferências.

Em um momento em que a sociedade brasileira atravessa o que poderíamos denominar “Síndrome de Ghost”, com livros e filmes desse teor, *Nosso Lar* é um relato que priva pela originalidade, porque escrito antes dessa fase.

Publicado em 1935 e já superando a casa de um milhão de exemplares, em edições sucessivas, o livro, por si só, fala de sua validade.

E uma singela história de pessoa que morre e passa a ter contatos com valores diferentes, em nova vida no além. Superior a tudo que vem surgindo sobre o assunto “ghost”, recomendo-o, ainda que apenas por mera curiosidade.

*Nosso Lar* é um livro ameno.

[*A Gazeta*, 20/2/94]

### *Dos Olhos, das Mãos, dos Dentes*

Capixaba da gema, amante de tudo que diz respeito ao meu Estado, principalmente a literatura, quero deixar aqui registrada minha impressão sobre a leitura do livro *Dos olhos, das mãos, dos dentes*, do poeta Paulo Roberto Sodré, dividindo-a em três etapas, para fins de estudo: 1) Embora com 130 páginas, o livro é relativamente pequeno, porque impresso apenas na face direita, inclusive com ilustrações. A meu ver, 20 ou 30 por cento do seu

conteúdo poderiam ainda ser eliminados, já que poesia é uma questão de arte e não de volume; 2) Falando do livro propriamente dito, peço ao leitor estar prevenido e atento ao alerta da prefaciante, sra. Bernadette Lyra, quando nos prepara para o que iremos ler: “Opera com variantes imaginárias. A sensibilidade, *num livro deste tipo*, sempre resulta escancaradamente perigosa”, e assim por diante.

O assunto declina para concepções defendidas por autores como Verlaine, Kaváfis, Wilde e outros, mas sem qualquer tipo de imitações a estes. O autor é ele. Uno. Sem intromissão daqueles ou de qualquer outro. Na parte relativa ao “amor” (sexo), é bastante objetivo e às vezes até mesmo rude. Afasta-se das sutilezas de um Kaváfis e se achega ao direcionismo de um Antonio Botto, em suas *Canções*, sem contudo imitá-lo.

Mas é na 3ª parte ou etapa do livro que o poeta se apresenta em toda a sua plenitude, quando, liberto de assanhos materiais ou preocupações com preciosismos literários, consegue galgar degraus inimagináveis de singela, delicada e sublime poética, com versos antológicos, macios como painas e aveludados como suavidades de rosas, senão vejamos:

“Não te cubro com auras, Alexandre, entre nuances de adágios e rocios de harpas...” ou

“arrulhos de vespas, picadas de rouxinóis...” ou

“um cheiro de amêndoa visita meus olhos soltos...” ou ainda

“A tarde se desfia lentamente, trazendo adágios, ventos e poentes e cheiros de chá de camomila e de Mahler”.

O livro é autêntico e o autor talentoso, faltando-lhe “quase nada” (humildade e vivência, talvez), para tornar marcante sua poesia no cenário nacional. O livro é muito interessante. Aconselho sua leitura.

[*A Gazeta*, 12/9/93]

### A mística de poeta

Recebi com generosa dedicatória e li com muito carinho o livro da poetisa Aparecida Ramos, intitulado *Mística*. Autora de mais três trabalhos no gênero poesia, o que muito me encanta na escritora são os pormenores, os detalhes. Tudo ali é meticulosamente estudado, como se estivéssemos frente a um finíssimo bordado à mão. E cada poema que se sucede nos entenece profundamente.

Olhando o global, fico na dúvida em destacar este ou aquele trabalho, já que tudo ali nos contagia; transcende beleza e encantamento. Vejam do que digo:



(Sede).

Quero beber na fonte  
a calma que me fugiu;  
e que se revelem os mistérios  
da vida,  
sem sucumbir ante os  
mistérios da morte.

Veza por outra, a autora se mostra pessimista:

Edifiquei minhas alegrias  
sob castelo vazios...

Mas volta logo a colocar os pés no chão, sinal de equilíbrio, em suas emoções:

Felicidade é saber usufruir  
o que de melhor Deus  
nos ofertou: família  
— o resto são adornos  
— para melhor colorir esta emoção.

E finalizo esta singela abordagem com mais um diminuto  
(*Despertar*):

Perdi meus sonhos  
com você, mas acordei  
com a luz da vida.

Li integralmente *Mística*, de Aparecida Ramos, livro que já começa bonito na capa, e continuo encantado com seu estro, com sua sensibilidade e delicadeza.

Uma composição Cidarts – Serviços Técnicos e Editoriais Ltda., 76 páginas, datado de 1995.

E aproveito o ensejo para agradecer à poetisa os momentos maravilhosos que me proporcionou ao bordar, com palavras de ouro, sugestões tão delicadas.

[*A Gazeta*, 26/05/96]

## Um poeta admirável

Em minhas mãos para leitura os originais do livro *Flauta do Azul*, de Ferdinand Berredo de Menezes, que ele me confiou, premiado com “Menção Honrosa do Prêmio Ribeiro Couto”, cujo diploma recebeu em 27 de agosto passado, no Rio de Janeiro, no Centro Cultural da Academia Brasileira de Letras. Seria ocioso alinhar dados ou encômios sobre o autor, já conhecido da crítica nacional, tanto por sua robusta obra, no campo da poesia, como pelos lauréis literários que vem acumulando, ao longo de sua festejada carreira de poeta maior.

O presente livro compõe-se de trezentos dísticos decassílabos, medida poética que lhe foi implantada, desde a adolescência, pelo seu saudoso genitor, quando ainda nas terras sagradas do Nordeste, pois Berredo é maranhense de berço e capixaba de coração. Dentro dessa diminuta prisão lírica, o vate se sublima, premiando-nos com delicadíssimas metáforas, o que nos vem assegurar que a verdadeira poesia, apesar de tantos contratemplos, ainda permanece viva.

O livro é enriquecido de vários assuntos, que o bardo vai desenvolvendo, guiado por sua aguda sensibilidade e seu irretocável talento. Vejam os leitores, nos exemplos que se seguem, a fiel ilustração do que tento transmitir:

No silêncio dos barcos à deriva,  
os anzóis da saudade pescam sinos.

Se a solidão do luar tocasse flauta,  
Deus faria de orvalho o olhar dos anjos.

E, estejam certos, o livro inteiro é urdido de momentos assim; suaves, doces, lúdicos. Uma verdadeira massagem, com mãos de seda ou veludo, em nossa sensibilidade. E a inspiração do bardo parece não temer barreiras:

Quando a manhã perfuma o meu silêncio,  
o sol já madrugou em minhas rosas.

Tenho ouvido por aí muita informação leviana, com relação à poesia. Dizia-me, outro dia, um suposto poeta, que não aceita limitações no seu verso. Nada de métricas nem rimas.

Para criar (segundo ele) é necessário total liberdade do artista. Interessante que esse “amigo”, com tanta liberdade a que se permite, até hoje não nos ofereceu um verso digno de realce. E, com estes exemplos que aqui vou registrando, de Berredo de Menezes, lanço por terra essa imprudente afirmação de que rima e métrica inibem a capacidade do poeta. Em um trabalho tão apertado como este, fico receoso de cometer injustiças com o autor, deixando de realçar aqui versos memoráveis. Permito-me, no entanto, gravar um segmento poético, por ele nominado *Porto dos Sonhos*, que me dedica, por deferência à nossa amizade:

Sofro a palavra em sua dor mais pura  
e me queimo na luz dos seus clarões.

Nesse desfolhamento de esperanças,  
sinto que as rosas perdem seu perfume.

Seus arroubos poéticos, imprevisíveis, muitas vezes são como potros indomáveis:

Quero ser teia de uma aranha ao luar,  
para dormir nas rendas do silêncio.

Quero inventar, da solidão mais surda,  
a flauta em que o silêncio orchestra sonhos.

Era esse o recado que pretendia dar, sobre o livro *Flauta do Azul*, do poetamigo Berredo de Menezes. Poderia alongar-me muito mais, neste exercício, mas perfume é algo que nos agrada e inebria quando ministrado em pequenos bocados. Ao poeta, um carinhoso abraço e os meus sinceros parabéns, tanto pelo prêmio a que fez jus como pelo realce nacional que proporcionou às letras de nossa terra.

### *Ritual de Vida*

*Ritual de Vida*, escrito por Lucila Millanese, que recebi com generosa dedicatória da própria poetisa, é um verdadeiro manancial de delicadezas e inquietudes.

Li o livro por inteiro: linda apresentação e composição a cargo da Scortecci Editora, 1996, 88 páginas.

Não sei se houve intenção da autora, na disposição dos poemas dentro do livro, porém já no início, à p. 12, damos com uma bela promessa:

Quero amar! a manhã que nasce,  
a tarde que chega/  
e a noite que espero ansiosa,  
noite que deslumbra meus olhos/  
no infinito.

Cada poema lido nos traz uma proposta nova, mas sempre eivada de sentimentos de inquietude e solidão, borrifados com gotas de esperança:

Solidão que invade meu ser,  
que existe e vive! no silêncio  
cada vez! mais forte./  
E escrevo para viver,  
vivo para escrever.

Andei bebericando, com calma e vagar, nesses regatos cristalinos que Lucilla criou. Vejam o que ela encontra, quando se liberta:

Momentos de silêncio/  
na liberdade viva/  
em que meu ser navega.

Parece fundir-se completamente à natureza, ao seu contato:

Chuva que derrama,  
ventos que sopram meus cabelos,  
no alívio deságua a liberdade.

Seus caminhos são vastos. Há uma universalidade constante no que escreve:

Beija-flor em pleno vôo,  
que luta e desafia  
a minha imaginação.

Ama a vida e a sua integração com ela é através das coisas belas e simples, que vê e sente, como à p. 36 (visto sob minha óptica):

Cerejas deliciosas! mil girassóis plantados/  
olhos castanhos! lábios que tocam/  
flores no verão com brilhos de sol/  
ventos levando folhas para a libertação... (etc.)

...esses (e muitos outros) são os assuntos prediletos da autora. Por vezes, anda perdida, abandonada, só:

Senti-me abandonada, só,  
perdida no horizonte do meu ser...

Mas sempre está pronta a vencer “barreiras”:

Vagueio sobre a chama da esperança,  
na intensa angústia passo,

ultrapasso barreiras neste mundo,  
captando meu pensamento sereno  
para a vida poder amar.

À p. 65 Lucilla tem um compromisso maior com a esperança e a vida, num futuro próximo:

estrela me espera,  
sendo meu andar decisão.

Li o livro por inteiro, que a bondade de Lucilla Milanese me enviou *Ritual de Vida*, um carinhoso bálsamo que me enterneceu uma tarde inteira e cujo perfume ainda sinto na brisa da imaginação. Lucilla escreveu um livro muito bonito que as gerações vindouras haverão de aplaudir por muito tempo ainda. À autora, os meus parabéns!

Beija-flor em pleno vôo,/
que luta e desafia
a minha imaginação.

Ama a vida e a sua integração com ela é através das coisas belas e
simples, que vê e sente, como à p. 36 (visto sob minha óptica):

Cerejas deliciosas! mil girassóis plantados/
olhos castanhos! lábios que tocam/
flores no verão com brilhos de sol/
ventos levando folhas para a libertação... (etc.)

...esses (e muitos outros) são os assuntos prediletos da autora. Por
vezes, anda perdida, abandonada, só:

Senti-me abandonada, só,
perdida no horizonte do meu ser...

Mas sempre está pronta a vencer "barreiras":

Vagueio sobre a chama da esperança,
na intensa angústia passo,

ultrapasso barreiras neste mundo,
captando meu pensamento sereno
para a vida poder amar.

À p. 65 Lucilla tem um compromisso maior com a esperança e a
vida, num futuro próximo:

estrela me espera,
sendo meu andar decisão.

Li o livro por inteiro, que a bondade de Lucilla Milanese me enviou
Ritual de Vida, um carinhoso bálsamo que me enterneceu uma tarde inteira
e cujo perfume ainda sinto na brisa da imaginação. Lucilla escreveu um
livro muito bonito que as gerações vindouras haverão de aplaudir por muito
tempo ainda. À autora, os meus parabéns!

*Breves (livro não publicado)*

Osmar Barbosa é um mundo. Um homem dos sete instrumentos. Qualquer dia desses, constrói uma nave de sonhos e vai desvendar os mistérios das estrelas, suas irmãs.

Conheço Osmar pessoalmente e através dos seus múltiplos trabalhos e um é o retrato dos outros. humildes e perfeitos. Conheço-o há poucos anos, mas parecem milênios, dada a afinidade de pensamentos e ideais que nele encontrei.

Gostaria de dispor de um espaço especial para falar desse “Proteu” da literatura, iniciando pelo Osmar “gente”. Depois diria do cronista, do romancista, do gramático, do dicionarista, do sonetista, trovador e poeta total. Seria uma tarefa difícil, mas eu gostaria, porque seria compensatória, embora sabendo das dificuldades em escalar estrelas.

À falta de tal oportunidade, tentarei algo mais prático, que é dizer sobre os seus versos, uma das mais agradáveis tarefas que poderia receber.

Já li quase todos os trabalhos em versos do poeta: Poemas condoreiros (Palmares), poesias esparsas, trovas e sonetos, mas o poeta agora me surpreende, colocando-me em mãos um volume com 168 “breves”.

Para quem não sabe, o “breve” é o menor poema fixo do mundo, no momento, formado ou composto de um dístico ou parêntese, em versos pentassílabos, originalmente sem rima e com acentuação na 2ª e 5ª sílabas.

Como não poderia deixar de ser, o poeta se sai maravilhosamente, aceitando tal desafio, entendendo com perfeição a mensagem que pode ser expressa, exarada, em tão limitado espaço. E o seu mundo é eclético e profundo. Inicia o livro com grandiosidade, falando do Eterno:

Deus pôs as pegadas  
nos astros do céu.

Mesmo perdido no mundo, encontra-se na fantasia, país onde é rei, e de cujo trono não abdica:

Eu ando sem rumo  
num bosque de sonhos.

Meus sonhos se nutrem  
de sobras celestes.

Percorri o livro todo, palmo a palmo. Li e reli o manancial que me chegou às mãos e posso dizer que é digno de um mestre. Só um ser altamente espiritualizado poderia chegar a instantes como estes:

Os olhos se banham  
na fonte do pranto.

Se curvo os joelhos,  
levanto a minha alma.

Eu cavo em garimpo  
de brilhos perenes.

Veza por outra, humano ainda, o poeta vacila, esmorece, cambeteia, diante dos percalços do mundo:

A chave da sorte  
caiu de meu bolso.

Sou barco sem norte  
no mar da amargura.

Mas logo em seguida se ergue, para abraçar os astros, consciente de suas possibilidades:

Somente o poeta  
escala o infinito.

Minha alma penetra  
umbrais estelares.

O livro de “breves” de Osmar Barbosa é lindo, sublime e muito ganhará aquele que se detiver por alguns momentos em sua leitura. De mim, só posso dizer que não canso de folhear estas páginas inefáveis e, a cada leitura, mais belezas encontro naquelas jóias ali cravejadas.

Ao poeta Osmar Barbosa, meus agradecimentos pela deferência e sinceros parabéns pelo sucesso que irá alcançar, por certo, com a publicação deste belo título poético.

[Dez/95]



## Lançamento capixaba

Encerrei, há pouco, leitura do livro *Fragments - destaques autobiográficos*, 94 páginas, do professor Edison Freitas, publicado com o apoio da Associação Espírito-santense de Imprensa e produzido pela Copigraf Gráfica e Editora Ltda, Vitória (ES).

Compõe-se o livro de duas partes bem distintas. Na primeira, embora se vislumbre do título uma proposta autobiográfica, vai além o autor, quando nos deparamos, naquelas páginas bem urdidas, com uma deliciosa e inteligente peregrinação pelo tempo, onde, abusando do cálamo de seu talento, coloca, a todo momento, a sua sensibilidade de poeta em primeiro plano, fornecendo-nos uma cachoeira de ternura, em cada frase ou assunto abordado.

Consta ainda, dessa primeira parte do livro, uma rápida citação genealógica de sua família, com fulcro em seus avós (paterno e materno) até os bisnetos, que tanto ama.

Em dado momento, à p. 11, somos brindados com uma declaração espontânea e comovente (referindo-se à diletta esposa, já falecida):

Nunca lhe esbarrei com uma flor. Nunca lhe proferi um adjetivo ou palavra obscena. Nunca lhe causei vexame com atitude ou conduta indigna. As juras e promessas romanescas que lhe fiz, nos idos tempos do encontro de nossas almas, cumpri todas...

Na segunda parte do livro o professor Edison nos brinda com maravilhosas e eruditas aulas de contabilidade e análise de balanço, ciências em que é mestre.

Edison Freitas é cachoeirense, radicado em Vitória há alguns anos, e completou noventa anos, bem vividos, no último dia 27, autografando seu livro nas dependências da Livraria A Edição, do Shopping Vitória.

Ao emérito beletrista os nossos sinceros parabéns e muito sucesso com o presente lançamento.

[*A Gazeta*, 29/1/95]

## *Soldado Vinte Dois Oitenta e Quatro*

Ninguém é profeta na própria terra, dizia um sonhador há dois mil anos, e José Hygino de Oliveira, o Taneco, não é uma exceção. Membro do

Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo e da Academia Espírito-santense de Letras, vem colaborando, anos a fio, com as armas que Deus lhe deu, para contrariar o que Osório Duque Estrada declarou em 1916, numa dolorosa crise de afitamento, insinuando que o Espírito Santo não possuía literatura.

Desta feita, tenho em mãos um trabalho seu em prosa, que li e reli, como a consciência me ordenou, no sentido de captar-lhe toda a profundidade. Refiro-me ao pequeno volume que ele resolveu intitular *Soldado Vinte Dois Oitenta e Quatro*, que retrata limitado período de sua vida na caserna.

Engana-se quem, a princípio, julgar o escrito um simples memorial. *Soldado Vinte Dois Oitenta e Quatro* é um interessante fragmento da vida do autor, um pedaço sofrido, magoado, que ele teve coragem de trazer a público, com algumas gotinhas de mel.

À página 15, capítulo XII, o encontro com o pai querido, que não via desde menino e que não o reconhece:

— O Senhor Agnelo?

— Somente depois das dezesseis horas, dizem.

Fiquei esperando à saída. Não me reconheceu logo que me viu. Peço-lhe a bênção. Ele se detém, olha-me e pergunta:

— Você é o Zeca?

— Sim.

— Vim servir à Pátria!

Nesse colóquio singelo, há um mundo de vida, encantamento e sensibilidade. *Soldado Vinte Dois Oitenta e Quatro* é um livro escrito com o coração. Pequeno, mas bonito, porque fala aos nossos sentimentos.

No dia 11 de janeiro de 1935 Taneco completa vinte e dois anos de idade e ninguém fica sabendo. Ninguém?

O cabo 320 (do qual não mais lembra o nome) não se esquecera:

— Você está aniversariando hoje e não disse nada?

E à noite, deu-lhe um precioso presente, que ele guarda até hoje, no cofre da memória.

— Hoje vou tocar o “silêncio” para você. É o meu presente de aniversário.

E quando o corneteiro 320 terminou o toque, no leito, o soldado 2284 encontrava-se banhado em lágrimas.

*Soldado Vinte Dois Oitenta e Quatro* é um livro inteiro de ternura e muito ganhará aquele que tiver a oportunidade de lê-lo. Edição do autor, 32 páginas, 1995.

Obrigado, José Hígino de Oliveira, o Taneco, o mestre da tesoura, pelos momentos agradáveis que me proporcionou.

[*A Gazeta*, 11-5-97]

### *Três Estações*

Recebi do próprio autor, poeta Renato Bastos Vieira, com generosa dedicatória, o livro de poesia & prosa, intitulado *Três Estações*.

O volume é composto, salvo engano, de 17 sonetos, sendo dois hendecassilábicos e os demais de dez sílabas: 114 trovas, poesias esparsas e prosa bissexta, constante de três contos ligeiros ou alegorias.

Detenho-me no forte e palpável do autor, que são as trovas, segundo minha óptica particular. Renato é um trovador por excelência, laureado em vários concursos e conhecido, Brasil afora, através desse difícil gênero de poesia, que em suas mãos se transforma em um delicado instrumental:

Na madrugada de festas,  
sob a brancura da lua,  
vão desfilando serestas  
na passarela da rua.

Travei conhecimento com o bardo Renato e suas trovas lendo a coletânea de Aparício Fernandes, publicada em 1966, denominada *Trovadores do Brasil*, com 400 poetas e 4.000 quadras e muito embelezaram a antologia os versos abaixo, do autor:

Meus poemas vão girando  
em torno de um mal infindo:  
— eu, a fazê-los chorando;  
— tu, a rasgá-los sorrindo.

Em variações sobre um mesmo tema, encontro esta pérola:

Meu amor, lembram teus seios  
quando teu corpo desvendas,  
passarinhos em gorjeios,  
numa gaiola de rendas.

Não poderia, no entanto, deixar de retratar o exímio sonetista que Renato Bastos Vieira é. Na coletânea que nos apresenta agora, dentre outros de inegável valor, recolho este mimo, a meus olhos de mero amante da poesia, um soneto antológico (*O Mosquito*):

Zunindo pelo quarto, ouço um mosquito  
– a miniencação de algum capeta –  
zombando desta insônia em que me agito,  
qual tétrico zumbi, quase zureta.

Ao zabumbar da singular retreta,  
o zafimeiro inseto, ao ver-me aflito,  
zumbindo, faz zumbaia e falseta  
e mais zunzuna quanto mais me irrita.

Mas, de repente, cessa a zunideira!  
Silêncio no meu quarto... Que gostoso!  
Gostoso?! Uma conversa! Que besteira!...

Ao ver-me, estuporado sobre o leito,  
desferra-me o vampiro pavoroso  
o seu zaguncho agudo em pleno peito!

[*A Gazeta*, 7/6/98]

#### Literatura e autores capixabas

Atentos para artigo constante deste jornal, assinado pelo senhor Paulo De Paula, Caderno Dois, neste espaço, referindo-se medrosamente à literatura capixaba, podemos assegurar que ela existe, encobrendo nomes de valor incalculável, embora quase nenhuma ajuda venha recebendo de nossos órgãos divulgadores. Pode até não ser a maior do Brasil, mas existe. Só não há maiores estardalhões a seu respeito em virtude de não contar, em nossos

jornais, com o mesmo número de páginas que é dedicado à televisão, filmes, de um modo em geral, ao futebol e outros assuntos tidos como fúteis (sem mencionar a página criminal). Acertemos esses pontos e ela aparecerá, senhora de si, para alegria do povo da terra de Canaã. Mas vamos ao que estou lendo, no momento, de autores genuinamente capixabas:

*Minha terra*, de Osmar Barbosa, coleção Itiquira, Thesaurus, primeira edição, 1992. É praticamente ocioso falar de Osmar Barbosa, uma das maiores vozes da poesia nacional, no momento, com aproximadamente 100 títulos publicados, sendo 19 no campo da poesia. O livro *Minha Terra* se compõe de 44 maravilhosos sonetos, modalidade que o autor domina com mestria, criando um mundo de sutilezas e devaneio em torno de assuntos ligados a sua terra natal, Vitória. Vale a pena ler o livro, que me chegou às mãos com delicada dedicatória do poeta. Será lançado nesta capital provavelmente em meados do próximo mês, em sessão solene do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo.

*Meus versos*, de José Oliveira, Taneco, edição do autor, 1993. Ler o livro sem conhecer o poeta é perder um pouquinho do seu conteúdo, porque Taneco é o próprio livro que escreveu, com seus trejeitos de homem simples, mas arguto, na descrição ou contemplação dos temas escolhidos. Com palavras sem rebuscos, Taneco vai tecendo todo um mundo de vivência do cotidiano. Fala da vida, de seus personagens e de si próprio. O livro é cerzido com imagens singelas do nosso dia-a-dia. É um livro interessante, que merece a atenção do mundo leitor.

[*A Gazeta*, Caderno Dois, 11.07.93]

### Seminário da Trova

O seminário à epígrafe, promovido pelo Clube dos Trovadores Capixabas, acontece este ano na cidade de Linhares-ES, entre os dias 7 e 10 de julho, sob os auspícios do governo municipal daquela cidade.

Todas as pessoas, amantes da poesia em geral, estão convidadas e mais particularmente aquelas que cultivam a trova. E você sabe o que é uma trova?

Trova, numa definição rápida, é um poema fixo, de quatro versos setissílabos, rimando o primeiro com o terceiro e o segundo com o quarto, mas que tenha um sentido completo. A trova, em um sentido geral e amplo, é uma redondilha maior.

Se você gosta de escrever sonetos, haicais, poemas livres ou outro qualquer, será bem-vindo também ao encontro. Mas se não tiver queda para a poesia e for simplesmente amante da crônica e do conto, será recebido com o mesmo carinho. O que vale é a sua presença. Compareça apenas para ouvir ou dar sua inteligente sugestão. Não deve é faltar ao encontro que se realiza apenas uma vez por ano.

Todo e qualquer contato pode ser feito através do presidente do clube, trovador Clério José Borges de Santanna, à rua dos Pombos nº 2, Carapina (Bairro Eurico Salles), Cep. 29.160-280, Serra (ES) ou pelo telefone (027) 328-0753. Participe do evento e conheça Linhares, uma das mais lindas cidades deste Estado, e o seu povo maravilhoso e acolhedor. É em Linhares que se localiza a famosa lagoa Juparanã, bela e poética.

Serão quatro dias inesquecíveis, de bons bate-papos, onde você poderá autografar livros e recebê-los autografados. Lá você provavelmente encontrará todos os poetas brasileiros do momento, com quem poderá trocar idéias e ouvir tendências. Participe e estará ajudando a divulgar a cultura em nossa terra.

Diariamente você poderá discutir, dar opinião, sugerir, achar que está certo ou errado. Haverá, inclusive, grupos de trabalho, onde você poderá defender sua tese sobre poesia e ouvir outras bem avançadas e das quais jamais ouviu falar. Vá se atualizar.

E para aqueles que possuem algum poema bonito engavetado, chegou a hora de mostrá-lo ao mundo. Vá lá e declame-o, sem receios. Todos irão ouvi-lo. E se você, ao final do encontro, achar que a coisa não correu como devia, faça a sua crítica honesta, com as devidas ressalvas e propostas de melhoria e assim estará contribuindo para que o nosso movimento cresça e melhore.

E finalizo este breve lembrete com uma trova de minha autoria, que fala justamente da trova:

A trova é um poema grácil,  
que surge de um mundo etéreo:  
— Para quem sabe é bem fácil.  
— Pra quem não sabe é um mistério.

[*A Tribuna*, 25/6/94]

## *Entrelaço*

O pequenino livro *Entrelaço*, da poetisa Wanda Maria Bernardi Capistrano Camargo, de 44 páginas, da Academia Feminina Espírito-santense de Letras, chegou até minhas mãos com uma bonita dedicatória. Composto e impresso em 1993, na Gráfica 18 de Abril. Tudo indicava tratar-se de um mero livro de poemas, porém a autora foi além, oferecendo ao público leitor um punhado de hinos, de sublimes orações, em versos. O título e a capa (esta de Wellington Torres) já revelam essa tendência e a própria escritora nos prepara o caminho, à p. 9: “*Entrelaço* para mim é a linguagem da alma, numa comunhão com Deus.”

O livro inteiro é um desabrochar de rosas místicas, numa sucessão de buscas e encontros com a Divindade. “Oração ao Pai”:

Oh! Pai celestial  
que bom ter a Tua presença  
dentro dos nossos corações.

Embora ande em busca desse Deus que tanto ama, parece não entendê-lo:

Quem és Tu  
que me consolas  
secas minhas lágrimas  
e amenizas minha dor?

A autora, a todo momento, continua sua busca em torno d'Aquele que a ajudará a conhecer-se:

Procuo-Te, Senhor,  
não para me tornar  
o ser mais sábio  
ou levar vantagens  
nesta e em outra vida.

Procuo-Te, Senhor,  
para entender as minhas dúvidas  
e achar resposta  
às minhas inúmeras perguntas.

O livro de Wanda Maria é um derramar de ternuras. À p. 33, um canto de mãe: “Senhor, liberte meu filho da fome, liberte meu filho da dor, liberte meu filho da corrupção, liberte meu filho do desamor...”

Como o espaço é limitado, termino este singelo comentário utilizando as palavras de Maria Denise A. Campolina de Sá, no prólogo do livro:

Assim como o ouro, você transformou um dom em realidade, onde sua generosidade, humildade, a levam neste caminho difícil, que é o auto-conhecimento.

*Entrelaç* é um livro lindo de se ver e ler. De parabéns, portanto, a poetisa Wanda Maria.

[*A Gazeta*, 29/10/95]

### *Nas Asas do Vento*

Ganhei a semana com a leitura do bonito livro de poesias de Marilena Soneghet Bergmann (da Academia Feminina Espírito-santense de Letras), intitulado *Nas Asas do Vento*, dividido em duas partes distintas.

Na primeira (Tempo de ventania/ O rastro dos anjos/ Periferia paulistana), a poetisa traz à tona momentos de sua infância e adolescência, onde, no doce e inocente convívio com meninos de rua, torna-se menino também: “Jogo de bola e os moleques / esquecem que sou menina”. Nessa fase, a imaginação é fértil: “Na minha casa tinha uma árvore / com um galho que alcançava o mundo”.

Lembra o circo, o cheiro de mato, de capim gordura... Mas o tempo não pára: “Abro o baú / no empoeirado sótão / das lembranças. Remexo mais no fundo / Ah, meus quinze anos!... Namoro na procissão, que sacrilégio!”

As recordações da roça surgem aos borbotões: “Foi a chuva. Verdejou, / A terra cheira molhado; / capim dança, iluminado. Há um estremeço no ar, como um fricote de amor”.

Mas as paisagens interioranas se sucedem: “É de vento e de pó a estradinha / que corta o silêncio da noite / e termina / onde começam as primeiras estrelas”.

A menina, porém, cresceu. A segunda parte do livro fala disso (Sombras submersas e Vôo de aprendiz). O poema “A semente de girassol”



é um delicado momento: “Me toca / com teu coração em brasa / e eu serei flor / Mas não fales nada; / é no silêncio que os milagres acontecem”.

Pena que o espaço disponível seja restrito para falar mais detalhadamente sobre este lindo livro, que vem precedido de generosa apresentação do professor José Augusto Carvalho. Generosa e merecida.

Como se não bastasse, Marilena é filha do saudoso poeta Hilário Songhet, cuja obra poética embelece a literatura capixaba.

O livro *Nas Asas do Vento* é um rico manancial de ternura, em palavras alinhavadas de fantasia, que recomendo a todos aqueles que ainda trazem no peito um pouquinho de sensibilidade. As letras da minha terra estão de parabéns com mais esta publicação.

[A Gazeta, 24/12/95]

### *Poemas em Rosário*

Esta semana fui gratificado com a agradável missão de ler e comentar o livro *Poemas em Rosário*, de Maria do Rosário Silva Santos. Carmense, natural do segundo distrito, Córrego da Prata, a laureada poetisa é capixaba de coração e através de título recebido no Palácio Domingos Martins, em 09/12/93.

*Poemas em Rosário*, 88 páginas, edição 1995 (Lei Rubem Braga, Prefeitura Municipal de Vitória), publicação bilíngüe, com poemas distintos em português e espanhol, e lúcida apresentação do desembargador Sylvio Péllico de Oliveira Neves. A autora é poetisa do dia-a-dia, dispensando hermetismos e mistérios, em suas composições. Seu poema inicial, à p. 11, *Aconchego*, trescala singeleza: “Você e eu. Eu e você. No campo cheirando a flor que acaricia nossas carnes e peles junto ao verde terno e alegre.”

Fala das suas alegrias, do amanhecer, de angústias e amores, temas esses pródigos em todo coração de poeta sensível. À p. 17, um belo instante de criatividade (“Como um Rio”): “Às vezes sou como um rio onde nascem palavras.”

Sabe ser meiga, gentil, quando lembra o Natal e as crianças desamparadas (Dezembro): “Dezembro chegou, outra vez, para reacender a dor e as lágrimas de crianças desafortunadas, que nem receberão um presente natalino!”

Não se esquece de suas origens, em “Cidade do Carmo”: “Entre as alegrias de minha cidade, caem imensos verões.”

Em seu poema “Ilusão”, consegue criar cor para as lágrimas: “Minha ilusão chora no silêncio da noite com *lágrimas brancas e humanas*.”

Não nega carinho à cidade que a acolheu (“Louvor a Vitória”): “Ah, esta terra tão minha, de colinas tão suas de mar tão prenhe de amor! Não foi meu berço, não me conheceu menina nem brinquei nas suas ruas, mas eu me sinto sua como o melhor dos filhos seus.”

E fico por aqui, pois teria mais a comentar sobre os versos escritos em língua estrangeira. Pelo pouco que foi citado, os leitores já podem fazer uma idéia do que encontrei e ganhei, durante um domingo inteiro, ao abrir o livro *Poemas em Rosário*, da poetisa e advogada Maria do Rosário Silva Santos.

Excelente momento poético que recomendo aos amantes da boa poesia de nossa terra.

[A Gazeta. 01/10/95]

### *Meus versos*

Leio, no momento, *Meus Versos*, do escritor e poeta capixaba José Hygino de Oliveira, o Taneco, membro da Academia Espírito-santense de Letras.

Semanas atrás, conversando com escritora de renome em nossas letras, dizia-me ela que compete ao escritor escrever o que lhe vem à cabeça e, ao crítico, conceituar o que ele escreve.

Voltando ao Taneco, dele já dizia o “mestre” Mesquita Neto: “Não faz literatura, não é literato... Pensa e escreve com a preocupação de dizer o que quer...”

Li várias vezes o livro em apreço, *Meus Versos*, e posso dizer a meia dúzia de leitores, se acaso os tiver, que o livro agradou-me. Taneco é *sui generis*, no que escreve. É simples, em sua retórica direta, objetiva, que chega a contagiar. Ele fala de si, de suas vivências, do seu dia-a-dia. Passagens singelas, doces, amargas, amorosas. Algumas vezes mordazes, outras, dolorosas. Vejamos exemplos:

De ternura — *Dorme Tranquilo*: “Sinhá Lutza, / Preta cafuza, / Mãe de Badu / Me acudiu / Quando eu chorava, / Na mesma hora / Em que nasci.” E conclui, com muito carinho: “Em sua esteira / eu me deitava. / Ela dizia. / — Vamos dormir...” De saudade — *Passado*: “Amigos / boêmia / noites / horas / madrugada / musa / fundo de garrafa / você presente / muitos riem, eu / choro cá dentro.” De málcia — *Reconhecidamente*: “Você

não é mulher para / lavar pratos, limpar / cozinha, arrumar casa / remendar cuecas...” E arremata, maroto: “Você é mulher pra cama de casal... Amarrotar lençol.” De lirismo — *Só você ficou*: “Tudo, tudo / passou... / Só você continua / abrigada, quietinha, / dentro do coração.”

Tem auges de filósofo: — “Conversar é lembrar o passado, / viver o presente e construir o futuro.” É saudosista — *Meus Cabelos*: “Foram castanhos / meus cabelos brancos.” Lembrando a velha mãezinha: “Eram azuis seus olhos...” É amargo, por vezes, recordando fatos dolorosos da infância: “Eram dez horas quando eu saí de casa! / Noite fria, sem agasalho”.

Ele mesmo se refere a *Meus Versos* assim: “Eu os fiz com palavras carinhosamente alinhavadas, empregando linhas urdidas por minhas próprias mãos”.

E é isso que eu vi e senti no lindo livro de Taneco, que você poderá adquirir com o autor, até de graça, se conseguir chegar até ele, sempre rodeado de bons amigos, no Centro da cidade.

[*A Gazeta*, 20/8/95]

#### Literatura e autores capixabas

Escrevíamos, há poucos dias, em jornal desta cidade, sobre o tema à epígrafe, sem grandes realces em nossos meios de divulgação.

Mas, sem nenhum rancor, trabalhando com o que temos em mãos, vamos tentar falar de uma pessoa extremamente sensível, humana, alheia às pavonices da vaidade, poeta de berço e exímio cronista que, mesmo afastado desta seara, mas amante da santa terrinha e dos seus irmãos de letra, vem de prestigiá-los por esse Brasil afora, divulgando, por todos os meios ao seu alcance, gratuitamente, e às vezes sem mesmo conhecer pessoalmente o autor, suas obras publicadas, desde que mereçam.

Estou falando de A. Isaías Ramires, personificação da humildade, aparência de um delicado David em portentoso espírito de Golias, que até mesmo na grafia do nome busca a modéstia, evitando assinar-se “Alberto” (do A.) para não chamar demais a atenção.

Trovador de primeiríssima, poeta e cronista (livros publicados: *Troviário, Imagens e Canções, Canto em Tom Menor, Cascelhos e Cacaréus*), vem, o Ramires, como o trato na intimidade, levando quase em silêncio, na suave brisa de sua pena de veludo, aos mais recônditos recantos do Brasil, o nome de nossos poetas e prosadores.

E hoje, neste pequeno espaço, artista menor que sou, quero deixar meu preito de gratidão e esse mago da palavra escrita, que, em futuro bem próximo, terá seu nome grafado, em ouro, na história de nossa literatura, em sinal de reverência e reconhecimento.

Mas termino este pequeno elogio, de fato merecido, ao preclaro amigo A. Isafas Ramires, transcrevendo uma trova de sua autoria:

Por nascer pobre, o Divino,  
num gesto compensador,  
despertou, em meu destino,  
a lira de trovador.

[*A Tribuna*, 29/7/93]

### Prosa leve e livre

Acabo de ler o excelente trabalho publicado pela prolífera e versátil intelectual capixaba Magda Lugon. Conhecia a autora, há muito, na poesia leve e livre, nos delicados haicais e em notáveis sonetos. Hoje ela nos brinda com uma obra robusta, de fôlego.

O livro começa bonito a partir da capa e da apresentação. Em *Sustenido Maior*, da Editoração Eletrônica Copisol, 1995, 110 páginas, é mais um desafio vencido na carreira da ilustre belettrista, já consagrada nas letras de nossa terra.

Provavelmente não saiba enquadrar o presente opúsculo nas categorias ou formas vigentes da prosa. Diria, em primeiro lugar, que não é poesia em prosa, como no caso de Lautréamont, porque escapa aos dedos sutis da imagética em que as musas predominam. Romance ou novela é impossível, já que não há unidade entre cada assunto particularizado e foge à urdidura do conto, pelo menos do tradicional, porque na maioria dos escritores esbarramos na ausência (?) de narrativa e/ou desfecho de argumentação de seus possíveis personagens, pois o tema ali no livro é totalmente livre, etéreo.

Optaria, finalmente, em enquadrá-lo (o livro) como pequenos ensaios “teóricos” ou “filosóficos”, onde a tangível e fértil capacidade inovadora da belettrista, empunhando os sublimes controles da asa-delta de sua criatividade, formulasse, com mestria, vôos impossíveis, mas sempre dependendo da aragem da razão para direcionar seus escritos.

Adquira o livro. Vá dar um passeio pelo magnífico Nilo, em tardes cheias de magia e sol. Vá conhecer a angelical Nadhine, que depois de muito sofrimento se transforma em flor. Vá no jato da imaginação até Porto Alegre encontrar o velho realejo e o seu periquito adivinho. Vá sentar-se à beira do cais do porto, ouvir gaivotas e sentir o cheiro de maresia. Vá travar conhecimento com um Dédalo moderno e seu filho Ícaro, com patente reconhecida de sua invenção. Vá escabelar-se, com a autora, em divinas e fantásticas análises em divãs imaginários.

O livro é maravilhoso e doce como a escritora. Belo, inteligente e profundo. À amiga Magda Lugon, o meu abraço de estímulo e todo o meu respeito.

[A Gazeta, 11/06/95]

### *Trovadores capixabas*

Ano passado e princípio deste, foram publicados em nosso Estado quatro livros de trovas de autores genuinamente capixabas. Algumas pessoas menos informadas costumam torcer o nariz, quando tocamos neste assunto, julgando tratar-se de sublitteratura, mas aí é que se enganam. A trova é uma das mais difíceis formas de um poeta manifestar o seu talento, a sua inspiração, porque requer técnica, recursos e atributos especiais, sendo um deles a concisão e, principalmente, ter nascido para tal mister. Qualquer trovador é poeta, mas nem todo poeta é trovador.

Trova é uma composição fixa, de sentido completo, em quatro versos setissílabos, rimando, geralmente, o primeiro verso com o terceiro e o segundo com o quarto, embora haja variantes, no concernente à rima.

Mas eu falava, no início, sobre os quatro livros aqui em Vitória publicados. Não farei menção de um deles, para não “rezar missa de corpo presente”. Mas dos outros três, tentarei um leve esboço.

*Pétalas Aladas*, de A. Isaías Ramires, capixaba de Vila Velha, residindo atualmente na capital carioca, cronista e crítico literário.

*Cantigas de Meu Poente*, de Osmar Barbosa, poeta, gramático, tradutor, capixaba da ilha e com domicílio atual em Nova Friburgo (RJ), mas com malas prontas para retornar a Vitória.

E finalmente *Cantigas de Outono*, saído há pouco do “forno” editorial, de Manoel Assumpção Botti, trovador estreante em livro, mas de igual expressão aos antecedentes, capixaba da gema. Uma rosa de seu livro:

Que não me empolgue a subida,  
que a humildade viva em mim.  
Que eu suba sempre na vida  
sem me esquecer de onde vim.

Pena que o espaço seja tão limitado para assunto de tal monta. Três “feras” da trova capixaba, enobrecendo a nossa literatura. E quem ganha com tudo isso somos todos nós.

Aos três poetas amigos, o meu sincero respeito e muito obrigado pelos maravilhosos momentos que me proporcionaram ao publicarem seus livros.

[*A Gazeta*, 25/6/95]

### *Nós e o Mundo*

Não conhecia a escritora Maura de Senna Pereira, e esse encontro foi possível graças à bondade do amigo e professor Frederico Teixeira Filho, em um bate-papo informal na sede da AEI, no centro da cidade.

Refiro-me ao livro *Nós e o Mundo*, da Livraria São José, composto nas oficinas da Gráfica Editora Itambé, Rio, com 150 páginas, publicado no longínquo ano de 1976, que consta de minúsculas crônicas da autora, todas elas escritas nas décadas de 60/70, reunidas com carinho, e fiquei deveras encantado com a beleza de seu conteúdo.

Maura, desconfio, não era deste mundo, e o opúsculo, aparentemente de prosa, é todo perfumado de lírio poesia. Poesia inteligente, suave, maternal. Maura, por certo, era uma fada.

Eis um magnífico momento, em que fala das mãos de Nora, uma sua amiga declamadora:

Asas? Açucenas? Feitas de cetim, de pétalas? Breves e brancas, elas deslumbravam. Quando recitava nas festas da escola todos ficavam presos aos gestos, que faziam até esquecer as inflexões harmoniosas de sua voz. Porque os gestos eram aquelas mãos em movimento, que pareciam flores se abrindo na haste nua dos braços.

Mas Nora envelheceu, junto com suas mãos. E assim ela interrompe a sua angelical narrativa: “Depois [Nora] escondeu as velhas mãos em luvas novas. Só então saiu. Tão leve e apaziguada.”

Além desta crônica, o livro possui um sem-número de coisas maravilhosas.

Maura faleceu recentemente. Dizem que foi de paixão. Partiu em busca do companheiro que partilhou de sua vida durante dezenas de anos. Foi ao encontro do escritor e querido esposo Almeida Cousin. Uma fada, esposa de um anjo.

Leiam o livro *Nós e o Mundo*. É um poema de vida. E se uma lágrima indiscreta rolar, porventura, de seus olhos, durante a leitura, bem poderá ser uma pérola.

Maura de Senna Pereira e Almeida Cousin: Que a terra lhes seja leve!  
[*A Gazeta*, 24.5.95]

### *Sob o Véu de Ísis*

Adelpho Poli Monjardim é uma honra da literatura capixaba. Sua prosa vigorosa, criativa, desempolada e inteligente é reverenciada pelos bons cultores da leitura.

Não sou de queimar incenso em altares profanos, por esse motivo, com a honestidade que sempre norteou minhas opiniões, devo assegurar que Adelpho é uma das maiores expressões da moderna prosa brasileira, mercê de seu talento indiscutível e de uma bagagem literária que não dá margem a contestações. E, para alegria nossa, é capixaba.

Acabo de ler seu livro de contos *Sob o Véu de Ísis*, Editora Henriqueta Galeno, 1978, 160 páginas; leitura antiga, renovada esta semana. E o que posso afiançar é que mais agrado pude sentir, desta feita, na dose repetida.

À exceção do primeiro trabalho, assunto moderno, os demais, sem qualquer risco, poderiam ser assinados por escritores de renome internacional, como Kafka, Poe, ou Steinbeck, nomes que me vêm agora à lembrança, entre outros, pelo alto nível conseguido e pela trilha elegante do estilo.

Abrindo o livro a esmo, na estória intitulada “O Ídolo”, à p. 103, há momentos de deslumbrante criatividade: “Envolto em *fog* de tabaco ordinário, a taberna parodiava a bíblica Babel.”

Mais adiante, à p. 111, mesmo conto, temos uma descrição dantesca: “O trovão ecoou, estremecendo o navio. Impetuoso o vento desceu assobiando agoureiro pelo cordoame e obras mortas. De pronto o mar caldeado agitou-se a resfolegar como um grande felino.”

O espaço, infelizmente, é limitado e muito mais teríamos a acrescentar da citada obra, que nos agradou sobremodo. É leitura que prende a atenção. Pena que os meus conterrâneos, hipnotizados pela “naja” da mídia moderna, principalmente pelos “importados”, andem matando a sede em fontes espúrias, desprezando tesouros inefáveis, valiosos, da nossa santa terra.

Ao escritor amigo, Adelpho Poli Monjardim, todo o meu aplauso e respeito pela contribuição que vem dando à cultura nacional.

[A Gazeta, 9/4/95]

### *Torre do Delírio*

Reservei o final da semana passada para algumas leituras interessantes, entre elas a do livro *Torre do Delírio*, de Luiz Guilherme Santos Neves, com dedicatória a mim conferida em maio/92.

Antes de escrever sobre o livro, propriamente dito, gostaria de deixar aqui três impressões que não alterarão em nada o valor do trabalho, mas que minha consciência me obriga a tecê-las, a fim de que as pessoas que também irão ler o livro tenham uma visão mais ampla sobre o que o autor pretendeu. A primeira seria o nome “contos”. Meu querido mestre “Machadão de Assis” conceituou-o com pelo menos duas mil palavras e as narrativas do senhor Luiz Guilherme raramente chegam a trezentas. A segunda é com relação à palavra “fantásticos”, que bem poderia ser vista com mais impacto, sob a ótica de “absurdos” e, finalmente, a terceira seria aquela em que o autor chama de “eróticos”, estados que realmente não existem, haja vista que as suas “criações”, por demais sutis, impedem que qualquer coisa de “carnal” ali se concretize ou se materialize, já que inexistente a posse.

Li vagarosamente as narrativas, constantes do livro, que me parecem visões bem trabalhadas com o impossível; absurdas, mas coerentes, a que poucas pessoas seriam capazes de chegar. O autor deixa patente, ali, a sua erudição e o profundo espírito poético, transportando-se a um mundo só seu, onde esbanja criatividade e fantasia.

Não sei se o autor é poeta, mas sua verve, aparentemente, converge para tanto, mormente nos êxtases sutis e criativos de zodíacos imaginários e esparsas referências mitológicas.

Há momentos de verdadeira euforia “carnal”, também imaginária:

Trê gozava cinco vezes num só gozo. Na hora morredoura do êxtase, enquanto eu a livrava das harpias que lhe exasperavam as carnes, ela disparava gritos paleolíticos de combatente pessoa.

As suas mulheres são quase sempre flamejantes: “Quando beijam ou gozam, conservam os olhos acesos, cravados no macho, para vê-los arder”.



Por vezes, sentimos a pureza do autor, ao observar que as suas posses não excedem o mundo mental:

[Falando de Duodé] — Seu orgasmo foi uma explosão dourada de chamas desventuradas [Referindo-se a Noa e às mulheres de Quimera, seu signo] — Condenadas à permanente virgindade, nem sequer ousam rompê-la com as próprias mãos. Quando tentam, desesperadas, os dedos viram água e o máximo que conseguem é refrescar o sexo.

O livro é bastante variado e interessante e muito teria a falar sobre ele, mas este espaço é restrito. É um estudo diferente, imaginoso, que agrada e não destoa, com relação às referências elogiosas que tenho ouvido sobre o escritor.

[A Gazeta, 30/10/94]

### *Clarividências do Nunca*

Berredo de Menezes é um semeador de ilusões. Se vive às voltas com livros da lei, de terno e gravata, é mero artifício para enganar o vulgo. Berredo é pássaro que ama a liberdade, a beleza da vida e o mundo sublime das estrelas. Seu linguajar, entre os amigos, é um canto gregoriano.

Recebi de suas mãos de “menino artista”, com generosa dedicatória, o livro de sua lavra *Clarividências do Nunca*:

neste canteiro de sonhos, / o luar é o ornamento /  
do que sobrou de mim, / entre os destroços da luz.

O livro é um anelante desabafo, um brando gemido, um delicado e profundo soluço d'alma:

Caminho a solidão do meu silêncio,...  
sou a migalha que sobrou da luz...

Versos aparentemente modernos. No fundo, vez por outra, é traído pelo rigor da metrificacão, que o persegue, o que torna mais atraente e valorosa a coleccão publicada. Possui um sabiá

... que solfeja, na solidão metálica da tarde,  
o azul canoro do silêncio...

Mesmo em uma singela pescaria o poeta continua vivo:

a esperança que belisca, / entre os cristais do anzol...

Em suas desilusões procura

no ar, o ventre das encostas. Quero encontrar o pó  
de minha luz e o pó do que serei pelas montanhas.

Às vezes se desespera, como qualquer mortal:

Não há mais nada a fazer: / passamos pelo tempo / como um  
silêncio de orquídeas / nos galhos do entardecer;

Suas metáforas são doces, ainda que tristes:

Cavei o ar de acasos e os ventos cegos de luz  
me envelheceram.

Li integralmente o livro *Clarividências do Nunca*, de Berredo de Menezes, uma âmbula repleta do óleo sagrado do Olimpo da sensibilidade; referto inclusive de esplêndidas e coloridas imagens que nos fazem meditar profundamente. Coleção “Poetas Brasileiros”, Sul Americana Editora, Porto Alegre (RS), 1993, 102 páginas, 2.000 palavras, e, tenho certeza, jamais esquecerei o perfume infável nele contido. De parabéns o poeta.

### *Por Estradas Curvas*

Das mãos de sua própria filha, Marilena Soneghet Bergmann, poetisa de rara sensibilidade, recebi esta semana o livro de poemas de Hilário Soneghet, acima titulado, edição póstuma datada de 1971, particular, com generoso e merecido prefácio do professor José Augusto Carvalho.

Hilário Soneghet teve existência relativamente curta, já que faleceu com 65 anos incompletos.

Conheci-o, em minha saudosa juventude, através de esplêndidos sonetos, publicados em jornais desta cidade. Hoje, com o melhor de sua obra compilado, minha opinião sobre o vate permanece a mesma. Um lídimo representante de Apolo, em suas múltiplas facetas poéticas.

*Por Estradas Curvas*, que agora tenho em mãos, não é um livro extenso. Dividido em quatro partes, na primeira, a principal, podemos desfrutar da leitura de 26 belos sonetos; dentre eles, cinco alexandrinos. Mas entremos na intimidade do bardo.

À p. 15 somos brindados com um soneto magistral, inclusive com premiação. Dele retiro o que me tocou profundamente, o último terceto (o aedo falando a uma árvore morta):

Faze de mim, agora, o teu herdeiro, / dando em troca  
de um verso derradeiro / algumas tábuas para o meu caixão.

À p. 19, no soneto “Morre Cantando”, seduziu-me ainda o derradeiro terceto do poema, num monólogo com um poeta:

Maior que o fado de nascer chorando / maior que a farsa de  
viver sorrindo, / é a glória imensa de morrer cantando!

O livro é todo alinhavado com fios de ouro e bordados de prata. Poderia falar ainda muito dos sonetos, mas o manancial é vasto. É um mestre na trova. Vejamos estes dois exemplos:

O teu olhar tão sereno,  
nesse semblante que encanta,  
é uma taça de veneno  
num oratório de santa.

Minha sorte não foi dura  
nesta vida que se esvai,  
pois tive a grande ventura  
de ser poeta e ser pai.

Hilário Soneghet “é quase brasileiro”, pois veio da Itália ainda criança e com isso quem lucrou foi o Brasil, principalmente o solo capixaba, ao acolher um poeta de tão delicada inspiração. Seu talento honra a terra de Domingos José Martins e o livro, editado há vinte e cinco anos, merece uma nova e mais condizente edição. A Lei Rubem Braga está aí para isso.

## *Canto Branco*

Gosto imensamente de tecer considerações sobre livros de poemas, principalmente aqueles que tocam a minha sensibilidade. Em um mundo áspero como este em que vivemos, momento atual, é sempre um refrigério termos em mãos algo que nos fale de ternura e suavidade.

Li por completo e embevecido o livro *Canto Branco*, da suave poetisa Wanda Maria Bernardi C. Camargo, da Academia Feminina de Letras de nosso Estado, que chegou às minhas mãos com generosa dedicatória e que agora tenho o prazer de agradecer. Poemas ternos, doces, leves, de uma alma bastante evoluída. De lá destacamos (“Taça de Amor”):

O amor é como o vinho  
deve ser degustado sempre, devagar  
para guardar o gosto da vontade,  
que nunca finda,  
de sempre querê-lo mais.

Há momentos em que a poetisa dá aulas de felicidade, como se a tivesse encontrado e guardado para si (“Felizes são”):

Os que arrebetam  
os elos da ilusão e  
conseguem com isto sentir  
o gosto de sua libertação.

E anda por caminhos de serenidade, como neste exemplo (“Serenos”):

Bem-vindas são as pessoas  
que não nos perturbam.  
Bem-vindas são as que  
nos acalmam em nossas vidas,  
dia após dia.

O livro é todo diáfano, feito de delicadezas. Uma verdadeira redoma de cristal. Além de poemas, encerrando o trabalho, colhemos um mundo de “Reflexões”, em sutilíssimos adágios:

Estou sempre fragmentada e inteira. É nesta guerra interior que desfruto da paz que procuro.

E mais este:

Ensinar nossos filhos não é uma tarefa fácil. Mas é extremamente reconfortante saber que algo ficou daquilo que nos prontificamos a ensinar.

[A Gazeta, 17/5/98]

### Haikai — Poesia do Japão

Leio ao mesmo tempo dois livros de “haicais”, coqueluche literária do momento: *Relógio de Sol*, de Teruko Oda, e *Palhas do Tempo*, de Cyro Armando Catta Preta, que seguem correntes ou tendências dissemelhantes, mas não competidoras ou conflitantes, dentro dessa expressão literária.

Em termos gerais, o haikai é um poema fixo, oriundo do Japão, em dezessete sílabas poéticas, distribuídas em três versos, aspecto quanto à forma já consolidado em gramáticas e dicionários, aqui no Brasil, de cinco/sete/cinco sílabas, abordando temas da natureza, com base na palavra do momento, o “kigo”.

Cito estes dois autores porque, sob minha singela óptica, são os que no momento mais se dedicam ao estudo dessa delicada jóia oriental, sendo que a poetisa Teruko Oda, do Grupo Ipê de São Paulo, baseia-se mais em tendências originárias do “Mestre Baschô”, com base no “kigo”, mencionado acima. Já o poeta Cyro A. Catta Preta, embora não se afaste muito dessa tendência, tende mais para o lado estético, dando rimas ao poema, seguindo a corrente “guilhermina ou guilhermiana”, criada pelo poeta Guilherme de Almeida.

Como amo e respeito o trabalho de ambos os autores, honestos, de muita lisura e talentosos, o que faço é deixar abaixo registrados alguns exemplos de cada um, retirados de seus livros, já referidos acima, para que o leitor, por si só, tire as suas conclusões.

#### *Relógio de Sol* (Teruko Oda):

Na casa de praia / as baratas me recebem / com grande alvoroço.  
Noite de verão / sobre a lua peregrina / as nuvens romeiras.

No lixão da feira / ao redor da grande jaca / mendigos e moscas.  
Cautelosamente / a roseira sonda o frio / botões se abrindo.

*Palhas do Tempo* (Cyro Armando Catta Preta):

Mamão descarnado. / Sanhaços deitam bagaços / no chão salpicado.  
Poça de água preta. / Sobre ela a dança amarela / de uma borboleta.  
Borbulha a chaleira. / Na sala o aroma trescala... / chá de erva-cidreira.  
Ao muro agarrada, / uma aranha que emaranha, / teia esverdeada.

E aí estão alguns trabalhos, apanhados aleatoriamente, dos livros de ambos os poetas, cada qual exímio, em sua tendência. E, com eles e outros do mesmo naipe, estou aprendendo a difícil arte de escrever haicais.

À poetisa Teruko Oda e ao poeta Cyro A. Catta Preta os meus sinceros parabéns por mais estes dois excelentes trabalhos sobre o haicai, que vieram enriquecer a literatura brasileira.

#### Literatura infantil

Li esta semana com muito carinho dois lindos opúsculos, com dedicatória da autora, escritora e poetisa Ruth Helmann, da bela cidade de Dourados (MS), ambos endereçados ao público infantil.

O primeiro, *As Abelhas*, narra em versos singelos e objetivos tudo sobre a vida desses bichinhos maravilhosos, mas perigosos, que fazem parte da família dos insetos sociais e nos fornecem mel, geléia real e própole.

Mas deixemos que a própria autora se manifeste sobre este assunto delicado e bonito (falando das abelhas):

Coletam das plantas a resina  
que na colméia é como cimento  
e os homens usam na medicina,  
é própole, o universal alimento.

E vai explicando tudo o que sabe sobre o interessante tema:

- enxame de três castas se compõe:
- zangão, que a nova rainha fertiliza:

A Rainha, que milhares de ovos põe  
e a operária, que todo o trabalho realiza.

Não me estenderei mais porque ainda desejo falar do outro livro, que também li, *Mela e Melô*, linda e comovente narrativa, desta feita em prosa escorreita e fácil, linguagem de fada, descrevendo momentos deliciosos do dia-a-dia, numa fazenda, de uma ovelhinha e seus dois filhotes. O livro é amplamente ilustrado e absorve de pronto a atenção da criança. Alguns momentos do livro falando sobre o nascimento dos dois cordeirinhos (filhinhos do Carneiro Memé e da Ovelha Lalá):

“Eles ganharam gêmeos. Nasceram dois filhotes de uma vez! Um é macho — o carneiro, o outro é fêmea — a ovelha.”

“Eles estão dentro da casinha (estrebria). Seus nomes são Mela e Melô. Eles pulam e brincam. Seu alimento é o leite materno. Eles mamam nas tetas da mamãe Lalá.”

Ambos os livros de Ruth me enterneceram e eu os recomendo, pela experiência que a vida me tem dado, para figurar no ensino de crianças em escolas infantis.

A escritora é professora e membro da Academia Douradense de Letras, no Estado de Mato Grosso do Sul.

Vladimir Maiakóvski

Maiakóvski é um poeta genial, sem necessidade de qualquer badalação da crítica. Casualmente caiu-me às mãos, sobre o autor, uma interessante *Antologia Poética*, em 4ª edição, publicada pela Editora Max Limonad, estudo biográfico e tradução de Emílio C. Guerra, 200 páginas.

“Estrela”

Escutai! Se as estrelas se acendem  
será por que alguém precisa delas?  
Por que alguém as quer lá em cima?

Escutai, pois! Se as estrelas se acendem  
é porque alguém precisa delas.

“A Blusa Amarela”

Do veludo de minha voz / uma calça preta mandarei fazer.  
Farei uma blusa amarela  
de três metros de entardecer.  
E numa “Nevski” mundial  
com passo pachola  
todo dia irei flunar  
qual D. Juan frajola.

São versos rebeldes, bonitos, estranhos por vezes. Escritos aos vinte anos, em 1913, mostram já a arrogância e grandiosidade de seu caráter.

Maiakóvski, para mim, é um grande poeta. Vejam só:

“Nuvens de Calças”

Na alma não tenho  
um só cabelo branco.  
Nenhuma ternura senil em mim.  
Atroando pelo mundo  
com voz potente vou garboso  
em meus vinte e dois anos.

Ó delicados!

Vós que pousais o amor  
sobre ternos violinos  
ou, grosseiros, que o pousais sobre os metais!  
Vós outros não podeis fazer como eu, virar-vos pelo avesso  
e ser todo lábios.

Seu linguajar é radical, contundente, grotesco e vulgar, mesmo para os dias de hoje. Mas a um gênio perdoa-se tudo.

Foi no “Cachorro Perdido” que Anna Akhmatova (sublime poetisa russa) cruzou pela primeira vez com Vladímir Maiakóvski, assustando-se quando ele, inesperadamente, segurou-lhe as mãos com suas mãoszorras. Maiakóvski era corpulento, imenso, desajeitado. E dentro dele, um rouxinol:



Nas vidraças  
gotas de chuva torcidas  
num ríctus  
como as quimeras uivantes, noturnas,  
da Notre-Dame de Paris.

Tenho lido e ouvido grandes louvores em torno de alguns autores que pouco ou nada me sensibilizam.

T.S. Eliot, Ezra Pound e Walt Whitman, um trepado nas costas do outro, em pé, não chegam às canelas de Maiakóvski e ainda que não tolere as carcomidas idéias comunistas, estou sendo generoso com os três primeiros, que bem os conheço.

Maiakóvski é um poeta superior. E podem lê-lo modernos e clássicos, que não se arrependirão. Partiu do mundo com um balaço no peito. Decisão própria, que não chega a abalar a popularidade que continua alcançando no mundo inteiro. Um senhor poeta. Comparo-o ao divino Tagore.

### *Palco de Sombras*

Li *Palco de Sombras*, de Paulo Valença, como um alguém que vai por uma estrada desconhecida e, de repente, se extasia, sorvendo fartamente o aroma que vem dos laranjais em flor. O conto que ele escreveu e me confiou é lindo, profundo e triste.

Ai dos escritos, por esse mundo afora da literatura, se neles não estiver incluída a gota mágica da tristeza. Sem esse ponto de apoio de nada valeriam as nossas emoções e tudo cairia no país sem graça da futilidade.

Sua narrativa é delicada, singela, amorosa; às vezes, irônica e despreziosa. Paulo consegue dizer, com a simpleza de suas palavras, tudo aquilo que vai no íntimo dos personagens e alcança atender plenamente a ânsia de quem lê.

Não se afoba, em nenhum momento. Narra os fatos com a habilidade de uma bordadeira que não deseja ver qualquer fio de sua arte ser implantado no lugar errado.

*Palco de Sombras* me tocou profundamente. Não sei se porque traz algo de mim, ali nas entrelinhas, ou se porque o autor, escrevendo em prosa, conseguiu incutir no seu trabalho mais poesia do que muitos livros enormes que leio por aí, com esse título esculpido na capa, que não sensibilizam ninguém.

Não sei se direi um lugar comum, mas Paulo Valença é um escritor nato. De primeira categoria, embora triste. Mas que importa a tristeza, dentro de um contexto tão maravilhoso!?

Vá, continue nesse caminho a nos brindar com outros “Palco de Sombras”; a literatura brasileira, no momento, não passa de uma infeliz caricatura, onde o que não falta são historietas mal urdidadas de sexo e bordel, sem sentido e sentimento. Esqueceram, os “escritores” de hoje, que o coração ainda tem um lugar grandioso, no estranho comportamento humano, e o que fazem, em verdade, é denegrir o tesouro legado pelo passado.

Você perscruta, vê longe, vê fundo. Analisa as chagas humanas como um novo Francisco de Assis. E o faz não no sentido de achincalhar ou zombar de tais feridas. Proceda dessa forma porque seu coração de artista possui a lente que amplia esses fenômenos da alma humana e sabe repassá-las com a delicadeza de um sábio, de um santo, de um anjo maior.

Li, por inteiro, o seu poema de dor; dor que também senti, mas que me confortou. Poucos são aqueles que têm a coragem de adentrar por esses abismos insondáveis. Afinal de contas, é a dor que nos salva e nos leva a patamares sublimes.

Muito sucesso para você é o meu desejo. Fico no aguardo de novas jóias, como essa, para aplaudir e divulgar. Abraços.

Lendo *À Flor da Pele*, de Mário Pires

Recebi e li, com a calma dos deuses, e tenho a santa coragem de dizer em público que gostei imensamente do conteúdo do livro à epígrafe.

Há livros que, quando conseguimos chegar ao final, dão-nos a sensação ou impressão de que falta alguma coisa neles, algo inexplicável, embora bom; noutros, de que sobrou. No livro de Mário Pires não faltou nem sobrou nada. É um livro inteiro, exato. E não havia necessidade de prefácio, pois o trabalho se completa por si mesmo.

Discordo, inclusive, da parte em que o introdutor afirma que “Mário escreve mais com o coração do que com o cérebro.” É certo que o livro inteiro, quase todo, é um manancial saboroso de poesia, mas o cérebro do arguto prosador está ali a guiá-lo, a cada passo.

Mário, nesta bonita coletânea de crônicas e reminiscências, recolhe aspectos ou lembranças de quase quarenta anos de vivência, e consegue manter incrível equilíbrio no nível dos textos, segundo minha singela óptica de mero escriba e bom leitor, neste país de “sábios” que detestam ler.

Passemos em revista os temas (alguns, apenas) que me sensibilizaram:

- O cãozinho da Croácia, que percorreu 500 km, em busca de seus donos.
- O elogio a Thales Castanho de Miranda, “pai” (segundo Mário) da moderna literatura infantil, em nosso país.
- O bonito estudo sobre o conteúdo do livro *A Carne*, de Júlio Ribeiro;
- “O Trem”, onde fala da “morte” das nossas ferrovias etc.

Não poderia esquecer-me ainda do delicioso salmo de saudade, intitulado *Lampião de Gás*, do qual faço questão de transcrever diminuto trecho:

As primeiras sombras descem sobre a cidade e as pessoas tornam-se vultos. Nisto, tremeluzindo como uma pequenina estrela, desponta lá em baixo a luz do primeiro lampião. É o lampião de gás, com sua pálida e romântica claridade.

E enquanto aquele longínquo ponto luminoso derrama-se num pequeno círculo, uma outra luzinha vai caminhando como um pirilampo na escuridão. É o “acendedor”.

Mário Pires, quando redigiu *À Flor da Pele*, escreveu um livro para sempre, e me sinto imensamente feliz por ter sido um desses felizardos que pôde saboreá-lo, do começo ao fim, como um delicioso vinho de boa safra.

Parabéns, escritor e poetamigo Mário Pires. O livro que as suas mãos sagradas escreveram é um trabalho que enriquece as letras nacionais.

Dois bons romances

Concluimos, esta semana, a leitura de dois bons livros, a saber: *A Cidade do Sol*, de Tommaso Campanella (1568-1639, Itália) — Divide-se o livro em três partes distintas. A primeira transcreve o diálogo de um grão-mestre dos hospitalários e um almirante genovês, que conheceu a (fictícia) Cidade do Sol. Na segunda parte, o autor se detém em explicar, em seus pormenores, o funcionamento da sociedade e de todas as questões relacionadas com a vida dos cidadãos e, na terceira, parte menor e mais complicada, são tratados assuntos relativos à comunidade dos bens externos, porém o escritor se demora em comentar

o relacionamento, um tanto quanto problemático (e será que mudou?), entre homem e mulher.

É leitura, até certo ponto, cansativa, como em relatos semelhantes (*A República*, de Platão, *A Política*, de Aristóteles, ou a *Utopia*, de Thomas More), quando se pretende criar um Estado perfeito. É um trabalho, apesar de escrito há trezentos e cinquenta anos, ainda válido para aqueles que continuam sonhando com um mundo melhor, embora não tanto teórico.

*Pau D'alho* — romance de Evandro Moreira — é um relato ameno, doce, criativo, em certos momentos até descritivo, do interior brasileiro (Espírito Santo), década de quarenta. Situa personagens e problemas do interior, restritos àquele período, não faltando a famosa professorinha, com os seus sonhos e desilusões, o jagunço, os coronéis, as credices populares. Evandro Moreira é uma das nossas grandes expressões literárias, principalmente na poesia, e pouco reconhecimento tem recebido por parte da crítica cega e insensível desta ilha, por seus bons trabalhos. *Pau D'alho* é um livro bom e merece a nossa atenção.

[*A Gazeta*, 23/01/94]

#### Tema igual, conteúdo diferente

Acabo de ler dois livros interessantes e deles tentarei fazer uma ligeira apreciação. Abordam um mesmo tema, embora o conteúdo seja bastante diferente.

O primeiro livro é de Lúcio Apuleio (que nasceu em Madaura, nos confins da Numídia, África, então colônia romana, e viveu entre os anos 125 e 180 de nossa era), denominado *O Asno de Ouro*.

O assunto se desenvolve ao longo de 31 pequenos livros, que, por sua vez, se dividem em capítulos, sendo a parte mais notável o “Conto de Amor e Psique”. Em certo momento o autor (Lúcio), devido a um lamentável equívoco, recebendo de sua querida amante certo unguento mágico, que fora roubado, à noite, a uma feiticeira poderosíssima, ao esfregá-lo no corpo, se vê transformado em asno (burro), em vez de corvo (pássaro), como desejava. Daí em diante, as peripécias são muitas, vão se sucedendo, e o pobre asno, mesmo sabendo que voltará à forma natural alimentando-se de pétalas de rosas, não consegue, durante muito tempo, atingir seu objetivo, porque as circunstâncias o impedem. Excelente livro, no qual podemos desfrutar também de inteligentes pinceladas sobre a sociedade de seu tempo. Vale a pena ler.

O outro livro, *Metamorfose*, de Franz Kafka (1883-1924), nascido em Praga, embora tratando de assunto semelhante ao anterior, é mais contundente. Gregor Samsa, brilhante executivo de uma empresa, certa manhã, sem maiores explicações, acorda transformado em barata, e o pequeno volume (60 páginas, se muito) se desenvolve em torno dessa situação pouco convincente, mas normal, dentro da estrutura da narrativa.

O assunto, aparentemente frívolo e pitoresco, é desenvolvido com seriedade, transformando-se em dramático, ao final. Como em quase todos os livros de Kafka, o autor procura massacrar, pulverizar o leitor e o seu personagem.

Embora muito lido e comentado, o livro é, ao que sei, pouco entendido. Sua leitura prende a atenção, embora as cenas não ultrapassem quarto e sala de uma residência modesta, onde o personagem reside, com pai, mãe e uma zelosa irmã. Tem, no entanto, a chancela de um maluco genial, Franz Kafka. O livro dói, mas agrada.

[A Gazeta 5/12/93]

### *Deus e sua Plenitude*

Chegou-me às mãos interessante ensaio de autoria do escritor Waldemar Cláudio dos Santos, militar reformado classe de dezenove, intitulado *Deus e sua Plenitude*, da Jotanesi Edições, 1993. Pelo que depreendemos de sua leitura, o autor, além de ensaísta, é poeta, compositor e autor de mais quatro outros livros. Atenhamo-nos, porém, ao presente trabalho.

É um livro de altos e baixos, predominando, ao que concluí, a ânsia do autor em transmitir, com intensidade, suas convicções. Descrição inteligente, sem ser sofisticada. Propósito profundo, sem ser rigorosamente erudito. Nele o autor extravasa suas concepções sobre Deus e assuntos ligados a Sua obra. Põe sua ótica a serviço de um melhor entendimento da divindade.

O beletrista, a meu ver, deveria ter-se valido, a tempo, da ajuda de um gramático e de um bom dicionário, porquanto, vez por outra, claudica na forma. O conteúdo, no entanto, é bastante inteligente, já que o livro consegue prender a atenção (coisa difícil), embora não haja roteiros nem variação de temas.

Para que o leitor faça sua avaliação, vou transcrever alguns tópicos interessantes do livro, que fiz questão de assinalar:

– O homem já nasce aguçado. A luz vem dos intestinos;

- O homem foi criado por Deus assim como nós inventamos uma máquina;
  - Deus é só; é o extrato. Não tem braços nem pernas, mas tem cérebro — uma central elétrica;
  - Se o homem tivesse asas, mais ladrão seria;
  - O homem é um pó armado, que depois se dispersa na terra e no vento;
  - Deus foi explodido por si mesmo;
  - Saindo do universo, é abismo:
  - O homem é um macaco melhorado, mas não foi macaco;
  - A terra não tem cérebro. Tem pólos — duas cabeças d’água;
  - A Igreja amansa os potros humanos.
- Eis uma pontinha do que li. O livro é muito mais: substancioso e com certa coerência, apesar de alguns senões ortográficos e gramaticais. A leitura agrada e, por vezes, chega a ser hilariante.

[A Gazeta, 6.3.94]

### *Técnica da Turbulência*

Tenho sido gratificado, ultimamente, em minhas leituras, quer em prosa quer em verso. Hoje falarei sobre um ensaio, publicado recentemente, de um autor desconhecido, que chegou às minhas mãos através da poetisa amiga Maria Helena Izidório de Oliveira. Trata-se de *Técnica da Turbulência*, de Gutemberg Honorato de Moura, uma publicação possível através da Secretaria Municipal de Cultura e Esporte de Campo Grande (MS).

Não vou entrar no mérito do livro, mas registrar alguns pensamentos expostos pelo autor, para que as pessoas que me lêem tirem as suas conclusões sobre o que encontrei de inteligente ali. Vejamos então:

(Falando sobre a existência) — Só os poetas podem entrar na vida. A morte é sublime para todos os que estão em sintonia com a existência. O poeta autêntico traz dentro de si essa harmonia. O filósofo é um estúpido e o poeta pode tornar-se um sábio. O filósofo constrói sistemas mortos. O poeta está vivo. Ele flui com o coração. (Falando da hipocrisia e dos hipócritas) — O hipócrita prepara o terreno para a semente divina que brotará da dor e da lama. A hipocrisia é o tapete que esconde o lixo. (Falando sobre direitos e deveres de um indivíduo) — Todo direito é irritante. O direito é a parte sólida das grades das prisões. O direito é o certo e o certo irrita. (Sobre a paz) — Geralmente pede a paz quem não quer trabalhar. O exercício para o

crescimento é a guerra. (Sobre a morte, o medo e a tradição) — O medo é o grande motivador das tradições. Com medo de morrer, criamos as tradições. Na natureza, tudo morre para renascer. (Acerca da caridade) — Na rota da perdição o diabo humano precisa de resgate e o pagamento é a caridade. A caridade pertence aos bonzinhos. (Menciona a energia) — A energia está fora de controle. Ninguém a controla porque ela é sábia. Os sábios estão fora de controle. O controle mental é uma das mais tristes pretensões. (Quando fala do Altíssimo, usa de palavras duras) — Quem deixa acontecer está sempre certo, ainda que errando. Deus não ajuda. Só atrapalha. Se Ele ajudar não crescemos. Todos os que estão vivos já receberam o seu quinhão: a vida. Receberam primeiro para trabalhar depois.

O livro é bastante profundo, embora pequeno no número de páginas. De um conteúdo inteligente, que recomendo. Pode ser adquirido através de pedido ao autor – Prefeitura de Campo Grande (MS).

[A Gazeta 29/5/94]

### Haicais no tempo

Recebemos, esta semana, o delicado volume de versos do consagrado poeta paulista pertencente à Academia Ribeirão-pretana de Letras, Cyro Armando Catta Preta, intitulado *Palhas do Tempo*. O livro é constituído de cento e setenta e sete haicais “guilherminos”, com algumas pequenas liberdades na rima.

Para aqueles que não estão afeitos a essa modalidade de poesia, devo esclarecer que o haikai é um pequeno poema fixo, de origem japonesa, destacado de outro maior denominado “tanka”, com dezessete sílabas, rigorosamente distribuídas em três versos de cinco/sete/cinco sílabas métricas ou poéticas, versando sobre assuntos ligados à natureza, de um modo geral, embora se adaptando, no momento, à realidade brasileira.

O autor, inegavelmente, é um exímio cultor do haikai, e a todo instante, em seu livro, comprova seu valor e versatilidade, com poemas do seguinte quilate: “Sobre a rocha escura, / com graça, pouso uma garça. / Branco enquanto dura.” Ou: “Vento de verão. / Da penca, a manga despenca. / Amarela o chão.”

O haikai, originalmente, não é rimado, mas, através do talento do poeta Guilherme de Almeida (1890-1969), tomou essa feição, a fim de satisfazer o gosto do brasileiro, amante de palavras com sonoridade idêntica, e o poeta Cyro A. Catta Preta foi inteiramente fiel, quando se propôs escrever dentro dessa conceituação.

O livro é farto e variegado, no concernente aos temas e, vez por outra, somos brindados com mimos deste teor, falando de “ondas” e “violinos”: “Rola... desenrola... / esbanja rendas e franjas / do mar que se enrola.” E “Rangem arcos. Finos, / zinem, zumbem os sons zíngaros / de flébeis violinos.”

*Palhas do Tempo* é um livro agradável, bem estruturado, dentro da modalidade de haicais (guilherminos), trabalho gráfico de Massao Ohno Editor, Aliança Cultural Brasil-Japão, com muitas divulgações nesse gênero poético em nosso país.

[*A Gazeta*, 5/6/94]

### *A Tigela e o Bastão*

Recebi há poucos dias de presente um gracioso opúsculo, oferta da poetisa amiga paulista Teruko Oda. O livro intitula-se *A Tigela e o Bastão* e compõe-se de 120 contos zen, em linguagem bastante acessível, transcritos em pouco mais de duzentas folhas, narrados pelo mestre Tisen Deshimaru, tradução de Octávio Mendes Cajado, Editora Pensamento.

São preceitos delicados, sutis, em forma de diminutas fábulas, dando conta da sabedoria oriental, de que tanto gostamos. São fatos aparentemente simples, ingênuos, mas de grande profundidade, pois chegam a tocar em nossa sensibilidade, dando-nos lições de moral e vida. Eis um exemplo do que falo:

Um velho foi procurar um mágico que tinha um coração muito bom. Na despedida, o mágico, para agradar ao velho, tocando o dedo em um tijolo, converteu-o em ouro e deu-o ao velho de presente. Este não ficou satisfeito. Então o mágico tocou novamente com o dedo, desta feita numa montanha próxima, que se transformou também em ouro e disse ao velho que poderia levá-la. O velho, ainda assim, não se deu por satisfeito. Queria levar o dedo do mágico.

O conto seguinte, que transcrevo integralmente, “A Cobra e o Rabo”, falará melhor dessa beleza de ensinamento que o livro me trouxe:

Havia uma serpente cuja cabeça e o rabo viviam brigando. O rabo dizia: — Fico sempre para trás, enquanto tu vais na frente e sou obrigado a seguir-te. No fim de contas, o rabo enrolou-se numa árvore. Não queria mais avançar. A cabeça viu uma rã. Quis comê-la; mas não pôde. Diante disso, a cabeça permitiu ao rabo que fosse na frente. Mas como o rabo não tinha olhos, caiu num buraco e a cabeça morreu na queda.



E toda leitura é nesse tom. Agradável, amena e tão cheia de sabedoria que você por certo não se esquecerá. E ainda aprenderá muito da filosofia perspicaz que os orientais têm para nos transmitir.

[*A Gazeta*, 21/5/95]

A sugestão é ler

Continuo lendo muito e sem grandes preferências, embora a maior frequência recaia na poesia.

Há dias, travei conhecimento com os encantadores versos do importante poeta Georg Trakl, praticamente desconhecido no Brasil (o que é de se lamentar), um verdadeiro “monstro” da metáfora cromática, em que é mestre.

Fazendo uma pequena digressão, devo dizer que lamento a maioria dos poetas contemporâneos, pela pobreza de seus versos, quase primários. Sabe-se que a poesia é um modo “artificial” de se manifestarem os pensamentos e possui lá os seus “recursos” para se embelezar. Se fosse ilustrar, diria que poesia é uma linda mulher, que não deve nem pode recusar os artifícios da maquiagem, da dieta e dos bons figurinos, para ficar ainda mais bonita.

Na poesia, os recursos utilizados são múltiplos. Dentre eles, temos a rima, a métrica, as metáforas e subsídios afins. Outra necessidade do poeta, que realmente deseja crescer, é um contato constante e maior com os clássicos, os chamados “grandes”, da poética universal. O poeta, como qualquer outro artista, deve saber tudo sobre a sua arte, do contrário é a mediocridade. Poesia é o prêmio máximo da concepção, da inspiração e do talento e não o fruto de especulações vãs. Dito isto, retorno a Trakl.

Nascido em Salzburgo, em 1887, veio a falecer em 1914, em plena Primeira Guerra Mundial, com uma overdose de cocaína, aos 27 anos.

Com relação aos seus poemas, Trakl é tido como o poeta das metáforas cromáticas de 2º grau (as verdadeiras e únicas metáforas poéticas, segundo Cohen, em seu puritanismo metafórico). Mas vejam do que falo:

“Rondel”: ...doces flautas vãs do pastor / cor marrom e azul da tarde / foi-se o dourado do dia. “Meu Coração ao Crepúsculo”: ...Maravilhoso o sabor de vinho novo e nozes. / Maravilhoso: cambaleiar bêbado na floresta crepuscular. “Canções do Rosário”: Para onde vais será outono e tarde, / veado azul que sob árvores soa, / solitário lago na tarde. “Amém”: No silêncio / abrem-se azuis os olhos-papoulas de um anjo. / Azul também é a tarde. “A Melancolia”:

...Grande corrente de brilho verde / na região de sombras, / de pinheiros quebrados.

Leia Trakl, principalmente os poetas de nossa terra. É um mundo. Provavelmente encontrarão outras belezas, em seu excesso poético, que me passaram despercebidas. O livro é *De Profundis*, da Iluminuras, à venda em qualquer livraria da cidade.

[*A Tribuna*, 13/4/95]

### Breves palavras sobre *Flamejar*, poemas, de Francisco de Assis Nascimento

Poucas incumbências costumamos receber com tanta alegria como esta que hoje nos chega às mãos, em forma de originais de um livro, a pedido do consagrado poeta e escritor Francisco de Assis Nascimento, da cidade de Goiânia (GO).

Francisco é um desses casos raros, em nossa literatura, em que se juntam, numa perfeita harmonia, talento e trabalho. É o que chamamos comumente de “pau-para-toda-obra”. Poeta, prosador, crítico literário e editor, estando a seu cargo, no momento, o pequenino, mas inteligente *Francisletras*, periódico versátil, bonito, que bem demonstra o bom gosto e a verve de seu criador.

Hoje, repito, uma incumbência grandiosa me chega às mãos, que é falar do livro de versos, que resolveu intitular *Flamejar*, poemas, em versos rimados e metrificadas. Clássicos, como algumas pessoas ainda costumam denominar.

Há um novo ingrediente, uma nova medida, no que faz. Francisco é um desses esteios da nossa literatura contemporânea, uma verdadeira vigamestra.

Como não vim fazer o elogio do poeta, mas comentar, tão-somente, seu novo livro, que tenho à minha frente, passarei a me restringir exclusivamente à delicada tarefa.

Já conhecia o escritor antes, através da leitura de *Francis Trovas e Haicais e Poesia Envelopada*, que tão gentilmente me fez chegar às mãos, e o presente trabalho veio consolidar a boa impressão que tinha das produções anteriores.

Vamos adentrando, pouco a pouco, pelo mundo encantado de Francisco de Assis Nascimento. Inicia o belo opúsculo com versos na disposição de haicais, falando daqueles assuntos de que mais gosta e onde se

situa. Quando descreve uma cadelinha “poodle”, de olhinhos negros, aproveita para um toque sentimental:

Negros teus olhos  
brilhantes jabuticabas  
nos meus abrolhos.

“Fogueira de Santo Antônio” é um instante forte e alto do livro:

Forte flamejar,  
colorido da fogueira.  
Parado ventar.

Falando de um “pardal”:

A torre bem alta  
abrigou seu enteado  
gorjeio sem falta.

Veza por outra, a dúvida o assalta (“Poço”):

Verdade balança,  
tremula, caduca, pura  
incerteza alcança.

Faz uso, com mestria, da redondilha menor de pé quebrado (verso de 4 sílabas), muito ao gosto dos árcades, principalmente em odes anacreônicas, como o fez Bocage, no passado (“Mensagem”):

Estrela guia  
raro esplendor  
o Redentor  
que já nascia.

Em comunhão  
nos atingindo  
se refletindo  
no coração.

Sai-se divinamente nas “trovas” (redondilha maior: “Trovas Goianas”):

Quando o Cruzeiro do Sul  
no mastro erguido tremula  
desfraldando com o azul  
meu coração forte pula.

Não se esquece de sua “mamãe”:

Dava-me firme anuência  
com fervor, muito carinho.  
Era alegre a convivência  
da mãe com seu filhinho.

A natureza está presente em quase tudo que faz. “Folhas!”:

Folhas são todas assim;  
no tempo uma traição.  
Vêm correndo para mim  
com o vento ao coração.

A quarta e última parte do livro é destinada a “sonetos”. Momento íntimo, doce e invulgar, do poeta. A meu ver, inclusive, voltada para o lado religioso, onde o vate continua se saindo muito bem.

Li e reli, com gosto e carinho, todo o belo material que o poeta me confiou, e só posso dizer, ao findar a leitura, que Francisco de Assis Nascimento, sem sombra de dúvida, me ofereceu, este mês, o melhor presente que eu poderia ganhar.

Ao dileto estilista e consagrado bardo, todo o sucesso que merece, com esta nova peça literária que agora brinda o público leitor brasileiro. Parabéns e felicidades, poeta.

Ilustre escritora e poetisa, professora Odila Schwingel Lange

Recebi e li com muito carinho o belo trabalho sobre “folclore” que escreveu. Verdade seja dita, por mais versátil que seja a minha pena de escritor, creio que não foi o suficiente para atender o citado pedido. Mesmo assim tentei. Dizem que é melhor errar tentando do que se omitir e errar do mesmo jeito.

Não coloquei título no trabalho, que ficará à sua escolha. O que lhe envio pode ser aproveitado em partes, no todo, pode ser até modificado, como você achar melhor, ou ter ainda o destino triste da coisa que não serviu, o lixo. Não ficarei zangado por isso, pois é um direito que lhe assiste.

Uma coisa, porém, tenha em mente: foi o melhor que pude fazer, sobre o assunto, embora esteja ligado a muitos elementos que o cultivam, aqui na minha terra. Mas não vejo neles o talento necessário. São pessoas honestas que, à falta do elemento ideal, se esmeram em preencher as lacunas. Mas creio que já falei demais.

Ao receber esta remessa, gostaria que me colocasse a par a fim de que eu fique descansado. E, desde já, fica estabelecido que não há nenhum compromisso de sua parte em aceitar o que escrevi.

Sempre ao seu inteiro dispor, com muito carinho.

Segundo conceituação moderna, folclore é o conjunto de modos de sentir, pensar e agir próprios às camadas populares, nas sociedades civilizadas, ou o conjunto das tradições, conhecimentos ou crenças, expressas em provérbios, contos ou canções. Tanto o objeto do estudo, as tradições populares ou o populário, neologismo brasileiro, como a disciplina científica que o compreende, são igualmente designados por folclore.

Isso em palavras enciclopédicas, rígidas, frias, incolores, pois folclore, sob óptica mais humana, em bonito e amplo estudo da escritora e poetisa de Dourados (MS), professora Odila Schwingel Lange, vem nos confirmar que é um assunto bem mais belo e profundo, e vai além do que se possa imaginar.

Em mãos, os originais de seu livro, sob o título “Folclore ou folclore”, 134 páginas, em que a dinâmica educadora nos leva a palmilhar mundos maravilhosos e lúdicos, onde verdades, mitos e lendas se mesclam de tal maneira que ao encerrar a leitura necessitamos ir em busca de nossa imaginação, perdida que ficou entre divagações as mais sutis, principalmente no retorno ou volta ao passado, aos tempos de criança.

O trabalho da professora Odila é robusto, perspicaz, atraente, objetivo, suficientemente capaz de atender crianças nas faixas etárias entre os oito e os oitenta anos.

Embora não seja versado nesta atraente matéria, cativante mesmo, tal assunto jamais me passou despercebido, já que muitas das brincadeiras,

canções, adivinhações e jogos, nele inseridos, foram deleite, em minha saudosa e dourada infância.

Quando recebi da autora a delicada missão de alinhar algumas palavras sobre o assunto, espinhoso por sinal, julguei, a princípio, que ela se limitaria a abordar ou tecer considerações sobre o folclore de sua linda terra ou da região onde seu estado está incluído. Mas o trabalho que tenho à minha frente é mais vasto. Superou fronteiras. É certo que falou de sua querida e encantadora região central e do sul do país, mas o trabalho abrangeu ainda muitas outras regiões, estendendo-se por quase todo o território nacional. Uma empreitada de vulto, portanto.

Repito que não conheço profundamente o assunto, mas só em falar na palavra folclore ficamos cativados. Quer por sua singeleza ou pureza, como também por sua espontaneidade. Sobre o tema, os maiores dados que me chegam às mãos são aqueles inerentes ao folclore nordestino ou ao do Rio Grande do Sul, mas tenho certeza de que em cada estado ou torrão onde chegarmos, deste país gigante, estaremos envolvidos em sua névoa doce e sedutora. Cada povo tem a sua história, com as suas particularidades e costumes a mostrar ao mundo. Mencionaria até mesmo o meu pequenino estado, se me for permitido.

Apesar da pequena extensão territorial, o Espírito Santo é um celeiro riquíssimo, um filão maravilhoso em tradições desse tipo, em função de sua posição geográfica, dos povos e raças que aqui se radicaram, e que convivem numa grande e amistosa fraternidade. Falaria dos brancos (italianos, alemães, poloneses, austríacos, luxemburgueses etc.). O Espírito Santo é tão privilegiado. nesse ponto, que abriga toda uma raça, pois neste pequenino solo aportaram e aqui vivem, há mais de cem anos, corno se estivessem ainda em sua terra natal, os pomeranos, que vieram fugidos de seu país, na Europa, sendo que uma boa maioria nem fala o português, mas a sua língua original.

Temos ainda o negro, de várias etnias, e também o índio, alguns destes últimos, em estado bastante primitivo. Some-se ainda, recentemente, a esses contingentes humanos, boa leva de japoneses e coreanos.

Disso tudo, o que poderia resultar? Um folclore amplo, rico, diversificado, majestoso, porque as terras capixabas estão localizadas, como falei anteriormente, em região privilegiada. Além de belas praias, possuem aprazíveis sítios montanhosos, onde boa parte dos descendentes europeus se localizaram, em função do clima, buscando um ambiente mais compatível com o de suas terras de origem, de seu berço natal.

E isso tudo refletiu nos costumes de nosso povo, principalmente nos caseiros: comidas típicas, trajes e expressões (vocabulário *sui generis*). Isto sem esquecer as festas tradicionais, principalmente entre descendentes de italianos e alemães, população mais volumosa.

Dos negros a contribuição também é farta, mas fiquemos apenas nas famosas “bandas de Congo”, tão comuns de norte a sul do Estado, inclusive nos arredores da capital, e as cerimônias de fim de ano, em honra a Iemanjá.

Quem não conhece, Brasil afora, a torta e a moqueca capixaba. As panelas de barro típicas, aqui produzidas de um modo artesanal, próprias para as moquecas de peixe, já extrapolararam fronteiras e são conhecidas até mesmo no exterior.

Mas eu falava da professora Odila Schwingel Lange e de seu trabalho maravilhoso, bonito, robusto, fruto, ao que observei, de meses e meses de cansativas pesquisas. É uma obra séria, honesta, abrangente, que atenderá, por certo, ao que ela se propôs e ao fim a que se destina, e será, tenho certeza, doravante, um manancial de consultas, haja vista o imenso material de estudos nela compilado e inserido.

Estimulado pela força criativa da escritora, cavalguei o baio da fantasia e saí correndo mundo afora... Avistei saci, boitatá, curupira, mãe-d'água. Vi cobra se transformando em gente, lobisomem aparecendo em meu caminho de noite. Retornei também ao meu saudoso mundinho de menino, cantando lindas canções de roda, pulando fogueira em noites de São João. Ri a valer do anedotário do povo deste Brasil imenso e aprendi muitos dos provérbios populares, que os antigos nos ensinavam.

Conhecia a excelsa poetisa. Hoje, lendo o seu belo trabalho em prosa, abordando tema tão significativo como o folclore, o que posso afirmar é que tanto a prosadora como a semeadora de sonhos, em versos encantadores, são merecedoras de idênticos aplausos, não devendo, uma à outra, nenhum favor. E, de tudo isso quem mais lucra são as nossas letras, pois uma nova folclorista surge esbanjando talento, já adulta e consciente de sua missão e valor.

À ilustre beletrista, Odila Schwingel Lange, além dos meus sinceros parabéns, por este bonito e substancioso trabalho que hoje me apresenta, os votos de total sucesso, que bem merece, quando da publicação do livro.

## *Encontros e Desencontros*

Sou um leitor incansável e desta feita encantaram-me e parei para saborear os belos poemas registrados no livro *Encontros e Desencontros*, da laureada poetisa paulista Maria Thereza Cavalheiro, já em segunda edição, 50 páginas, Editora Scortecci, 1995.

O presente volume foi premiado com o primeiro lugar no Concurso de poesias “Mário de Andrade”, realizado em São Paulo. A autora, por sua vez, além de poetisa de grande requinte, é ensaísta e tradutora, contando com inúmeros títulos publicados, em sua importante carreira de escritora.

*Encontros e Desencontros* é um livro de poemas para todo gosto, pois a autora seleciona poesias de cunho livre, trovas e até sonetos alexandrinos, composições de fino trato, com redação irretocável, fruto de seu estilo versátil, predominantemente lírico. Senão vejamos:

“Amanhecer” (p. 16)

Abro a cortina de meus cabelos,  
e a madrugada menina  
timidamente me espia  
para dizer que o dia vem chegando,  
vermelho.

Logo à frente (p. 17), temos um “Encontro”, que lembra a história da gata borralheira:

Calcei sandálias de vidro  
para pisar os caminhos  
do encantamento.  
Vesti vestidos de lua  
para haver luz  
em nosso encontro.

À p. 31 somos brindados com um belo “Pôr-do-Sol”:

Bebo a tarde mansa:  
mel para os olhos.  
Aqueço-me no morno das lembranças.



Em “Canção Triste”, à p. 32, encontro esta bela redondilha, abrindo o poema:

A saudade... onde é que a ponho,  
se a presença foi cortada?  
É melhor viver de sonho  
do que não viver de nada.

No soneto “Mulher” (alexandrino), à p. 28, deparo-me com esta “entrega”, no segundo quarteto:

Porque sou a mulher que ao sentimento cede  
sem escúpulo vão, pois na vida aprendeu  
que um amor vale a vida. E por amor concede  
sempre rosas de luz pela noite de breu.

É exímia nas trovas. Alguns exemplos:

Chovem rosas em minh'alma  
se te encontro de repente,  
e um sol doirado me acalma  
com seu calor envolvente.

E esta outra:

Sobre a colcha do passado  
minha alma se deita nua  
e encontra o mundo parado  
na lembrança que é só tua.

Infelizmente o espaço é limitado e teríamos muito mais belezas a realçar do livro de Maria Thereza Cavalheiro, que me premiou com minutos maravilhosos de fantasia e devaneio.

*À Margem de Mim*

Recebi o mais recente livro do poeta Ivan Santana, sob o título acima, que me remete com generosa dedicatória.

Conheço há muito o seu trabalho, na poesia, de dois livros anteriores, e tenho observado, com alegria, seu crescimento, neste campo.

Suas produções, no momento, mostram-se mais compactas e menos lamuriantes. O poeta se renova e amadurece, nada obstante regurgitar de mocidade.

“Coroa de flores para os mortos” traz-nos um aspecto de ironia e sarcasmo:

A moça passa a manhã  
a tecer coroas de flores  
para os mortos,  
e os mortos não lhe sorriem,  
e as suas manhãs  
vão morrendo sem flores.

“Van Gogh” é um bom momento, na coletânea:

Perco-me  
nos “trigais cinzentos”  
de Van Gogh  
e eles cortam a minha garganta  
como navalha afiada de um louco. [...]

Ivan é muito sensível e inteligente. Busca um lugar de pouso para as suas idéias de pássaro artista. Um tanto quanto magro, em seus versos, e meio distante do lirismo comum. Permanece levemente preso (ainda) a alguns velhos modelos, que cinzelaram seus primeiros conceitos, dos quais vai se libertando gradativamente. Tem muito caminho pela frente. É um talento em plena ascensão.

Em “Na contramão de mim mesmo” o poeta praticamente se encontra. E isso é muito bom, a meus olhos:

Estou na contramão  
de mim mesmo  
e, em alta velocidade,  
venho em minha direção.

Abre-se, franqueia-se a mudanças, na tentativa de evoluir. É o pássaro desligando-se do ninho e buscando o vôo. E para isso necessita de muita coragem. E o seu arrimo são as novas idéias que vêm surgindo:

Estou derrubando  
velhos muros...

Critica, às vezes, os tecnocratas, os intelectuais; mas, vez por outra, incorre no erro que abomina, mortal que ainda é.

Li integralmente o livro de Ivan Santana e só posso dizer que o poeta cresce, a olhos vistos, aos saltos, despontando como uma estrela de primeira grandeza em nossa literatura atual. Trabalho gráfico de João Scortecchi Editora, 1996, 80 páginas.

### Sijô, uma pérola oriental

As impressões artísticas que nos chegam do oriente, não sei se pelo exotismo e espontaneidade de sua criação, costumam cativar-nos, principalmente as histórias e a lírica. Ossian, Hafiz, Li Po, Kalil Gibran, Tagore e o querido e saudoso Malba Tahan, que encantou gerações, no Brasil, principalmente a minha, com sua literatura contagiante e mágica, embora artificial.

Já teci, neste espaço, ligeiras considerações sobre o haicai, gema poética surgida no Japão, em três versos rigorosamente cadenciados (5/7/5), abordando assuntos ligados à natureza, com base no “kigo”, ou temas eminentemente filosóficos.

Esta semana travei conhecimento com outra forma de expressão, também poética, desta feita da Coreia. Trata-se do “sijô”, que numa versão popular pode ser entendido como “cantos sazonais”, lembrando provavelmente a transitoriedade da vida. Era usado pelos antigos cancioneiros daquele país, ligado mais ao canto e à dança, pois o ritmo prevalecia em tais composições.

Quero lembrar ainda que estou a falar de um povo tipicamente amante do canto, da música, já que a palavra “coreia” significa “dança”.

Hoje o sijô modernizou-se. Perdeu o elo musical, conservando apenas a sua aparência ou mensagem literária. De tudo isso, o mais importante, nessa forma (literária) de expressão coreana, é a mensagem delicada e singela que transmite, de um povo altamente espiritualizado. Eis um exemplo do que falo:

Vamos borboleta  
para as montanhas azuis.

Vem também,  
borboleta-tigre!

Se no caminho  
anoitecer,  
dormiremos  
numa flor.

Que a flor não nos acolha:  
dormiremos  
numa folha.

Eis, em síntese, sem grandes realces, o que é o *sijô*. Naturalmente que lendo o livro o leitor haverá de se deparar com um sem-número de poemas maravilhosos e enternecedores. Adquiram o citado opúsculo, que chegou até às minhas mãos graças ao talento de Yun Jung Im e Alberto Marsicano (tradutores), 142 páginas, da Iluminara.

### *O Amor de Malvina*

Contos, de Oscar Gomes Silva Neto, que recebi com generosa dedicatória do autor, 110 páginas, datado de 1995, edição própria.

Li o livro inteiro, sem muita pressa, inclusive as críticas, constantes de um apêndice, no final do volume, sobre o escritor.

Já conhecia Oscar através de um trabalho poético e hoje o que tenho em mãos me surpreende. Dez contos robustos, prosa coloquial, linguagem fluente e atual, com seus arremedos e gírias. Os escritos se mostram atraentes desde o primeiro conto, que titula o livro. O autor foge ao hermetismo, desenvolvendo os temas em um estilo horizontal, sem altos e baixos. Personagens e temas interioranos, onde encontra manancial suficiente. Sonhos, desilusões, vícios e tudo o mais que se possa imaginar no dia-a-dia de pessoas comuns.

Há momentos de solidão, melancolia, ironia e, no trabalho à p. 65 intitulado “A invasão”, onde toca no problema da miséria humana, observamos uma profunda busca interior.

Do conto “O Amor de Malvina” extraio este momento, para que o leitor faça uma idéia sobre a criatividade do autor, justamente quando Malvina esbanjava alegria, ao comentar com suas amigas mais íntimas seu namoro com Zé Pizzolo (p. 15):

Mas um calor subia vigoroso pelos seus rostos, os pêlos erigiam, as mãos suavam, os lábios umedeciam, os olhos piscavam incessantemente, os seios remexiam violentos e a respiração ofegante acelerava ao sinal de apenas um olhar demorado de algum mancebo da capital, de costumes diferentes, em visita àquela cidade! Parecia que o diabo soltava-lhes pimenta no rabo, tamanho o frenesi despertado nas donzelas carentes de afagos.

Agradou-me sobremodo o novo livro de Oscar Gomes da Silva, que se supera a cada trabalho publicado.

Questão apenas de “foro íntimo”, pois muitas águas ainda hão de rolar, fica a minha preferência, por ora, com o prosador, embora não relegue absolutamente o poeta. Posição, aliás, temporária, já que Oscar, a meus olhos, encontra-se em grande crescente, despontando com bastante talento e entusiasmo, em nossa acanhada literatura.

### *Heavy Poema*

Trabalho poético de Ona Gaia, apresentação de “Folhas & Ervas” (sic), edição da Blocos (Urhacy Faustino e Leila Mícollis), 72 páginas, datado de 1993.

Livro composto de setenta e três poemas e duas ilustrações, que também podem ser entendidas como “poemas visuais”, a critério do leitor/autor.

Li o trabalho de Ona Gaia (Marcos Pereira Magalhães) por inteiro, poeta já conhecido do público brasileiro em função de publicações em jornais e revistas, mas, verdade seja dita, o fator hermetismo me deixou, momentaneamente, com algumas dúvidas.

O poeta conhece o caminho em que se aventura e a sua dialética. Surpreende, quase sempre, o leitor com metáforas prodigiosas e, vez por outra, se posiciona como um novo Robin Hood. Introspectivo, em muitos momentos; inquisitorial, em outros, e leve, como neste instantâneo:

A alma  
às vezes é vadia  
pertence a acidentés  
insondáveis  
tais quais a dor e o amor  
selando nosso valor.

Anda com a lanterna de Diógenes na mão. Não para encontrar um honesto pelas ruas, mas para descobrir a esperança;

Todos os futuros mistérios  
curtirão ventos andarilhos  
de sorrisos aéreos.

“53 RD Week” é um momento feliz do poeta, entre outros, à p. 25.

Segui seu raciocínio, página por página. É um trabalho honesto, inteligente, não tendencioso, espontâneo e que agrada. E findo esta minha sucinta e singela exposição com um belo quadro que me agradou, à p. 44 (“Violeta”):

Delicada pétala chama  
queima violentamente  
ardendo amor  
violáceo além cio  
limite cor  
extremidade luz.

Seguem os meus agradecimentos ao autor pela remessa do livro.

### *Explosão*

Em minhas mãos, recebido com generosa dedicatória, o livro da poetisa Luciene Freitas, de Recife (PE), intitulado *Explosão*, a cargo da Scortecci Editora, 1995, 100 páginas.

São versos agradáveis, doces, delicados e às vezes tristes, mas sempre de fácil assimilação. Uma autora, a meus olhos, já adulta no que escreve, embora ela mesma faça restrição a esse pormenor, fato que realmente não endosso.

Luciene se apresenta muito versátil, neste trabalho. Seu primeiro poema, à p. 13, mostra a poetisa preocupada com as questões do outro lado da vida:

Se na alma,  
permanecem  
vestígios da matéria,

meu Deus,  
a dor será  
eterna.

Sua criatividade é grandiosa, imaginando-se uma estátua:

Sonhando em ser estátua,  
diferente dos humanos,  
lidando com chuva e sol,  
ali ficar muitos anos.  
Perpetuar uma pose,  
sem vida, petrificada,  
vista pelos transeuntes,  
sem a face transformada.

Não fica alheia aos problemas internos, vendo os de fora. Vejam este exemplo em “Dúbia Chuva”:

Dúbia chuva.  
Há água em toda parte.

Aí refere-se, naturalmente, à chuva e à lágrima. O amor pelos filhos é grandioso:

Meus amores, meus filhinhos,  
meus perfumes, meus cheirinhos,  
meus brinquedos, meus fofinhos,  
meus tesouros, minha vida,  
meus anjinhos, minha lida, envolventes por inteiro  
num carinho verdadeiro.

Cai, mas dá a volta por cima (“Nunca Mais”):

Mágoa sentida,  
lágrima caída,  
tempo perdido em vão?  
Um orgulho pela vida,  
a cabeça bem erguida,  
nunca mais corpo no chão.

Mostra-se alheia à dor:

porque não conseguirás destruir  
o sentimento de dignidade  
que existe dentro de mim.

Entre “solidão” e “traição” ela assim se posiciona:

Solidão dói,  
traição muito mais.

E não há necessidade de maiores comentários a respeito.  
Percorri o livro por inteiro, da escritora, que ainda não se fragmentou:

Não accito meias palavras,  
meios olhares,  
meias ações,  
nada pelo meio.

E conclui:

Sou inteira!

Há poemas de vários sabores e nuances, no livro. Um momento de grande sensibilidade, quando presta o seu “Adeus” a uma jovem menina:

Dorme.  
Nada mais dói em ti.  
Poderás correr como o vento,  
por onde quiseres e  
abraçar tua mãe. Finalmente és livre.

Coração inundado de esperanças. Vejam este “Acúmulo”:

Poderíamos fazer  
um banco “de sementes  
de amor



e esperar o momento  
propício para semeá-las.”

Muito mais teria a comentar sobre o livro *Explosão*, da poetisa Maria Luciene de Freitas e Silva, mas deixarei a cargo dos leitores essa doce tarefa de busca. Quando iniciiei a leitura não antevia os momentos agradáveis que ali haveria de encontrar.

A Luciene, além dos parabéns pelo livro bonito que hoje nos oferta, todo o sucesso que bem merece, pelo talento que demonstrou na tessitura de versos tão encantadores. Fico muito feliz pelo presente maravilhoso que recebi de suas mãos.

### *Cantigas de um Sonhador*

Uma das coisas de que mais gosto é falar sobre poesia. Não que eu entenda profundamente da matéria, mas porque aprecio o belo e sendo a poesia uma arte, devo admirá-la e respeitar aqueles que a praticam.

Recebi faz poucos dias um livro editado há algum tempo: *Cantigas de um Sonhador*, de Aloísio Alves da Costa, com amável dedicatória. O autor, a meus olhos conhecedores do assunto, é um dos mais significativos trovadores de toda a história de nossa língua. É afinadíssimo, perfeito, dentro dessa modalidade de poesia, e seu estro geralmente nos surpreende com jóias de inefável beleza. Aloísio é “Magnífico Trovador” em função do alto nível de suas produções e por inúmeros prêmios alcançados nesse campo. O livro que recebo é de 1981 e fico a imaginar as coisas bonitas que o poeta deve ter escrito neste período. Mas devo falar apenas do presente livro, edição do autor, impresso nas oficinas da Tipografia Carestiatto Ltda., quando o poeta residia em Nova Friburgo (RJ). Mostremos o talento do autor:

Fronteira desguarnecida  
só nos limites da morte,  
onde imigrantes da vida  
transitam sem passaporte.

Esta prece de ternura,  
que é minha mão sobre a tua,  
por mais ingênua e mais pura  
quanto pecado insinua.

Pela sombra que fazia  
no pátio de minha estância,  
qualquer pinheiro, hoje em dia,  
é meu amigo de infância.

Saliento esta obra-prima, antológica, divulgada Brasil afora:

Na “via crucis” da vida,  
não reclamo itinerário...  
Maior distância vencida  
foi do Sinédrio ao Calvário.

Sua verve humorística é também digna de realce:

Enquanto o “Zé Liberato”  
sai em busca da gatinha,  
pela janela entra um gato  
que janta a sua sardinha.

O livro é simplesmente notável. 250 trovas de finíssimo labor. Aloísio Alves da Costa enobrece a trova e a cultura do país.

*Hélio Serejo... Sublime Poema!*

Madrugada fria de inverno. O sono é mera possibilidade. Tenho nas mãos o bonito livro do professor José Pereira Lins, da Academia Sul-mato-grossense de Letras, que me chegou com delicada dedicatória e cujo título é *Hélio Serejo... Sublime Poema!*, que li num sorvo, momento em que fico na dúvida sobre quem mais realce; se o autor do aludido livro ou se o homenageado (Hélio Serejo). Um “grande” falando de outro. Dois pesos pesados de nossa literatura, dos quais não sei qual o maior.

José Pereira Lins é, na verdade, um “confeiteiro de ilusões e sonhos”. Senhor de uma prosa brilhante, rica, velutina e mágica, faz com que tudo se torne doçura, amenidade, sob seus olhos argutos de estilista e sábio, ainda mais quando o assunto ajuda, como no presente caso. E não deu outra, pois o trabalho que tenho à minha frente, já lido, é uma verdadeira obra de ourivesaria, resultado de um fino artesão.

Conheço o escritor Lins de um belo estudo biográfico sobre Lobivar Matos, o Poeta Desconhecido, em parceria com Doratildo P. de Oliveira, além de numerosas publicações esparsas, constantes de jornais e revistas. Hélio Serejo, conhecia de citações de alguns escritores e através da leitura de seu currículo literário, em divulgações especializadas, e o que tenho agora, graças ao emérito beletrista de Dourados-MS, pedindo milhões de desculpas pela comparação um tanto quanto estapafúrdia, que caminha para o lado da ciência, é uma “tomografia literária” do ilustre poeta, prosador, fabulista e folclorista, das orilhas do nosso sertão sul-mato-grossense. Mas bem que ele merece.

Ao longo de mais de cem páginas, José P. Lins desfia um rosário maravilhoso, rico de citações sobre Hélio Serejo. Fala de sua vida, de seu trabalho e conhecimento do sertão, dos seus sonhos de jovem destruídos, de sua família: especialmente suas filhas e a esposa querida. O livro é um manancial de sensibilidade, uma cachoeira de vivências.

No final do volume, o autor nos premia com vasto glossário da região sulina, onde a principal ocupação, na época, era a extração da ervamate.

Ao ensejo, gostaria de agradecer ao ilustre escritor, José Lins, por este valioso presente às letras, que realça um dos vultos mais carismáticos e de valor literário notadamente reconhecido, de sua região, e que vem enriquecer sua produção já vasta.

A ambos, o meu respeito de singelo aprendiz e apreciador da literatura.

### *Reflexos do Caminho*

Encerrei leitura de dois bons livros, esta semana. O primeiro, do poeta Antônio Zoppi, intitulado *Reflexos do Caminho*, contendo trovas e sonetos do autor. Uma fonte sutil de límpida poesia, já que Zoppi é mestre em ambas as modalidades mencionadas acima. Falando de relógios:

Odeio esses decrepitos relógios,  
que além de assinalarem só desgostos,  
enriquecem também os necrológios.

Um poeta como ele dispõe de tempo para ver passar na rua *O Vendedor de Plantas*.

Sobre os ombros carrega o seu jardim...

Segui com o poeta todas as “trilhas” do livro, degustando, inclusive, aqueles momentos simples, bucólicos, que a muitos poderiam passar despercebidos, quando ele fala de um fogão a lenha:

São bens que o modernismo hoje desdenha.  
Mas se olho para o forno microondas,  
que saudades do meu fogão a lenha!

Seria impossível, em espaço assim restrito, realçar como merece um livro tão grande. E encerro com uma, dentre tantas trovas que me comoveram, agradecendo ao vate o carinho da remessa e a generosidade do autógrafo:

Sofres de uma enfermidade  
que se parece com tédio.  
Teu mal, poeta, é saudade...  
E esse mal não tem remédio.

### *Adelmar Tavares*

O segundo livro a que me refiro, do escritor Eno Teodoro Wanke, é *Adelmar Tavares*, alentada biografia e antologia do poeta de *Noite Cheia de Estrelas*, que nos impressionou sobremodo.

Em suas 283 páginas o escritor paranaense tece, com mestria, merecido panegírico do poeta nordestino; trabalho, aliás, que estava faltando em nossa literatura. Ao mesmo tempo em que parabenizamos o escritor e poeta Eno Teodoro Wanke, deixamos transparecer nosso mal estar com relação ao que chamaríamos de sentimento brasileiro, porquanto, se em quase todos os países do mundo o povo sabe reconhecer, por meio do seu carinho e respeito, a memória de artistas e escritores, preservando-a do esquecimento, aqui no Brasil, decorrido um mês, se muito, do seu passamento, ninguém se lembra deles. Lembrar o passado é “démodé”. Para nós.

Como seria bom se esse quadro fosse revertido, para que pudéssemos fazer justiça a elementos que ajudaram a construir o país, legando-nos tesouros imperecíveis.

Não sei se era o momento oportuno, mas a mensagem veio e fica registrada.

### *A Rainha que Piava*

Mais um dever cumprido, de minha parte, que redundou, naturalmente, em um imenso prazer. A leitura integral do livro de contos do notável escritor capixaba João Bonino Moreira, coleção Almeida Cousin, do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, edição 1997, 91 páginas, que intitulou *A Rainha que Piava*.

A linguagem utilizada é fluente, direta, embora sem grandes auge filosóficos ou realces de retórica, contendo sempre, nas entrelinhas, aquele “toque” ou condimento especial e gostoso de ironia, que tornou Nelson Rodrigues uma religião nacional; o mesmo tempero forte e fugigante que faz das colunas de Cláudio Vieira e Léo Montenegro, no jornal *O Dia*, edições a nível de *best seller*, as mais lidas e comentadas do Brasil.

Mas o bom de tudo isso é que mesmo usando o mundo inteiro como palco de suas criações, Bonino faz de sua terra (o Espírito Santo) o fulcro principal das narrativas, valorizando, dessa forma, nossa gente, nossos usos e costumes, ainda que algumas vezes com extravagância.

Instituto e autor de parabéns. E nossas letras, acima de tudo, pois o livro de João Bonino Moreira é uma peça literária pejada de ingredientes regionais, que forçosamente servirá de fonte de consultas a muita geração. A coluna registra o fato, com carinho, e abraça o autor amigo.

### *A Terra Plantada em Mim*

Li com muito carinho e atenção o livro de contos de Aparecida Ramos, intitulado *A Terra Plantada em Mim*, 132 páginas, 1996, diagramação e composição Cidarts.

Um livro cujo conteúdo poderia ser descrito como “humano”. Aparecida, poeta e sensitiva por natureza, no presente trabalho descarta algumas técnicas usuais de tessitura, características desse tipo de composição literária, tentando, talvez, chegar mais próximo do público. E acredito que atingiu plenamente o seu objetivo.

O livro é uma continuidade de vivências e emoções da autora, em forma de histórias, que utiliza para extravasar muita coisa íntima, que traz

armazenada em sua memória. Mas não o faz por meio de um ato de egoísmo. Talvez de despojamento. Uma entrega ou vazão interior bastante honesta. Uma oferta das flores e espinhos que cultiva ou que se interpõem em seu caminho. E quem sai ganhando, com esse ato de desprendimento, somos todos nós, seus leitores, que tivemos mais uma vez oportunidade de adentrar por esse portal mágico e fantasioso, que nos encantou por minutos e horas.

À escritora e poetisa Aparecida Ramos os nossos agradecimentos por mais este presente bonito legado às letras capixabas.

### *O Sentido de Distância*

Acabamos de ler o livro da escritora capixaba e membro da Academia Espírito-santense de Letras, Neida Lúcia Moraes, intitulado *O Sentido de Distância*, cuja tessitura agradou-nos sobremodo, atentos e habituados que estamos com leitura da espécie.

Tudo, no entanto, que poderíamos dizer da citada obra, a cargo da Editora Lisa S/A – Livros Irradiantes, de São Paulo (SP), já se encontra registrado com minúcias no estudo conciso, mas cuidadoso, do escritor Hernani Donato, membro do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, quando nos alerta sobre o bom manejo da estilista, na criação das cenas e movimentação dos personagens.

Há que salientar que Neida utiliza, historiadora que é, como pano de fundo, o tema que já abordou em trabalho recente, a Inquisição, onde evidencia, com metódica discricção, baseada em fatos históricos, passagens sobre aquela ocorrência, que deixou fundas marcas na tradição da Igreja Católica.

No correr das 174 páginas do livro, de uma excelente apresentação, navegamos com ela, em pensamento, visitando diversos países da Europa, desfrutando de momentos de romances, intrigas, invejas, aventuras e mesmo de compreensão fraternal, incluindo delicadas cenas de lirismo, quando o cálcamo de seu talento aborda cenários bucólicos de Vitória do início do século XVIII.

Foram momentos gratificantes desfrutados, no exercício da leitura, os quais carinhosamente agradecemos à ilustre belettrista.

*O Sentido de Distância* é um livro que haverá de encantar muitas outras gerações, além da nossa. De parabéns a autora, Neida Lúcia, e a literatura de nossa terra.

## *Mais Que os Nomes do Nada*

Em mãos o trabalho que o poeta Aricy Curvello me confiou, *Mais Que os Nomes do Nada*, Editora do Escritor, Luz e Silva Editor, São Paulo, 1996, 109 páginas, incluindo um posfácio.

Não é o livro pioneiro do autor, que já possui publicados inúmeros outros textos, em prosa e verso.

No momento, dentro do Brasil (quicá no mundo), não encontramos registro de um padrão rigoroso ou corrente literária específica, onde um autor possa se alicerçar, daí resultando uma incessante e infatigável busca, de cada um, em torno dessa “pedra de toque”. Isso no concernente à poesia.

Atenhamo-nos, todavia, ao que percebemos da leitura que nos foi confiada.

O discurso poético não é grafado em frases lógicas ou mesmo definidas. O autor utiliza-se, quase sempre, de instrumentos que eu chamaria de “técnicos”, para a consecução e efeito dos versos, distribuídos numa linguagem solta, sem liames ou amarras, embora circunscrita a locuções aparentemente herméticas.

Aricy não diz nem afirma; apenas sugere, deixando fluir ou navegar as idéias sem imposição, com a mesma responsabilidade dos ventos, que surgem imprevistos, ou o quebrar sempre ilógico das vagas do mar.

Emprega, em boa quantidade, recursos de linguagem, valorizando seu trabalho versátil, com supressão de letras (ou palavras), cesuras, aliteraões, calembur, consonâncias, alegorias, anáforas, epanadiploses, paronomásias, dentre outros.

“A Salina”, sob minha singela óptica, às páginas 63/66, é um excelente momento, no livro.

Ao ilustre beletриста, o aplauso da coluna e os sinceros agradecimentos, pela gentileza da oferta.

## *Cantigas em Quatro Linhas*

Athayr Cagnin é uma dessas figuras privilegiadas, que costumamos encontrar de cem em cem anos. Poeta nato, dos bons, traz em si toda a essência e amor à cidade onde nasceu, num desprendido “chauvinismo”. Não necessito dizer que é cachoeirense.

Já fiz referência, nesta coluna, aos seus lindos sonetos. Hoje tenho em mãos um canto menor, ou seja, em trovas, mas nem por isso de valor

inferior. Muito pelo contrário. Tanto nos quatorze versos como na redondilha o poeta se apresenta com igual desenvoltura, que fico sem saber onde colocar a minha preferência.

O livro de trovas, que apresenta agora, que intitulou *Cantigas em Quatro Linhas*, vem enriquecido pela apresentação de dois grandes nomes da poesia capixaba: A. Isafas Ramires e Magda Lugon, e por aí os leitores já podem antever o que irão encontrar pela frente. Mas agora falemos dos versos do poeta. Dentre as 105 trovas, verdadeiras jóias literárias, destacamos para devaneio íntimo as três que se seguem, em função do espaço restrito a que estamos submetidos, mas que dirão muito bem do valor do livro:

Se um pobre te pede pão,  
não te aborreças, sorri!  
Ele só estende a mão  
porque viu bondade em ti.

Em noites claras de maio,  
quando o céu todo reluz,  
o mar é um cavalo baio  
com crinas brancas de luz.

Subo a ladeira comprida  
com tal ânsia de te ver  
que não me cansa a subida.  
O que me cansa... é descer.

Ao festejado bardo todo o sucesso que bem merece, com esta nova publicação, totalmente ilustrada, a cargo da Digital Power Ltda. e impressão da Gracial, 121 páginas.

### *"Marília" (Vera Cruz)*

Tenho lidado com muitos talentos versáteis. É o caso do escritor Miguel Depes Tallon: poeta, trovador, haicaiísta, criador de sátiras, lérias e algumas outras "patranhas" literárias.

Hoje, vejo-o às voltas com um interessante trabalho literário, uma novela que intitulou *"Marília" (Vera Cruz)*.



Não é segredo nenhum e a história está aí para comprovar o poder das mulheres. É sabido até, em gíria particular de homens, que se uma “mulher” não resolver determinado problema, podem dispensar-se dez tratores.

Enredo bem urdido, que se passa quase num lance, com a Marília, a exemplo de Helena de Tróia, acabando com mais uma cidade. Leitura agradável do começo ao fim.

Aliás, o Miguel sabe das coisas. Tanto que, além de professor universitário, foi recentemente eleito para dirigir os destinos do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo.

Ao ilustre intelectual, os meus parabéns, acompanhados de um abraço amigo.

### *Bilhete para Cervantes*

Em minhas mãos uma amável missiva do escritor, poeta e, sob minha modesta óptica, um dos maiores nomes do folclore brasileiro, professor Renato José Costa Pacheco, fato que procuro divulgar em jornais, folhetins, palestras e mesmo em conversa telefônica, por esse país afora, que nos envia, com generosa dedicatória, um delicado volume de poemas da sua juventude, identificado no tomo como *Bilhete para Cervantes*, cuja leitura nos proporcionou momentos de meditação e devaneio, principalmente o poema que identifica o livro. “Mar”, transcrito à p. 12:

Os outros cantaram o mar.  
(A bondade do mar. A fúria do mar.  
A grandeza do mar.) Gregos e romanos,  
portugueses e ingleses, Vergílio  
e Camões, Shakespeare e Homero,  
os outros cantaram o mar.  
Chego tarde para cantar o mar.  
Me contento em olhar o mar,  
porque os outros cantaram o mar.

Ao ilustre aedo capixaba os parabéns da coluna e o desejo sincero de que continue desfrutando de todo o prestígio, mercedamente, em nossas letras, como tem sido até hoje.

## *Pô Meu!*

Com o vagar que a consciência me ditou, pus termo à leitura do livro do poeta e escritor laureado, Fernando Vasconcelos, de Ponta Grossa (PR), intitulado *Pô Meu!*, recebido em meados do ano passado, com uma dedicatória generosíssima, além de menção especial, no pórtico do opúsculo, que é o terceiro das Narrativas de Nhô Fela, 83 páginas compactas, organizado pela Gráfica Planeta Ltda., edição de 1996.

Fernando Vasconcelos, a meu ver, chega ao cimo de sua criatividade, neste belo tomo, falando do cotidiano, dos dramas simples da vida, colocando aquele sal e pimenta, como tempero, até onde sua mente arguta consegue dosar.

Usa e abusa da ironia, dos costumes hipócritas da classe média baixa e/ou simplória, penetrando-lhe o íntimo com a verruma de sua astúcia e do seu talento nato. Gosta de tocar, ainda que rapidamente, na ferida humana. Mas, vez por outra, seu múltiplo engenho cria situações singulares, dando um banho de bom exemplo e moral, como se conhecesse todas as manhas, tretas e matreirices da espécie humana, alçando-se mesmo a um pedestal de santidade e pureza.

O presente livro de Fernando é um manancial humano e profundo, com cenas supersensíveis, que muitas vezes tocam ou chocam o nosso ego, fazendo-nos parar a leitura para um instante de meditação.

Gostei do que li. O autor, com este trabalho, segundo minha singela óptica, diz bem o que veio trazer à nossa literatura, encontrando-se no apogeu de sua criatividade. Que outros *Pô Meu!* como este surjam, para alegria e regalo de seus ávidos leitores; incluindo, é claro, dentre eles, este mero escriba, que neste momento rende seu preito de louvor e respeito ao menestrel de Ponta Grossa (PR). Parabéns, Fernando. E, utilizando as mesmas palavras de seu conterrâneo, João Ostróvski: — Você é bom mesmo!

## *A dor da Identidade, Khayyam, Tânger*

Lemos, de uma assentada, o livro *A Dor da Identidade, Khayyam, Tânger*, de R. Roldan-Roldan, poesias, do qual tentaremos extrair algumas idéias. A poesia de R. Roldan-Roldan é de um significado vasto, profundo e eclético, por isso muito difícil de ser conceituada em um segmento literário apenas e tentar defini-la seria imprudência. O poeta, ao mesmo tempo, é fogo, água, gelo e sombra. Anseia liberdade para criar e por vezes esbarra na

prisão ingrata de suas limitações como ser humano. Aliás, é este o crucial problema de todo bom poeta.

Li rapidamente o livro, mas com muito interesse, e lá o bardo se deco,mpõe em “estilhaços” de idéias, em “sopros” de imagens e em “vãos” candentes, no albatroz de sua fantasia esplendorosa. Sua poesia é quente como as areias do deserto. Traz os mistérios das orações dos muezins, nos minaretes das mesquitas de sua terra de origem. Mostra-se também ávido, o vate. Deseja todo o azul do céu, todas as estrelas da amplidão. Quer ser o senhor dos mares, quer sorver de um gole toda água de um rio. É o extremo desejo de beber a vida num hausto, como o desejava Khayyam, em seus memoráveis rubais. Explicar um poeta e sua poesia é uma hipótese remota.

Um momento do livro, colhido à p. 16:

Trago uma réstia de lua na sacola  
um piscar de estrelas no bolso  
um cachecol de bruma nos ombros  
o canto da papoula na lapela  
a lenda do silêncio nos olhos  
o perfume do cravo na voz  
um feixe de séculos na mão  
um cacho de extremos na outra  
e a alma trincada  
abra-me a porta amor

### *Os (Nossos) Varões de Plutarco*

Encerramos a leitura do livro do escritor e poeta Mário Pires, intitulado *Os (Nossos) Varões de Plutarco*, edição Komedi, 1998, 124 páginas, recebido com gentil dedicatória.

A partir da “apresentação” começamos a fazer idéia do conteúdo do volume, que reputávamos, a princípio, um mero trabalho biográfico. Enganei-me.

Mário Pires segue (mais ou menos) o estilo do escritor grego Plutarco (46 a 120 d.C.), dando ênfase aos aspectos de probidade e retidão do entrevistado, prendendo-se aos pontos mais importantes de sua vida, sem cair em exageradas louvações. E cada citação nos surpreende, dada a sua acurada argúcia, procurando trazer à tona tão-somente os dados que o seu bom senso dita e o seu talento sublima, abeirando-se da perfeição, nos casos em que chegou a conviver com o biografado.

Ao descrever a vida de Fagundes Varela, o faz com bastante entusiasmo, como eu buscaria fazer, por julgar o bardo carioca um dos maiores nomes da poesia romântica de nossas letras.

E ainda poderia citar os enfoques ao rebuscado Coelho Neto, a Humberto de Campos, Rui Barbosa (o eterno) e José Bonifácio, dentre outros.

O livro que o escritor Mário Pires hoje nos oferece é um escrínio de bom gosto e árduo empenho, que virá enriquecer as letras nacionais. Ao escritor, o nosso carinho e respeito; e o desejo de muito sucesso, como sempre colheu, em sua vivência literária.

### *Vida Confinada*

O escritor Enéas Athanázio me premia mais uma vez com um título em prosa que assina: *Vida Confinada* — autoficção — datado de maio de 1997, impresso nas oficinas da ELF Editora em Minarete (SC), edição do autor, 69 páginas.

Li de um fôlego o delicado volume, provavelmente memórias do autor, em seu período de adolescente, no internato, lembrado agora com um pouco de fantasia e romantismo.

O livro é composto de contos irretocáveis, cada um nos tocando à sua maneira. Degustei vagarosamente os textos redigidos pelo escritor e volto a repetir (pleonasma à parte) palavras utilizadas em anteriores enfoques ao autor: linguajar fluido, direto, elegante, sem modismos ou afetações. Uma leitura agradável, prazerosa, que haverá de persistir em minha memória por muito tempo. De parabéns o poeta e em festa a literatura de nossa terra. Abaixo, o relato final do trabalho, constante da última página do livro — “A Porta”:

Aproximava-se o final do último ano e Janary se esforçava para ser aprovado. Contava os dias para sair e iniciar nova vida, mesmo com o risco de que fosse pior, como teimavam em dizer os mais velhos. Nem podia acreditar que chegava a hora de cruzar, pela última vez, rumo à liberdade, a porta de imbuia maciça que dividia o mundo. Nessa hora, prometia-se, não olharia para trás.

### *Resgate*

Encerrei, esta semana, leitura do livro da poetisa Wanda Maria Alckmin, cujo título é *Resgate*, composto de poemas breves com tendências líricas, em edição bilíngüe (português/espanhol), onde a escritora se utiliza

de numerosos tropos delicados e coloridos, falando de sentimentos interiores, de sua visão da vida, de seus sonhos, da natureza e, como não poderia deixar de ser, do amor. Mas tudo aquilo que poderia externar com relação ao livro, já se encontra delineado, com muita propriedade, no bonito prefácio de Marcus Accioly, antecedendo os poemas. Alguns exemplos que me sensibilizaram:

Caminhar é ir / com o rio:  
ser na nascente e na foz

Nasce o amor / da sua fonte:  
rio em direção ao mar

Liberdade:  
dentro de nós / as cadeias

O livro é todo assim, repleto de pepitas de meiguice e ternura. *Resgate*, um livro que comoverá a todos. À autora, o nosso carinho.

### *Água Lustral*

Concluí a leitura do livro *Água Lustral*, do poeta e escritor Márcio Catunda, que recebi de suas mãos com generosa dedicatória. A poesia do vate é delicada, fluida como *solfejos de pássaros*; imita *carícias de brisas nos veleiros*, lembra os *gorjeios outonais*.

Traz uma riquíssima linguagem metafórica, que por vezes nos extasia, com *auroras neblinando em torres de vazão*. Seus versos diáfanos costumam embelezar manhãs com *guirlandas de espumas* e nos levam a regiões de *mansuetude em viagens lúdicas, singrando golfos de contemplações*.

O poeta, não contente com os ricos tropos que o seu talento cria e ressalta, leva-nos, vezes seguidas, à Grécia antiga, dos heróis e deuses, caminhando com Apolo, fugindo às Górgonas e pelejando ao lado de Menelau, pelos carinhos de Helena.

Li o livro por inteiro, inclusive os poemas em italiano, francês e espanhol, e me irmano à crítica exata de Jarbas Júnior, transcrita no belo trabalho de Assis Brasil, sobre a poesia cearense do século XX, quando informa que “Márcio Catunda é um desses raros fenômenos poéticos da linhagem dos grandes buriladores da palavra.”

Ao dileto bardo das terras de Iracema nosso fraternal abraço.

Em minhas mãos a antologia acima citada, um trabalho de fôlego do professor Francisco Aurelio Ribeiro, contemplando várias gerações de mulheres que fizeram e fazem a literatura de nossa terra, tanto na poesia como na prosa.

Antecipando o rol de citações, o autor, em quatorze páginas, tece um panorama sobre a atuação feminina nas letras do Espírito Santo, nos últimos cem anos, com inúmeras citações, tornando, desta forma, o trabalho mais valioso, embora algumas opiniões particulares suas eu não despose, questão apenas de ponto de vista.

A obra é marcante, valiosa, tanto como leitura como pesquisa, e virá preencher enorme lacuna em nossas letras.

De parabéns a literatura capixaba. De parabéns o escritor Francisco Aurelio, por mais uma vitória em sua carreira brilhante, em nossa literatura.

### III - RESENHAS BIBLIOGRÁFICAS





## AS CHAMAS DE AS CHAMAS NA MISSA



Marilena V. Soneghet Bergmann\*

E não sabendo qual delas se perde primeiro, se a vergonha ou a coragem, por *nada e fumo* arrisco a perder uma das duas se não pego na pena no já e agora do meu entusiasmo, depois de arder nas chamas dessa missa onde, espero, se queimem um ou outro peca-dilho que com certeza estarei a cometer. O maior deles, a ousadia de me arvorar em comentarista desse raro rubi flamejante que é o romance de Luiz Guilherme Santos Neves.

Começo com a procissão dos personagens, *badalão, badalém*, que aqui desfilam enquanto “retinam os bronzes na Igreja da Matriz.” E pra me exorcizar, de cara, convoco o Candinho, que “lá num entorse da encosta armou seu ninho. Quem chegou perto deparou com as estranhezas dessa criatura diferente, parteada com o Diabo.” É preciso ler para crer — *vade retro*. Mas eu vou em frente que atrás vem mais gente, ladeira arriba, nessa vila de “ladeiras irregulares e estreitas, descalçadas de pedras”, até “o promontório do morro que tem de garrulice os bons ventos marinheiros” — não sem antes passar, ressabiada, com meu recato de donzela, pelo “ladeirão da Maria” onde, à janela, em “convite peitoral, acha-se aquela de quem se dizem coisas incríveis a começar pela razão do propalado apelido ‘Maria Capa-Homem’.” E é lá mesmo que me deparo, atônita, com o digno Capitão Antônio Artaud — “entendido em canhão” — com seu dólma vermelho de alamares dourados, desviando o olhar por ter sido flagrado em estado de recém-“desfrutança”, tão a seu gosto e aconchego entre os “mumurrissos” e arrosos da mulher tenaz e dominadora. Em contraponto, outra janela nos oferece a Joaninha, “viúva noviça, malmaridada, desconjugada de ano e dia”, a quem lhe ronda um cavaleiro deitando asas e

---

\* Poeta, integra o IHGES e a Academia Feminina de Letras.

olhares lascivos — o Antão Queiroz, “mameluco alazão, sagaz e rameiro, de fala amansiva, de tom sirventês”, e que deixa a indefesa Joaninha “inquieta na noite, sofregã, sofregata, aturdida e confusa.” Tudo isto antes do medo.

Louvido seja Deus que nessa procissão não haverão de faltar, convincentes e contritos, lado a lado com o padre Angelo Consuelo, os “Aranches do Engenho da Pedra dos dois olhos”, inclusive a “alcorcovada” Leonor. Deles vos dirá o livro que aqui não meto a colher. Mas “botai reparos e soslaio” e vereis adiante o Queixada a chegar ao trabalho onde já se instalara Diogo Dó-ré-mi. Marteladas, ordens e comandos já “reper e cutem por toda parte”. E, de repente “...olha a tauba, olha a tauba... uma pranchada fulminante colhe, sob seu peso — quem foi, quem não foi —, o pobre Dó-ré-mi, salamê mingüê, que virou sorvete colorê. Era uma vez um tocador de viola” cuja cantoria, causando estranheza, não passou despercebida para Bento Lopes. Mas isto foi antes do medo. O “que daí virá se há de ver.”

Mas vai que, perturbando os *ora pro nobis* da procissão, nos chega o cantarejo do Mané Berimbau, “vingativo, desamigo, com seus maldizeres trovados (Mariazinha do bole-bole / bunda durinha / maminha mole).” Não devera Maria de haver menoscabado o pirralho que se julgava galo pronto, justo ele, que tão “serelépido” a ajudava — “varre varridinho. O que custava a você, ó Maria, descabrestar o Berimbau?”

Os personagens estão vivos, em carne e osso, unha e cabelo. É ler para crer. Mas eles vêm aos poucos. E vão crescendo, encorpando que é um cinema só. São nossos vizinhos e a vila é a nossa, com suas igrejas e fortes, suas ladeiras e as catraias que já não voltam mais. Por isso a gente sofre quando afinal se instala o medo. E o medo se instala quando chega o Santo Ofício. E a insônia, a delação, o intestino frouxo, a traição. Não se creia em amigos quando salvar a pele é preciso.

Salve-rainha, mãe de misericórdia! “O carrasco manobra a corda movendo o réu de cima para baixo, seguidamente, nos tratos do manejo em dois diferentes estilos — porque a serviço de Deus obrará e inquirirá o Santo Ofício.”

“Cederá a viúva?” Quem matou vó Eva? “Satrapaz do Santo Ofício”, Bento Lopes purgará suas culpas? A santinha dos cabelos dourados ganhou seu altar? — Dizei uma só palavra e sua alma será salva.

Termino por aqui, esperando ter jogado pimenta na curiosidade de vocês, entremeando, em proposital intertextualidade, a deliciosa linguagem que LGSN cria, reinventa em pitoresco metabolismo. Nas chamas dessa missa ardem os desejos, crestam-se vinganças, imolam-se cordeiros. E mais espaço me fora concedido nesta coluna, mais desse livro vos haveria de contar.

A ALEGORIA DE *JOANINHA FACEIRA*  
(DE MARIA HELENA TEIXEIRA DE SIQUEIRA)



Aylton Rocha Bermudes\*

Fazer boa literatura infanto-juvenil é uma forma de arte a que tantos aspiram e que muito poucos — os escolhidos dos deuses da palavra — conseguem realizar.

Em nosso Estado, podemos festejar felizmente algumas obras de mérito que se ombreiam com as melhores do gênero em plano nacional.

No dia 14 deste mês de outubro, aconteceu, no Centro do Comércio de Café de Vitória, o lançamento festivo do livro *Joaninha Faceira* da talentosa escritora Maria Helena Teixeira de Siqueira, destacado e influente membro da Academia Espírito-santense de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo. Edição bilíngüe com tradução para o espanhol por Maria Mirtis Caser e ilustrações de Jorge Solé, lindamente preparada por Florecultura Editores, Vitória, ES, 1999.

A história é simples, como convém a esse tipo de produção literária dirigida sobretudo a crianças e adolescentes, mas encantadoramente apresentada pelo jeito mágico de Maria Helena Teixeira de Siqueira. É exatamente esse jeito todo seu que valoriza a alegoria de *Joaninha Faceira*, “que aproveitou a música do vento, o coro da galharia e começou a dançar.” Essa música, essa harmonia vagueiam na canção do vento, no sensual roçar dos ramos, mas vêm sobretudo da alma da artista, do seu admirável sentido de ritmo a fluir, em cadência espontânea, num sem número de versos de sete sílabas, que tornam a sua prosa duplamente poética, como se vê neste passo e em cada página do livro:

Se não voltei com a cor  
Vi que sonhar é tão lindo  
A fantasia e o sonho

---

\* Membro do IHGES.

Carregam qualquer desejo  
E pintam de muitas cores  
O que nos parece feio.  
Vou jogar no meu besouro  
As cores da fantasia.  
Quando a aurora vier nascendo,  
Vou ver o besouro amarelinho.  
Quando a tarde for caindo,  
Vou ver o besouro lindo  
Vestido de rosa e violeta,  
De verdinho e azul-escuro.  
Ele virou encantado  
No meu desejo sonhado.

Há ritmo e melodia no conteúdo e na forma.

Joaninha, porém, não está só no jardim. Desde aquele outro jardim primeiro, a solidão é triste e estiola. Ela descobre o besouro, desengonçado, vestido de luto, mas seu parente (quem não é parente neste vasto mundo?!), e quer comunicar-lhe um pouco de sua alegria vestindo-o com a capa colorida do arco-íris, que, naquela tarde, se estendia, vistoso, do outro lado do jardim. Solidária e distraída, perde o rumo da casa, mas se norteia pelo cacarejar da galinha, sua vizinha. Descobre que o passeio lhe revela outro mundo além do seu, que “não cabe no jardim de sua casa e que o rio é muito maior que o lago e sua água corrente nos carrega até o mar e que as estrelas do céu se multiplicam no chão.”

Não achou a ponta da capa colorida, não voltou com a cor, mas fez esta descoberta, antiga e nova como a vida, entretanto sempre surpreendente, “de que sonhar é tão bom!”

A ação imediata pode esbarrar nos obstáculos circunstantes, mas o sonho, o ideal, que se aninha no coração, há de salvar o ser humano, no seu propósito de sair do casulo de seu egoísmo e estender a mão ao besouro triste, que vive ao lado.

Como Maria Helena Teixeira de Siqueira, o Pequeno Príncipe já notara que o mais importante é o invisível, os olhos são cegos. É preciso buscar com o coração, que vê mais longe.

## LÉA BRÍGIDA E AS FERROVIAS



José Sebastião Witter

Já tenho usado este espaço para falar dos bons autores do Espírito Santo. Freqüento o Estado e a linda Vitória há vinte e cinco anos. Lá, já disse, tenho a minha confraria e muitas casas onde ficar, como parte das famílias que me podem acolher. Melhor que tudo tenho amigos e amigas, que merecem essa qualificação.

Dentre esses amigos há uma professora e pesquisadora de grande valor. É, também, embora assim não se reconheça, uma excelente escritora. Pois é dessa escritora, Léa Brígida de Alvarenga Rosa, e de seu livro *Implantação de Vias Férreas no Brasil*, que me ocupo, neste dia.

O tema deste livro, que faz parte da Coleção Almeida Cousin, do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, é objeto de estudos da professora desde os tempos em que fazia pós-graduação no Departamento de História da Faculdade de Filosofia da USP e quando a orientava um professor de méritos incontestes — Reynaldo Xavier Carneiro Pessoa — e onde se doutorou. Desses tempos publicou, em 1985, *Uma ferrovia em questão: a Vitória/Minas – 1890/1940*, editado pela Fundação Ceciliano Abel de Almeida – UFES.

Agora sai esta monografia, em época oportuna. Ela nos obriga a refletir sobre o papel das ferrovias no Brasil e as conseqüências futuras das constantes e subseqüentes privatizações dos tempos atuais.

Ivan Borgo, outro escritor que admiro em Vitória, escreveu no prefácio: “Os amigos do poder — registra Léa — conseguiram concessões que, em seguida, eram leiloadas e arrematadas por quem efetivamente iria executar o serviço. No fundo, como o negócio tinha a garantia do governo, o prejuízo recaía na população em geral que arcava com os custos, tanto daquilo que havia sido efetivamente gasto na construção da ferrovia, como com o custo adicional representado pela manobra promovida pelo poder.” É de longa data a prática, não é mesmo?

Mas a professora Léa Brígida fornece ainda uma série enorme de dados que mostram as práticas que resultaram em abusos, quando da implantação das vias férreas em todo o Brasil. Traz então, à p. 22, uma tabela que nos dá conta dos preços das ferrovias construídas desde Natal (no Rio Grande do Norte) até Bagé (no Rio Grande do Sul).

Termina o seu livro com uma observação que nos fez pensar sobre a falta de projetos consistentes que colocassem, ao alcance da população, ferrovias prestadoras de serviços e adequadas às necessidades do Brasil.

Chama a atenção para o fato de o governo brasileiro ter limitado os recursos e por isso ter diminuído a qualidade técnica. Tem toda razão quando afirma que por isso

vão surgir estradas de ferro em condições ruins para o tráfego, com curvas de raios de cem metros e rampas de 3%, que tornavam as viagens demoradas e com composições pequenas, pois o esforço de tração que as máquinas tinham que desenvolver impedia uma melhor utilização do potencial de cargas, onerando o frete, chegando-se ao ponto de tropas de mulas fazerem concorrência com as ferrovias. Essa situação de predeterminar um custo quilométrico unitário agrava-se com o fato de que a maior parte das debêntures emitidas serem do tipo 65% a 85%, ou seja: a companhia recebia somente estes percentuais do valor nominal, aviltando ainda mais o seu preço. Um título com a média de 70% de emissão fazia este valor cair a vinte e um contos ouro, o que levava nossas estradas aos piores níveis de qualidade técnica, sem, no entanto, impedi-las de cumprirem o seu papel desbravador e colonizador.

É preciso dizer mais?



Carmen Schneider Guimarães\*

Editado pela Grafer/IHGES, 1998, *Fantasmata da infância*, de Francisco Aurelio Ribeiro, reúne crônicas muito bem estruturadas, com sabor de reminiscências dos tempos saudosos da “aurora da minha vida.”

Não são apenas tipos populares os que povoam a memória e ainda a imaginação de Francisco Aurelio. Nos textos, encontramos um menino às voltas com figuras mestras da vida familiar ou suplementares de suas relações, na pacata comunidade onde o autor viveu os primeiros anos de sua existência, Ibitirama, Santa Bárbara do Caparaó.

*Fantasmata da infância* não trata especificamente de seres extranormais, mas de fantasmas de carne e osso, assim como nós. A maioria das personagens, que a habilidade da pena de Francisco Aurelio — bastante calejada, no exercício e na nobreza do esporte literário (artístico) — ofereceu, surgiu no corre-corre diário de um molecote inteligente e perspicaz. Comprovam-no a habilidade com que descreve e retrata cada uma delas, no desfiar de suas recordações. Nunca estamos bem certos da fidelidade dos fatos mais remotos, armazenados em nossa retentiva. O autor, entretanto, firma-se suficientemente seguro, até mesmo no que diz respeito a seus sentimentos e emoções. Configura a primeira professora, Dona Penha, com detalhes de didática, chegando, inclusive, a tecer critérios de julgamento a respeito de outras personalidades. Abobrinha, o primeiro “menor abandonado” que conheceu; a elegância de Madrinha Carmelita; o trabalho persistente, os quitutes e a coragem de Mãe Nem, sua avó, que era também Madrinha Nem, cujo enterro foi “uma festa, uma grande homenagem a uma mulher forte, corajosa, pioneira na colonização”; os magníficos

---

\* Sócia correspondente – BH/MG.

momentos vividos com Meu Pai, e Minha Mãe, “que até hoje é para mim, uma menina de franjinha, segurando uma boneca, com ar assustado para o fotógrafo”.

Os dois fantasmas reais que marcam os depoimentos do autor, na verdade, residem na forte descrição de Donana, “figuração de todas as figuras das bruxas e madrastas,” que “deve estar no inferno, ou vagando como alma penada”. Também a imagem de um Padre Miguel parece atormentar suas lembranças até hoje. A ele assim se refere o autor: “Padre Miguel foi a figura mais terrível que conheci na vida. Tinha o perfil de um inquisidor medieval.” E mais: “Suas aulas e sermões eram baseados no terror, no medo, no ódio, nas agressões pessoais.”

Acreditamos que as considerações que Francisco Aurelio tece em seu livro, a respeito desses “fantasmas”, são fruto de uma observação que sua mente infantil apurou inteligentemente, em comum com toda espécie de cultura adquirida na vivência contemporânea. A criança possui o dom da palavra verdadeira.

Por “uma necessidade catártica, compulsiva de escrever”, como bem o diz o autor, lucrámos com um trabalho que resulta no deleite de uma agradável leitura.

Alguns dos espectros dessas “crônicas fantasmáticas” de Francisco Aurelio situam-se muito próximos de outros tantos que quase todos carregamos, desde a infância. Os “duendes” de nossa meninice, por vezes, perseguem-nos, ora para refrigerar-nos a memória, ora para atenuar-nos em nossos devaneios.

Francisco Aurelio Ribeiro marca emocionalmente suas reservas memorialísticas, com o vigor de uma ajustada maneira de entender e analisar a figura do mais próximo, seja ele quem for, com os rigores de sua própria razão.



#### IV - TRANSCRIÇÕES



## OS IMIGRANTES “TURCOS”



Angela Moulin Simões Penalva Santos\*

A editora Companhia das Letras lançou, há dois meses, *Negócios e Ócios. Histórias da Imigração*, de Bóris Fausto. Trata-se de um eminente historiador, cuja interpretação da Revolução de 30 é aceita unanimemente como definitiva. É também o autor de importante compêndio, denominado *História do Brasil*, que a Editora da USP lançou em 1994. Pela importância do autor, mas também atraída por uma lindíssima capa e trabalho de editoração, comprei logo o livro. Ademais, o texto da contracapa prometia ao leitor uma visão da vida na capital paulistana ao longo das décadas de 30 a 50.

A moderna historiografia vem se dedicando crescentemente a uma vertente que busca recuperar a vida cotidiana de várias épocas, tentando “humanizar” fatos relevantes e que pareceriam mais heróicos do que realmente foram caso desconsiderássemos o contexto em que ocorreu. Os franceses foram os pioneiros nesta linha de investigação, contando inclusive com uma enorme coleção denominada *La Vie Quotidienne* (A vida Cotidiana). No Brasil, cabe registrar a tardia, porém pertinente, publicação de uma obra com o mesmo propósito, denominada *História da Vida Privada*. Neste contexto, nada mais natural do que um dos nossos grandes historiadores se debruçasse sobre um período de grande importância para o país, quando foi deslançado o processo de industrialização e todos os seus reflexos nos campos demográficos — social e político. Ainda mais quando o foco de interesse do autor é a cidade de São Paulo, principal localidade onde se concentrava a atividade industrial e, portanto, um rico campo de análise historiográfica.

---

\* Economista e professora da Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

A proposta de Fausto era resgatar as origens de sua família e, neste processo, recuperar a “vida cotidiana” de São Paulo. Seus pais eram, ambos, imigrantes europeus. O pai veio de uma região remota da Europa Central ainda criança, acompanhando seu empregador, um alfaiate, que se dirigia à Argentina. Ficou poucos anos naquele país, imigrando sozinho e pobre para o Brasil, onde permaneceu sem manter laços com sua terra natal. A história familiar da mãe, no entanto, é longamente tratada e é aí que reside o meu maior interesse a respeito do livro.

A família materna é originária do que é hoje a Turquia. Este país, como é por demais sabido, emergiu após a Primeira Guerra Mundial dos escombros do Império Otomano. Até então, tratava-se de um conjunto de regiões que abrigavam uma multiplicidade de etnias e religiões. Os parentes maternos de Fausto eram judeus sefaradis que se tinham estabelecido naquela região após serem expulsos da Espanha pela rainha católica Isabel, em fins do século IX. Não eram chamados de turcos, mas de “turquinos”, o que os caracterizava como judeus turcos. Não mantinham, entretanto, nenhuma relação de dependência ou obrigação para com o governo imperial. Não desenvolveram nenhuma relação de solidariedade com o Estado e eram apenas tolerados, sendo-lhes facultado o direito de manter sua língua, sua religião e demais tradições. A emergência da moderna Turquia, entretanto, mudou aquela situação, o que lhes impunha obrigações de cidadania, envolvendo, por exemplo, a obrigatoriedade de servir o Exército do país.

Neste novo contexto, manter-se à margem dos acontecimentos políticos tornou-se uma impossibilidade. Da mesma forma, o exercício de seus negócios cotidianos também seria afetado, já que sujeitos a taxaço ou, o que era pior, a ceder seus filhos para o Exército do país, num período em que a Turquia lutava para se afirmar após a derrota da Primeira Guerra. Assim, iniciou-se a transferência da família para o Brasil: o primeiro a imigrar veio fugido para evitar o Exército, enquanto os demais ficaram por mais algum tempo na Turquia, mantendo um padrão de vida de classe média. O envelhecimento dos membros masculinos da família acabou por motivar a venda de suas propriedades e a emigração para um país onde o filho aqui estabelecido garantia-lhes que estariam livres de guerras e intempéries. Essa emigração, portanto, não foi motivada por impossibilidade de sobrevivência no seu local de origem, diferente do que ocorreu com o pai de nosso autor, que não encontrava meios de vida na sua aldeia centro-européia.

O grande interesse que esta história me despertou é fruto da verificação da existência de uma grande colônia de “turcos” na minha cidade

natal de Alegre e demais localidades do sul do Estado do Espírito Santo. Até migrar, aos 16 anos de idade, para o Rio de Janeiro, nunca tinha me dado conta da existência de judeus, muçulmanos, demais religiões ou etnias. Sempre convivia com os “turcos” espírito-santenses católicos, sem observar nenhum tipo de preconceito contra eles, a não ser o fato de que se dedicavam fortemente às atividades comerciais, além de serem grandes proprietários de terras urbanas. Nunca tinha, até então, cruzado com qualquer judeu e nem sabia dos conflitos árabe-israelenses, a não ser pela imprensa, mas sem identificar os “turcos” como uma das partes envolvidas no conflito.

Foi então com grande surpresa que, ao chegar no Rio de Janeiro, em 1973, conheci um grande contingente de judeus, muito politizados e com uma prática religiosa completamente desconhecida para mim. Soube, então, que eram inimigos dos povos que viviam em muitos dos países de origem dos “turcos” do Espírito Santo. É claro que a denominação “turco” escamoteava outras origens que não apenas a Turquia, mas também a Síria e o Líbano, particularmente. Provavelmente o que os identificava como “turcos” eram as atividades de comércio a que se dedicavam, além de sua origem de alguma região remota do Império Otomano.

Ao longo da leitura do livro de Bóris Fausto, fui assaltada pelas lembranças de minha infância, dos “turcos” de Alegre, por sua importância na comunidade local, e pela curiosidade de saber quais foram as motivações ao migrarem e, particularmente, o porquê da escolha do sul do Espírito Santo. Quais são as suas áreas de origem ou se vêm da mesma região, e que região é essa? Com certeza não são “turquinos” e talvez não sejam turcos, conforme a configuração da moderna Turquia. Fica a sugestão para que este novo veículo de imprensa possa resgatar esse passado junto aos imigrantes da primeira geração. Trata-se de tarefa urgente em face do tempo de resistência desses imigrantes, cerca de 70 anos, no nosso país.

[Transcrito de *A Palavra*, do Alegre, de 15/08/97]

## MODERNIZAR DEPENDE DE DIRETRIZES



[Entrevista ao JB com Geert Arent Banck] passar p/rodapé.

Quando se liga a TV em um país da Europa Central, pode ser a Alemanha, Holanda ou Bélgica, o noticiário sobre o Brasil mostra violência, corrupção das elites, indolência política e, inevitavelmente, samba, mulata e futebol. Foi pensando em ir mais a fundo nesse campo fértil que se estabeleceu a pesquisa do doutor em Antropologia da Universidade de Utrecht, Geert Arent Banck. Catedrático da cadeira de Antropologia Política para o Brasil dessa Universidade holandesa, Banck é também pesquisador sênior para o Centro de Estudos e Documentação Latino-americanos (Cedla). Banck está em viagem pelo país por seis semanas, atendendo a dezenas de alunos de mestrado espalhados por Vitória, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Passo Fundo, Fortaleza, Brasília e Cochabamba (Peru). Autor de inúmeros ensaios sobre o país, seu último livro não foge ao tema: *Dilemas e Símbolos: Estudos sobre a Cultura Política do Espírito Santo* (Editora do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo). Banck está tão ligado ao país que um dos seus dois filhos chama-se Hélio. “É uma homenagem a um amigo brasileiro já falecido que era a minha família no Brasil. Meu filho é provavelmente o único Hélio em toda a Holanda”, ri o simpático professor.

Paulo Reis

— *Que trabalho o senhor vem desenvolvendo junto ao departamento de antropologia do Museu Nacional da Quinta da Boa Vista e nos outros centros latino-americanos?*

— Fui convidado para ser professor visitante durante uma semana para dar palestras sobre política local, dentro do Programa de Pós-graduação em Antropologia da Política. É um programa nacional e chama-se de Núcleo de Antropologia da Política e é um dos primeiros centros de excelência do

país, reconhecido pelo Pronex do Ministério de Ciência e Tecnologia. Neste programa estão participando antropólogos das universidades federais do Rio de Janeiro, de Brasília e do Ceará. É um dos primeiros programas nacionais desse tipo. Minhas pesquisas são ligadas à política local e com a chegada deste programa, pela primeira vez, as minhas pesquisas se encaixam nos esforços dos antropólogos brasileiros para entender a política do ponto de vista antropológico. É bem diferente da maneira como os cientistas políticos estão pesquisando a política eminentemente nacional. Isso representa uma diferença. Queremos saber o que o povo em geral está pensando sobre política e como ela está funcionando. Não em Brasília, mas nos estados e municípios, pois, sem a pesquisa sobre a política local ou regional, não dá para entender muito bem o que está acontecendo no Brasil.

— *Esse trabalho de antropologia política se estabelece a partir dos resultados de implementação da política governamental brasileira ou é apenas um estudo acadêmico que discute razões e eficácias?*

— Não, certamente não é uma reflexão sobre políticas federais. Mas, para nós, o sistema político brasileiro tem que ser entendido como um complexo de redes pessoais que vai do nacional para o local. Temos que estudar o que os políticos nacionais estão fazendo no parlamento para exigir deles ações de base. Participar do orçamento, exigir o asfaltamento da estrada na região, há muitos tipos de compromisso entre a população e o prefeito, ou outra autoridade. Há uma cadeia de pedidos de baixo para cima e vice-versa. Não que o nível federal seja todo poderoso em tudo. Dá para ver que o presidente da República não tem jogo de cintura suficiente. Ele tem que lidar com todos os tipos de pedido, caso contrário não vai ganhar votos no Congresso para as mudanças políticas, sociais ou financeiras. Um dos problemas deste país é esse tipo de demanda local.

— *Como começou sua relação com o Brasil? Qual a sua relação com os governos locais, quer federal, estadual ou municipal?*

— Comecei bem cedo a me interessar pelo Brasil, em 1963, como aluno de mestrado. Na Holanda havia uma exigência de escolher um país, uma cultura para se especializar. A maioria dos meus colegas estava escolhendo África e Ásia. Eu queria fazer outra coisa e escolhi ir para a América Latina, mais especificamente para o Brasil, pois naquele tempo eu tinha lido o

diário de Lévi-Strauss, *Tristes Trópicos*, e assisti duas vezes a um filme — um pouco exótico agora para mim — *Orfeu Negro*, de Marcel Camus. Eu me preparei alguns anos, montei um projeto de pesquisa e finalmente, após meu mestrado, cheguei aqui, em 1970, para fazer um projeto de pesquisa sobre pobreza. Nunca pensei em política local. Na Holanda, não havia naquele tempo a possibilidade de viajar para estudar, era muito caro chegar aqui. Meus estudantes agora compram um bilhete baratíssimo e vão pesquisar no local. Mas para mim foi possível e quando cheguei aqui enfrentei muitas surpresas. Uma delas foi descobrir que a pobreza não está ligada à economia. A situação era a de uma política local que estava interferindo na vida das pessoas no bairro. Essa política em si pode gerar parte da pobreza das pessoas. Porque de um lado é a presença do subdelegado, do delegado de polícia que está ameaçando, tentando subornar as pessoas, não de uma maneira muito simpática. E do outro lado, os políticos locais que mexem com impostos, e essas pessoas estão ligadas a elas e têm medo de perder sua casinha e acabam entregando tudo para saldar as dívidas. Essas pessoas são vítimas deste clientelismo. Essa exploração política é uma das causas desta pobreza. Nos anos 80, estudei a invasão de um mangue, que hoje é uma favela. Observei como eles estavam organizando os movimentos sociais do bairro e como eles estavam planejando as habitações sobre o lixão da cidade. Nestes casos temos que estudar a política local, de como age um prefeito que não gosta de um movimento popular até a escala federal. São sistemas muito complexos.

— *O senhor teve problemas como antropólogo estrangeiro, interessado na pobreza brasileira, em plena ditadura dos anos 70?*

— Naquele tempo ainda não havia uma desconfiança, acho. Mas sempre que dava palestras havia um senhor mais velho, de óculos de sol, e que me perguntava se eu gostava do Brasil e eu respondia que sim. Uma vez, quando estávamos fora do país, nossa casa foi revistada. Tinha sempre um dedo-duro nas minhas conferências, mas não havia tanto problema porque eles não entendiam o que eu estava fazendo.

— *Quais são suas relações com Dona Ruth Cardoso e com o presidente da República, já que o senhor acabou de receber a Comenda da Ordem do Rio Branco?*

— Eu não tenho qualquer relação com qualquer governo brasileiro. O contato que tenho neste momento é ligado ao meu interesse como



pesquisador. Eu acho que o Brasil tem uma comunidade acadêmica fora do comum, de gente brilhante. E um deles é o atual presidente. Então nós o convidamos para fazer palestra no Cedla e assim eu o conheci. Dona Ruth Cardoso é outra coisa, porque mesmo estudando política, meu interesse principal é o meio e a antropologia urbana e ela é uma das pesquisadoras mais importantes sobre o meio urbano no Brasil. Foi ela quem iniciou trabalhos fabulosos sobre a antropologia urbana, ainda nos anos 70, na USP. Temos ligações intelectuais e não políticas. Essa comenda é a ordem mais alta para estrangeiros e a considero uma distinção muito grande. Mas está ligada, na minha opinião, ao meu esforço em reunir conhecimentos sobre o Brasil não só nos meus artigos, mas também, por exemplo, numa boa biblioteca na Holanda. É motivo de orgulho, porque dos quarenta mil livros que o Cedla tem, uns oito mil — em ciências sociais e história — são sobre o Brasil. É um acervo muito rico. É muito difícil para mim não falar sobre o Brasil. Intelectualmente minhas reflexões e emoções como cientista estão ligadas diretamente a este país. Minha formação, como a de muitos colegas, é a do fermento da antropologia urbana, elaborada por Ruth Cardoso e Gilberto Velho. Aprendi muito com eles, pois mesmo ameaçada de extinção, de tortura, de desaparecimento, sua geração tinha um amor pelo Brasil visível através de seus esforços. Eles foram fazer pesquisa de campo e ouvir o povo, tentando saber que país é este. Como antropólogos tentaram responder a esta pergunta através de pesquisas organizadas.

— *E o senhor, como antropólogo social que conhece tão bem nossas história e política, pode responder que país é este?*

— Essa é uma pergunta tão difícil. Aliás, não tão difícil, mas a resposta é complicada. Não há um enigma, pois é uma palavra fácil para dizer, mas quando a gente vai tentar formular uma resposta há uma ameaça de ser um senso comum. Mas quando a gente pega a política local, por exemplo, encontra personalismo, uma palavra dos anos 50, sem falar do clientelismo. No futuro o personalismo não terá vez, terá que ser abolido. A modernização de uma nação depende de certas diretrizes.

[Transcrito do *Jornal do Brasil*, de 29/05/99]

## A CONSTRUÇÃO DO FUTURO



Armando Marques Vieira

Dia 11 último, quarta-feira, agosto, o calendário marcava eclipse total do sol e reunião semanal do Instituto Histórico em meio ao noticiário da mídia: a perspectiva histórica do Apocalipse e as profecias de Nostradamus.

Quase ao final do encontro ouviu-se relato extraído de *A Gazeta*, de 29 de julho, sob o título “Governo quer U\$ 80 milhões para semi-árido”, proposta a encaminhar ao Governo Federal e órgãos internacionais objetivando estender ao sul do rio Doce as condições já alcançadas pelos vinte e sete municípios do norte (incentivos Sudene), prevendo-se chegar às barrancas do rio Itabapoana, contornando de esguelha os municípios da região serrana. E visa “promover uma série de intervenções nas regiões do semi-árido brasileiro, dentre outras, aumento de disponibilidade hídrica-barragens, adutoras, poços tubulares”.

Claro, a comunidade toda está de acordo na alocação de recursos que venham melhorar as condições de vida e desenvolvimento dos capixabas.

Inusitada porém é a questão de fundo que estaria, sem que se perceba, indo para baixo do tapete: o semi-árido chega ao Espírito Santo! Dá para pensar e refletir, ele agora ultrapassa os 20º latitude sul onde chegava, em 1535, Vasco Fernandes Coutinho. Por 400 anos descreveram-se as maravilhas das florestas (mata atlântica pura, exuberante) dos rios, da fauna e solo da província!

Ora, este semi-árido é obra construída pela linhagem do *homo sapiens* que habita esta região nos últimos tempos, não por aqueles que o donatário aqui encontrou!

Voltando a Nostradamus, uma coincidência histórica. O notável vidente viveu justamente na primeira metade do século XVI (1503-1566), contemporâneo dos primeiros que aqui aportaram e quem sabe conheceu alguns deles!

Veza por outra ouvem-se novas interpretações e descobertas de suas profecias. Fica-se a imaginar que qualquer dia destes encontrarão mais um daqueles velhos baús tão bem guardados e lá estaria mais uma que poderia dizer assim:

Depois de cinco centúrias de anos começara uma terrível seca numa pequena região desta nova terra que estão chamando de Brasil, logo abaixo de onde chegou Cabral há pouco tempo. As florestas desaparecerão, os rios secarão por força dos costumes do povo que aí habitará. Todos clamarão por água e cavarão poços, de modo que lá pela metade da 1ª centúria do 3º milênio o povo terá de tirar água do grande lago terrestre. Todos se juntarão ao pé de um campanário ao redor de uma montanha de pedra e clamarão aos céus pelo que fizeram.

Claro, a alegoria poderá seguir acentuando cataclisma ou caminhar na senda por dias melhores. Mas há que convir, um fio de coerência histórica percorre a linha do tempo entre os fatos do passado recente e o balizamento do futuro dado pelo noticiário de 19 de julho último. Aliás reportagem de 15 de agosto reforçaria a “profecia”. Veja-se em *A Gazeta*: “Devotos de São Benedito clamam em orações por água ao redor de sua igreja no Córrego das Piabas.”

Porém de outro lado, o mesmo relato de 19 de julho traz algo de positivo e inovador, e quem sabe, dentro da linha de esperança poderia desembocar numa derivação do caminhar anterior: três secretarias de Estado estariam envolvidas no referido pleito, além do órgão responsável pelo abastecimento d’água. Nesta nova metodologia estaria implícito o caráter interdisciplinar, dadas a magnitude e a profundidade da questão, havendo poderosas interfaces com outros escaninhos do aparato institucional. O avanço é expressivo.

Há que lembrar porém que a força do rolo compressor da degradação dos recursos naturais é a resultante de outras tantas: de hábitos, costumes, valores, da visão de mundo, do imediatismo, da desmemória, da ótica verticalizada e segmentada, do descompromisso com os que virão depois, e coisas deste tipo. O imediatismo cristalizado na ânsia permanente por resultados a curto prazo, a desmemória muitas vezes evidenciada pelo olvido de um passado não remoto e dos tropeços e equívocos de linhas de ação mais recentes e a verticalidade/segmentada deixando de lado certos fundamentos da Ecologia; e por certo cultivo inconsciente e excessivo do racionalismo cartesiano. Tudo isto inerente aos atores (todos nós) não só àqueles lá da base da pirâmide.

Quem conhece o passado de sua terra em geral é mais propenso a sentir e avaliar o presente como algo que flui rápido na linha do tempo, ou como um cenário visto da janela do trem, daí vem a vontade de pensar o futuro. Talvez esteja aí parte do miolo da fechadura da questão ambiental em sentido mais amplo.

Portanto iria mais além das questões de Engenharia, Agronomia, Tecnologia, Treinamento, Capacitação.

O alinhavo acima estaria sugerindo outras interfaces também poderosas no ramo das ciências humanas: Antropologia e História, por exemplo.

Na verdade e no fundo mesmo trata-se de identificar novos paradigmas a serem perseguidos nestes novos tempos do 3º milênio, em que se busca o tão falado desenvolvimento sustentado. Esta busca será retórica, borbulha de superfície se não atingir águas mais profundas. Há que formalizar compromissos com as novas gerações.

Na curva histórica já percorrida da degradação do patrimônio que a natureza legou, existe um estigma que pesa sobre todos. Dos 500 anos de Brasil e quase tanto de Espírito Santo, 350 permaneceram à imagem e semelhança daquela que os primeiros aqui encontraram.

Há 70 anos, do rio Doce ao Mucuri, ainda permanecia quase nas mesmas condições — vide “Terrenos Desconhecidos”, mapa de 1927 do Espírito Santo.

A aridez foi construída entre 1927 e 1999!

A comunidade capixaba precisa com urgência encontrar as coordenadas do ponto de inflexão desta linha descendente. Este o desafio de final e início de século e milênio.

Se houver descortino, sonho, vontade, e pertinácia, compreensão que isto é um processo e não o abrir repentino da porta de bonanças prometidas, certo viés de humildade e que muitos ao longo do perfil da pirâmide têm algo a contribuir e ânsia de ser útil, é possível que a história identifique um dia que foi nesta quadra que o capixaba encontrou a equação de mudança.

Obs.: A reunião de que trata esta nota foi a penúltima presidida por Miguel Depes Tallon. Era jovem, 51 anos, mas deixou apreciável acervo que tem a ver com coisas aqui levantadas. Será participante se aprovado for o desafio.

## ESTADO GANHA TÍTULO MUNDIAL DE BIODIVERSIDADE



Márcio Castilho

O município de Santa Teresa, na região serrana do Estado, preserva uma das poucas áreas do país onde a Mata Atlântica mantém-se intocada. Naquele canto de floresta nativa se concentra a região com maior número de plantas por hectare do planeta. Isso mesmo, as terras que se tornaram conhecidas pelo naturalista capixaba Augusto Ruschi desbancaram até a Amazônia, considerada o pulmão do mundo, como o ponto de maior diversidade vegetal dos cinco continentes.

A revelação faz parte de um trabalho de doutorado da bióloga Luciana Dias Thomaz, professora da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Durante três anos, ela investigou a composição florística da Mata Atlântica de encosta e descobriu que, na Estação Biológica de Santa Lúcia, a oito quilômetros da sede do município de Santa Teresa, fica o celeiro mundial da biodiversidade, um pedaço de mata onde a devastação ainda não chegou.

Até então, esse título perambulava entre as florestas do sul da África, Madagascar e Colômbia. No Brasil, provocou uma corrida ambiental com pesquisas na Amazônia e nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia. Neste último, pesquisadores descobriram, na Reserva do Una, em Ilhéus, a existência de 454 espécies de árvores por hectare. Mas o Espírito Santo detém o recorde: 476 espécies.

“Esse título pode ser quebrado por outros estados brasileiros, que estão fazendo um trabalho grande na área da biodiversidade. Aqui no Espírito Santo só existe a minha pesquisa sobre o assunto”, contou Luciana.

A quebra do recorde não era o objetivo do trabalho de Luciana, que esperava concluir o inventário florístico e fitossociológico da reserva. Ao terminar a contagem das plantas veio a surpresa do recorde. É o que os cientistas costumam chamar de Serendipity, termo usado para explicar que uma descoberta superou a intenção inicial da pesquisa. A constatação da

bióloga foi o tema da reportagem “Campeã de vida”, da edição de agosto da revista *Globo Rural*, assinada pelo jornalista José Hamilton Ribeiro.

No trabalho, a bióloga capixaba desprezou as plantas pequenas, restringindo-se apenas às que tivessem medida igual ou superior a 20 centímetros de circunferência. A metodologia se concentrou num espaço de 1,02 hectare, equivalente a 10,2 mil metros quadrados, dividido em três áreas diferentes de uma mesma vertente de encosta.

A pesquisa teve a colaboração técnica do Museu de Biologia Professor Mello Leitão e concluiu que o “número de espécies comuns às três áreas foi muito baixo (12,18%), sendo que a maioria apresentou-se como exclusiva de uma das áreas”. Cinco plantas, que integram o levantamento, nunca haviam sido descritas por biólogos.

“Elas ainda não foram batizadas, pois os cientistas do exterior estão verificando se a espécie já foi descoberta em algum outro local. Esse processo dura até quatro anos”, explicou Luciana.

### Devastação

Considerada a formação vegetal mais antiga e com a maior taxa de biodiversidade, a Mata Atlântica perdeu extensão territorial com a devastação. As áreas mais expressivas da floresta estão situadas no sul e sudeste da Bahia, região serrana do Espírito Santo e costa de Pernambuco e Rio de Janeiro.

De acordo com a professora Luciana Dias Thomaz, a Mata Atlântica é o ecossistema mais ameaçado do país. No trabalho, ela relata que “no início deste século, esta formação vegetal abrangia 16 estados brasileiros, cobrindo cerca de 1.100.000 quilômetros quadrados. Atualmente, de acordo com dados do Consórcio Mata Atlântica, restam apenas 5% de sua cobertura original”.

A botânica capixaba constata, no trabalho, que a faixa situada entre o Espírito Santo e Santa Catarina tem sofrido intensa agressão nos últimos anos. “A mata está devastada. Com o desmatamento, perdemos muitas pesquisas e temos que intensificar outros estudos com o pouco de mata que nos resta”, afirmou Luciana.

### Ideais

As causas da primazia do Espírito Santo no cenário da biodiversidade mundial ainda não têm explicação científica, mas os pesquisadores na área

apresentam como hipóteses mais prováveis as condições ideais de clima e solo. De acordo com o biólogo do Museu Mello Leitão, Hélio Boudet Fernandes, a Estação Biológica de Santa Lúcia apresenta uma combinação do solo argiloso com o arenoso. “Este fator é uma das variáveis que favorecem a diversidade vegetal”, afirmou.

Para o biólogo, a biodiversidade ocorre normalmente nas florestas tropicais, como a Mata Atlântica. Outros pesquisadores associam a umidade da mata capixaba à variedade de espécies, principalmente em Santa Teresa. A geologia é outro ponto favorável, segundo os estudiosos. Na teoria, o Espírito Santo seria o ponto de encontro da Floresta Amazônica com a flora do Sul, presente na serra do Mar, tornando abundantes as riquezas no solo capixaba.

Acreditando na diversidade vegetal no Estado, a professora Luciana Dias Thomaz espera concluir, agora, um levantamento de espécies na Reserva Duas Bocas, em Cariacica. A bióloga pretende identificar e quantificar árvores — com mais de 20 centímetros de circunferência e pelo menos meio metro de altura — numa área de 1,02 hectare. A pesquisadora fará também o recenseamento das plantas rasteiras e a contagem das plantas aéreas, como orquídeas e algumas bromélias. “Começamos este ano e a pesquisa deve durar de sete a dez anos”, contou Luciana.

[Transcrito de *Gazeta on line*, de 22/08/99]







**Instituto Histórico e  
Geográfico do Espírito Santo**

